

**FERNANDO ALTEMEYER JUNIOR**

**COMPAIXÃO EM PROCESSOS SOCIAIS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS:**

**O CASO DO VICARIATO EPISCOPAL DO POVO DA RUA EM SÃO PAULO**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Eduardo W. Wanderley.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SÃO PAULO - 2006**

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

---

---

### Dedicatória aos Trecheiros

Ao **trecheiro verdadeiro**, Sr. Antonio Sanchez, catador de papelão em São Mateus, que vinha à minha porta pedir pão, café e leite, e quando eu perguntava se tinha família, ele respondia: Tenho, é você: Fernando Sanchez! Desta forma inclusiva, ele mergulhava no fundamento da compaixão: o outro faz parte da minha família, pois peregrinamos o mesmo *'trecho'* vital.

Dedico a tese a todos os *'trecheiros'* com quem caminhei, na alegria, na dor e no amor.

Ao **trecheiro orientador**: Prof. Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley, pela paciência e saber requintado. Agradeço afetivamente por tudo que aprendi com o mestre.

Aos **trecheiros apaixonados**: Maria, Daniel, Gabriel e Ana Clara. Agradeço vitalmente.

Aos **trecheiros familiares**: Carmen Muller Altemeyer (mãe), Mercedes Muller (tia), e todos.

Aos **trecheiros testemunhais**: Luciano Pedro Mendes de Almeida, Julio Renato Lancellotti, Dalva Ivete de Jesus, Regina Maria Manoel, Pedro Casaldáliga, Maria da Conceição Ferreira Chaves, Maria dos Prazeres Pedro Dalbosi.

Aos **trecheiros franciscanos**: dom Paulo Evaristo Arns, dom Cláudio Hummes.

Aos **trecheiros ressuscitados**: meu pai, Fernando Altemeyer; meus avós, Wilhelm, Bernardina, Karl e Dolores; meus companheiros de memória: Gabriel Galache, Gabreil Maire, Arnaldo Beltrami, Antonio Fragoso, Candido Procópio Ferreira de Camargo, Orestes Stragliotto, Décio Pereira, Jaime Nelson Wright, Ignácio Ellacurría, Herbert José de Souza, Pablo Gonzalez Olalla, Paulo Freire, Adolphe Gesché, José Bello dos Santos, Charles de Foucault, Giuseppe Pegoraro, Antonio Meroth, Antonio Sammut, Nenuca, Ignácio, Fredy Kunz, Hermilo Eduardo Pretto.

Aos **trecheiros acadêmicos**: Maria Julia Paes da Silva, Afonso Maria Ligório Soares, Lúcia Maria M. Bógus, João Edênio Reis Valle, Antonio Manzatto, Ivo Lesbaupin.

Aos **trecheiros solidários**: Guilherme Salgado Rocha, Alderon Pereira da Costa, Luciney Martins, Cleisa Mroeno Maffei Rosa.

Aos **trecheiros puquianos**: dra. Maura Pardini Bicudo Veras, todos os colegas do Departamento de Teologia e Ciências da Religião, Donata Barros, José J. Queiroz, Jorge Cláudio Ribeiro Jr, Catarina Koltai, Terezinha Bernardo, Josildeth Gomes Consorte, VRAC (pela Bolsa dissídio), João Décio Passos, Maria Celina Nasser, assessores da reitoria.

Aos **trecheiros teológicos**: João Batista Libanio, Ana Flora Anderson, Gilberto da Silva Gorgulho, Benedito Ferraro, Leonardo Boff, Paulo Suess, Julio de Santa Ana, Takashi Shimizu, Marcelo Barros, Faustino Teixeira, Frei Betto, Antonio Aparecido da Silva,

Aos trecheiros institucionais: DTCR, EDT, UNISAL, Loyola, Paulus, Paulinas, Assunção, CEBS, MDF, OAF, CEBI, CEM, SPM, IEE, Emaús, GAVI, Associação Rede Rua, Fraternidade Oblatas de São Bento, Paroisse Saint Pierre - Virginal, UCL, MST, CAFOD, CSSP, Santo Rosário, SDS, OFM, SVD, pastorais sociais, Instituto Jacques Maritain, Instituto Florestan Fernandes, ADITAL, CPV, Centro Santo Dias, Comissão Justiça e Paz, SOTER, Academia Marial, APOIO.

Aos **trecheiros políticos**: Plínio de Arruda Sampaio, Waldemar Rossi, Paulo Fiorillo, Devanir Ribeiro, Eduardo Suplicy; Hélio Pereira Bicudo, Dalmo de Abreu Dallari, Luiza Erundina de Souza, José Zico, Roberto Gouveia, Eduardo Jorge,

Aos **trecheiros conviviais**: Nicolau João Bakker, Julio César Ferreira de Macedo, Mariano Puga, Jaime lares Chairez, Otaviano Bispo dos Santos, Edélcio Serafim Ottaviani.

Aos **trecheiros pastorais**: Alfredo José Gonçalves, Hedwig Knist, Liz Mari da Silva, Luiz Basségio, Pedro Luiz Stringhini, Joseph Gatelier, Luiz Alberto Gomes de Souza, jornal O São Paulo, Vicariato da Comunicação, Vicariato do Povo da Rua, CEBS de Sapopemba e São Mateus, Atanásio Enchioglo, Emir Rigon, Eleonora Vieira da Silva Jorge Boran.

Aos **trecheiros jornalistas**: Chico Paes de Barros, Chico Pinheiro, Roldão Arruda, José Maria Mayrink, Marilu Cabanas, Ricardo Kotscho, Cido Pereira, Maria Angélica Rittes Garcia, Alba Vega, Hugo Coelho, Douglas A. Mansur.

Aos **trecheiros utópicos**: Celso Pedro, Maria C. Caputo, Maria Elilda dos Santos, Magda Maria Fonseca, Maria Dolores Moniz Junquera, Midori Asanuma, Teolide Trevisan, José Marins, Gonçalo Luiz de Mello, Leocir Pessini.

Aos **trecheiros planetários**: Frank Usarski, Naveen, Ellen Mouravieff-Apostol, Charmain Levy, Maurílio Galdino, Hyung Kyu-Park.

Aos **trecheiros ecumênicos**: Frieda Haddad, José Oscar Beozzo, Coen de Souza, Henry I. Sobel, Jihad Hassan Hammadeh, Milton Schwantes, Rosi Schwantes, Rolf Schünemann, José Bizon, Samuel, Haidi Jarschel, Dilene Fernandes, Elena Silva, Jether Pereira Ramalho.

Aos **trecheiros poéticos**: Adélia Prado e Franz Schubert.

Possam ser afetados pela leitura, acompanhada da Fantasia para piano a quatro mãos em fá menor, de Franz Schubert (composta em 1828).

## Resumo

A hipótese central desta tese é a de que a compaixão pode ser uma guia metodológica e interpretativa dos trabalhos sociais desenvolvidos pelo Vicariato Episcopal do Povo de Rua.

A tese se divide em três partes: memórias, abordagem teórica e paradoxos.

Na primeira parte, recolho as memórias de quatro personagens nos últimos treze anos (1993-2005). Traço o rosto e a moldura da cidade de São Paulo e situo a população de Rua nesse contexto. Assumo uma epistemologia da compaixão como princípio de superação da invisibilidade e da exclusão social.

Na segunda parte, confronto os discursos com a prática histórica do Vicariato no contexto da metrópole paulistana. Constató que houve mudanças das práticas assistenciais e uma alteração significativa do método de ação política da Igreja. Verifico o processo de amadurecimento da presença nas Ruas, iniciado com o *estar-com-o-outro*. No princípio da ação estão a OAF, as missões populares e as sopas comunitárias. Em uma segunda fase a Casa de Oração e espaços de reflexão e articulação. Daí os Dias de Luta e a manifestação política pelas Ruas do centro da cidade, e a conquista da lei municipal do povo da Rua. Em etapa recente, a constituição de abrigos provisórios, dos projetos alternativos de renda e, sobretudo, a criação das cooperativas de papel e material reciclável, organizadas e geridas pelos próprios catadores. Da uma individualidade solitária, passa-se para a participação ativa das pessoas de Rua, na luta por políticas públicas e pelo exercício autônomo da cidadania. O uso da compaixão, como categoria analítica e hermenêutica, à luz do pensamento de Michel Henry, se mostrou fecundo para explicar o processo. Foi preciso construir um mapa semântico mais amplo, que incluiu alguns conceitos operativos: subjetividade, autonomia, inclusão e exclusão, solidariedade e libertação. E temas como liberdade, democracia, resistência, passividade ativa e, testemunho. Realizei a pesquisa metodológica *“in flux”*, procurando garantir o rigor sociológico essencial. Os moradores de Rua foram envolvidos gradualmente na tarefa fundamental de produção de sua própria história social. O registro desta trajetória foi guardado nas páginas do jornal O Trecheiro que serviu de fonte auxiliar.

Na terceira parte, busco comprovar que os órgãos e serviços do poder público de fato alteraram as políticas públicas destinadas a atender esta população e que isto gerou contradições e possibilidades reais. Constató que as mudanças institucionais e sociais alteraram vocabulários e modos de ação pastoral, antecipando utopias e solidariedade ativa.

O Vicariato faz parte de um conjunto de forças sociais, que compõem a sociedade civil. Há grandes diferenças na questão metodológica do trabalho, mas um empenho comum em trabalhar a solidariedade e a articulação dos grupos que lidam com a questão da Rua.

Os gestos de dom Luciano Mendes de Almeida; do padre Julio Renato Lancellotti, da irmã Dalva Ivete de Jesus, de dom Paulo Evaristo Cardeal Arns e da irmã Regina Maria Manoel, além das vidas paradigmáticas de Nenuca, Alfreddinho e dom Bagaço, tornam-se exemplos de ação de parcela da Igreja paulistana, inspirada na compaixão e aberta a horizontes utópicos coletivos.

### Abstract

The main hypothesis of this thesis is that compassion can be a methodological and interpretive guide for the social work developed by the S. Paulo Archdiocesan Vicariate for Street People.

The thesis is divided into three parts: memories, theoretical approaches and practical paradoxes.

In the first part, I have collected the remembrances of four people over the last thirteen years [1993 – 2005]. I trace the face and the shape of São Paulo City and situate the street people in this context. I have chose an *epistemology of compassion* as the axis to overcome invisibility and social exclusion.

In the second part, I confront the Vicariate's discourses with its practical history in the context of the São Paulo metropolis. Thus I verify that there were changes both in the aid programs and in the Church's political action methods. I also verified a maturation process present in the streets that began with *being-with- the-other*. This action began with OAF [The Organization of Fraternal Aid], the popular missions and the soup kitchens. The second influence was the House of Prayer and the spaces for reflection and articulation. This process led to the Contestation Days, to political demonstrations in the streets of downtown São Paulo and to municipal legislation for street people.

Recently, temporary shelters and jobs have been offered and above all, there was the creation of a Cooperative for recyclable materials, organized and run by the Street People themselves. These inhabitants of our streets have passed from being thousands of solitary individuals to being active participants in the struggle for a public policy and an autonomous exercise of citizenship. The use of compassion as an analytic and hermeneutical category, according to the thought of Michel Henry, shows itself to be prolific as an explanation of the whole process. To do this it was necessary to enlarge our semantic map to include some operative concepts: subjectivity, autonomy, inclusion and exclusion, solidarity and liberation. Also it was necessary to include liberty, democracy, resistance, active non-violence and witness.

I accomplished this methodological research *in flux*, trying to guarantee the necessary sociological rigor. Those who inhabit the streets were gradually involved in the fundamental task of constructing their own social history. The record of this progression was preserved in the pages of the newspaper *O Trecheiro* that was a helpful source in this study.

In the third part of this thesis I show that the public organs and services have actually changed their policies destined to serve this population. This has created serious contradictions and possibilities. I conclude that these institutional and social changes have altered the Church's vocabulary and methods of pastoral activity, anticipating utopias and active solidarity.

The Vicariate is one part of number of social forces that make up the whole of civil society. There are differences in methodology, but there is a common effort among the groups that deal with the problem to seek solidarity and to articulate together.

The attitudes of Archbishop Luciano Mendes de Almeida, Monsignor Julio Renato Lancellotti, Sister Dalva Ivete de Jesus, Cardinal Paulo Evaristo Arns and Sister Regina Maria Manoel, together with the exemplary lives of Nenuca, Alfredinho and 'dom Bagaço', have become signs of a new way of pastoral action for a significant part of the Church in São Paulo. This action is compassion's born and open to collective and utopian horizons.

## Siglas e glossário

- Achacar:** pedir esmola com o uso de pressão psicológica ou verbal.
- ASSINDES:** Associação Internacional para o Desenvolvimento, que coordena do Arsenal da Esperança, no bairro do Brás.
- Cascuda:** nome dado à latinha, frasco ou garrafa plástica cortada ao meio, na qual o morador de Rua coloca comida ou água.
- Catador:** trabalhador de Rua que coleta papéis e material reciclável.
- Chico-doce:** pedaço de pau para se proteger.
- CMP:** Central dos Movimentos Populares.
- CNBB:** Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- COOPAMARE:** Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis.
- Coxinha:** policial civil ou militar.
- EMPLASA:** Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A.
- FIPE:** Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
- Galo:** mochila ou sacola que o morador de Rua carrega com ele.
- Mocó:** lugar para morar ou dormir, como um pequeno canto de moradia.
- OAF:** Organização do Auxílio Fraternal.
- Oblatas:** grupo religioso de mulheres que se consagrou ao serviço ao povo empobrecido, seguindo a espiritualidade beneditina, e que constituiu a Fraternidade das Oblatas de São Bento.
- OCAS:** organização civil de ação social, que edita revista sobre população de Rua.
- Pastoral:** uma das formas de organização das Igrejas cristãs em sua ação religiosa.
- PNUD:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Rango:** refeição em comum do povo da Rua.
- Rapa:** fiscais da administração municipal durante a ação de recolher mercadorias de camelôs.
- Rede Rua:** associação civil que edita o jornal O Trecheiro e material multimídia.
- SERMIG:** Servizio Missionario Giovani, de Turim – Itália.
- Sofredor de Rua:** nome sugerido pelo padre Fredy Kunz, Alfredinho, para lembrar a similitude da vida na Rua com o texto do profeta Isaías capítulo 42.
- Sopão:** alimento oferecido por entidades religiosas durante as noites.
- Sujismundo:** pessoa “*suja*” que vive perambulando pela Rua.
- Trecheiro:** catador de papelão ou morador de Rua.
- Trecho:** a Rua ou estrada como caminho percorrido pelo carroceiro ou morador de Rua e andarilho de estradas.
- Vicariato:** organismo hierárquico da Igreja Católica que atende a parcela ambiental ou geográfica de uma diocese católica.
- Xepa:** restos da feira.

### Crédito das fotos:

Página 76: Luciney Martins (jornal O São Paulo).  
Todas as fotos em preto e branco: Rede Rua.

## Índice geral

Agradecimentos e dedicatória .....	p. 3.
Resumo.....	p. 4.
Abstract.....	p. 5.
Siglas, abreviaturas e glossário .....	p. 6.
Introdução.....	p. 8.
Primeira Parte: Antecedentes e cenários .....	p.25.
Capítulo 1 - Refazendo memórias do Vicariato .....	p. 26.
1. O grupo precursor das uruguaiais.....	p. 31.
2. E fez-se a OAF! .....	p. 36.
3. A morte de ' <i>dom Bagaço</i> ' .....	p. 40.
4. Nenuca e a crise deliberada .....	p. 42.
5. Tradição assistencial.....	p. 47.
6. As missões populares.....	p. 50.
7. A nova fase: Dias de Luta.....	p. 55.
8. Escolha da pauta política.....	p. 63.
9. O difícil parto de Natal .....	p. 66.
10. Objetivos originais do Vicariato.....	p. 76.
11. Pedras e flores pelo caminho .....	p. 79.
Capítulo 2 – Da exclusão à cidadania	
1. A moldura da metrópole .....	p. 84.
2. A população de Rua no cenário metropolitano.....	p. 103.
3. Pesquisas sobre população de Rua em São Paulo.....	p. 108.
4. A pesquisa na Comunidade São Martinho de Lima.....	p. 113.
5. Das cinzas nasce a Fênix.....	p. 117.
.	
Segunda Parte – Abordagem teórica.....	p. 121.
1. Compaixão como categoria de análise .....	p. 122.
2. Análise das entrevistas e da história do Vicariato.....	p. 141.
3. Os protagonistas.....	p. 162.
4. Os conceitos ambivalentes .....	p. 175.
5. Meta e método .....	p. 184.
6. Entre a vida e a morte .....	p. 193.
7. Resistência e utopia solidária.....	p. 195.
Terceira Parte – Paradoxos .....	p. 199.
1. Os paradoxos e impasses em política pública .....	p. 200.
2. Promessas e horizonte .....	p. 205.
3. A profecia suspensa .....	p. 209.
4. Entre a utopia e a realidade .....	p. 211.
5. Três testemunhas ' <i>basilianas</i> ' .....	p. 215.
Considerações finais .....	p. 219.
Bibliografia .....	p. 234.
Anexos	
1. Dados estatísticos da Comunidade São Martinho	
2. Plano de trabalho da OAF para 2006	
3. Listagem de equipamentos sociais em São Paulo	

# INTRODUÇÃO

*Mas quem sente muito, cala;  
quem quer dizer quanto sente,  
fica sem alma nem fala,  
fica só, inteiramente!*

*Fernando Pessoa*



Anos de contato com a população marginalizada e explorada das periferias e do centro paulistano levam-me a crer que é preciso vê-la com outros olhos e pensar com novas categorias.

É preciso tornar essa experiência vital palavra articulada e pensamento crítico frente ao passado e diante de determinada rigidez teórica das várias ciências sociais.

Pretendo verificar o que vivem certos atores sociais e religiosos junto aos moradores de Rua torna-se categoria operativa de intervenção social. Tornar inteligível as angústias, os dilemas, as lutas sociais e humanas de milhares de pessoas normalmente invisíveis na mídia, invisíveis para a maioria das Igrejas, para a sociedade política e até para o mundo acadêmico.

O uso metodológico da categoria compaixão (afetividade) no estudo do Vicariato do Povo da Rua é o coração da tese. Esse é o desafio orgânico da tese. Estudar, aplicar e verificar a operacionalidade do conceito analítico racional compaixão, entendido como '*ser afetado*', como forma universal de revelação no caso concreto do Vicariato da População de Rua na capital paulistana. A pertinência do tema é dada negativamente pela situação de desigualdade, exclusão e violência em nossas cidades. O nexos positivo é o de que se possa afrontar o tema ampliando as possibilidades de mudança real em nossa sociedade.

O objetivo é compreender a categoria analítica de afetividade como passividade ontológica originária e constitutiva do ser humano em sua práxis histórica e na transformação efetiva das condições materiais e subjetivas, que negam a vida e a dignidade das pessoas. Verificar na prática político-social e pastoral do Vicariato do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo, particularmente na ação do Vigário Episcopal do Povo da Rua, monsenhor Júlio Renato Lancellotti.

A aplicação do conceito de compaixão deverá contribuir para manifestar a invisível marca da solidariedade, plasmada em gestos concretos e práticas políticas vividos e confrontados em um fenômeno social e religioso típico da cidade de São Paulo.

O uso social da categoria filosófica da compaixão ou da afetividade, à luz do pensamento do filósofo francês Michel Henry (1922-2002), poderá contribuir para mobilizar ainda mais a sociedade civil e vasto mundo das religiões para uma mudança de valores, de costumes e de mentalidades conservadoras.

A possibilidade de uso da categoria compaixão dentro do contexto de maturação da Teologia da Libertação (TdL)<sup>1</sup> e do governo eclesial inovador do cardeal Arns durante o período que vai de 1970 a 1998, é analisada criticamente na fala de alguns de seus atores. Utilizo entrevistas qualitativas, recorro à memória guardada por quatro destes protagonistas e trabalho com alguns indicadores disponíveis na Prefeitura paulistana a partir de dados das pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O jornal *Trecheiro* é assumido como fonte primária de informações, no período de 1991 a 2004.

Qual papel a compaixão, vivida em processos sociais e mudanças institucionais, desempenha na sociedade?

---

1 Não é objetivo da tese verificar a origem dessa teologia e seu impacto na Igreja paulistana na década de 1970. Isso é matéria para outra tese. A TdL cumpriu um papel na constituição do Vicariato, como a forma de expressão da fé cristã em chave transformadora. Para o estudo mais detalhado dessa teologia, recomendo o livro de Enrique Dussel, *Teologia da Libertação*, Petrópolis: Vozes, 1999.

A hipótese central deste trabalho é considerar que a partir da ação do Vicariato Episcopal do Povo da Rua pode surgir um novo vocabulário, novos conceitos e novas atitudes, que foram moldando uma concepção diferente das antigas formas institucionais e simbólicas da Igreja Católica na cidade. E a nova prática se fez motivada pela compaixão. A compaixão alterou e tornou distinto o papel político desempenhado pelos moradores de Rua em sua dura labuta pela reconquista de sua cidadania. A palavra de ordem dessa categoria social passou a ser a construção e aplicação de políticas públicas e não mais o atendimento assistencial e paternalista das Igrejas e dos órgãos de Estado.

Questão crucial me acompanhou nos últimos 25 anos: podem os moradores de Rua assumir como seu direito inalienável a identidade de sujeitos autônomos?

Tenho acompanhado o desenrolar de um processo social em que o trabalho desenvolvido com moradores de Rua passou a assumir um caráter transformador e cidadão. O trabalho e a convivência com a categoria dos excluídos deixam de ser percebidos como ineficazes. As relações sociais assumidas junto ao povo criam solidariedade e uma visão do humano que superam as atuais categorias higienistas em nossa representação social paulistana. Embora relegados a condições subumanas, é possível vislumbrar esperanças no *'pântano'*, pois é admissível esperar que alguma espécie de flor brote de dentro e do meio deles:

*O próprio exército já não é a flor da juventude camponesa; é a flor do pântano do lumpemproletariado camponês. Consiste em grande parte em 'remplaçants', em substitutos, do mesmo modo por que o próprio Bonaparte é apenas um 'remplaçant', um substituto de Napoleão (MARX, K. 1974, p. 407).*

A identificação desse segmento social é tratada por inúmeros autores das ciências sociais. O termo *lumpemproletariado* é usado nas origens da reflexão sociológica como categoria designadora de quem está situado abaixo do *proletariado*. São aqueles que, por condições de vida e trabalho, conformam os não organizados pelo proletariado urbano, ou seja, os degradados, marginalizados; aqueles que para a sua subsistência desenvolvem atividades à margem da legalidade, incluindo quem vive no mundo da delinquência e da prostituição (MARX, K. ENGELS, F., 1977, p. 32).

Em alemão, *lumpen* é uma expressão que deriva da idéia de ser portador de velhos trajes ou trapos (andrajoso), e está ligado ao material usado na limpeza das casas. O conceito é hoje traduzido por *subproletariado*. Outros o traduzem como lumpesinato.

Vale lembrar que Marx e Engels reafirmam a necessidade de substituímos as circunstâncias e o azar que dominam os indivíduos pelo domínio sobre o azar e as circunstâncias, e assumir a vida real das pessoas investigadas pelo cientista social, pois:

*... não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX, K. ENGELS, F. 1977, p. 37).*

Camila Giorgetti, em sua tese doutoral sobre os moradores de Rua, menciona uma das precursoras da análise sociológica sobre a população de Rua no Brasil. É a análise de D. Pessanha, datada de 1983, e que tinha por título: *Mendigo, o trabalhador que não deu certo*, in: *Ciência Hoje*, 1(4), p. 30-35, jan/fev. 1983 (Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência).

Atualmente o conceito operativo mais difundido é o de '*exclusão social e política*' (FORRESTER, 1997, p. 15).

Robert CASTEL propugna um uso controlado do conceito *exclusão*, de forma a superar ocultamentos e traduzir adequadamente o estado atual da questão social. No passado, os excluídos eram identificados com populações em regime especial: inválidos, deficientes, idosos economicamente frágeis, crianças em dificuldade, famílias monoparentais etc. Hoje lhes são somados os desempregados de longa duração e os jovens mal escolarizados em busca de emprego. Para que o termo possa ser assumido de forma legítima, propõe mais rigor e o recurso à história.

Castel percorre a história por meio de três características de exclusão: a supressão completa da comunidade; a construção de espaços fechados e isolados – guetos, asilos, prisões; e, enfim, obrigar a um status especial para coexistir na comunidade. Ele afirma que a exclusão "*é uma forma de discriminação negativa que obedece a regras estritas de construção*" (CASTEL, 2000, p.42).

Hoje, há mais a vulnerabilidade criada pela degradação das relações de trabalho e das proteções correlatas. E não é exclusão, pois procede por discriminações oficiais, enquanto a vulnerabilidade consiste em processos de desestabilização, como a degradação das condições de trabalho ou a fragilização dos suportes de sociabilidade. A elas chamamos de *déficit de integração*, ou seja, ameaçadas de exclusão.

O autor reconhece que a terceira figura, a da atribuição de um status especial a certas categorias da população é, “*sem dúvida, a ameaça principal na conjuntura atual*” (CASTEL, 2000, p. 46). Ao estigmatizar as vítimas cria-se um discurso de exclusão.

Castel sugere três cuidados propedêuticos:

*Primeiro: não chamar de exclusão qualquer disfunção social;*

*Segundo: as medidas de discriminação positiva não se degradem em status de exceção. Esta tarefa extremamente difícil coloca a questão da eficácia das políticas de inserção;*

*Terceiro: a luta contra exclusão é levada também e, sobretudo, pelo modo preventivo, quer dizer, esforçando-se em intervir em fatores de desregulação da sociedade salarial, no coração mesmo dos processos de produção e da distribuição das riquezas sociais (CASTEL, 2000, p. 47-48).*

Na descrição do teólogo José Comblin (2006), o conceito 'excluído' é assumido na apresentação dos novos pobres do mundo urbano:

*Um morador da Rua em São Paulo pode até comer melhor do que um camponês sem-terra no sertão da Paraíba. Porém, a miséria moral é muito maior. O pobre do campo não se sente degradado, excluído, rejeitado. O desempregado da cidade sente tudo isso. Os novos pobres caem numa degradação humana imensa. Perdem o sentimento da sua dignidade. Sofrem uma humilhação sem limite pelo fato de ter que depender de esmolas, dos pais e da aposentadoria tão fraca que o país lhes deixa. Perdem a esperança, o respeito de si próprios. Os pobres antigos eram alegres. Os novos pobres são tristes, ressentidos, violentos, destruidores de si próprios, e de todo o seu ambiente (COMBLIN, 2006, p. 1).*

O sociólogo José de Souza Martins crê que determinado uso do conceito 'exclusão' possa levar à ineficácia política:

*O que chamamos de 'exclusão' é apenas a superfície de um complexo processo de gestação de uma nova forma de desigualdade social. Estamos viciosamente acostumados com a idéia de naturalidade da ascensão social dos pobres, de superação ou atenuação da desigualdade, idéia característica da chamada Era Vargas. Quando falamos em exclusão, esquecemos que essa era de efetiva ascensão social das classes trabalhadoras praticamente acabou. Portanto, os parâmetros e critérios para compreender e combater a exclusão social não podem ser os do que se tornou uma ficção (MARTINS, 2004, p. 4).*

Diferente foi a compreensão do setor de Pastoral Social da CNBB, quando do Grito Nacional dos Excluídos, celebrado em cada Sete de Setembro em todo o país. Revelou-se momento de criatividade e de expressão política

transformadora de dezenas de milhares de sujeitos em nosso país. O Grito não foi instrumentalizado por grupos partidários ou sindicais, e manteve sua inspiração alternativa e autônoma (cf. CNBB, Setor de Pastoral Social, 1996).

**Metodologia** - Na tese utilizo uma *metodologia qualitativa* com estudo de caso.

Decidi focar minha pesquisa no Vicariato Episcopal do Povo da Rua da cidade de São Paulo, pertencente à estrutura orgânica da Igreja Católica da Arquidiocese paulistana, tendo como interlocutores os agentes de pastoral e os moradores de Rua da capital. As razões desta opção foram valorativas e metodológicas: situar uma instituição concreta de reconhecida relevância social, em determinado período de tempo na cidade para verificar nos discursos e práticas de seus atores, se a compaixão poderia ser usada como categoria interpretativa dos acontecimentos sociais.

O Vicariato Episcopal do Povo da Rua, em sua prática religiosa e filantrópica com a população de Rua, representa um desafio para o pensamento crítico, na construção de uma nova prática da solidariedade, em tempos de exclusão globalizada.

O mestre Florestan já havia advertido que fazer a história do presente *'in flux'* não muda os métodos empíricos e lógicos da explicação histórica e sociológica. Diz ele: *"O que se altera, acarretando procedimentos de trabalhos mais penosos, são as técnicas de controle dos materiais empíricos e das interpretações"* (FERNANDES, F. (org.), 1984, p. 51).

Um modelo sociológico inovador de organização da Igreja Católica a partir dos deserdados da sociedade paulistana pode existir como fruto legítimo da ação pastoral ligada à Teologia da Libertação. E tendo a teoria como horizonte, fazer surgir um modelo de ação não assistencialista e paternal.

O modelo pode nascer e crescer graças aos movimentos sociais e aos organismos de base que emergiram nas décadas de 1970 e 1980, durante a ditadura militar, apoiados deliberadamente no governo eclesiástico do cardeal Paulo Evaristo Arns, atual arcebispo emérito de São Paulo. Iremos analisar criticamente a fala dos quatro atores.

A atual crise de paradigmas exige racionalidade interpretativa que incorpore conceitos antes negligenciados.

Um deles é a noção de compaixão ou a complexa experiência do ‘*ser afetado*’.

A noção hermenêutica de *afetividade* ou *compaixão* pode tornar-se uma categoria analítica em processos sociais e colaborar na forma instrumental para compreender mudanças institucionais dentro do universo religioso católico na cosmopolita cidade de São Paulo. E o uso apresenta inúmeras questões:

Há lugar para a categoria compaixão na análise social de um fenômeno religioso ligado à organização e articulação da população de rua na cidade de São Paulo? Se há, como se articula? A chave analítica responde de forma adequada à mudança social ocorrida durante o governo colegiado do cardeal Paulo Evaristo Arns? Ao usar tal categoria inauguram-se conflitos internos e externos na sociedade civil e na eclesiástica? De que maneira foi um apoio na construção da autonomia dos sujeitos? Os órgãos e serviços do poder público alteraram as políticas públicas pela pressão do Vicariato e pela organização dessa população? Qual a mudança social real na vida dos moradores de Rua, na vida dos agentes pastorais e no cotidiano das instituições sociais e nos órgãos de governo da cidade e da Igreja?

A compaixão como categoria a ser estudada no universo semântico das ciências sociais e na atual conjuntura hegemônica do capitalismo traz dificuldades concretas e teóricas que devem ser enfrentadas metodologicamente.

Estou atento para não ignorar

*que tanto as oportunidades quanto as capacidades são determinadas por processos e estruturas mais amplos, que as conformam e exigem algum mecanismo universal que supere as desigualdades engendradas por eles. O desafio está em harmonizar objetividade e subjetividade* (WANDERLEY, Apud BOGUS, 2000, p. 192).

A questão foi enfrentada por intelectuais de diversas áreas do conhecimento. Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ecoa a voz de Bader Burihan Sawaia (SAWAIA, 2000); na história recente recebi o testemunho exemplar de Mohandas Mahtma Gandhi (GANDHI, 1999); de tempos difíceis e totalitários tenho o pensamento rebelde e autêntico de Dietrich Bonhoeffer (BONHOEFFER, 1980); no campo hermenêutico das Ciências da Religião e da Teologia, repercutiu a reflexão de um dos pais da Teologia da Libertação, o professor Leonardo Boff (BOFF, 2001); na pertinente área da análise sociológica degustei os textos de Zygmunt Bauman (BAUMAN, 1998, 1999); e como testemunha e memorial, recebi como herdeiro a vida oferecida ao povo marginalizado, de uma missionária uruguaia, Griselda Marina Castelvechi, conhecida como *Nenuca*, que conviveu radicalmente com esse povo em São Paulo (CASTELVECCHI, 1995); assumi, enfim, como referência metodológica deste trabalho a noção de afetividade de Michel Henry, expressa em seu livro *L'essence de la manifestation* (HENRY, 1990)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Filósofo francês nascido em Haiphong, Vietnam, em 1922 e falecido em 2002.

A coleta de dados foi feita em quatro entrevistas qualitativas na cidade de São Paulo e sua análise realizada a partir da categoria *compaixão*. Usei ainda como material de pesquisa para confronto documental o jornal O TRECHEIRO, nas edições do período de 1991 até 2006.

Os quatro informantes-chaves foram escolhidos pelos papéis estratégicos que desempenharam no surgimento do Vicariato do Povo da Rua em São Paulo. Procurei resgatar as razões fundamentais da criação do organismo institucional e as motivações pessoais e metodológicas de tal decisão.

Como material auxiliar usei dados das pesquisas estatísticas realizadas pelo IBGE, pela Prefeitura Municipal de São Paulo em parceria com a FIPE, e dados coletados pela comunidade São Martinho nos baixos do viaduto Guadalajara, no bairro do Belém, o que me permitiu caracterizar qual a população presente nas ruas da cidade e compor uma moldura da sua inserção na cidade.

As quatro entrevistas realizadas em 2004 tiveram o pleno consentimento dos entrevistados quanto ao seu uso acadêmico pelas informações coletadas, de forma a seguir as normas éticas de pesquisa, pois envolvem sujeitos concretos em situação de conflito social. Ressalto a ênfase que foi dada às falas desses sujeitos, que foram inseridas na tese compondo o texto principal.

Os dados da pesquisa foram trabalhados pela análise dos conteúdos permeados pela ótica do instrumental operativo do conceito *compaixão*.

Dividi a tese em três partes, precedidas de uma introdução e seguidas de considerações finais.

Na **primeira parte**, dedicada aos antecedentes e cenários históricos, traço, em um primeiro capítulo, a história do Vicariato Episcopal do Povo da Rua, refazendo memórias. Utilizo-me dos depoimentos de quatro atores centrais dos eventos que resultaram no Vicariato<sup>3</sup>. Quero enfatizar a preocupação em dar destaque às falas das quatro pessoas. Estudo de maneira cronológica e sincrônica os fatos que remontam a 1955, com a fundação da Organização do Auxílio Fraternal (OAF), e os passos dados para que em 1993 fosse criado e instituído oficialmente o Vicariato. Detenho-me no período de 1993 a 2005 na análise da prática institucional do Vicariato. Tomo como referência três eventos datados: a assembléia dos bispos em Puebla, México, ocorrida em 1979; a criação do Vicariato em dezembro de 1993; e a promulgação do decreto lei em defesa da população de Rua, assinado pela prefeita Marta Suplicy em dois de janeiro de 2001.

Um dos aspectos fundamentais deste capítulo é o diagnóstico de quais foram os motivos da criação do Vicariato e as tensões político-religiosas presentes naquele momento crucial. Busco saber se a compaixão foi a razão de base daquela decisão eclesial. Busco compreender analiticamente como a experiência de vida de Griselda Castelvechi, a Nenuca, marcará indelevelmente aquele acontecimento eclesial inédito. Procuro ainda perceber as mutações que o trabalho com o povo de Rua foi sofrendo do inicial trabalho assistencial, passando pelas missões religiosas e chegando aos Dias de Luta e à Casa de Oração, nestas várias etapas do processo institucional.

---

<sup>3</sup> Uso da pesquisa qualitativa como método de análise assim como foi descrito por MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, 19. ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

No capítulo segundo da primeira parte, busco situar o Vicariato e seu trabalho com a população de Rua enquadrados na moldura da metrópole paulistana e os processos sociais que tornam essa população testemunha contra a sociedade frente aos processos sociais de exclusão. Procuo compreender, com a ajuda de dados recentes de pesquisa demográfica, o novo rosto da metrópole e sua mutação para perceber como, na metrópole concreta, de São Paulo se inserem os movimentos sociais de emancipação e cidadania ativa. Procuo ainda disponibilizar os dados de pesquisas recentes da FIPE e da Comunidade São Martinho, para verificar como é possível vislumbrar possibilidades reais no cenário metropolitano. A tarefa deste capítulo é verificar sinais concretos de mudança no decorrer do trabalho pastoral.

Na **segunda parte**, procuro realizar de forma sistemática a abordagem teórica das entrevistas e pesquisas históricas, pelo uso da categoria *compaixão*, entendida como capacidade de ser afetado e possibilidade de revelar algo em processos sociais e mudanças institucionais. A categoria esteve presente nas obras clássicas do pensamento dialético e pode ser operativa e instrumental na análise social, sem qualquer restrição semântica. Busco compreender a categoria analítica de afetividade como passividade ontológica originária. A compaixão como elemento constitutivo do ser humano em sua práxis histórica e na transformação efetiva das condições materiais e subjetivas, que negam a vida e a dignidade das pessoas. Procuo verificar na prática político-social e pastoral do Vicariato do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo, particularmente na ação do vigário episcopal do Povo da Rua, monsenhor Júlio Renato Lancellotti, em razão de sua função e de sua conexão com a temática da tese.

A bibliografia básica, essencial em nossa pesquisa, foi usada como guia analítico das entrevistas e do material coletado. Uso a categoria compaixão tal como é articulada no pensamento fenomenológico de Michel Henry. Uso com frequência o arquivo do jornal O Trecheiro, como fonte básica dos dados e eventos históricos.

O aparato crítico que utilizo procura diagnosticar se a existência e a práxis do Vicariato Episcopal do Povo da Rua foi e é uma experiência concreta de solidariedade e autonomia dessa população e em que isto foi inovador. As entrevistas feitas com quatro articuladores estratégicos do trabalho com o povo da Rua são parte fundamental desta tese. Para finalizar, apresento os protagonistas, os conceitos e sua ambivalência, a meta e o método pedagógico do trabalho com o povo da rua, a tensão entre vida e morte nas ruas e enfim, a resistência e a utopia solidária.

Na **terceira parte**, apresento cinco temas paradoxais surgidos da análise dos discursos dos quatro atores e das práticas desenvolvidas pelo Vicariato em 12 anos de existência. Verifico os impasses para a construção de políticas públicas fundadas na compaixão. Acompanho as promessas cumpridas e o horizonte utópico do trabalho nas Ruas. Busco ainda verificar o potencial do Vicariato: em que ele mudou a ação eclesial e como as várias instâncias da Igreja Católica em São Paulo reagiram ao seu surgimento e ação. Aponto algumas possibilidades de continuidade do serviço dentro da Igreja Católica paulistana, entre a profecia suspensa e a realidade violenta da metrópole, com seus inúmeros grupos de extermínio de gente da Rua. Termino lembrando as vidas exemplares de três testemunhas: padre Ignácio Lezama, irmã Griselda Castelvechi e o padre Fredy Kunz, que se tornaram

referenciais de compaixão por serem os precursores destes novos caminhos de uma nova prática eclesial e política. Comoveram pessoas e grupos humanos, pois comovidos por testemunhos e valores de um modo de vida coerente. Estas três testemunhas abriram caminho para o que podemos denominar uma epistemologia da compaixão.

As considerações finais que faço são convite à continuidade da pesquisa, apontando os caminhos trilhados para verificar a tese inicial e os limites que ela apresentou. Mais do que índices, busquei os significados e as mudanças institucionais ocorridas. Procurei encontrar os sujeitos e suas histórias para compreender neste cenário urbano quais papéis desempenharam. Enumero alguns possíveis temas que merecem aprofundamento por outros pesquisadores das Ciências Sociais.

Ao final apresento a Bibliografia utilizada e três anexos: o primeiro, com os dados completos de pesquisa na Comunidade São Martinho de Lima, de 1995 a 2005; o segundo, é o plano de trabalho da Organização do Auxílio Fraternal para 2006; e, o terceiro e último, são os dados e informes dos equipamentos sociais oferecidos à população de rua, na cidade de São Paulo.

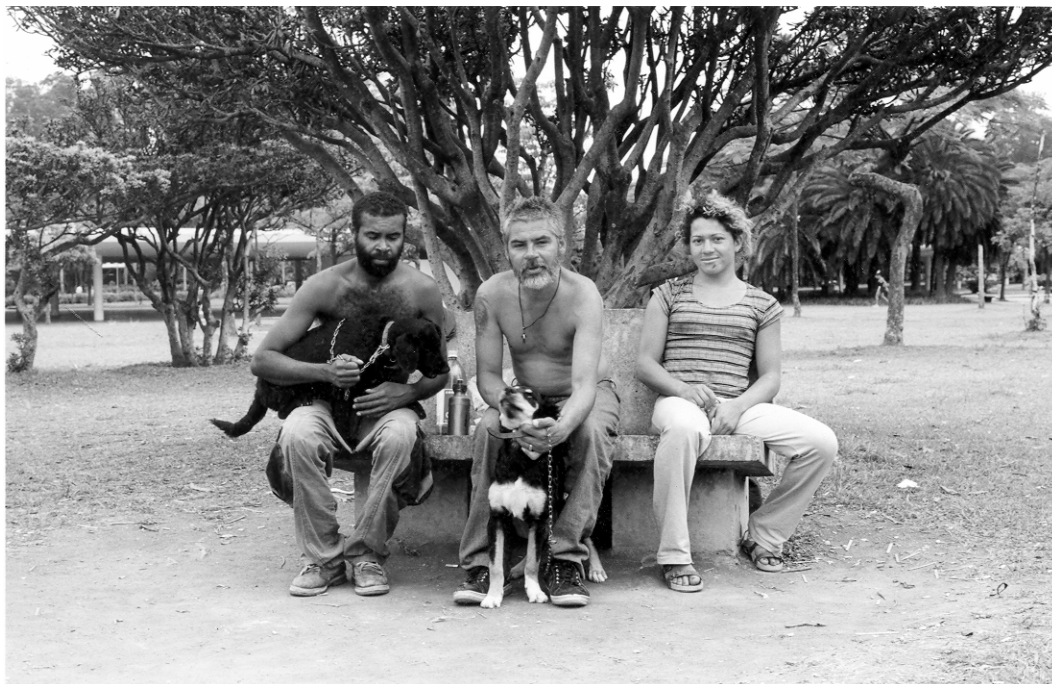
# PRIMEIRA PARTE

ANTECEDENTES

E

CENÁRIOS

*Os propósitos do coração humano  
são águas profundas, mas quem  
tem discernimento os traz à tona.  
Provérbios 20,5.*



### **Capítulo Primeiro – Refazendo as memórias do Vicariato**

Em primeiro lugar, foi necessário reconstruir os antecedentes históricos da Organização do Auxílio Fraternal (OAF) e particularmente de uma educadora uruguaia, Griselda Marina Castelvechi, a *Nenuca*, que aqui chegou com 23 anos de idade, e morreu em 18 de dezembro de 1984, com 53 anos, dedicando-se integralmente aos pobres desta cidade.

O relato da vida de *Nenuca* e da obra da OAF é a matriz da presença cristã organizada junto ao povo de rua na metrópole paulistana. O trabalho, que teve por articulador a Organização do Auxílio Fraternal, entidade criada em setembro de 1955, exprimiu-se de forma exemplar nas chamadas *Missões de Rua*.

Hoje, os articuladores da pastoral dos moradores de rua são muitos, e desempenham papel importante na pastoral de fronteira na cidade. A pastoral social não é mais um organismo de assistência social ou atividade dependente

do Estado, mas presença eclesial que nasce da sociedade civil e que regressa ao coração da mesma sociedade (RICHARD, 2006, p. 120).

Pelas tarefas pastorais que desempenham no Vicariato, e pela memória viva que expressam, selecionei quatro personagens estratégicos: as religiosas, Irmã Dalva Ivete de Jesus, 62 anos, graduada em Pedagogia, Regina Maria Manoel, 54 anos, graduada em Serviço Social, membros da Fraternidade das Oblatas de São Bento; o padre diocesano e vigário episcopal, Júlio Renato Lancellotti, 57 anos, graduado em pedagogia e em teologia, vigário episcopal do povo da Rua; e, o arcebispo emérito de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, 84 anos, doutor em Letras pela Sorbonne, arcebispo metropolitano de São Paulo por 28 anos (1970-1998).

Os quatro atores foram essenciais na irrupção de um momento ímpar da Igreja paulistana e, por suas memórias e relatos qualificados, permitiram-me compreender por que a Igreja Católica assumiu um tipo diferenciado de ação religiosa. Os quatro personagens me permitiram contextualizar o surgimento do Vicariato nas várias conjunturas sociais no período que se estendeu do ano 1955 (ano da criação da Organização do Auxílio Fraternal) até 2004 (ano da inauguração da Casa Cor da Rua, na baixada do Glicério).

Ao assumir os quatro relatos memoriais, que percorrem cinco décadas, marcados por contradições e potencialidades, guiei-me pela compreensão analítica apresentada por Ecléa Bosi, quando afirma em seu clássico ensaio sobre a memória e a velhice:

*Não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudesse servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções e lacunas. Os livros de história que registram esses fatos são, também, um ponto de vista, uma versão do*

*acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida (BOSI, Ecléa, 2004, p. 37).*

Nosso primeiro objetivo na pesquisa era conhecer o que houve antes do Vicariato: sua pré-história. Os depoimentos das religiosas Ivete e Regina foram fundamentais para a reconstrução dessa fase. Busquei situar o momento mesmo da criação da instituição eclesial, na hora do parto e com suas parteiras; e traçar os primeiros anos de seu desenvolvimento na cidade de São Paulo, para compreender as repercussões concretas da instituição religiosa na vida do povo de Rua e da cidade.

Pude haurir do excelente e rigoroso material produzido por Camila Giorgetti, baseado no estudo das representações sociais, e caracterizando o lugar ocupado pelos moradores de Rua no imaginário social de São Paulo e Paris. Chave importante de seu trabalho foi compreender que em São Paulo a cidadania atribuída a esta população convive com manifestações de higienismo, em um pêndulo de tipos e intensidades, geralmente ligado à desigualdade social e negando espaço para a questão social ser assumida coletivamente. Camila crê que a situação do morador de Rua tem que ser prioridade na agenda pública. Ela conclui o estudo acurado dizendo que a transformação social: *“Não ocorrerá sem uma profunda modificação das representações sociais”* (GIORGETTI, 2006, p. 255).

De certa forma, busquei pesquisar alguns pequenos ensaios de representações subversivas do *status quo*, nas quais sujeitos sociais e

eclesiais vêm trabalhando com moradores de Rua e proporcionando espaços de cidadania em perspectiva não assistencial e preconceituosa. Novo método de ação e nova filosofia de relações nos quais o morador de rua exige direitos pessoais e sociais.

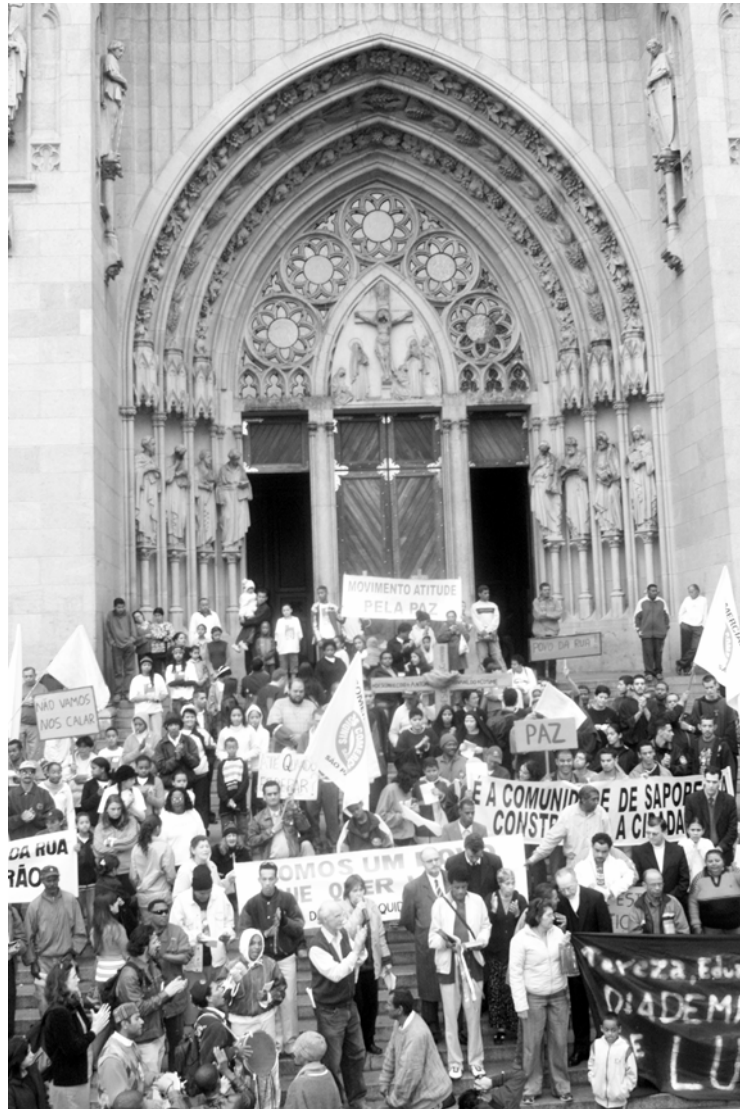
A Igreja entendida como instituição exige aproximações específicas. Ao ser compreendida como religião deve ser apreendida como fenômeno universal da cultura. A finalidade social que ela procura é, como diz Max Scheler, a salvação individual do homem na dimensão do além-tumba, e a crença na sobrevivência do espírito é tão velha quanto a humanidade.

A corporificação da religião dada pela Igreja e suas expressões históricas a tornam estrutura social inserida em determinada conformação de classe e de um modelo de produção. O contexto molda a religião e ela interfere na sociedade de forma reacionária ou transformadora. Os elementos sociais, com os quais o cristianismo se expressou na cidade de São Paulo são os aspectos centrais da conformação institucional e simbólica da Igreja, de seus representantes eclesiásticos e do imenso grupo de seus fiéis. Neste momento de compreensão os depoimentos do padre Júlio e do cardeal Arns foram emblemáticos para interpretar os aspectos religiosos e sociais da experiência pastoral com o povo de Rua.

Roger Bastide divide os aspectos religiosos em dois tipos: elementos motores e representações coletivas. Essas podem ser resumidas no dogma e na doutrina religiosa. Os elementos motores são os ritos ou ritual e suas expressões específicas. Destacam-se entre eles os sacrifícios, orações, solenidades e a sua forma de transmissão cultural. No caso específico destarei os elementos culturais e religiosos que se expressam nas ruas e no processo

religioso do Vicariato Episcopal. Não compete ao sociólogo justificar a Igreja e tampouco o Estado, mas compreendê-los como fatos. Discernir as funções e mutações percorrendo determinado período de tempo. Desde Augusto Comte, a sociologia se ocupa da análise dinâmica da realidade social, como tarefa fundamental. O ênfase da análise de Comte em virtude da chave positivista é guiado pelas três leis do progresso, herdadas de Saint-Simon. Hoje, voltamos a falar em mudança social e não mais em evolução ou progresso, como por décadas a pesquisa foi orientada. As mudanças sociais se realizam de forma superficial ou radical, vividas como reforma ou como transformação revolucionária.

Passo a reconstruir a memória dos primórdios da ação social da Igreja Católica em São Paulo com a população de Rua da cidade, buscando compreender o processo de mudança social, seus atores e conjunturas. Busco perceber as características superficiais e as radicais, para traçar um quadro dos elementos motores do fenômeno religioso institucional.



### **1. O grupo precursor das uruguaias**

Fui entrevistar a irmã Dalva Ivete de Jesus, que em São Paulo exerce tarefas importantes na Fraternidade das Oblatas e que conhecia as origens da presença católica com o povo da Rua. De forma humilde, ela apresentou-me um relato da chegada de um grupo de missionárias do Uruguai no ano de 1953, pelo porto de Santos, e de como haviam sido acolhidas no Hospital do Brás pelo padre Ignácio Lezama, também uruguaio.

Relata a Irmã Ivete:

*A história mais clara com veracidade, quem a tem é a Cristina, que hoje está em Belo Horizonte, pois chegou antes de mim. O que eu sei é que a OAF (Organização do Auxílio Fraternal) foi fundada em 1955, por uruguaias que queriam ser monjas, mas que não queriam viver em um mosteiro. Elas queriam a vida do 'Ora et Labora', fora dos muros dos mosteiros, e aí encontraram um monge beneditino olivetano, capelão do Hospital do Brás, e fundaram uma Fraternidade sabendo que os mais pobres de São Paulo naquela época eram os operários. Elas foram, portanto, ser operárias na Indústria Matarazzo e na Phillips, assumindo este 'Ora et Labora', e foram percebendo que apareciam nas ruas de São Paulo outras pessoas que não eram os mendigos tradicionais, e que já eram fruto do desemprego, pois era a época em que se construiu muito prédio, muito viaduto, e isto deixou depois uma mão-de-obra sobrando. A OAF foi fundada em 1955 para atender este pessoal mais jovem – que não eram muitos – e que não eram mais os mendigos tradicionais da cidade*<sup>4</sup>.

O momento que precedeu a presença organizada da Igreja com o povo de rua já tem algumas marcas que permanecerão no futuro: a mística de unir trabalho e oração, a preocupação com a vida e o modo de viver dos mais pobres da cidade, e um claro discernimento em perceber as causas do crescimento dos moradores de Rua que não eram mais a mendicância conhecida na cidade de São Paulo, mas que se apresentava, como diz Ivete de Jesus, como mão-de-obra sobrando. É interessante notar que os anos da chegada das uruguaias e da irrupção de novos pobres na cidade coincidiram com a imensa migração nordestina que favoreceu a constituição do parque

---

<sup>4</sup> Entrevista com irmã Dalva Ivete de Jesus, na Casa Cor da Rua, 06.01.2004, durante a Festa da Epifania.

industrial automobilístico, fruto da decisão política do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (que governou entre 1956-1961), pelo conhecido Plano de Metas, que pretendeu fazer do desenvolvimento a idéia chave de uma grande e rápida mudança, com o slogan: '50 anos em 5'. Milhões de pessoas foram desenraizadas por ampla migração forçada do Nordeste para o Sudeste brasileiro, e parte considerável tornar-se-á mão-de-obra excedente em periferias e centros urbanos.

A memória do padre Júlio Lancellotti ao valorizar o passado reafirma:

*O Vicariato do Povo da Rua tem uma história que o precede. Ele não surge do nada. Existia aqui em São Paulo a Organização do Auxílio Fraternal, e a figura paradigmática da irmã Nenuca, que iniciou o trabalho com a população de Rua há mais de 35 anos”<sup>5</sup>.*

De fato, a pessoa de Griselda Marina Castelvechi, conhecida como Nenuca, será estratégica na própria vida institucional da OAF como também em três décadas de trabalho nas Ruas. Creio que o vínculo que padre Júlio faz, personificando as origens com a vida exemplar da Nenuca e sua prática humana, é um momento importante na história.

Dom Paulo Evaristo Arns, ao ser entrevistado por minha pesquisa qualitativa, fez um largo preâmbulo para contar que em sua volta da Sorbonne, ao ser destinado para acompanhar estudantes franciscanos em Petrópolis, iniciara um trabalho com os pobres que viviam em sete morros do bairro Itamarati. Trabalho em que se manteve por dez anos. Visitava sempre as escolas e os doentes, e estas visitas o marcarão existencialmente. Ao ser

---

<sup>5</sup> Entrevista com o padre Julio Renato Lancellotti, na Casa Vida, 27 de dezembro de 2003, Festa dos Santos Inocentes.

nomeado bispo, ele resistiu durante meses para aceitar o convite do Papa Paulo VI. Afinal, chegará a São Paulo em 1966 para ser bispo auxiliar e posteriormente arcebispo, em novembro de 1970. Eis o relato crítico do cardeal arcebispo emérito sobre a situação que ele encontrou ao chegar à cidade como bispo:

*Quando cheguei a São Paulo, eu vi que não estava bem organizado. Havia a OAF, que me convidava e eu ia junto muitas noites com eles, para as vigílias da noite. Os pobres começaram a me interessar desde logo. Não estavam organizados, nem eles, nem os presos. Eram as duas coisas que me importavam muito. Eu fui começar a cuidar das duas coisas: dos presos e dos pobres. Eu ia toda semana visitar a Penitenciária, já como bispo auxiliar da Zona Norte. Para os pobres, nós fazíamos todo dia Sete de Setembro uma marcha, pois eu nunca fui para a parada militar. Nenhuma vez. Em 28 anos, eu não fui para a parada porque eu abomino isso e acho que não é o patriotismo que se revela lá. Que continuem fazendo se isso agrada a muita gente, mas a mim não me agrada. Então nós juntávamos os pobres em um lugar, e, como eles têm algumas pessoas influentes, sobretudo a OAF, preparava-se um almoço. Nós fazíamos uma Marcha paralela, por vielas e Ruas, enquanto o Exército marchava do outro lado. Depois, chegávamos a um lugar onde tinha comida para todo mundo, o que quer dizer, uma boa feijoada. Eu comia a feijoada junto. Em todo caso, estava certo que nós tínhamos os pobres do nosso lado, e onde quer que a gente fosse, eles diziam: aquele é o bispo que vai conosco no dia Sete de Setembro! Aquele é o bispo que vai conosco quando a gente tem uma festa! Aquele é o bispo que nos arranja as coisas quando nós não temos o que comer! Isto tudo foi de fato um trabalho preparatório muito bom. E entusiasmou a*

*região norte da cidade para trabalhar um pouco mais unida em favor dos pobres*<sup>6</sup>.

Dom Paulo insiste em que a presença do bispo com o povo de Rua e não nos desfiles militares do dia Sete de Setembro, demonstrava uma clara opção religiosa e uma mudança de lugar social da instituição e de seus representantes. Ele reconhece que dois grupos humanos não recebiam da Igreja institucional a devida atenção: os presos e os moradores de rua. Dom Paulo afirma que essa presença incipiente precisava de organização e planejamento articulado. Era, entretanto, preciso que o bispo (em nome da Igreja) estivesse pessoal e simbolicamente ao lado dos pobres e entusiasmasse as comunidades no engajamento.

---

<sup>6</sup> Entrevista com dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo emérito de São Paulo, em sua residência no Jardim Guapira, no dia sete de janeiro de 2004.



## 2. E fez-se a OAF!

Passado o momento inicial da presença das Oblatas na cidade inseridas no mundo operário, haverá em 1955 a constituição da OAF, como espaço articulado com a população empobrecida de nossas ruas e das prisões. Ainda de cunho profundamente assistencial, mas profissional e não fragmentário.

Irmã Ivete rememora como nasceu e como se deu sua inserção na Organização do Auxílio Fraternal:

*Além de assumir a questão do desemprego, a OAF tinha um aspecto bem assistencial. Tinha oficina para abrigadas no Presídio Feminino,*

*para que as presas não ficassem tão ansiosas. Tinha também um serviço aos suicidas para valorizar a vida. E tinha uma ronda noturna, que visitava esta população e via que cada vez mais a população aumentava no Centro. E isto aparecia mais à noite. O próprio cardeal dom Paulo visitou várias vezes, e o Colégio Santa Cruz assumiu como trabalho pastoral. E, nesta época, começam a aparecer meninos na Rua e a OAF também criou uma casa para meninos no Brás. Havia, portanto, a casa das egressas, casa das suicidas, casa das mulheres que viviam em prostituição e desejavam recomeçar uma vida diferente, e casa para pessoas mães solteiras que se conheciam nas fábricas; e quando o padre beneditino vai a Recife, nota que era grande o número de meninos perambulando pelas ruas da cidade, e funda uma OAF em Recife para cuidar de meninos, de onde surgiu um grande colégio profissionalizante de sucesso, mas o padre Ignácio morre em 1964.*

Outra religiosa da Fraternidade, irmã Regina Maria Manoel, dá sua versão da vida na OAF e de suas opções pessoais:

*Nasci em Botucatu, e vivi dos sete aos 20 anos em Assis. Pertencço a Fraternidade das Oblatas de São Bento. Faço parte de um grupo de cinco irmãs: Fortunata Novaes Gominho e Maria Cristina Bove, residindo em Belo Horizonte, Isabel Abachely, que trabalha e mora na Penha, a Dalva Ivete de Jesus e eu, junto das Cooperativas. Comungamos muito com Yone Buyst, religiosa belga. E Sueli Daione, que é de Ribeirão Preto, São Paulo. Viemos de uma tradição de espiritualidade beneditina e de uma prática com os marginalizados, e isso traz o ORA et LABORA de uma maneira mais conseqüente em nossa opinião. Eu, já desde muito jovem, tinha essa intuição de uma disponibilidade, não tanto para a vida religiosa, mas essa atitude de serviço. Essa vivência pessoal minha foi e é marcada pelos focolares, nesta busca. Vim para São Paulo para estar mais próxima do*

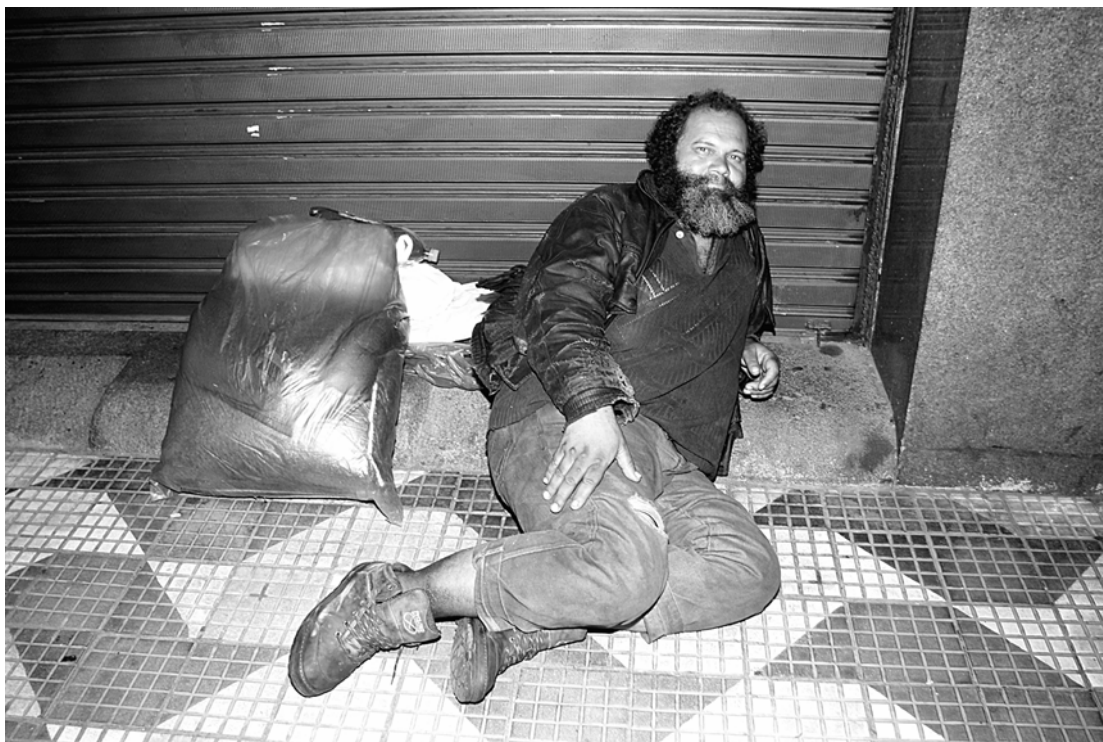
*movimento, nas coordenações e comunidades. Vim para uma república do movimento Gen (Geração Nova). Depois fui para o Mariápolis Aracelli. E fazia este caminho. E fui descobrindo ali a possibilidade de levar essa doação que eu cria importante, da Palavra de Deus e do Evangelho. Também porque a vida religiosa institucional do jeito que ela se apresentava não me atraía, pois eu sempre tive horror a uniforme. Ali, de toda forma eu encontrei esse espaço. Para mim, o apelo social sempre foi muito forte. No focolare eu não encontrava da forma como eu achava que devia ser. Eu, no entanto, permaneci atenta às questões sociais. Eu morava com Eliane, que trabalhava na OAF, no círculo Santa Verônica (que eram as pessoas que tentaram o suicídio), junto com a irmã Fortunata, trabalhando também no acompanhamento das presas e egressas, serviços que a OAF tinha naquele período. Isto em 1976. Entrei na OAF em 1977, nas Oblatas em 1980, e estou aqui até hoje: 2004. Tive muitas dificuldades e muitos conflitos, mas nunca me arrependi. A primeira questão para mim eram os pobres, e não diretamente a população de Rua. Eu não tinha essa preferência. O que mais me chamou foi o testemunho evangélico daqueles que viviam com eles. No caso da Fraternidade, na inserção e no trabalho da OAF. As pessoas da OAF passaram a ser referências e eu disse: por ali tem. Pois até aquele momento eu mesma não tinha nada de popular e, às vezes, quando estou em reuniões desorganizadas, mesmo na cooperativa, eu me pergunto: como eu vim cair neste lugar, eu que gosto de tudo certinho?! Eu vejo como um chamado (de Deus) que você não explica. O que me faz ficar, realmente, é a possibilidade de ver a vida apesar de toda a fragilidade e conflito, a vida é muito forte. É a possibilidade a partir desta realidade da Rua, de você ver ali o apontar de sinais para o que seria uma sociedade fraterna e justa. Até porque as pessoas da rua vivem com muito pouco. Quase com*

*pouco demais, e nos indicam que talvez a gente não precisasse de tanta coisa. Fui entrando nisto. Foi uma experiência gradativa de formação e começamos a ficar muito próximas deles, e após 20 anos morando na Baixada do Glicério, podíamos ser incomodadas permanentemente. Primeiro, acreditar na justiça e buscá-la. É o direito da vida. E muito mais. Por isto o aspecto da vivência fraterna, dessa vontade de ser pessoa. E isto não é só a comida e a roupa. Isto não é só trabalho. Mas é tudo: lazer, amor, afetividade, religiosidade. Gente concreta com todas as necessidades*<sup>7</sup>.

Regina confirma que a crença imperativa na justiça social e na defesa da vida foi desde os primórdios elemento constitutivo da prática da OAF, canalizado na meta contínua de favorecer a vivência fraterna e o respeito pela pessoa humana em situações-limite.

---

<sup>7</sup> Entrevista com Regina Maria Manoel, na Organização do Auxílio Fraternal, dia seis de janeiro de 2004.



### **3. A morte de dom Bagaço:**

A morte em Recife, no ano de 1964, do padre Ignácio Lezama (nascido em 30.10.1918 e falecido em 19.01.1964), monge beneditino olivetano, marca um momento importante na recondução da OAF e na busca de novos rumos institucionais, ainda que o espírito solidário original permaneça inalterado. Emblemático vincular sua morte em janeiro de 1964 ao momento traumático vivido pela nação brasileira no golpe de março do mesmo ano. Os últimos anos de vida do padre olivetano foram sendo marcados por grandes sofrimentos pessoais, em comunhão com a grande miséria vivida pelas classes populares em Recife. O próprio padre passa a identificar-se ao povo de Rua e a chamar-se de '*bagaço*'. Infelizmente esse monge engajado com os pobres, morre dois meses antes de poder ser agraciado com a alegre notícia da chegada do novo arcebispo de Olinda e Recife. No dia 12 de março de 1964, dom Helder Pessoa Câmara seria designado arcebispo, cargo que exercerá até dois de abril de

1985. Padre Lezama pode ser considerado precursor do modelo de inserção libertadora que dom Helder defenderá mesmo silenciado pela ditadura militar. Nenuca relata o drama deste momento: *“Ao ver o estado em que ia ficando, cada vez mais sem forças, e depauperado, padre Ignácio começou a chamar-se a si mesmo de dom Bagaço”* (CASTELVECCHI, 1985, p. 77).



#### 4. Nenuca e a crise deliberada

A morte do diretor espiritual e guia das uruguias gera crise importante no projeto. Crise assumida conscientemente pelas Oblatas.

Eis a análise da irmã Ivete:

*Ele morrendo, a Nenuca teve que assumir a coordenação desta pequena fraternidade, que era multidisciplinar, com características bem diferentes do cotidiano de uma fraternidade da vida religiosa, pois umas eram economistas e outras operárias, e, portanto, um grupo com uma grande diversidade de formação. E a OAF se torna uma grande entidade assistencial em São Paulo e em Recife. Em 1975, a OAF tinha os melhores albergues de São Paulo, do Brasil e isto tudo inspirado em no movimento de Emaús, da França, mas surge a Teologia da Libertação, e um dia dom Paulo chama Nenuca e fala assim: 'Coloca Puebla na Rua'. Numa conversa muito íntima e informal ele falou: 'não era bom colocar Puebla na Rua?'. Eu acho que ele falou isso sem imaginar o que ia acontecer. Pois aí a OAF*

*desmoronou. A Nenuca fechou tudo: todos os albergues, todas as casas, a OAF tinha convênio no âmbito federal, municipal e estadual, e devolveu tudo e disse: 'agora as Oblatas vão voltar para as Ruas para conhecer de novo o novo perfil da população de Rua e nós vamos assumir a Teologia da Libertação como estilo de vida'. E a Teologia da Libertação tinha os seus paradigmas: organizar a população, restaurar a cultura, restaurar a religiosidade, então nós começamos isto no viaduto. A criar comunidades, a celebrar, a organizar as cooperativas, as moradias, as festas religiosas, isto tudo embaixo dos viadutos ou em praças.*

A ênfase da irmã Ivete está na coerência do projeto e estilo de vida e, sobretudo, no ato de conhecer o perfil mutante dessa população.

Padre Julio Lancellotti assume outra inflexão sobre a mudança institucional e o momento crítico da OAF:

*Um ponto importante é quando a OAF tinha uma prática muito mais de acolhida, casa de mulheres, casa de meninos, uma prática bem próxima a essa população na Rua e de situação de Rua. Mas dom Paulo pediu, quando surgiu a Conferência (1979) Latino-americana de Puebla, que elas levassem as conclusões para a rua. Que as Oblatas de São Bento vivessem isto. E isto trouxe uma reformulação de toda a prática. Elas fecharam todas as casas, que eram casas de acolhimento, e passaram a viver muito mais próximas da população de rua e também fazer a experiência desta população. Houve uma intuição da irmã Nenuca, de que o povo que vivia nas ruas não tinha um espaço de expressão da fé. Onde eles iriam exprimir sua fé? Como é que eles iriam vivenciar sua fé? Todo mundo quer dar algo para o povo da Rua: comida, roupas. Quer dar alguma coisa. Nem sempre quer conviver com ele. E construir com ele alguma possibilidade. Ou rezar com eles, celebrar com eles. Vivenciar uma experiência eclesial. Uma experiência de fé a partir deles e com eles.*

Padre Júlio dá ênfase à perspectiva da convivência, da experiência compartilhada e da emergência de sujeitos autônomos. Aquilo que ele chama *'a partir deles e com eles'*.

Ao participar durante alguns anos da suas vidas, as Oblatas perceberam que era preciso oferecer alternativas concretas, e organizaram instituições de qualidade em assistência social, em São Paulo e Recife. Mas a irrupção da Teologia da Libertação como um pensar crítico da realidade de empobrecimento latino-americana, e como um momento segundo do pensamento cristão tornará inevitável a crise do modelo de atendimento e a mudança de práticas sociais. As duas Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano realizadas em Medellín (1968) e Puebla (1979) colocarão na ordem do dia a emergência dos pobres como sujeitos eclesiais a partir da emblemática opção preferencial pelos pobres. Entrarão para o cenário religioso e político os conceitos da Teologia da Libertação, gestada inicialmente por Gustavo Gutierrez, Hugo Assmann, Rubem Alves e Leonardo Boff.

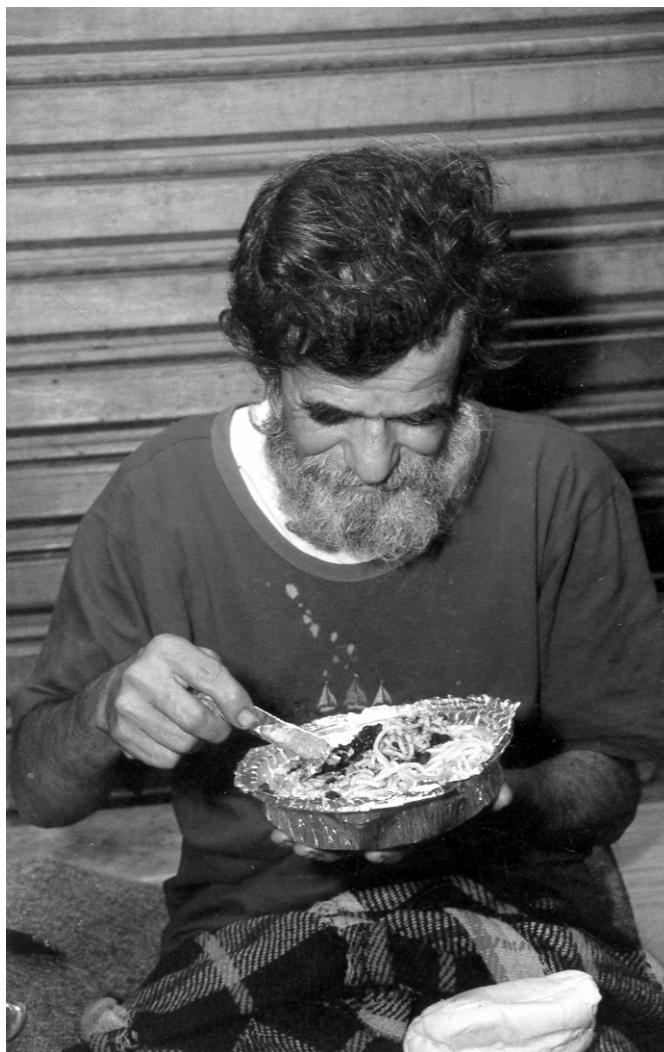
Os quatro teólogos podem ser considerados os pais da corrente teológica da libertação. Gustavo Gutierrez imprime seu primeiro texto em julho de 1968, em Chimbote, Peru, ampliado e editado em 1971, em Lima (GUTIERREZ, 1971). O teólogo presbiteriano Rubem Alves publica seu texto nos Estados Unidos, em 1969 (ALVES, 1969). Leonardo Boff lança Jesus Cristo Libertador em 1972, em Petrópolis (BOFF, 1972). E, enfim, Hugo Assmann lança, em 1976, suas reflexões em Salamanca, na Espanha (ASSMANN, 1976). Vale lembrar nomes dessa primeira hora: Enrique Dussel, dom Helder Pessoa Câmara, dom Manuel Larraín, Richard Schaul e dom Cândido Padin.

Ao assumir a Teologia da Libertação como estilo de vida e proposta alternativa, Nenuca e suas companheiras trazem Puebla para as Ruas e alteram profundamente o modelo de ação social desenvolvido até o ano de 1979. Aqui aconteceu um *ponto de mutação*, que terá conseqüências profundas na Igreja e na presença católica no centro urbano da cidade. A teologia apresentada em Medellín e Puebla, conhecida como Teologia da Libertação, realizou uma '*violação*' da linguagem teológica e religiosa no continente, e foi a pedra de toque da mudança estrutural de ações religiosas e práticas sociais. Aconteceu na teologia e na prática evangelizadora aquilo que Thomas S. Kuhn analisara nas revoluções científicas (KUHN, 1989, p. 93).

Irmã Ivete comenta algumas crises posteriores da tomada de decisão e fala sobre as esperanças acalentadas por Nenuca:

*Nesta época, além de fecharmos tudo, nós começamos a sair de São Paulo e a ir para São Mateus, no Espírito Santo, pois havia uma experiência de comunidades de base, com as irmãs combonianas. Fomos para o Mato Grosso, fomos para a cidade onde havia comunidades que se organizavam. Chamamos o frei Carlos Mesters e o padre. Arturo Paoli. Fomos buscar os grandes mestres, Gustavo Gutierrez, para a gente poder ouvir um pouco desta nova teoria, que é que o pobre tem que se organizar. Um dia, estávamos nós juntas, em um retiro, e uma das meninas disse o seguinte: 'eu não estou acreditando que o pobre vá se organizar'. 'Eu vejo é muita bebida, já que (neste tempo) não havia tanta droga. Muita violência, muito problema mental'. E a Nenuca disse: 'Vai ter um sinal e nós vamos esperar este sinal'. E disse a menina: 'Você pode até ter razão, mas o sinal vai ser quando esses pobres tiverem filhos. Esse vai ser o nosso sinal. Quando eles começarem a constituir família: esse vai ser o sinal'. Isso foi em 1978, quando eu vim morar no Glicério. Nós*

*ocupamos nove casas abandonadas que tinham por aqui, todas estragadas, e começamos a invadir e a organizar a comunidade e ao mesmo tempo a sopa. A sopa e a comunidade. E aí nasceu a primeira criança de um casal da Rua. Ela em uma casa abandonada e ele na Rua. E foram morar naquela vilinha, que é da Igreja, perto da atual Casa de Oração, e hoje uma destas é uma menina que tem 21 anos e trabalha na Secretaria da Habitação e passou em jornalismo este ano e têm três filhos. Ela é funcionária da Casa de Oração e depois, em seguida, casou o Paulo, com uma trombadinha da Sé, que mais parecia um menino, e vieram morar do meu lado, e tiveram três filhos (o primeiro morreu) e estão hoje na periferia, têm um carro, continuam catando papelão na 25 de Março. Depois veio o Carlinhos, que é da Cooperativa, também casou. A Maria, que já tem netos. Quando nasceram essas crianças, a Nenuca nos reuniu de novo e disse: 'O grande sinal está aí, as crianças nasceram'. Agora, é possível organizar o povo da Rua!*



### **5. Tradição assistencial**

O cardeal arcebispo, dom Paulo Evaristo Arns, assume a condução espiritual e hierárquica do pequeno grupo de mulheres, que mudava profundamente seu estilo de vida a partir de novos lugares institucionais. Trilhavam por mares nunca dantes navegados e precisavam de apoio concreto e paternal, pois a decisão do fechamento do modelo anterior parecia absurda. Mas a presença do bispo, somada à força espiritual desta mulher, Nenuca, acabou forjando algo promissor.

Irmã Ivete comenta os vários processos desta conversão:

*Na verdade, a OAF, dentro de seu estilo assistencial, tinha por isto mesmo o caráter de uma Igreja mais tradicional. O padre Ignácio, apesar de ter sido um profeta, porque ele inovou a relação da vida religiosa com a população de Rua, com os operários, com os presos, ele tinha uma religiosidade bastante tradicional: a autoridade, o bispo, a obediência; e a Nenuca seguia esta regra. Quando ele faleceu, em 1964, nós ficamos sem ligação com os beneditinos, pois éramos um pequeno grupo, não tínhamos expressão e não combinávamos com o mosteiro tradicional. Nenuca foi pedir a dom Paulo se ele podia assumir a Fraternidade, e nós nos tornamos uma pia associação, agregadas à Igreja local, embora ainda ligada à Regra de São Bento, com a metodologia de um mosteiro: de fazer do mosteiro uma escola, de ensinar fazendo, de ouvir os mais novos, de aceitar os mais pobres. A Nenuca também seguia este modelo, dentro da Igreja tradicional. E lá na sala (na casa Cor da Rua), onde estamos começando a fazer a memória dela, tem até uma cruz, quando ela disse: 'Eu vou para a praia', e foi para Santos, e lá ficou alguns dias. Quando voltou ela reuniu as Oblatas e disse: 'nós temos que mudar'. Disse Nenuca: 'Mudar significa: fechar Recife'. Nós estávamos ligadas a um padre, estritamente escolástico, que não se dava com dom Helder. Um padre muito bom, fiel à Igreja, e uma diretoria muito tradicional. E ela disse novamente: 'Nós temos que fechar Recife'. Isso foi um escândalo em Recife. Como fechar?! Uma coisa que funciona, uma escola estilo Senai, os diretores todos criticando e tudo recaiu sobre a Nenuca por conta da decisão. E isto teve um impacto sobre as Oblatas. Nós tivemos uma reunião em Ribeirão Preto, onde as Oblatas se definiram. As mais novas ficaram com a Nenuca, as mais velhas se afastaram, achando que a Nenuca tinha perdido o espírito do padre Ignácio.*

O momento crucial, ocorrido em 1979, permitiu a mudança no estilo de vida e a liberdade frente à institucionalidade construída. Houve o fechamento de muitas obras e a volta às Ruas, como descreve Ivete de Jesus:

*Nosso estilo de vida mudou. Fechou a OAF. Fechou tudo. Fomos morar na Rua Müller no Brás, e a nossa vida era vender café na rua, ser garçoneiro na Rodoviária da Luz, faxineira no DEIC, eram esses serviços subalternos, para entender o que é a vida de perda do pobre que está com o pé na rua, como as garçoneiras, as faxineiras, e andar pela rua vendendo café, e não visitando os pobres, pois isso ela não permitia. A gente tinha que ir à rua, fazer alguma coisa, fazendo algum trabalho. E qual era o trabalho do pobre? O trabalho do pobre era ser ambulante, vender bolo ou café. Eu, por exemplo, vendi amendoim no Brás muito tempo. Neste momento muitas de nós pensamos em ir para o México, pois tínhamos amizade com as guadalupanas de Cristo Rei, pois a Nenuca era uma mulher universal. Ela tinha contato com o mundo inteiro. Era uma mulher extremamente mística, levantava às quatro horas para rezar as matinas, depois nos acordava para rezar com ela, não nos obrigava nunca a levantar àquela hora. Saía à noite para a gente rezar na cidade, e convidava Alfredinho (Fredy Kunz) para pregar retiro na praça pública com as Oblatas, os voluntários e o povo da Rua. Retiros misturados, grupos, como uma vida nômade mesmo. Isto foi um momento inédito da Nenuca. Mas ela teve câncer e morreu em 1984, jovem, com 56 anos, cheia de vida. Escreveu dois livros: 'Somos um povo que quer viver' e 'Quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria'. Ela foi uma mulher arrogante, uma mulher que enfrentou bispo, padre, mulher bem uruguaia. Ela teve irmãos, presos políticos e um morto pela ditadura uruguaia.*



## 6. As Missões Populares

O projeto da OAF sai das instituições e passa literalmente para as Ruas. A OAF se torna *'rueira'* e assume como tarefa acompanhar a população em seu cotidiano de sofrimento.

A *'comunidade dos sofredores de Rua'*<sup>8</sup> será construída lentamente e, desde os anos 1990 realizará momentos de oração, nos baixos do Glicério e no Parque Dom Pedro. A sopa do Parque Dom Pedro II passará a ser feita no viaduto ao lado do Mercado Municipal (JORNAL DA RUA, março de 1990). A comunidade se reunirá na Rua dos Estudantes, 549, na Rua 25 de março, 205, e na ainda na Casa de Oração da Rua Riachuelo, 272.

Irmã Ivete refaz a memória da organização daqueles que perambulavam pelas Ruas a partir do núcleo da Casa de Oração:

---

8 Quem difundiu a expressão *'Sofredor de Rua'* foi o padre Freddy Künz.

*Criamos uma coisa que se chamou Missão que era do dia 1º até 7 de setembro, uma grande festa na Rua, terminando no dia sete com uma grande passeata. E muitas destas passeatas eram recebidas na Catedral pelo cardeal, reivindicando, por exemplo, políticas públicas, direito de entrar nas Igrejas e de não serem expulsos, o direito de ir e vir, e daí nasceu a primeira Casa de Oração, na Florêncio de Abreu, atrás do Mosteiro de São Bento. Depois, os monges fizeram uma avaliação e acharam que era muito pobre em volta do mosteiro e pediram para sair. E nós saímos da casa abandonada da Marquesa. Os franciscanos ofereceram um salão, na Rua Riachuelo, que fora lugar dos nipo-brasileiros, um anfiteatro fechado, mas interessante. Com a operação inverno (já que não havia abrigo de inverno), os frades se intrigaram, achando que os pobres podiam pôr fogo no convento e mandaram-nos sair. E nós voltamos para a rua. Em um dos natais, dom Paulo veio aqui no viaduto Glicério, e celebrou conosco o Natal. Depois houve o inverno quando Paulo Salim Maluf era o prefeito, e nós fizemos um acampamento exigindo que se abrissem abrigos, pois o frio era intenso e o povo começava a morrer. Já havia acontecido quatro ou seis mortes na rua. No próximo Natal, na verdade, no tempo do Advento, a irmã Penha Carpanedo e a Irmã Yone Buyst criaram uma Vigília de Advento, na Catedral, que o Cônego Dagoberto Boim permitiu, pois era o pároco da Catedral. E a gente fazia essa vigília todo sábado à tarde, lá em cima, no altar, onde estão as cadeiras, todo mundo ia pra lá, e o povo que estava embaixo, que geralmente era gente pobre ou beatos, acabaram se entrosando e nós fizemos dois anos de vigílias na Catedral com o povo da rua, e depois preparando uma encenação para a Noite de Natal, ao lado de dom Paulo.*

As missões religiosas feitas nas Ruas da cidade sempre culminavam em momentos celebrativos em praças públicas, ou mesmo em algumas Igrejas,

incluindo a Catedral Metropolitana de São Paulo. Alguns sacerdotes abertos à situação humana dos ‘sofredores’ tornavam-se parceiros de seu peregrinar.

As memórias de Nenuca, transcritas em seu livro, assim descrevem o caminho itinerante dos participantes daquela primeira Casa de Oração:

*Vão chegando aos poucos. Alguns domingos são mais de oitenta. Chegam ao velho casarão, situado bem no centro da cidade, de fácil acesso para todos. Ali tem lugar para muitos. Vêm para participar da assembléia do dia, para passar uma tarde agradável, também para rezar. Podem entrar tranqüilamente os que vivem na Rua, a casa é deles. Podem entrar e tomar a palavra no canto, nas brincadeiras, nos grupos e nas orações. Ali começam a se encontrar e a expressar-se como são às vezes: meio bêbados, criando problemas na convivência, mas são sempre eles mesmos, sem verniz nem disfarce. Vêm de todo lugar: dos mocós mais próximos, de outros mais distantes, há os que chegam do “trecho” (que é o estar e caminhar pelas Ruas das cidades), e os que estão trabalhando em obras ou em biscates. Vêm de todo sofrimento: trazem experiências de roubos, brigas, mortes, injustiças, solidão (CASTELVECCHI, 1992, p. 97).*

No casarão, contíguo ao Mosteiro de São Bento, o povo disperso se reunia, o povo das ruas se reencontrava. Ali, por muitos anos foi o lugar de encontro, onde os ‘sofredores’ passaram a ver-se e reconhecer-se como parte de um povo que, apesar de disperso, podia reunir-se, e expressar sua fé partindo da vida, descobrindo nos fatos de sua história o apelo de Deus para uma caminhada de vida, de libertação. O encontro, como toda novidade, era e é uma resposta ao convite que lhes foi feito para participarem da Boa Nova de Deus: *“Não precisam mais andar de lá para cá nas tardes de domingo, nem desanimar por causa do sofrimento; o Senhor está a favor dos fracos, Ele quer*

*que seu povo se reúna*”, dizia folheto da época. Hoje, o antigo casarão mudou de endereço, mas a missão permanece idêntica: reunir e acolher.

As Missões nasceram em 1979, com 80 participantes, e aconteciam anualmente no mês de setembro, em geral com duração de uma semana. Possuíam cunho social e religioso, tendo a Casa de Oração como ponto catalisador. Realizam freqüentes caminhadas pelo centro velho da cidade. Em Sete de setembro de 1991, ao ser feita a 13ª Missão, tal é a descrição do jornalista: *“Quem estava ontem no Centro da cidade, pelas 17,30 h, ficou surpreso com o que acontecia. Mais de 300 pessoas celebrando a 13ª Missão fizeram uma caminhada pelo centro da cidade para denunciar a realidade que vivem a cada dia: fome, frio e solidão”* (TRECHEIRO, 1997, ano I, n. 03/04 p.1).

Os lemas das Missões realizadas de 1979 a 1991 foram estes:

1979 – Anúncio da Palavra e vivência fraterna,

1980 – O Sofredor e a Cidade – comunidade,

1981 – Somos um povo que quer viver,

1982 – Somos um povo que quer viver,

1983 – Somos um povo que defende a vida,

1984 – Povo que quer viver, resiste para vencer,

1985 – Sem trabalho, casa e pão, não há libertação,

1986 – Lutamos noite e dia, por pão e moradia,

1987 – Estamos na miséria, queremos justiça séria,

1988 – Fizemos a cidade, não temos liberdade,

1989 – Sofredor não vai calar, é hora de mudar,

1990 – Se une sofredor, a cidade vai ouvir o seu clamor,

1991 – Entra na roda da Rua, vem que a festa é sua (TRECHEIRO, 1991, ano 1, n. 2).

A metodologia das Missões foi etapa importante na presença com a população de Rua da cidade paulistana. Momento de proximidade e convivência. Era momento de partilha, conversa pessoal e oração.

No percurso das Missões muita gente se agregou. Seminaristas dos missionários carlistas, franciscanos, alguns diocesanos e, de forma permanente e fiel, membros da Sociedade do Verbo Divino, os verbitas. Religiosas de inúmeras congregações e muitos leigos de paróquias e movimentos também se agregaram. Também alguns pastores metodistas e presbiterianos.

Os agentes religiosos caminharam juntos, trabalhavam, aprendiam e passavam as memórias e aprendizado aos que chegavam; alguns fazendo outros grupos; multiplicando e diversificando a convivência e o modo de estar ao lado do povo de Rua. As missões tornam-se Dias de Luta e depois momentos fortes na Quaresma e Campanha da Fraternidade em cada novo ano.

Do trajeto e da nova presença nas Ruas surge, em 1983, a Comunidade dos Sofredores da Rua, nos baixos do viaduto Glicério. Em 1986 passaram a atuar os *Serviços Assistenciais Bom Jesus dos Passos*, com o conhecido *Rango* de Pinheiros. Inaugura-se, no dia 22 de fevereiro de 1990, a Comunidade São Martinho de Lima, nos baixos do viaduto Guadalajara, no bairro do Belém. Em 1990, a Fraternidade do Povo da Rua, no Brás. No Parque dom Pedro II surge o Café do Coreano, oferecido pela Igreja Metodista Coreana e posteriormente pela Igreja Presbiteriana Coreana.



## 7. A nova fase: Dias de luta

Desde 10 de maio de 1991, sempre no mês de maio (pois se comemora o dia do Assistente Social), acontece o *Dia de Luta do Povo da Rua*. Era sempre encontro de articulação, pressão política e expressão artístico-cultural. Até o último dia 25 de maio de 2006, com cerca de 500 participantes havia sido realizado um total de 16 dias de luta. Tornaram-se a nova forma de expressar-se das antigas Missões. Eis os dias de luta desde 1991 e seus temas centrais:

10 de maio de 1991 – A miséria fala por si mesma.

14 de maio de 1992 – Nasci para gritar e meu grito será cada vez mais forte.

4 de junho de 1993 – O grito calado do povo que quer viver.

10 de maio de 1994 – Debate sobre o projeto de lei do povo da Rua.

31 de maio de 1995 – Aprovação do projeto de lei na Câmara Municipal.

22 de maio de 1996 – Fórum aponta crescimento das minorias e da exclusão.

27 de maio de 1997 – Lei do povo de Rua é sancionada.

6 de maio de 1998 – Reivindicar a implantação da lei do povo de Rua.

21 de maio de 1999 – Sofredor, mas lutador!

24 de maio de 2000 – Repudia o aumento do desemprego e exige políticas de inclusão.

7 de junho de 2001 – Busca reconhecimento da profissão de catador durante marcha para Brasília.

22 de maio de 2002 – Luta por condições de reinserção no mercado de trabalho e moradia.

26 de junho de 2003 – Reivindica direito à dignidade e à saúde do povo de Rua.

26 de maio de 2004 – Critica ausência de políticas públicas de habitação.

19 de maio de 2005 – Somos um povo que quer viver.

25 de maio de 2006 – Fazer justiça séria.

A partir de 1991, portanto, a organização pastoral passa por nova fase de articulação. As missões se transformam em Dias de Luta do Povo de Rua como pude descrever. Uma das razões maiores da mudança talvez esteja vinculada à presença na Prefeitura de São Paulo de Luiza Erundina de Souza, que governará a cidade de 1989-1992, sucedendo Jânio Quadros e precedendo Paulo Salim Maluf. O breve momento de interstício de um governo democrático popular pôde favorecer o crescimento da consciência popular e, sobretudo, pela formação profissional da prefeita, como assistente social, de

compreender a vida e dilemas dessa parcela da população. Um dos projetos assumidos pelas comunidades populares da Zona Leste com o apoio explícito da prefeita da cidade foi a construção, em regime de mutirão, e posterior inauguração, em 22 de fevereiro de 1990, da Comunidade São Martinho, nos baixos do viaduto Guadalajara. Destaque também é o lançamento em agosto de 1991 da primeira edição mensal do jornal *Trecheiro*, que marca momento importante no resgate da memória e no registro de fatos e lutas da população de rua.

Em 1992, inaugurava-se a *Casa de Convivência* no bairro do Brás. Os evangélicos somam seus esforços, e também em 1992 surgem a *Comunidade Metodista do Povo da Rua*, no interior do viaduto Pedroso, e a *Associação Evangélica Casa de Convivência Porto Seguro*, situada na Ponte Pequena. É criado oficialmente o Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua.

Em 1993 é inaugurado o *Cascadas Restaurante*, na avenida Nove de Julho, 351. Em 26 de abril de 1995 é inaugurada a Casa de Convivência Nossa Senhora do Bom Conselho e São Luiz Gonzaga. Em 1996 já existiam seis casas de convivência. No mesmo ano de 1996, em 3 de março, como iniciativa do *Servizio Missionario Giovani (SERMIG)*, de Turim – Itália, e da *Associação Internacional para o Desenvolvimento (ASSINDES)*, foi inaugurado o *Arsenal da Esperança*, no bairro do Brás, no local onde funcionara no passado a Hospedaria dos Imigrantes.

Em 2001, no dia 2 de janeiro, a prefeita Marta Suplicy assina o decreto que regulamentava a lei do povo da rua, de autoria de Aldaíza Sposati, que começara a tramitar em 1993 e fora aprovado em 1995, mas ficara bloqueada até 2001, por conta dos vetos dos prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta.

Em março de 2001 aconteceu o Primeiro Encontro Nacional da População de Rua em Belo Horizonte. Foi constatado que Belo Horizonte, São Paulo e Salvador eram as cidades melhor articuladas no trabalho organizativo. No dia 7 de junho de 2001, realiza-se a Marcha Nacional do Povo da Rua, em Brasília, com o lema: *Vida é cidadania*, com cerca de 3 mil catadores e moradores de Rua de todo o país. No mesmo mês, de 4 a 6 de junho, a capital brasileira foi palco do Primeiro Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, com 1.500 participantes, de 17 estados brasileiros (TRECHEIRO, ano XI, junho 2001, p.1). O ponto alto do encontro foi a apresentação de um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão de catador de materiais recicláveis.

Em 29 de maio de 2002 foi apresentado e inaugurado o Projeto Oficina Boracéia, coordenado pela Secretaria de Assistência Social do município, com inúmeras parcerias. Espaço de 17 mil metros quadrados, destinado '*a acolher e reconstruir vidas*', que tinha como público-alvo as pessoas em situação de Rua, especialmente os catadores de materiais recicláveis.

Em 15 de dezembro de 2003, é inaugurado o Núcleo Social Albergue II, também chamado Casa de Simeão, situado à Rua Assunção, 480, no bairro do Brás, para atender a idosos em situação de Rua.

No mesmo dia, no bairro do Glicério, é inaugurada a Casa Cor da Rua, com sua Oficina Escola, na rua dos Estudantes, 491. Ela pretende ser um novo conceito da reciclagem a partir da valorização humana. Todos os móveis da casa vieram das ruas da cidade.

Em 23 de dezembro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o "Selo Amigo do Catador de Materiais Recicláveis" e o Prêmio Amigo

do Catador 2004. O presidente esteve presente no Glicério e recebeu a Comissão Nacional do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (TRECHEIRO, dezembro 2003, p. 4).

Em 19 de agosto de 2004, dez homens que dormiam pelas Ruas do centro foram agredidos com barras de ferro. Em 22 de agosto, mais cinco pessoas agredidas com armas de fogo. No total, sete mortos e oito feridos graves na mais grave chacina contra pessoas de Rua na cidade de São Paulo (TRECHEIRO, agosto de 2004, p. 1).

Nesse ano, em 9 de dezembro, a Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo ganha o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, das mãos do ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda (TRECHEIRO, dezembro de 2004, p. 1).

De 23 a 25 de janeiro de 2005, em São Leopoldo-RS, se realiza o segundo Congresso Latino-americano de Catadores de Materiais Recicláveis (TRECHEIRO, janeiro de 2005, p. 4).

Na Praça da Sé, dia 18 de março de 2005, foram celebrados os 50 anos da Organização do Auxílio Fraternal (OAF), precursora e suporte de todo o trabalho com o povo de Rua na cidade (TRECHEIRO, março e abril de 2005, p. 4).

No dia 7 de maio de 2005 foram eleitos os seis representantes da população de Rua para o Conselho de Monitoramento da Secretaria Municipal, de forma a cumprir o decreto 43.277/03 (TRECHEIRO, maio de 2005, p. 4).

Padre Júlio refaz os caminhos da história da Casa de Oração e dos Dias de Luta:

*Daí surgiu a primeira Casa de Oração do povo da rua, que era na Florêncio de Abreu (em 1979), atrás do Mosteiro de São Bento. Ali*

*realizou-se muito desse trabalho de vivência, de experiência (da fé), ecumênico. Foi feito esse caminho, ligado com a organização do povo. Como organizar o povo. O Comblin sempre lembrava para nós uma coisa interessante: a Igreja sabe trabalhar com pessoas facilmente organizáveis. E não sabe trabalhar com pessoas que dificilmente se organizam. Então é uma história longa essa da organização da população em situação de Rua. Depois, houve um problema lá na Florêncio, e os beneditinos pediram a casa de volta. A Casa de Oração foi para os fundos do Convento de São Francisco, na rua Riachuelo, e ali foi o velório da Nenuca. Foi um lugar onde aconteceram muitas coisas históricas. Como a celebração da morte do Joílson de Jesus, menino de Rua que foi morto no centro da cidade. Os franciscanos, muito tempo depois, retomaram esse espaço, e hoje eles mesmos trabalham com a população de rua. Ali foi realizado o Dia de Luta do Povo da Rua, quando a candidata Marta Suplicy esteve lá para conversar com o povo da Rua (no ano 2000). Com a saída do espaço dos franciscanos nós ficamos na Rua mesmo. E nós fizemos muitas vezes as celebrações nas Ruas. Por fim, surge a nova sede definitiva da Casa de Oração, em junho de 1997, e que está muito identificada com o Vicariato. Ela foi construída e criada por dom Paulo Evaristo com o prêmio Niwano da Paz, que ele recebeu dos budistas, situada à rua Djalma Dutra, 3, no bairro da Luz.*

O surgimento da primeira Casa de Oração foi considerado pelos agentes pastorais de Rua como um passo essencial na longa caminhada percorrida desde 1978-1979, quando a OAF mudara seu projeto e sua estratégia de ação. Há um recomeço do serviço nas ruas, tendo como referência a casa oferecida pelos beneditinos, situada a Rua Florêncio de Abreu, 111.

*Um velho casarão no coração da cidade, com a entrada larga, salas amplas, um bom quintal, foi-nos emprestado pelos monges beneditinos. Melhor, impossível. Nossa Senhora, amiga dos oprimidos, fez-nos este obséquio. No dia de Nossa Senhora do Rosário, 7 de outubro de 1978, recebemos a chave dos monges. Uma chave antiga de ferro, com mais de 15 centímetros de comprimento, bonita, simbólica. Já tínhamos lugar para reunir a Igreja dos Pobres (CASTELVECCHI, 1985, p. 121).*

Na casa aconteceu a concretização do apelo feito pelo Cardeal Dom Paulo para Nenuca e as Oblatas de São Bento: *“Tragam, quando puderem, o programa de Puebla para o centro de São Paulo!”* (CASTELVECCHI, 1982, p. 5).

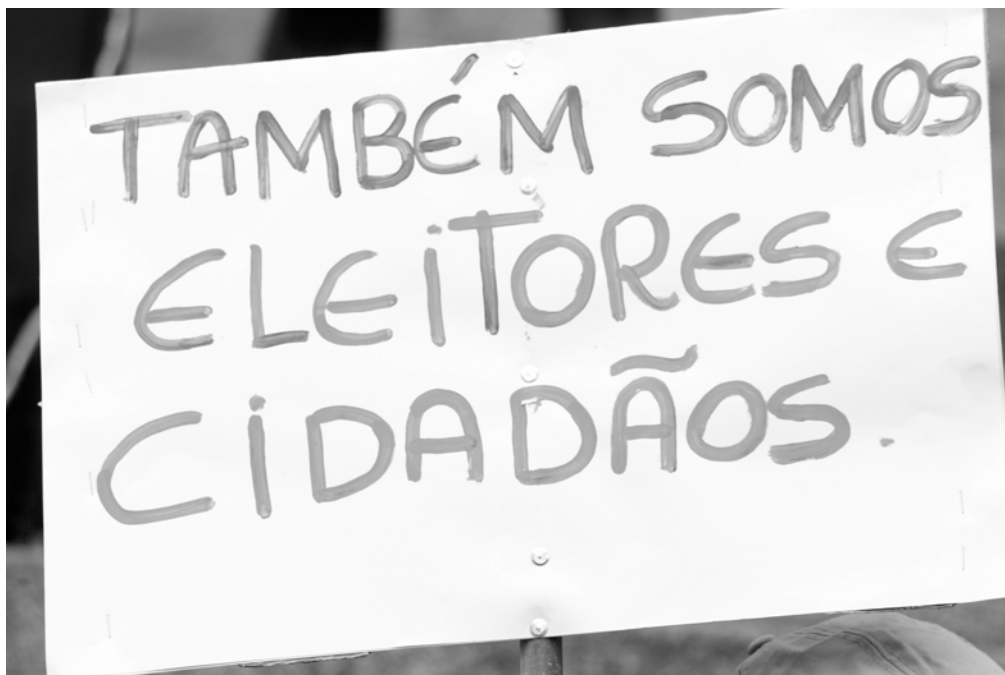
O sonho de Nenuca se realiza: o povo da rua também como parte do povo de Deus. Quando penso nos pobres como povo, sempre emerge a idéia do povo situado na periferia da cidade. Diziam, entretanto, as irmãs Oblatas, em missão no centro urbano, que o povo de rua faz parte de uma periferia especial, e sua demarcação não é mais geográfica, pois são como a *‘periferia do centro’*. Os pobres não são notados, mas ali moram e estão. Centenas de homens e mulheres transitam pelas Ruas, sem destino, e invisibilizados por sua condição social e econômica. A invisibilização daqueles que são privados de bens é descrita por Simone Weil como a negação do próprio existir:

*Aquele que é inteiramente privado de bens, quaisquer que sejam, nos quais é cristalizada a consideração social, não existe. Uma canção popular espanhola diz em palavras de uma maravilhosa verdade: se alguém quer se tornar invisível, não existe meio mais seguro que o de tornar-se pobre (WEIL, 1950, p. 109-110).*

O povo tem sua história no campo, em lavouras, ou nas cidades, onde tem família, e embora tenha uma história de opressão, muitos deles conheciam

as tradições religiosas de Nossa Senhora ou do padre Cícero Romão Batista, do Senhor do Bonfim ou de reisados e congadas do interior. Sua chegada à cidade inicia-se por um confronto que fica sem resposta. Na metrópole não lhes são oferecidos trabalho nem qualificação. Muitos se tornam alcoólatras e vivem cotidiano marcado por brigas, feridas e drogas. Os que na cidade já eram nascidos perderam valores vitais e foram asfixiados social e religiosamente.

No centro da cidade, não há lugar para o homem de rua expressar a identidade cultural e religiosidade. Sua presença é um incômodo para comerciantes, moradores de prédios e até mesmo para as Igrejas grandes e tradicionais do centro, onde muitos dos moradores se acomodam só para dormir, permanecendo alheios a uma liturgia na qual sua paixão não tem lugar nem transfiguração. E considerados sujos e incômodos pelos demais cristãos presentes para orar. Assim, o habitante da rua é posto à margem dos equipamentos sociais e econômicos, e também alijado das Igrejas, vendo reduzido o desejo de ser reconhecido como pessoa, fazer parte de um povo. De resgatar a cidadania plena.



## 8. Escolha da pauta política

Ao fazer o percurso da história da manifestação pública dos Dias de Luta, foram sendo criados momentos de discussão dos temas e da pauta política a ser encaminhada aos poderes públicos.

Irmã Ivete faz importante relato do procedimento que foi sendo assumido na escolha da temática e na condução da pauta política. No relato ela afirma a importância de um novo método de ação social:

*A relação que vivíamos com essas pessoas fez com que surgisse a frase: 'Somos um povo que quer viver', que fora tirada em uma assembléia de cinco dias antes de fazermos a Missão, onde tiramos 50 frases e houve votação para sair com elas na caminhada, e a primeira mais votada destas 300 pessoas reunidas na rua. Havia gente evangélica, carismática, e outros. Depois, nós tiramos outra frase que veio mais tarde, após a existência da Casa de Oração, que era: 'Ser mais irmão'. Porque os da rua não acreditavam no companheiro. Quando começamos a Coopamare (Cooperativa dos*

*Catadores), em 1989, eles acreditavam na irmã Regina ou na irmã Cristina, mas um no outro, não! Por isto tiramos em uma reunião de organização, na Associação dos Catadores, que é preciso, para criar uma cooperativa ser mais irmão. E ser mais irmão é confiar, e confiar no sentido de educar, e ter uma consciência crítica. Não é porque ele rouba que ele vai ficar. Ele vai ter que mudar. Nós tivemos há pouco tempo um roubo aqui, e o menino ainda está aqui. Ele foi até a bolsa da menina e tirou 60 reais. Eu fiz uma reunião com o grupinho jovem. Eu suspendi o menino por 15 dias. Mas todos disseram, ele é nosso irmão. E disseram: ele tem que mudar! É irmão, mas tem que mudar. O dia que eu marquei para a volta, ele voltou. Eu o coloquei na reunião com eles, e o que eles decidissem estaria decidido para mim. Disse a ele: 'Se eles decidirem que você tem que ser afastado, você será afastado. Se não, não. E você terá toda a liberdade de ficar ou não ficar. A decisão deles, depois de 40 minutos, foi a de que ele ficaria, mas devia pagar. E eles não tocariam mais no assunto. Ele está aí até hoje. Não foi afastado, mas teve que mudar. A porta permanece sempre aberta, sem polícia, mas cada um tem que saber o seu lugar. Cada um tem que saber o seu papel. Essa é a educação para o comunitário. Você não ter uma liberdade vigiada, nem uma liberdade assistida, mas uma liberdade responsável. Esse é o método estudado pela Nenuca e repassado por nós.*

Ao assumir como papel a educação para o comunitário, irmã Ivete aponta chave pedagógica para o processo político desenvolvido com os moradores de Rua. E ela própria explica que a educação se expressa na prática da liberdade, tema central no pensamento de Paulo Freire. Diz o pedagogo pernambucano:

*É o momento altamente pedagógico, em que a liderança e o povo, fazem juntos o aprendizado da autoridade e da liberdade verdadeiras,*

*que ambos, como um só corpo, buscam instaurar com a transformação da realidade que os mediatiza (FREIRE, 1983, p. 211).*

A própria irmã Ivete, como discípula *freireana*, confirma que a liberdade que propicia caminhos autônomos é a liberdade responsável. A liberdade se tornará verdadeira disciplina de vida para o povo da rua.



### 9. O difícil parto de Natal

A prática educativa com o povo da Rua, e vivida por inúmeras pessoas e perspectivas, passará a exigir conexões e plano de trabalho comum, sob pena de dispersão e sobreposições. A forma como foi plasmada esta unidade, foi a criação do Vicariato Episcopal do Povo de Rua.

Anunciado durante a missa de Natal, em presença de muitos moradores de rua, na Catedral Metropolitana, ele foi canonicamente erigido e criado por um decreto diocesano em 27 de dezembro de 1993, por ordem do cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns. O tema daquela memorável missa era: *'Na esperança e na dor, o Natal renova o amor'*.

Primeira visão do anúncio do Vicariato, compreendido como um novo modelo de Igreja foi oferecido por irmã Ivete:

*Eu sei que foi na terceira celebração (pois o advento era todo na rua, a gente dormindo na rua) Creio que em 1993, nós estávamos todos sentados nas escadarias, o padre Júlio Lancellotti concelebrando com dom Paulo e estava lá o povo da rua: Nossa Senhora, o Menino, os Reis Magos, vestidos a caráter. Dom Paulo anunciou este Vicariato,*

*que foi surpresa até para o padre Júlio. Os padres tinham achado que dom Paulo os havia boicotado, pois o cardeal não tinha consultado um conselho, nada. Ele anunciou aquilo como uma inspiração. E assim nasceu o Vicariato do Povo da Rua. E ele chamou o lugar de encontro do povo de rua de Catedral, que não substituiria a da Sé, mas seria um sinal de que a Igreja institucional os via com grande amor. O Vicariato seria, na verdade, um modelo de Igreja urbana.*

Na interpretação da irmã Ivete o surgimento do Vicariato deu-se como momento carismático e inovador do próprio modelo eclesial.

De forma dramática e com muitos ingredientes conflitivos, até agora não publicizados, apresento outra memória do nascimento do Vicariato do Povo da Rua, nas palavras de monsenhor Júlio Renato Lancellotti, que acabou assumindo o papel de coordenador desse ministério eclesiástico:

*Na noite de Natal de 1993, estando todos na Catedral, dom Paulo anuncia que estava criado o Vicariato Episcopal do Povo da Rua. Eu estava responsável da pastoral do menor na Arquidiocese, e a minha postura na Pastoral do Menor estava incomodando muito. Principalmente o governo do Estado, com o governador Fleury, e Pedro Franco de Campos, secretário da Segurança Pública. Houve, no Palácio dos Bandeirantes, uma reunião do secretariado de governo com a presença de alguns bispos do Estado de São Paulo. Não estava nenhum bispo da cidade de São Paulo, da Arquidiocese de São Paulo. E o Fleury se queixou de alguns padres, e o secretariado também. E mostraram uma lista de padres incômodos ao governo e um dos nomes era o meu. Na ocasião, dom Paulo era o presidente do Sul I do Estado (CNBB), e houve uma pressão muito grande desses bispos com dom Paulo. Dois bispos que estavam nessa reunião me falaram que o governador pedira providências e que eles tinham que me calar. Eu entendo que houve uma pressão*

*muito forte sobre dom Paulo. Eu soube que, em uma Assembléia da Arquidiocese, dom Paulo anuncia que a Pastoral do Menor tinha um novo coordenador. Seria o Cônego Dagoberto Boim. Eu não sabia disto e nem fiquei sabendo. Escrevi, então, uma carta para dom Paulo, dizendo o quanto eu o admiro e o respeito, e quanto eu devo obediência e submissão, mas que eu esperava ter sido avisado previamente de que eu estava sendo destituído. Ele me respondeu a carta não dizendo os motivos, mas que era uma providência que a Arquidiocese achou por bem tomar, e confirmando os fatos. Fui à casa de dom Paulo, confessei-me com ele e terminada a confissão ele me disse: 'Eu queria que você aceitasse ser o vigário episcopal do Povo da Rua.' Eu respondi: 'Eu vou pensar e depois lhe dou uma resposta'. Coisa que eu sabia que Dom Paulo jamais aceitaria de que alguém fosse pensar para depois dar uma resposta!*

*Conversei com o pessoal que trabalhava com população de rua: Regina, Ivete, padre Arlindo. Perguntei o que achavam, pois não queria dar uma resposta pessoal só minha. Era uma coisa que transcendia. O pessoal pesou, mediu, cortou, repartiu, e achou que eu devia dizer sim. Eu liguei para a casa do cardeal e ele não estava. Deixei o recado: 'Por gentileza, transmita a Dom Paulo que aquilo que ele me perguntou, a resposta é afirmativa!' Ele não me disse mais nada e na noite de Natal, no dia 25, terminamos a caminhada com o povo da rua, na Catedral. O povo levando uma criança como Menino Jesus. Isto causava grande impacto, pois eles vinham com trajés reciclados, pessoas muito sofridas, com o nenê da Rua. Ficamos sentados à frente do altar. Eu tinha me magoado muito, pela forma como eu fora destituído para dar satisfação ao governo, o mesmo responsável pelo incêndio na Febem do Tatuapé. Dom Paulo, durante a missa, disse publicamente: 'Nesta noite está criado o Vicariato Episcopal dos homens de Rua'. Eu disse a ele que não deveria ser*

*homens, mas Povo de Rua. A minha leitura foi a de que dom Paulo criou o Vicariato Episcopal do Povo de Rua para responder a uma necessidade concreta, pois já havia a pastoral há anos.*

A leitura distinta do padre Júlio Renato Lancellotti clarifica elementos polêmicos na criação, e foi aqui apresentada longamente por questão de relevância, pois creio que uma das condições básicas da ciência sociológica é a sua adequação ao real, de forma controlada e distante. Manter o severo juramento da neutralidade axiológica do saber e ao mesmo tempo perceber os elementos sociais em conflito. A irmã Ivete de Jesus analisa o evento daquela noite de Natal em chave simbólica, e foi fundamental verificar outras perspectivas no contexto social de tantos atores envolvidos.

Ao entender melhor os ingredientes que forjaram o cenário daquela noite de natal de 1993, compreendi melhor o caleidoscópio das leituras feitas a partir de uma nova presença da Igreja com o povo de Rua, inaugurada naquela noite.

As memórias de dom Paulo Evaristo Arns sobre aquela noite, apresentam outro ponto de vista na compreensão interpretativa do mesmo acontecimento, e para ele o ponto central localiza-se na inspiração inusitada da escolha e na consolidação do ato de cuidar de forma direta e organizada da parcela do povo de rua:

*O momento crucial foi quando voltei do Japão com o prêmio Niwano. Eles me doaram 200 mil dólares. Em pleno dia de Natal, fui para a Igreja e disse: esses 200 mil vão ser para o Menino Jesus. Vamos ver quem é esse Menino Jesus? Quando vi o Júlio subir as escadarias da Sé com todos os pobres da rua e deitarem-se nos degraus que dão acesso ao presbitério, eu fiquei tão entusiasmado que, durante o sermão, de improviso, sem consultar bispo nenhum, sem consultar o Conselho, pulando por cima das instâncias, eu simplesmente criei um*

*Vicariato dos Homens da Rua, do Povo da Rua. Os nomes variaram, mas o povo era sempre o mesmo. Muito acolhedor e muito bom. Foi uma inspiração da hora, o entusiasmo da hora. Eu disse: ao invés de dormir aqui, pois vocês todos estão com sono e nem tiveram jeito de descansar, vocês vão ter um lugar para vocês. Vamos ver o que a gente pode fazer para vocês. Eu trouxe algum dinheiro do Japão que vai ser dado para vocês. Só isso. E agora, daqui para frente, o chefe de vocês é o padre Júlio Lancellotti, e ele vai cuidar de vocês. Ih! Bateram muitas palmas! A Igreja inteira rejubilou, quando eu disse Júlio Lancellotti. Ele já era muito conhecido por conta do trabalho com os menores e também porque ele ia com os pobres para baixo dos viadutos. Bateram palmas! Eu quando cheguei à sacristia falei para ele: 'Você me desculpe! Aquilo foi do Espírito Santo, e é irrevogável. Você foi nomeado publicamente e foi nomeado com toda a capacidade e autoridade que eu tenho como arcebispo'. Você agora é monsenhor e daqui para frente você cuida dos pobres em meu lugar, e me chama sempre quando eu possa ajudar. Mas tem uma coisa, eu já trouxe 200 mil dólares aqui no bolso e quero saber o que você vai fazer com esse dinheiro, que é para os pobres da Rua. No Japão me disseram que eu desse para quem quisesse! Mas eu achei logo que devia dar para os homens da rua, que naquele tempo já chamávamos de povo da Rua. Começaram a procurar um lugar, e havia um lugar na Luz. Padre Júlio fez uma pesquisa que deu um resultado extraordinariamente diferente daquele que nós esperávamos: os pobres disseram que queriam uma Catedral! Não queriam uma casa qualquer, não queriam um albergue, pois o Maluf já tinha feito e lá eles eram maltratados. Eles queriam um lugar perto de Deus. Então eles disseram que queriam uma coisa assim: embaixo para tomar banho, ficar limpo de corpo e depois subir e ficar lá em cima e rezar. Respeitando um ao outro e fazendo as festas conforme o organizador*

*ajudasse. Eles têm muita inspiração. Têm muitos poetas entre eles. Muitos cantores. Gente muito capaz.*

Os três relatos são exemplos concretos de que:

*Esse convívio de lembrança e crítica altera profundamente a qualidade da segunda leitura. A qual, só por essa razão, já não 'revive', mas 're-faz' a experiência da primeira (BOSI, Ecléa, 2004, p. 57).*

Historicamente, a Catedral do povo da Rua foi inaugurada em 28 de junho de 1997, a partir do dinheiro ganho em 1994, no Japão, da Fundação Niwano <sup>9</sup>. O Vicariato Episcopal fora instituído em 27 de dezembro de 1993. Dom Paulo funde tais momentos simbólicos em um único e emblemático evento, e corrobora o que já disse sobre a memória reinterpretada.

Dom Paulo Evaristo Arns, em seu depoimento no dia 7 de janeiro de 2004, falou daqueles acontecimentos como um pedagogo e um pai espiritual, revelando: *"Um movimento peculiar à memória do velho que tende a adquirir, na hora da transmissão aos mais jovens, a forma de ensino, de conselho, de sabedoria"* (BOSI, Ecléa, 2004, p. 481).

Houve, de fato, nos dois eventos citados: na criação do Vicariato e na construção da Catedral do povo da Rua, um conjunto de decisões eclesiais inéditas.

O cardeal as chama de inspirações ou entusiasmos. Assim também as lê a irmã Ivete. Padre Júlio interpreta de outra forma. Fato é que houve alteração na estrutura hierárquica da Igreja, com a nomeação do vigário

---

<sup>9</sup> Niwano Peace Foundation é uma Fundação Budista japonesa que anualmente confere prêmio a personalidades de envergadura intelectual que contribuam para a paz mundial. Website: [http://www.npf.or.jp/npf/index\\_e.html](http://www.npf.or.jp/npf/index_e.html)

episcopal ambiental, inédito no Brasil, e a construção de um lugar de oração para o povo da Rua, o que é também paradoxal.

Quanto à constituição jurídica do vigário episcopal vale lembrar que ela está codificada pelo cânon 476, onde se lê:

*Sempre que o bom governo da diocese o exigir, podem ser constituídos pelo Bispo diocesano um ou mais vigários episcopais que tenham, em determinada parte da diocese, ou em determinada espécie de questões, ou quanto aos fiéis de determinado rito ou de certa classe de pessoas, de acordo com os cânones seguintes, o mesmo poder ordinário que compete ao Vigário geral por direito universal (JOÃO PAULO II, 1983, cânon 476).*

Padre Júlio Lancellotti foi nomeado livremente pelo arcebispo, pois fora considerado perito em teologia, e recomendado por sua sã doutrina, probidade, prudência e experiência no trato das questões dos moradores de Rua.

O próprio cardeal Arns responde por que escolheu padre Júlio para vigário episcopal:

*Por que escolhi o padre Júlio? Júlio Lancellotti tinha a proteção de dom Luciano Mendes de Almeida, e era considerado um dos preferidos dele. Eu perguntei para dom Luciano e ele me disse: o Júlio morde nos dentes, mas não larga! Ele vai até o fim. A gente pode confiar nele. Sempre dizia isto de novo. Eu fui me convencendo disto vendo-o e acompanhando-o. Eu confio nele como confio em mim próprio e até confio mais nele que em mim próprio, em certas situações.*

O semanário da Arquidiocese de São Paulo assim apresentava as razões da escolha do novo vigário episcopal: “Como um reconhecimento por seu trabalho junto aos moradores de Rua” (O São Paulo, 30.12.1993, ano 38 n. 1959, p. 7).

Ao tornar padre Júlio vigário episcopal, e erigir juridicamente o Vicariato Episcopal do Povo da Rua, o cardeal arcebispo de São Paulo criava algo inédito e punha em relevo, como nunca antes, a vida e a identidade dessa reunião de determinado agrupamento humano (*certi personarum coetus*, como o determina o cânon 515), os moradores de Rua.

A própria figura do vigário episcopal era nova, criada pelo Concílio Vaticano II em 1965 (no documento conciliar *Christus Dominus* n. 27) e comumente usada em certas metrópoles para grupos humanos específicos, como universitários, religiosos, migrantes, ou certa parte territorial da diocese para a qual o bispo convoca um padre para auxiliá-lo. No entanto, até o ano de 1993 não conheço em diocese católica nenhum vigário episcopal para os moradores de Rua! Já existiam dois Vicariatos em São Paulo: o dos Construtores da Sociedade e o da Comunicação, criados em 1991. O terceiro viria especialmente para evangelizar os que vivem nas Ruas e os menores.

Quanto à Catedral dos moradores de Rua, construída com o dinheiro do Prêmio Niwano da Paz, ela também adquiriu feições simbólicas inéditas. Existiam em inúmeras dioceses do mundo serviços filantrópicos e espaços de acolhida para os que andam pelas ruas: em geral na forma de albergues custodiados por ordens religiosas. Uma Igreja destinada para essa população, com autonomia em sentido pastoral e sacramental, foi um inusitado ato institucional que abriu caminho para o reconhecimento de sua identidade própria e de suas características urbanas. Essa decisão poderia suscitar uma sectarização das pessoas de rua em relação às outras comunidades paroquiais, mas não ocorreu.

Ao erigir a comunidade estável de fiéis em torno do Vicariato, o cardeal reconhecia a personalidade jurídica, *ipso iure*, conforme o cânon 515 § 3.

A Igreja garantiu aos moradores de Rua acompanhamento pastoral permanente e adequado dentro das normas institucionais. Tornavam-se membros de pleno direito do imenso arcabouço institucional da Igreja. Já eram membros pelo batismo, agora exerceriam deveres e direitos pela pertença organizada a um Vicariato pessoal.

A ação do Vicariato, como organismo eclesial constituído formalmente, se inspirou no compromisso da fé religiosa do Povo de Deus pela história escrita na Bíblia e assumindo essa prática como chama de vida, não mais como memorial, mas como acontecimento atualizado. A mecha fumegante pôde reacender-se, pois estas pessoas tiveram oportunidade de reviver a história comum e reencontrar a identidade cultural. O conceito de pertença a um povo é essencial na compreensão da chave teológica do Vicariato e um critério religioso de extensão política.

Ao dar a contribuição ao povo de Rua, a própria Igreja proclama a opção pelos pobres como um critério de identidade histórica. Os moradores de rua se constituem povo não pela formação teórica de sua fé (constituída de elementos de muitas fontes religiosas), nem por sua moral (freqüentemente com atitudes contraditórias e não plenamente éticas), mas porque, reconhecendo sinceramente que estão sós e precisam dos irmãos, se dispõem a vencer a desconfiança, se dispõem a fazer uma Igreja, não para rezar individualmente, mas para formar uma comunidade. A comunidade dos inicialmente autoproclamados sofredores de Rua, e hoje, a Comunidade do Povo da Rua.

Assim conclui padre Júlio ao comentar o estilo de vida espiritual vivido nas comunidades de rua:

*É fácil rezar pelo povo da Rua nas celebrações onde eles não estão presentes. O difícil e verdadeiro seria rezar com o povo da Rua nas celebrações onde eles estão presentes. Nas celebrações que são feitas a partir deles, e com eles. E nunca sem eles. O morador de Rua é uma figura emblemática do tropeço na própria Igreja.*



### **10. Objetivos originais do Vicariato**

O Vicariato propunha-se ser instância de convivência na vida e na luta cotidiana do morador das ruas da cidade. Apresentou-se como um lugar em que se exercitaria a convivência de valores humanistas. Queria ser propiciador de profecia dirigida à Igreja e à sociedade paulistana.

O Vicariato foi formado por agentes de pastoral leigos, religiosas, religiosos, padres e, sobretudo pelo povo da rua. O grande objetivo era formar Igreja na rua e a partir da rua. O Vicariato assumiu como tarefa aprofundar espiritualidade e mística para todos que nele trabalhassem em tempo integral, o que inclui o vigário episcopal, equipe de religiosas, alguns seminaristas e os leigos voluntários das diversas denominações cristãs.

As áreas de atuação se configuravam nas seguintes:

- Região Sé,
- Região Belém,

- Região Ipiranga,
- Região Lapa,
- E destaque seria dado à área central da cidade, onde a população de rua se concentra.

Várias paróquias mantêm ações, como sopa comunitária, para esta população, assim como determinadas congregações prestam serviços específicos aos albergados e enfermos. Destaque para a Ordem Franciscana e para a recém-criada Toca de Assis.

O Vicariato quis unir as iniciativas para avaliar experiências e gerar critérios comuns de ação. O Vicariato assumiu objetivos religiosos e sociais, participando de parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais na defesa da cidadania. O Vicariato privilegia a convivência como metodologia pastoral e meio para criar espaços de participação, manifestação da religiosidade, das necessidades e visão de mundo. Estas três tarefas: unir, participar de parcerias e conviver dão o rosto da presença do Vicariato na cidade de São Paulo.

A oração comunitária na Rua e as celebrações de Natal, Semana Santa e Páscoa têm sido momentos especiais de formação religiosa e aprofundamento de espírito evangélico, a ser vivido e testemunhado em situações como as que se apresentam para quem vive nas Ruas.

Este trabalho em pequenos grupos comunitários de convivência busca:

- Romper o isolamento,
- Vivenciar a fraternidade e a partilha,
- Fortalecer a esperança,
- Defender a vida e, sobretudo,

- Garantir direitos sociais de saúde, moradia, trabalho, lazer e expressão cultural.

A Arquidiocese de São Paulo construiu um Centro Pastoral para o povo da rua, chamado de Catedral do povo da rua, hoje espaço privilegiado de acolhida, celebrações, treinamento, atividades culturais, especialmente voltadas para a população de Rua como sinal efetivo de compromisso e aliança com o povo de Deus que vive a mais dura exclusão.



### **11. Pedras e flores pelo caminho**

Algumas mudanças aconteceram a partir das opções da OAF e da criação do Vicariato do Povo da Rua.

O serviço pastoral anunciou-se como um sinal de esperança, acolhida e defesa da vida dos que viviam espalhados, esquecidos e evitados, pelas ruas da cidade. Naquela noite de Natal de 1993, o povo de rua conquistou um espaço na Igreja Católica de São Paulo.

Espaço que até aquele momento jamais detivera. Ganha reconhecimento aquilo que Nenuca, padre Ignácio e tantos leigos da OAF tinham semeado por 38 anos. O grito profético reverberava há décadas: “*Somos um povo que quer viver*”, e provocava uma abertura na estrutura eclesial da Igreja Católica em São Paulo. Contrariamente ao bíblico “*não havia lugar para eles*”, registrado nos Evangelhos e dito a José e Maria, naquele Natal de quase 2 mil anos passados, ouvia-se no ano de 1993 um sim acolhedor. Havia lugar para esse povo na Igreja paulistana. Não mais um lugar de ‘*piiedade*’, mas lugar de direito, que lhes era reservado por sua perseverança na luta do dia-a-dia para continuarem vivos. Lugar eclesial para que formassem comunidade, solidariedade, enfim, reconhecidos e valorizados como pessoas, em seus trabalhos, direitos e sofrimentos.

O que pretendia ser o novo Vicariato Episcopal? Assim responde o padre Júlio Renato Lancellotti:

*Sempre ficou muito claro para nós de que sempre íamos ter duas vertentes. Nunca dom Paulo ou dom Cláudio Hummes disseram: eu quero que o Vicariato faça isto. No direito canônico, o vigário episcopal é um ordinário sem caráter. Ele responde pelo bispo naquela questão ou área. Nós tivemos sempre a preocupação da construção coletiva. Sempre tivemos dois pontos que nos marcaram. A primeira vertente é a pastoral e metodológico. Qual é o método? Esta é questão pastoral, enfim. Como se trabalha com a população de rua? Eis a questão.*

Durante alguns anos, a questão do fundamento pedagógico e metodológico, acompanhou as preocupações teórico-práticas de muitos agentes. Não era a única vertente de ação e reflexão. Havia outra, como diz Júlio:

*A outra questão é a vertente (política) das políticas públicas. Nós temos que trabalhar esses dois sentidos. Usar o peso do Vicariato institucional para trabalhar, aprofundar uma questão metodológica, pedagógica e pastoral. Que resultou na Cartilha (Pastoral do Povo de Rua: Vida e Missão, São Paulo, Loyola, 2003). Era o resultado formal de uma reflexão. A cartilha é a reflexão da prática. Aquilo não é teoria. Bom, é uma teoria no sentido verdadeiro de teoria. Teoria como o fato de ter pensado e avaliado a prática, com os depoimentos da população de rua. E essa é uma prática presente em vários lugares: Belo Horizonte, Ceará. A Cristina anima a pastoral de rua em Belo Horizonte há dez anos, extremamente articulada, conhecida e valorizada. Nós assumimos muito a questão da vertente política. Para nós a caridade maior, segundo o Papa Pio XI, é a política, é o amor político. Nós não vamos atingir só aqueles que estão conosco. Nós queremos atingir a população de Rua como um todo. Fomos, portanto, discutir política pública em nível estadual, municipal, federal. Havia uma prática do governo do Estado que era o Cetrem com o departamento de migrantes. Mas, a população de rua muda de perfil.*

*Houve avanço grande na gestão da Luiza Erundina, quando iniciamos novos trabalhos com a população de Rua. Tivemos o início do esboço de uma política pública, que contou muito com a figura pessoal da prefeita. Em função de sua qualificação profissional e da ligação prévia que tinha com os movimentos sociais e em especial com o movimento da População de Rua. Porque no caminhar da Casa de Oração tínhamos a Missão. E a Luiza tinha participado das missões. Vinha gente de todo o Estado de São Paulo e levava uma semana de missão. Tínhamos a figura do padre Alfredinho (Fredy Kunz). Há muitos personagens. Temos a Cinira. É uma história muito densa. A sopa lá no Glicério com a irmã Ivete, a famosa sopa! No governo da Luiza Erundina surge a Comunidade São Martinho do*

*Povo de Rua (em 22 de fevereiro de 1990) com o apoio de dom Luciano Mendes de Almeida. A Rede Rua surge nessa época da Luiza também. Gente como Arlindo e Alderon que foi formada na Casa de Oração.*

Uma das novidades dessa vertente política foi o surgimento, em 1994, de um grupo de treze moradores de rua articulados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e que em 22 de dezembro, participaram da ocupação da Fazenda Pirituba em Itapeva (Trecheiro, dez. 1995, ano V, Especial Sem-Terra).

As críticas do povo da rua permanecem ácidas, como conta irmã Ivete:

*O povo da Rua tem uma crítica tremenda à Igreja Católica. Sempre teve. Às vezes, até criticam Jesus Cristo. Dizem: 'Se ele morreu na cruz é porque alguma coisa ele fez'. Ele tem uma extrema reverência por Deus. Ir à Igreja, eles não acreditam mais. Nem à Igreja do Davi Miranda (Deus é Amor), nem a do bispo Edir, nada. Para ele, estes bispos e Igrejas não chegaram a uma vivência cotidiana. Poucos falam de dom Paulo. Os pobres da periferia falam muito do cardeal. Os da rua não chegaram a entender a posição dele, que é uma posição super-radical. Eles, os da rua, acreditam em Deus: Deus é muito bom! Eles não acreditam em Igreja, pois nela transita a questão econômica. E a questão econômica cria desconfortos. Até mesmo o padre Júlio é por eles criticado. Um dia, Nelson chegou aqui para tomar café e disse: 'Quem trabalha não tem tempo de ganhar dinheiro'. Essa é a filosofia dele. Quando saiu a frente de trabalho, ele queria ficar aqui conosco. Eu nem consultei o grupo e disse a ele: 'quem trabalha não ganha dinheiro'. Aqui não é o seu lugar. Ele sabe que quem trabalha, de fato, não ganha muito dinheiro. Mas ele replicou: 'Vocês me criticam, pois dizem que eu achaco. Ontem o padre Júlio estava achacando na Igreja. E a gente da rua não pode*

*achacar?’ A crítica de dele era porque padre Júlio, na missa, havia pedido dinheiro nas ofertas, para a coleta das missões, e ele via nisso uma grande contradição, criticando-o fortemente.*

Os depoimentos que registramos formam belo quadrívio de testemunhas imprescindíveis que se entrecruzam e se completam, e onde todos nos reconhecemos: *"Somos de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão"* (BOSI, Ecléa, 2004, p. 407).



## CAPÍTULO SEGUNDO - DA EXCLUSÃO À CIDADANIA

### 1 - A moldura da metrópole

A nova divisão internacional do trabalho, fundada nas grandes transformações tecnológicas e organizacionais, atinge o planeta e leva a uma mundialização de “lugares”.

Existem hoje lugares mundiais especializados e lugares mundiais complexos. Eles são em geral as metrópoles e grandes cidades, nas quais o meio humano, econômico e técnico favorece o surgimento de incontáveis atividades que se completam localmente e em nível mundial, criando um verdadeiro “*meio técnico-científico*”, resposta geográfica ao processo atual de globalização.

No seio da rede de ‘*metrópoles globais*’<sup>10</sup>, são encontradas mais e mais metrópoles do Terceiro Mundo, com características particulares, fruto de uma

---

10 O conceito ‘metrópole global’ é visto de maneira crítica por muitos sociólogos. Entre os que o defendem cito a pesquisadora Diana Meirelles da Motta do CGPUR/IPEA.

modernização incompleta, e situadas no interior do subdesenvolvimento em que estão inseridas.

*A conhecida listagem produzida pela ONU em 1994 arrola um conjunto de megacidades e classifica São Paulo em quarto lugar no quadro das maiores aglomerações urbanas do mundo, logo abaixo de Tóquio, Nova Iorque e Cidade do México (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2004, p. 160).*

Entre os 111 centros urbanos no Brasil, comandados por 13 metrópoles, São Paulo é aquele que detém o maior poder de controle sobre a economia nacional, situando-se em oitavo lugar entre os países capitalistas em termos de Produto Interno Bruto (perto de 400 bilhões de dólares)<sup>11</sup>.

O ritmo de crescimento populacional foi vertiginoso desde o ano de 1872:

*Enquanto a população brasileira aumentou 17 vezes nesses 130 anos, o Estado de São Paulo, o mais rico da União, aumentou sua população em 44 vezes, o município de São Paulo multiplicou o número de seus habitantes em 331 vezes! Somente nas últimas duas décadas do século XX o crescimento da cidade entrou em ritmo menos galopante; nesse período, as cidades do entorno da capital foram as que mais cresceram (MARCILIO, 2005, p. 95).*

A região metropolitana envolve 39 municípios e 20 comarcas judiciárias. Com 17.878.703 habitantes, segundo o censo IBGE do ano 2000, é uma das grandes metrópoles industriais do hemisfério sul. Um total de 95,8% mora em área urbana (17.119.400 hab.) e 4,2%, ou seja, 759.303 habitantes conformam

---

<sup>11</sup> Os dados deste capítulo foram retirados do IBGE, censo 2000, da Secretária de Planejamento Urbano da cidade de São Paulo e cotejados com a obra de MEYER, Regina Maria Proserpi, GROSTEIN, Marta Dora, BIDERMAN, Ciro (org.), *São Paulo Metrópole*, São Paulo, EDUSP, Imprensa Oficial, 2004. Usei ainda o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, editado pelo PNUD.

a remanescente e diminuta área rural nas franjas das cidades (GOUVÊA, 2005, p. 295-296).

Dezessete destas cidades, tais como São Caetano do Sul, Carapicuíba ou Jandira, não têm sequer população rural. Outras, nas regiões Sul e Oeste, como Biritiba-Mirim e Juquitiba, ainda resistem fragilmente ao implacável avanço da *mancha urbana*. Hoje a mancha alcança 2139 Km<sup>2</sup>.

*“Entre 1965 e 1990, o processo de urbanização incorporou de forma indisciplinada para uso urbano 1.021 Km<sup>2</sup> de área rural aos 745 km<sup>2</sup> de urbanização metropolitana existente em 1965”* (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2004, p. 45).

Alguns teóricos e urbanistas chamam o processo de *‘urbanização sem cidade’*, como as professoras Lúcia Maria Machado Bógus, da PUC-SP, e Suzana Pasternak da USP.

Existe eixo de expansão urbana contínua com mais de 100 quilômetros na direção Leste-Oeste.

As cidades de Los Angeles e Tóquio, no mundo desenvolvido, podem ser comparadas em vigor e ritmo de crescimento industrial sustentado do pós-guerra, apesar do período de recessão registrado na última década do milênio. Com mais de 2 milhões e meio de trabalhadores industriais, São Paulo abriga, em que pese taxa altíssima de desempregados do setor secundário, uma das mais importantes massas operárias do planeta. Esses trabalhadores representam perto de um terço da população ativa da área metropolitana, relação que a sobrepõe a outras regiões metropolitanas brasileiras, como Porto Alegre, com 25%, e Curitiba, com 18%. O valor da produção industrial é superior aos 30% do total da produção nacional brasileira no setor secundário.

São Paulo, a cada ano, concentra igualmente importante e dinâmica atividade de serviços que respondem às necessidades do país, do Estado e até do subcontinente, em suas relações econômicas internacionais, tornando-a verdadeira metrópole econômica brasileira, especialmente no âmbito do Mercosul.

Todos os dados da atividade econômica da metrópole são hoje questionados, pois muitos indicadores das regiões metropolitanas recuaram, enquanto os mesmos índices cresceram no restante do país em áreas não-metropolitanas. A metrópole paulistana, entre outras, caminharia na contramão do macro crescimento econômico.

O economista André Urani, diretor-executivo do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (*IETS*), chama essas grandes regiões metropolitanas, com destaque para São Paulo, de '*baleias encalhadas*'<sup>12</sup>.

O número de pobres na cidade ficou estável em toda a última década (de 24,2% passou para 23,5%), segundo dados da pesquisa do IETS.

Confirma-se o que outros pesquisadores apresentaram como marca de disfunção da cidade: "*A relação trabalho-moradia acabou por tornar-se uma marca essencial da disfunção metropolitana*" (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2004, p. 50).

Entre 1981 a 1985, as sedes bancárias instaladas na metrópole paulistana passam de um quarto para um terço, sendo que o Rio de Janeiro, historicamente praça financeira tradicional, vê sua participação tombar de 30% para 9%, em parte devido à difusão e ampliação bancária no Brasil. As privatizações confirmaram a concentração do ativo líquido dos bancos: em

---

12 Jornal O Estado de São Paulo, 25 de junho de 2006, p. B1, caderno: Economia e Negócios.

1968 era de 26% e em 1984 passa a 42%. Confirmam-se cada vez mais a concentração bancária e os centros de gestão e controle da economia transnacional no espaço paulistano. Pode-se afirmar que São Paulo assumiu o papel de epicentro do sistema capitalista brasileiro. Paradoxalmente aqui está a maior parte da população de rua do país<sup>13</sup>.

A cidade de São Paulo, segundo dados do PNUD, tem 10.434.252 habitantes, no Censo do ano 2000, com taxa de 94,05% de urbanização (PNUD, Atlas, 2003).

As mesmas razões que se conjugaram para fazer de São Paulo a capital econômica do Brasil e uma '*metrópole econômica mundial*'<sup>14</sup> fazem de nossa cidade igualmente o mais importante centro de irradiação intelectual. Suas três universidades estaduais (USP, UNESP, UNICAMP), as federais, e as comunitárias, marcadas pelo selo da excelência acadêmica (entre as quais a PUC-SP) asseguram bem mais da metade de toda a pesquisa científica feita no país, inclusive em setores de ponta, tais como biotecnologia, pesquisa de novos materiais, energia nuclear, ou as atuais alternativas de biomassa, educação, informática e eletrônica, química fina e inclusive, e infelizmente, ampla produção e desenvolvimento de armamentos.

*“As 88 universidades da Grande São Paulo reafirmam os vetores de expansão das principais redes de equipamentos metropolitanos pesquisados: região do ABCD, Osasco/Barueri e Guarulhos”* (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2004, p. 175).

---

<sup>13</sup> *Em dez anos, só o debate avançou*, Jorge Wilhelm, O Estado de S. Paulo, 20.06.2006, caderno C7.

<sup>14</sup> [http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/diana\\_motta.doc](http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/download/diana_motta.doc)

São Paulo publica 40% das revistas científicas de importância relativa, 45% das revistas de importância média e 60% das revistas científicas consideradas prioritárias. Há ainda imensa rede de faculdades privadas sem qualquer compromisso com a pesquisa e a extensão.

Em termos de mídia e produção publicitária, a cidade de São Paulo possui 49% do número total de agências brasileiras de publicidade e 67% do total das receitas auferidas. Para aferir o que representa, podemos verificar que em anos recentes a média de investimentos anuais alcança perto de 2.2 bilhões de dólares. A '*mundialização*' atingiu fortemente o *modus vivendi* da cidade e é acompanhada de vigoroso desenvolvimento de atividades ligadas à comunicação e à telefonia. Estas também fortemente internacionalizadas por grandes multinacionais espanholas e norte-americanas. O crescimento do número de telefones celulares é vertiginoso. Dados da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel - demonstram a força hegemônica da cidade de São Paulo no tráfego de chamadas internas, nacionais e internacionais. Perto de 43% do volume total de chamadas realizadas no Brasil para o exterior provinham da cidade de São Paulo (ANATEL, 2000).

Metade dos bilhetes de avião é vendida na cidade, concentrando 28 das 59 agências de viagem do País. As viagens de pessoas para a capital paulistana têm como principal razão os negócios, seguida da vinda para congressos científicos e em terceiro lugar, turismo e compras. Os profissionais que mais vêm a São Paulo são os engenheiros e homens de negócios, seguidos de dirigentes de empresa, economistas, médicos, vendedores e compradores.

A cidade vive mergulhada em um processo estrutural complexo ao participar da divisão internacional do trabalho e simultaneamente da divisão interna do trabalho, brasileira e do centro sul, especialmente. Assim, em São Paulo se instaura e desenvolve uma divisão territorial do trabalho, e a paisagem urbana é testemunha viva e mutável do encontro de influências e da luta de interesses. Bairros inteiros são abandonados. Como exemplos, podemos ver o Brás, Pari e Campos Elíseos. Às margens do rio Pinheiros uma nova elite se consolida e emerge. A verticalização é fenômeno atual na parte sudoeste da cidade. Existe ainda grande preocupação da classe média e alta em continuar construindo e mantendo ilhas de segurança (*Alphavilles*) em condomínios sempre mais auto-suficientes e com grande aparato de segurança e controle.

Os números da concentração de renda mostram que há uma ponta aguda da pirâmide localizada na cidade de São Paulo:

*Em primeiro lugar, São Paulo possui 76.738 famílias que recebem mais que o rendimento superior à linha de riqueza do Estado (75,7 % das famílias mais ricas do estado). Em segundo lugar, a renda média dessas famílias paulistanas mais ricas está em R\$ 36,6 mil, ou seja, mais do que o dobro da renda média dos 1% mais ricos do Brasil (R\$ 14,6 mil). Em termos de município, é mais interessante notar que essas famílias de alta renda estão claramente concentradas em alguns distritos. Observe que apenas dez distritos (dos 96 existentes) concentram 51,1% das famílias paulistanas ricas, que movimentam mensalmente R\$ 1,5 bilhão ou 53,2% da renda dos mais ricos da cidade. Se a análise alcançar 20 distritos, as famílias mais ricas movimentam R\$ 2,1 bilhões, isto é, 74,9 % dos R\$ 2,8 bilhões do total da renda dos mais ricos (Atlas da Exclusão Social, vol. 3, 2004, p. 152).*

O centro velho se deteriora e edifícios são abandonados e ocupados por moradores sem teto, particularmente na famosa avenida São João. Grandes regiões operárias passam hoje por transformações e mudanças estruturais em sua arquitetura, composição populacional e étnica. Eram bairros-dormitórios, hoje redefinidos pelo interesse imobiliário especulativo para novas finalidades e identidade. Assumem novos perfis urbanísticos. Pode-se notar forte presença de migrantes das gerações anteriores, mas as novas gerações urbanas dos filhos dos migrantes assumem novos rostos nos bairros que têm alterado lugares e suas estratégias de sobrevivência. Alguns dos filhos e netos de migrantes se integram nas áreas de segurança, outros na economia submersa, muitos vão para a ilegalidade, outros tantos chegam a participar do comércio ilegal e do contrabando. Freqüentes e cíclicas crises de emprego, advindas do capitalismo hegemônico, levam às Ruas grande número de jovens e de trabalhadores envelhecidos. Ontem, eram majoritariamente nordestinos, mineiros e negros. Hoje, o perfil é composto de jovens brancos, mulheres e até famílias inteiras, além dos nascidos na própria metrópole paulistana.

Na periferia urbana, já praticamente '*conurbada*' com dezenas de municípios limítrofes, a expansão continua em direção ao leste, tendendo a ligar-se com Mogi das Cruzes e em ritmo veloz com São José dos Campos (distante 100 quilômetros do marco zero). Em direção ao Oeste a periferia caminha em dezenas de loteamentos e ocupações rumo a Jundiaí e Campinas (outros 100 quilômetros do centro da capital). Na direção norte, a cidade se estende e invade, destruindo todas as encostas e reservas florestais da Mantiqueira e dos resquícios de Mata Atlântica, atingindo Mairiporã, Atibaia, Caieiras e Franco da Rocha. Sérios problemas ambientais estão envolvidos.

Para o lado sul, ocupando as margens das represas Billings e Guarapiranga, a mais ampla presença de toda a migração nordestina e mineira, que em três décadas ali se instalou de forma irregular e sem qualquer suporte do poder público. Imensas áreas das Zonas Leste e Sul foram descaracterizadas pelo surgimento explosivo de novos bairros de 30 a 50 mil habitantes em menos de uma década.

Exemplo clássico é, dentro do imenso território do conhecido bairro São Mateus, localizarmos uma área batizada na década de 1960 de Cidade Satélite Santa Bárbara, na então distante cidade São Matheus, pois à época a administração pública do centro da metrópole pensava localizar ali uma futura cidade-satélite. Por influência direta de um plano urbanístico pensado pelo padre dominicano Louis-Joseph Marie Lebrét (1897-1966), na década de 1950 (LEBRET, 1951). Mas tudo em vão. Foram todas as cidades satélites envolvidas e fagocitadas pela metrópole. Muitos de seus cidadãos, entretanto, ainda hoje sequer visitam durante toda a sua existência o Centro Velho de São Paulo, em décadas de permanência em sua própria 'cidade'. Dizem que seus filhos e netos vão à cidade, quando esses vão à Praça da Sé, e ao centro quando se dirigem para a cidade de Santo André. A razão é esta: Santo André lhes oferece trabalho e comércio cotidiano, enquanto a cidade de São Paulo lhes cobra os impostos e a regularidade jurídica formal. Tornaram-se habitantes de uma cidade, mas vivem e haurem recursos de outra. São cidadãos metropolitanos fragmentados. Vivem a cidadania como um mosaico, sem conhecer o desenho nela impresso e por outros arquitetado.

Afirma Wilhelm:

*Para urbanizar você precisa sanar irregularidades. E o problema está na renda da população. A maioria não tem como ingressar no*

*mercado imobiliário formal e apela para a irregularidade. E, assim, o problema só cresce. Nunca haverá política habitacional eficiente sem política de combate à desigualdade. A inclusão social era o foco da administração Marta. E não é, claramente, o foco da atual gestão<sup>15</sup>.*

Para participar da modernidade neoliberal excludente foi preciso um esforço gigantesco de arrecadar recursos e equipamentos. A incorporação da metrópole paulistana foi feita em detrimento dos investimentos sociais, já comprometidos historicamente por uma urbanização galopante nos anos da ditadura militar e do projeto industrial do ABC paulista. Nos anos que percorrem 1940 até 1980, cerca de mil pessoas chegavam por dia em nossa cidade, vindas basicamente de ônibus, mas também de trem ou mesmo a pé. As vilas operárias das décadas de 1920 e 1930 tornavam-se obsoletas com a construção de bairros operários. Os terrenos populares, que nos anos 1940 possuíam dez por 30 metros de extensão, reduziram-se década a década para os atuais cinco metros de frente por 15 metros de fundo. Ou seja, em 50 anos os 300 metros reduziram-se para 75 metros quadrados de área urbana. Isto contar áreas de habitações coletivas e das chamadas ‘*camas-quentes*’, onde o habitante aluga só a área de sua cama por um período no dia ou na noite. O fim da fronteira geográfica gera grande batalha por espaço e aumento de custos de manutenção e sobrevivência na cidade. Nos 15 últimos anos, a população favelada multiplicou-se por dez.

As mudanças geoeconômicas tiveram conseqüências concretas. A nova cidade geográfica construiu outro rosto humano. Mais acidentes de trânsito, queda na taxa de natalidade, aumento exponencial de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio.

---

15 O Estado de S. Paulo, caderno Cidades, p. C7, 20 de junho de 2006.

Em outras palavras, os pobres estão pagando com a vida para que a capital se modernize. A modernização produzida em São Paulo gera processos humanos incompletos e seletivos, deixando excluída de quaisquer benefícios parcela considerável da população. A proporção de pobres na Grande São Paulo passou de 24,7% em 1992 para 23,5% em 2004. A pequena queda não foi acompanhada de melhorias concretas nas condições de vida de parcela da população paulistana.

*“Nas regiões metropolitanas não só os ganhos reais foram menores do que no resto do Brasil, como também foram mal distribuídos – quanto mais pobre, menos se ganhou”<sup>16</sup>.*

Estudo recente comprova que a informalidade avançou em São Paulo de 14,9% para 23,7%, com aumento significativo dos trabalhadores sem carteira assinada. Comprova ainda que a globalização e a abertura da economia implodiram o modelo industrial situado nas metrópoles. O total de empregados na indústria tradicional em 1992 representava 10,4% do total da força de trabalho, em 2004 reduziu-se para 6,2%. Já os empregados na chamada indústria moderna passaram em São Paulo de 15,7% em 1992 para 12,3% em 2004. A taxa de desemprego na metrópole paulistana subiu de 10,1%, em 1992, para 13,8%, no ano de 2004<sup>17</sup>.

Mesmo com Plano Diretor aprovado há mais de duas décadas, não há de fato controle do crescimento desordenado da cidade, face aos interesses de grandes grupos imobiliários, que desobedecem frontalmente à legislação.

Alguns dados demonstram a iniquidade da pujante riqueza paulistana.

---

16 Jornal O Estado de São Paulo, 25.06.2006, página B1.

17 Idem, ibidem.

A mesma população que vê surgir nova cidade viu sua renda familiar per capita (salário base de setembro de 1991) sofrer achatamento na década de 1990. A renda em 1970 era de 1,82 salários, em 1980 vai a 3,21 salários e baixa em 1991 para 3,03 salários. A porcentagem de pessoas com renda insuficiente na cidade oscilou de 20% em 1970 para 5,93% em 1980 e voltou a crescer para 11% nos anos 1990. Os resultados mensuráveis são as doenças e a fome em amplas camadas de empobrecidos. Ainda que a rede hospitalar seja imensa, é insuficiente para a demanda da cidade e de milhares de pessoas que aqui chegam de outros Estados que não possuem determinados serviços de referência hospitalar.

*“A rede de hospitais da Região Metropolitana de São Paulo é composta por 153 hospitais gerais, e 51 hospitais de referência. Os hospitais de referência concentram-se claramente em alguns distritos do município de São Paulo”* (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2004, p. 175).

A taxa de mortalidade infantil passa de 64.4 por mil nascidos em 1962, para 37 por mil em 1985 e chega-se a 30 por mil na década de 1990 (taxa semelhante à da Albânia, da Jordânia e do Uzbequistão). Comparativamente devemos dizer que a taxa média de países desenvolvidos é de nove por mil nascidos vivos.

*“Em 1997, a taxa estava no nível de 19,8, e no ano fim do século recuou para 16,9, segundo dados do Seade. Em 2001, a mortalidade infantil em São Paulo caiu ainda mais: para 15,8 óbitos a cada mil nascimentos, o que representa menos da metade da taxa nacional de mortalidade infantil”* (MARCILIO, 2005, p. 101).

Há situações de risco ambiental grave para o conjunto da população paulistana, conforme relatório da Emplasa, de 1997:

*Em 1997 foram identificados 30 lixões em 25 municípios da região. Essa solução insatisfatória e perigosa para a saúde pública gera a poluição das águas, pela infiltração do chorume não controlado no solo, e no ar, pela combustão espontânea de gases gerados pela decomposição de resíduos. Com a agravante de que 40% dos lixões estavam localizados em área de proteção aos mananciais (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2004, p. 103, citando relatório da EMPLASA de 1997).*

A expectativa de vida dos paulistanos em 1970 era de 54 anos, sobe para 56 nos anos 1980 e no final dos 1990 atinge-se 65 anos (índice similar aos da Rússia, Vietnã e Moldávia).

As grandes indústrias aqui locadas vêm, a cada ano, fazendo subir seus índices de produtividade e automação industrial e reduzindo drasticamente o número de trabalhadores. Por exemplo, a Volkswagen do Brasil em São Bernardo, na Grande São Paulo, reduziu seus 42 mil trabalhadores dos anos 1980 para 20 mil, e anuncia que demitirá outros 6 mil em 2006. A Ford passou de 12 mil na década de 1980 para 4 mil. A Ford Ipiranga, com 6 mil operários, fechou essa unidade industrial.

Mesmo em uma megalópole plena de movimentos sociais e organizações sindicais ainda existe 4% de crianças entre dez e 14 anos trabalhando, o que é ilegal.

Fenômeno pouco estudado é o do crescimento em rede das drogas e de sua distribuição na cidade. No início dos anos 1970, a droga esteve restrita à elite. Nos anos 1980 será difundida em toda a periferia, alcançando jovens de todas as classes, com a democratização do *crack*. Isto trouxe conseqüências

dramáticas para os usuários das drogas, com crescimento dos casos de HIV-AIDS em toda a cidade. Muitos dos jovens portadores do vírus da imunodeficiência adquirida tornar-se-ão parte da população de rua da cidade, expulsos de suas famílias ou de trabalho formal ou informal, hoje denominado '*economia submersa*' (NAME RIBEIRO, 2003). Ao ligar-se ao mundo das drogas, muitos foram presos, e a enorme população carcerária, não recebe qualquer alternativa de vida digna em presídios superlotados e comandados por facções criminosas, o que anula sua recuperação e ressocialização. Os jovens saídos das prisões muitíssimas vezes ficarão nas ruas.

Até recentemente descrever-se-ia o que ocorre em São Paulo nos últimos 50 anos como fenômeno de *urbanização capitalista* (LOJKINE, 1981), mas nas duas últimas décadas, e o que se prenuncia para o futuro próximo, deve ser identificado como um fenômeno revelador da *urbanização corporativa* (SANTOS, M. 1993), isto é, decodificador do processo comandado por grandes empresas transnacionais, exigentes de equipamentos modernos e custosos e de condições gerais de produção criadas pelo investimento público privatizado. A cidade, tal qual foi produzida cultural e economicamente nos primeiros 70 anos do século 20, não mais serve à produtividade moderna e seus paradigmas de concorrência, pois estes exigem escoamento rápido da produção por tratar-se de economia de fluxo contínuo. A partir da *cidade corporativa* e da conseqüente *urbanização corporativa* aprofundou-se a crise fiscal, pois não há mais recursos suficientes para atender às necessidades básicas da população.

A evolução urbana é paralela e estruturalmente conectada ao empobrecimento dos próprios cidadãos. A modernização da agricultura trouxe

massas enormes para a capital paulista, e migrantes internos, basicamente de Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pernambuco, formam a grande base dos construtores reais da cidade, e paradoxalmente os 30% que vivem abaixo da linha da pobreza. Constroem casas e vivem em favelas. Produzem riquezas imobiliárias e mercantis e comem migalhas ou restos. O número de trabalhadores informais cresce a cada dia, gerando conflitos imensos no centro urbano por espaço geográfico e econômico. A questão da moradia do imenso grupo de migrantes é gravíssima.

Pesquisa recente do Centro de Estudos da Metrópole, sediado no Cebrap, ao produzir o *Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo*, alerta: *“A pobreza urbana é um fenômeno relevante, heterogêneo (com múltiplas dimensões), com um forte componente espacial (muitas vezes caracterizado por processos de segregação socioespacial) que deve ser levado em conta pelas políticas públicas”* (CEM, 2004, p. 13). Por conta do universo domiciliar que foi escolhido como o critério de estudo, novamente a população de Rua não foi contabilizada e não aparece no mapa.

Dados da Secretaria Municipal da Habitação de 2000 afirmam que 3 milhões de pessoas vivem em loteamentos irregulares; 1,9 milhão em favelas; 600 mil em cortiços, totalizando 5,5 milhões de habitantes, praticamente a metade dos habitantes paulistanos vivendo em habitação precária (MARCILIO, 2005, p. 103).

*“... vivendo nas 2018 favelas existentes. Indica também que, na década de 1990, a população favelada cresceu a taxas superiores às da população do município: 2,97% contra 0,9 % ao ano, respectivamente”* (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2004, p. 62).

O atendimento de água tratada é praticamente universal (95,46% na Região Metropolitana). Já a rede de esgotos não chegou ainda a 19% da população (são atendidos 81,39% dos domicílios da Região Metropolitana de São Paulo), e a maior parte não é sequer tratada. Ainda como complicador teremos de enfrentar escassez de água em futuro próximo.

*A escassez de água disponível para atender à demanda e à crescente e desordenada expansão urbana sobre os sistemas produtores demanda ações amplas e integradas que garantam água com qualidade e em quantidade suficiente para o abastecimento público e coloca a gestão da água e do uso e ocupação do solo como questões dependentes e complementares (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2004, p. 96).*

Dez por cento das crianças entre sete e 14 anos de idade não freqüentam escolas. Parcela considerável deste número é de gente que vive nas Ruas e não tem acesso aos equipamentos sociais. Estão no centro, mas não tem cidadania reconhecida nas escolas do centro.

A taxa de analfabetismo dos maiores de 15 anos de idade foi reduzida de 12% na década de 1970, para 4,89%, segundo dados de 2000 (PNUD, Atlas, 2003). O número médio de anos de estudos de pessoas com mais de 25 anos, no ano 2000, é de 7,81 anos. Ou seja, na maior metrópole do País essa parcela da população ainda não alcançou os oito anos garantidos pela Constituição Federal, no ensino fundamental de primeiro grau (PNUD, Atlas, 2003).

O *Índice de Condições de Vida* (ICV), realizado pelo PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é uma extensão do IDH. Baseia-se em metodologia similar, mas incorpora um conjunto maior de dimensões de desempenho socioeconômico. Resulta da combinação de 20 indicadores

básicos agregados em cinco grupos: renda, educação, infância, habitação e longevidade. Ele demonstra avanços pequenos: 0,71 em 1970, 0,75 em 1980 e nos anos 1990, 0,816 (PNUD, Atlas, 2003).

Já o *Índice de Desenvolvimento Humano do Município - IDHM*, com dados do mesmo PNUD, e que envolve longevidade, educação e renda, constatou que a cidade de São Paulo passa de 0,708 em 1970 para 0,973 em 1980. Recua para 0,805 em 1991 e atinge 0,841 no ano 2000 (PNUD, Atlas, 2003).

*Em resumo, segundo o novo Atlas de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a cidade de São Paulo, na última década do século 20, perdeu 51 posições no ranking, embora seu IDH tenha aumentado de 0,804 em 1991 para 0,841 em 2000 (MARCILIO, 2005, p. 349).*

A longevidade cresceu 37%, a educação subiu 13% e a renda apenas 1,7% nos anos 1990. O mais dramático em termos de inclusão social é verificar que a renda média do trabalho principal, teve recuo de 3,1%, ou seja, de R\$ 1.035,97 para R\$ 1.003,62, de 1992 para 2004 (PNUD, Atlas, 2003).

*São Paulo, que era a segunda mais bem colocada no grupo das maiores cidades brasileiras em 1991, teve uma evolução de apenas 4,5% no seu IDH-M e caiu para o 4º lugar, ficando atrás de Curitiba, Brasília e Rio de Janeiro. Essa perda de posições se explica por um crescimento pífio da dimensão renda (2,6%, superior apenas aos de Guarulhos e Belém), e de a capital paulista ter caído da 5ª para a 9ª colocação na dimensão educação. A capital paulista tem a 5ª melhor taxa de alfabetização (95%), mas a terceira pior taxa bruta de frequência à escola (85%), superior apenas às de Guarulhos e Manaus (PNUD, Atlas, 2003).*

A cidade de São Paulo está se transformando em uma cidade prestadora de serviços, sendo hoje a sua marca predominante. Assim, comandam o mercado a terceirização ou até a '*quarteirização*' da mão-de-obra (TEIXEIRA, 2006). Denominada '*flexibilização*' das relações de trabalho, tema complexo e polêmico debatido e mal resolvido em sindicatos, governo e mundo acadêmico. O produto final é sempre o resultado de um vasto universo de pequenas empresas especializadas em determinada parte do processo, muitas vezes coordenadas por uma outra empresa que não é sequer a detentora da marca.

A metrópole torna-se um dos nodos de empresas interligadas por fax, modem ou cabo ótico. Continua sendo o centro das decisões financeiras do País, tendo Bolsa de Valores das mais dinâmicas, mas seus atores econômicos podem estar distantes milhares de quilômetros, em paraísos fiscais ou em metrópoles norte-americanas ou chinesas. E conectados, sem que os paulistanos saibam por que tais decisões foram tomadas. Operários e máquinas que não tenham se tornado obsoletos diante do avanço da robótica são transferidos para outros Estados brasileiros, ou no exterior, para lugares em que a mão-de-obra seja barata e desorganizada. O forte da economia concentra-se nos serviços e no controle de informações.

A cidade que nasce às margens do Tamanduateí e Tietê, no planalto de Piratininga, cresce durante quatro séculos em círculos concêntricos, ladeando as ferrovias que se dirigiam ao interior paulista (a primeira delas em 1867), e em sentido oposto afunilam os produtos agrícolas para o porto de Santos.

Hoje, entretanto, fruto dos últimos 50 anos, a cidade vive o deslocamento das funções centrais e a constituição de novas centralidades

(MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2004, p. 182). Vive também redução drástica no ritmo de crescimento populacional: na década de 1980 (1,18% ao ano) e na década de 1990, 0,88% ao ano. Nos bairros centrais agrega-se a perda de população: taxa negativa na década de 1980 de -1,29% ao ano, e na década de 1990 taxa negativa de -2,27% ao ano.

Houve, a partir dos anos 1990, mudança religiosa significativa na cidade. Pelo Censo de 2000, do IBGE, São Paulo tem 68% de católicos romanos, 16% de protestantes e evangélicos, 3% de espíritas, 4% de outras denominações e 9% se declaram sem religião (MARCILIO, 2005, p. 102).



## 2. A população de rua no cenário metropolitano

Surgem imensas torres de escritórios em edifícios inteligentes e de multiuso, controlados por oligopólios e agentes financeiros. Cresce em decorrência da má distribuição de renda e riqueza o número de desempregados e de excluídos. Moradores de Rua, habitantes das pontes e até mesmo de covas subterrâneas na ventilação do metrô paulistano, parecem ser *homens-gabiru*. A massa de excluídos do sistema produtivo oficial, crianças e adolescentes inclusos, perambula em gangues ou como indivíduos solitários. Não são considerados cidadãos. Giram em torno de dez mil pessoas, segundo dados de diferentes pesquisas da Secretaria do Bem-estar da Prefeitura de

São Paulo, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), e dos relatórios internos do Vicariato do Povo da Rua, coletados em albergues coordenados por instituições religiosas. Diante dos empregados altamente qualificados das empresas de vanguarda, os que vivem nas Ruas não têm qualificação nenhuma. A dita 'massa sobrando' (*surplus people*) (ASSMANN, 1994, p. 5).

Vale lembrar que na região metropolitana foram extintos milhares de empregos nas últimas três décadas, e, portanto, muitos dos que andam pelas Ruas são o rosto concreto de mudanças e opções econômicas<sup>18</sup>. O outro lado da mesma moeda é cunhado pela imensa massa de desempregados e subempregados que vivem pelas Ruas. Boa parte da população não consegue ter renda suficiente para alugar domicílio na área central.

*Diversos termos, como morador de Rua, povo da Rua, entre outros, são utilizados para se referir ao segmento social da população com baixa ou nenhuma renda, e que de alguma forma habita (temporária ou definitivamente) os logradouros públicos da cidade (praças, jardins, viadutos etc.), áreas degradadas (casas abandonadas, galpões), ou pernoitam em albergues públicos (Simões, 1992). Atualmente, este grupo populacional é bastante heterogêneo e engloba vários subgrupos, que podem ser formados por homens e mulheres solitários e até famílias que transformam locais públicos em moradia (FIORONI, 2004, p. 36).*

A porcentagem de indigentes na cidade, que era de 2,98 em 1991, aumenta para a 5,60 em 2000. Quanto aos pobres, a proporção era de 8% dos

---

18 A proporção de miseráveis cresceu 51% em São Paulo, segundo dados do Centro de Políticas Sociais, da Fundação Getúlio Vargas. Publicado na Folha de S. Paulo no dia 16.04.2004, página C1.

habitantes em 1991, subindo para 12,06% em 2000 (PNUD, Atlas, Indicadores de pobreza, 2003). Estamos vendo surgir nas modernas cidades industriais o que o senador Cristovam Burque chama de *modernômades*:

*No mundo global de hoje, centenas de milhões de pessoas não têm endereço: vivem provisoriamente nas cavernas modernas e são sem-teto, sem-terra, sem endereço, sem-emprego, barrageiros, refugiados do desenvolvimento. A própria dinâmica da modernidade, destruindo e criando empregos, obriga quase todos a migrar de tempos em tempos, sem fixar-se em nenhuma parte (BUARQUE, 2001, p. 224-225).*

Em geral essa população se concentra no centro velho de São Paulo.

Eis a descrição da irmã Ivete:

*É no centro da cidade que você tem chance ainda de garimpar algo, você vai garimpar, por exemplo, frutas. Muitos deles vão de manhã para o Mercado Municipal e comem frutas boas, até trazem para nós, trazem para o viaduto. Se você leva esse pessoal para Guaianases, o que este pessoal vai fazer lá? Então, a cidade tem sobras, e essas sobras chamam. Se você começar a substituir essas sobras por Marmitex, ele não vai mais buscar essas sobras e vai se acomodar, mesmo que ele coma o pedacinho de carne do Marmitex e jogue o resto fora. Então você, além de manipular a população, você desestimula uma organização. A população de Rua está no centro porque tem gente rica que pode dar uma boa esmola. Isto existe. Tem gente que dá, por promessa, por generosidade, por uma partilha. O centro é muito rico e esta riqueza atrai o pobre.*

O relatório da ONU sobre a situação mundial das cidades, divulgado no *Terceiro Fórum Urbano Mundial*, que aconteceu em junho de 2006 em Vancouver, no Canadá, afirma que 1 bilhão de pessoas vive em favelas, e que no Brasil são 52 milhões. Lemos no relatório, que até 2030, as cidades dos

países em desenvolvimento terão 4 bilhões de habitantes e concentrarão 80% da população urbana do mundo<sup>19</sup>.

Assim analisa a diretora-executiva do UN-Habitat (Programa das Nações Unidas para a Habitação), Anna Tibaijuka:

*É preciso investir nos pobres, para tornar as cidades sustentáveis. Estamos aqui para discutir com governos e a sociedade civil soluções para evitar que as cidades continuem crescendo na mesma medida da pobreza urbana. Hoje, 50% da população vive nas cidades e, em 2007, o número de moradores de áreas urbanas deverá ultrapassar o do campo pela primeira vez na História*<sup>20</sup>.

É preciso, sobretudo, resgatar os espaços públicos:

*A fragmentação social crescente é acompanhada de uma fragmentação territorial, e os espaços comuns, públicos, transformam-se em objeto de disputa ou simplesmente são vistos como espaços instrumentais para o deslocamento. Desaparecendo o terreno da vida em comum, desaparecem também as formas de sociabilidade que unem os diferentes segmentos sociais. A dinâmica dos espaços públicos se apresenta, por assim dizer, como verdadeiros textos da vida urbana (GOMES, 2002, p. 189).*

E atenção especial deve ser dada também às chamadas “questões da periferia”.

*Consolida-se na metrópole paulistana a observação de que as imensas periferias metropolitanas se tornaram, indiscutivelmente, o lugar dos pobres no Brasil contemporâneo. A chamada ‘metropolização da pobreza’ é hoje o dado determinante na*

---

19 Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Situação Mundial das Cidades, in: O Estado de S. Paulo, 20.06.2006, caderno Cidades, p. C7.

20 Fórum procura saídas para a pobreza urbana, Jornal O Estado de S. Paulo, caderno Cidades, p. C7, 20.06.2006.

*elaboração de políticas urbanas em todo o mundo* (MEYER, GROSTEIN, BIDERMAN, 2004, p. 50).

Sobretudo será preciso desenhar novo cenário para a gestão administrativa e política dessa região metropolitana. Como não há arranjos adequados à realidade vivida, as políticas que possam equacionar os dilemas e problemas existentes não acontecem. Faz-se necessária nova *'governança democrática'* centrada em três características fundamentais: *“Maior responsabilidade dos governos municipais em relação às políticas sociais e às demandas dos seus cidadãos; o reconhecimento de direitos sociais a todos os cidadãos; a abertura de canais para a ampla participação cívica da sociedade”* (SANTOS JR., 2001, p.227-228).



### 3. Pesquisas sobre população de Rua

É preciso que se diga: não há dados estatísticos precisos sobre essa população. Existem pouquíssimos dados acompanhados de um mínimo de controle e metodologia adequada.

Podemos recorrer a levantamentos feitos no passado. Os primeiros dados remontam à pesquisa feita pela Secretaria do Bem-Estar (Surbes) da subprefeitura da Sé, datada de 1991, que concluiu:

*De cada mil pessoas que passaram a viver na Rua nos últimos tempos, 600 estão na Rua há menos de seis meses e 400 nos últimos 30 dias. A faixa etária das pessoas na Rua é de 20 a 40 anos, em plena capacidade para o trabalho. De cada 1000, 400 são da região Sudeste, 280 do Nordeste. De cada mil na Rua, 180 são do interior de São Paulo (Trecheiro, 1991, n. 03/04 p. 1).*

Foi a primeira pesquisa sobre população de rua em São Paulo, localizadas 3.392 pessoas dormindo nas Ruas nas regiões centrais da cidade,

como afirma a então secretária de Assistência Social, Aldaíza Sposati (Trecheiro, setembro 2002, p. 7).

Em 1996, o jornal Trecheiro fazia pesquisa na Rua São Bento, no dia 11 de abril, com 74 pessoas entrevistadas, entre 19 e 21,30h, sendo dez mulheres e 64 homens, com dados reveladores:

*Do Sudeste são 34 pessoas (ou seja, 45,95% dos entrevistados), do Nordeste, 28 pessoas; do Sul, 12 pessoas, e do Norte e Centro-Oeste ninguém. Até 18 anos de idade, havia seis pessoas, de 19 a 25: 13 pessoas, de 26 a 35: 19 pessoas, de 36 a 50 anos: 29 pessoas, e acima de 51 anos: sete pessoas. O mais velho era Roberto Duarte, de 66 anos de idade, há um ano na Rua. O mais jovem, Mauricio Antonio Seixas, de 14 anos, paulistano, há dois anos na Rua* (Trecheiro, abril 1996, p. 3).

Neste mesmo ano, a Prefeitura de São Paulo reconhece a existência de 5400 pessoas de Rua pra os que a lei 12.316/97 deve garantir abrigos de inverno (Trecheiro, ano VIII, maio/1998, p. 4).

Em janeiro de 1999 a Prefeitura de Santo André realiza pesquisa sobre o perfil dessa população emergindo no ABC paulista: 187 pessoas viviam nas Ruas de Santo André, sendo 57% solteiros, 46% de S. Paulo, 55% de 31 a 50 anos. Existiam 53% com mais de um ano de Rua, e 31% com mais de dez anos nas ruas andreenses. Das 85 pessoas procedentes do Estado de São Paulo, 19 eram de Santo André (Trecheiro, janeiro de 1999, p. 3). A situação dos moradores de rua passa a adquirir um rosto metropolitano.

O Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2000 não contou as pessoas em situação de Rua, conforme denúncia na Folha de S. Paulo em junho de 2000. Como o critério censitário prevê a existência de domicílio, o IBGE os tornou inexistentes para a demografia oficial!

É população real não computada nas estatísticas, o que dificulta a implementação e a eficácia de eventuais políticas para o segmento.

Apesar da grave lacuna, há as pesquisas realizadas no município de São Paulo pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

A Prefeitura de São Paulo realiza nova pesquisa, coordenada pela mesma Fundação, divulgada no mês de fevereiro de 2001:

*Recenseados 94 bairros da cidade, foram encontrados 8.095 moradores adultos de Rua. Na Sé e República, 2.071 moradores. Em Santa Cecília, Consolação, Brás e Bom Retiro, outros 1.782 pessoas. Homens representavam 85% e mulheres 15%. Entre 18 e 49 anos: 70% da população. Entre 50 e 64 anos: 19% do povo, e enfim, acima de 65 anos: 4% da população. Quanto à permanência nas Ruas tivemos estes dados: 10 anos – 8%; 5 a 10 anos – 11%, 2 a 5 anos – 16%, 1 a 2 anos – 13%, de 6 meses a 1 ano – 15%, de 3 a 6 meses – 11%, de 1 a 3 meses – 13%, e até um mês de Rua – 13% (Trecheiro, abril 2001).*

A Secretaria de Assistência Social afirma que os dados coletados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) em 2000 demonstram a existência de 8.702 pessoas vivendo nas Ruas (Trecheiro, set. 2002, p. 7).

Maria Luiza Marcílio relata que estes 8.706 moradores estariam assim distribuídos:

*O Censo de Moradores de Rua da Cidade, feito em 2000 pela Fipe, contou 8.706 pessoas sem teto, sendo 5.014 vivendo em Ruas, pontes e viadutos e 3.693 em abrigos e albergues. As crianças dos moradores de Rua, em geral, não estão na escola (MARCILIO, 2005, p.349).*

Um projeto da administração da Prefeitura de São Paulo, denominado *Sempre Vivo*, abordou 5759 pessoas nas Ruas de julho a setembro de 2002.

Entre os entrevistados, 52% têm como principal motivo de estar nas Ruas o desemprego (Trecheiro, outubro 2002, p. 4).

A Fipe volta a realizar a pesquisa de campo em 2003 e constata:

*Houve um aumento de 19,3% no número de pessoas em situação de Rua na cidade. Agora, o número subiu para 10.934, sendo que 4.208 moravam nas Ruas e 6.186 em albergues. Os homens são 84%, as mulheres 14%, e não foram identificados 2% das pessoas. Em 2000, havia 5.013 nas Ruas e 3.693 nos albergues. Em 2003 a situação se inverteu, pois são 6.186 em albergues e 4208 pessoas dormindo nas Ruas. Aldaíza Sposati, secretária de Assistência Social afirmava que há uma série de fatores combinados por trás da situação, desde o desemprego até os efeitos do consumo de álcool e drogas. Segundo ela, a população cresce quatro vezes mais do que o aumento vegetativo da população (Trecheiro, novembro 2003, p. 3).*

Na pesquisa foram localizados mais de 400 universitários nas Ruas e nos 33 albergues existentes na rede da prefeitura. O perfil não se alterou nos últimos anos: o morador de Rua é homem e tem 38 anos de idade. Com relação à cor da pele, caiu o percentual de brancos (de 33,4% para 29,5%) entre os anos 2000 e 2003. Negros também tiveram diminuição (de 30,1% para 25,4%). Já os pardos saltaram de 29,5% para 37,2% nas pesquisas da Fipe (Folha de S. Paulo, 06/11/2003, p. C7). No mesmo ano, estudo pormenorizado do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) mostra que:

*A região metropolitana de São Paulo é um caso agudo da dupla face da pobreza. Ela concentra 52% dos indigentes e 47% dos pobres do Estado. Os governos não têm olhos para a miséria urbana. Há dezenas de 'guaribas' na Grande São Paulo, mas o Fome Zero decidiu construir o seu símbolo na Guaribas do interior do Piauí (Folha de S. Paulo, 03.10.2003, p. A3 especial).*

O jornal Diário de São Paulo ao apresentar o Programa Acolher, da Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo, informa que recebia 6186 pessoas em 33 albergues e abrigos municipais conveniados. Havia 50 agentes de acolhida percorrendo todos os dias as ruas do centro paulistano (Diário de S. Paulo, 17/01/2004 página A2).

A última pesquisa, feita com os albergados em São Paulo, pela Fipe, coletou dados entre os meses de dezembro de 2005 e janeiro de 2006, e publicada em 20 de junho de 2006:

*Foram entrevistados 631 homens albergados em 22 albergues da rede conveniada. Trabalham 73% dos jovens. O percentual de envelhecimento é maior que em 2000, atingindo 47%. 80% são migrantes, 1% é imigrante e 19% nasceram na cidade de São Paulo. O dado surpreendente é que 49% procedem da região Sudeste, e destes 39% são do próprio Estado de São Paulo. Embora 72% dos que estão em albergues, trabalhem a renda daí obtida é bastante instável, diz a pesquisadora Sílvia Schor, coordenadora deste projeto (Trecheiro, julho 2006, p. 4).*



#### 4. A pesquisa na Comunidade São Martinho<sup>21</sup>

Os dados estatísticos coletados pelos funcionários da comunidade São Martinho, durante dez anos, demonstram que nas Ruas da cidade há 87,7% de homens e 12,3% de mulheres, o que historicamente sempre se verificou: a Rua tem rosto masculino, pois a exposição da mulher na Rua leva-a à prostituição, pois ela é muito vulnerável à violência.

A origem geográfica concentra-se entre em nascidos nos seguintes Estados: há paulistas (38,7%), mineiros (10,6%), baianos (10,5%) e pernambucanos (8,1%). A distribuição assume rosto distinto da recente pesquisa sobre a origem de migrantes internos na cidade. Afirmam as pesquisadoras Lúcia Bógus e Suzana Pasternak:

---

<sup>21</sup> Estes dados, coletados entre 1995 e 2005, foram tabulados por alunos de iniciação científica, participantes do Projeto Mão dupla de Solidariedade, sob a coordenação acadêmica do professor doutor Jorge Cláudio Ribeiro Noel Junior, da PUC-SP.

*Nota-se um aumento do peso da migração de nordestinos no município de São Paulo: a migração nordestina representava 44,43% do total de migrantes internos em 1991, e passa a representar 48,04% no ano 2000. Em termos absolutos, são mais de 200 mil oriundos do Nordeste chegando ao município entre 1991 e 2000, uma média de 24 mil migrantes anuais. Os maiores fluxos migratórios para o município de São Paulo são da Bahia (12,76% dos chefes migrantes não paulistas em 2000 e 22,75% em 1991), Minas Gerais (8,97% em 2000 e 20,88% em 1991), Pernambuco (7,88% em 2000 e 15,37% em 1991), Ceará (3,97% em 2000 e 7,88% em 1991), Paraíba (2,78% em 2000 e 5,20% em 1991), Alagoas (2,40% em 2000), Piauí (1,57% em 2000 e 2,71 em 1991) (BÓGUS, Lúcia M.M.; PASTERNAK, Suzana, 2006, pp. 41-42).*

Estes dados rompem com o senso comum de que há somente nordestinos nas ruas paulistas. Os moradores de rua são majoritariamente paulistas e mineiros, segundo os dados da Comunidade São Martinho, em significativa amostra de 1327 entrevistados.

Os solteiros são 64,5% dos que vivem nas ruas, os separados são 17,4%, os viúvos, 2,2%, e os casados somente 7,4%. O contingente maior de pessoas nas ruas é de seres humanos solitários.

Quanto ao grau de escolaridade, há 3,6% de analfabetos, 0,3% somente alfabetizados, 19,7% com o ensino fundamental completo, 61,4% com o ensino fundamental incompleto, 6,4 % com ensino médio completo, 7,1% com ensino médio incompleto, 0,2 % com ensino superior completo e 1,1 % com ensino superior incompleto. É um vasto espectro de formação educacional que é desconhecido da população paulistana.

Sobre a documentação, o quadro é curioso: 28,7% têm a certidão de nascimento e 71,3% não. A cédula de identidade é portada por 71,5% dos

moradores de rua, enquanto 28,5% não a têm. Estão inscritos na Receita Federal 18,1%, e não têm CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) 81,9% dos entrevistados.

Os que possuem carteira de trabalho são 11,2% do total, e 88,8% não a possuem. Quanto ao título de eleitor, o número dos que não o possuem chegou a 88,3%, enquanto 11,7% o têm. A certidão de reservista existe para 4,6% dos entrevistados e 95,4% não a têm.

Quanto aos anos na Rua, o quadro da pesquisa relata que grande maioria, ou seja, 81,3% têm até três anos nas Ruas paulistanas. Vejamos um quadro selecionado tabela 10 <sup>22</sup>:

Menos de um ano: 55%,

Um ano: 10,3 %,

Dois anos: 11,1 %,

Três anos: 4,9%.

Os limites metodológicos do material coletado na Comunidade São Martinho estão vinculados à falta de periodização, para que se possa fazer séries históricas. Os moradores declararam não ter ocupação atual e 75% declarou não ter nenhuma ocupação, o que mostra que pode ter havido incompreensão quanto à pergunta, pois eles não incluíram os serviços esporádicos, que quase todos realizam, talvez pensando em empregos formais de carteira assinada.

Apesar de tudo, a riqueza de dados permitiu algumas caracterizações de seu perfil humano e social: homens em idade produtiva, com filhos, com problemas de saúde, transitando entre a rua e o albergue, vivendo nas ruas há

---

<sup>22</sup> As tabelas completas estão no anexo 1 ao final da tese.

menos de três anos, por causas como o desemprego, ruptura com a família e dependência química. Grande parte é do próprio Estado de São Paulo, e exerceu profissões não especializadas, como agricultor, ajudante, motorista e pintor. É solteiro, possui documentos e ensino fundamental.



## 5. Das cinzas nasce a Fênix

Por conta da realidade construída nas cidades nasceram movimentos e despontaram alguns personagens. A solidariedade tornou-se pauta política imprescindível.

Um representante crítico do utilitarismo assim se expressa:

*Seremos obrigados a reinventar novas formas de solidariedade. Não nos esquecendo de que o primeiro passo da solidariedade é aquele pelo qual os homens se reconhecem membros da mesma sociedade, da mesma 'politie' e, neste sentido, têm a obrigação de olhar uns pelos outros. Perante a crise do trabalho, a mais urgente medida de solidariedade deverá passar, em nosso entender, por uma reformulação do pacto político central que leve em consideração as mutações do mundo salarial e recuse-se a limitar o direito de comum cidadania ativa aos trabalhadores estáveis e em tempo integral (CAILLÉ, 2002, p. 205).*

No campo de ação popular atuam sujeitos sociais como as cooperativas, entidades sociais, lideranças religiosas, alguns parlamentares, determinados profissionais, agentes de pastoral e muitos voluntários, envolvidos nos últimos 50 anos nessa ação, em particular as entidades de articulação do povo de rua.

Verificarei na segunda parte da tese, a força '*comovedora*' e política dos subalternos, as resistências dos aparelhos burocráticos e os passos ou descompassos cometidos. Busco de maneira sistemática vislumbrar a cosmovisão dos empobrecidos e a nova forma de organizar uma instituição religiosa bimilenar, a partir dos de baixo, pela intervenção ativa da categoria social dita excluída e descartável. O estudo da Igreja é temática específica na compreensão das ciências sociais. Irei ater-me ao discurso e prática de um Vicariato Episcopal. A necessária subversão de conceitos, vocabulário e formas organizativas colaborará no resgate de um humanismo ativo e integral. Passarei a elencar alguns conflitos internos e externos, pessoais e estruturais, experimentados pela nova prática social e religiosa e a construção de um novo vocabulário social em função das políticas públicas daí decorrentes.

O confronto das práticas sociais as distingue de outras práticas de obras assistenciais existentes na sociedade civil, ou mesmo organizadas pelo poder público ou entidades religiosas de diferentes confissões.

Auto-estima, compaixão e uma forma diferente de trabalhar o corpo social e os corpos humanos dilacerados pela exploração capitalista podem e devem abrir as fronteiras de uma expressão da ciência social, que seja simultaneamente livre, pertinente e, sobretudo, capaz da arte do diálogo com novos sujeitos históricos. O pensamento acadêmico e a técnica exigida pela ciência moderna primam pela exatidão e pelo cálculo, o que imediatamente nos

remete à falta de sentimento, de sinceridade, de afeição, de subjetividade implicada. A noção de imunidade emocional frente aos fenômenos sociais como garantia de correta distância crítica não pode deixar de lidar com aquilo que transcende o fato bruto. A própria concepção de exatidão e percepção adequada ao real requer multiplicidade de abordagens, o que inclui, certamente, a perspectiva afetiva. Um alto grau de consciência é capaz de harmonizar exatidão e afetação. Distância e proximidade. Finalidades e mediações. É capaz de responder *'ad rem'* (com precisão), pois pensa o que o coração sente, para evitar ser cruel (*'Bem se' cruel, se tu già non ti duoli pensando cio che 'l mio cor s'annunziava; e se non piangi, di che piager suoli'* – Dante Alighieri. *A Divina Comédia: Inferno. canto XXXIII, verso 40*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 218)

Afirma Ilya Prigogine:

*Na verdade, a ciência faz parte da procura do transcendental, que é comum a outras tantas atividades culturais: arte, música, literatura. Nosso tempo é um tempo de expectativas, de ansiedade, de bifurcações. Longe de ser o 'final' da ciência, creio que nosso período verá o nascimento de uma nova visão, de uma nova ciência, cuja pedra fundamental engloba a flecha do tempo: uma ciência que faz de nós e de nossa criatividade a expressão de uma tendência fundamental no universo (PRIGOGINE, 2001, p. 100-101).*

Atenção redobrada no trabalho do Vicariato se refere particularmente quanto ao risco da filantropia ineficaz e da freqüente armadilha do assistencialismo, sempre a pedra de toque da manutenção do *status quo*.

A vida e as lutas sociais e cidadãs da imensa multidão de homens e mulheres que vivem pelas Ruas da metrópole paulistana continuam sendo o

que tão bem descrevia Cândido Procópio Ferreira de Camargo, em junho de 1977, na introdução de livro sobre os mendigos na cidade:

*Inútil fechar os olhos. Insuficientes os reiterados esforços para esconder a mendicância, abafar os mendigos, prendê-los, reeducá-los, reduzi-los a assistidos sociais. Eles sempre surgem. Testemunham contra a sociedade e suportam pessoalmente o estigma nos limites da miséria. Como o Servo Sofredor das Escrituras (STOFFLES, 1977, contracapa do livro).*

# SEGUNDA PARTE

## ABORDAGEM TEÓRICA

### ANTES DO NOME

Adélia Prado

*Não me importa a palavra, esta corriqueira.  
Quero é o esplêndido caos de onde emerge a sintaxe,  
os sítios escuros onde nasce o "de", o "aliás",  
o "o", o "porém" e o "que", esta incompreensível  
muleta que me apóia.  
Quem entender a linguagem entende Deus  
cujo Filho é Verbo. Morre quem entender.  
A palavra é disfarce de uma coisa mais grave, surda-muda,  
foi inventada para ser calada.  
Em momentos de graça, infreqüentíssimos,  
se poderá apanhá-la: um peixe vivo com a mão  
Puro susto e terror.*



### **1. Compaixão como categoria da análise**

O uso metodológico da categoria compaixão (afetividade) no estudo do Vicariato do Povo da Rua é o coração da tese.

Estudar, aplicar e verificar a operacionalidade do conceito analítico racional '*compaixão*', entendido como '*ser afetado*', como forma universal de revelação no caso concreto do Vicariato da População de Rua na capital paulistana, é o objetivo da tese.

É preciso que o uso seja preciso. É imprescindível ter em mente que é necessário conhecer o mundo da rua em cada contexto em que ele se apresenta.

O educador Jorge Vicente Muñoz adverte:

*A Rua, com seus moradores, é uma em São Paulo, outra em Belo Horizonte, outra em Angra dos Reis e assim por diante. Mais ainda, a heterogeneidade dos grupos vem se complexificando aceleradamente nos últimos anos, à medida que mudam o mercado de trabalho, as qualificações exigidas, as oportunidades oferecidas em cada cidade, os fluxos migratórios, as próprias condições de vida de cada lugar (MUÑOZ, 1997, p. 7).*

A compaixão, compreendida semanticamente, nos remete ao pesar que em nós despertam a infelicidade, a dor ou o mal de um outro. Compaixão está ligada a dó, pena, condolência e sensibilidade.

Ela é descrita como sentimento piedoso de simpatia para com a tragédia pessoal de outrem, acompanhado do desejo de minorá-la.

Ainda expressa participação espiritual na infelicidade alheia que suscita impulso altruísta de ternura para com o sofredor (cf. Dicionário Houaiss, 2001, p. 773).

A etimologia nos remete ao latim e ao grego. Em latim, traduz-se por sofrimento comum, comunidade de sentimentos. Em grego, nos remete a páthos, que é o que se experimenta. Aquilo ou aquele acessíveis às impressões exteriores. As duas etimologias nos remetem a sentimento e afetividade. No diapasão que percorre da melancolia à ternura. Na Idade Média a concepção esteve carregada de teor pejorativo, como afetação ou exagero, o que permanece em certas obras e leituras atuais.

Em geral, compaixão é entendida como aquilo que se liga a algo patológico. Compaixão está ligada ao sofrer, a ser paciente ou passivo. O conceito, em nossa civilização ocidental, marcada pela atividade e pela construção propositiva, foi sempre lido e interpretado de forma negativa, ao lidar com a idéia e a experiência da passividade. É normal atribuir ao sofrer um caráter psíquico e à dor um componente físico, distinguindo uma e outra experiência no ser humano concreto. Determinado autor chega a afirmar que a piedade é perigosa (Stefan Zweig). A passividade, entretanto, não é sempre estática, inerte ou danosa.

A grande questão é resgatar o caráter ativo da passividade, compreendida como a visita de outrem ou ainda como a qualidade de aceitar a revelação que nos penetra e ‘*comova*’. A capacidade pessoal de ‘*ser afetado*’ ou ‘*ser fecundado*’. A passividade pode ser compreendida como chave de transformação interna. Como a abertura imprescindível ao outro, sem o que não há vida humana. Em suma, pode-se compreender a compaixão como *passividade simpática*.

O conceito compaixão confronta-se com conceitos antonímicos, tais como: *desnaturado, duro, empedernido, eviscerado, implacável, indiferente, insensível e inflexível*.

Pode-se afirmar que a compaixão vincula o sujeito ao exercício ativo de sua afirmação e à não corrupção (*desnaturar-se*) de sua identidade humana na história.

Neste sentido, se lê a obra *HEAUTON TIMOROU MENOS*, de Publius Terentius Afer (verso 77): “*Homo sum: nihil humani a me alienam puto*” (sou

*humano, nada do que é humano considero alheio a mim*)<sup>23</sup>. Esta a resposta dada por Cremes quando Menedemo lhe pergunta por que se interessava por coisas que não lhe diziam respeito.

A mesma acepção humanista e solidária é retomada no poema de John Donne, e citada no prefácio da obra de Ernest Hemingway (*‘Por quem os sinos dobram’*), onde ressaltava o fato de que qualquer morte humana o diminuía porque ele fazia parte da humanidade, e era inútil perguntar-se por quem o sino estava dobrando: estaria sempre dobrando por qualquer pessoa humana.

Nenhum homem é uma ilha isolada; cada homem é uma partícula do continente, uma parte da terra; se um torrão é arrastado para o mar, a Europa fica diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse a casa dos teus amigos ou a tua própria; a morte de qualquer homem diminui-me, porque sou parte do gênero humano. E por isso não perguntes por quem os sinos dobram; eles dobram por ti. (HEMINGWAY, 2004).

Devo conectar compaixão a condolências, ou seja, à comiserção de pessoas sensíveis às dores de seus semelhantes.

A compaixão estaria ligada ao doer comum, ao ato de fazer-se participante da dor vivida por outra pessoa ou de expressar sua participação. A capacidade de sentir-se próximo e partícipe de outras dores nos remete novamente ao poeta latino Terêncio, em seu *Andria*, verso 310: *“Tu si hic sis, aliter sentias”* (*‘Se estivesses no lugar dele, sentirias de modo diferente’*)<sup>24</sup>. De certa forma, posso dizer que a compaixão realiza mudança de lugar. Alteração de estado vital. Participação ativa e decisiva nas experiências dolorosas de

---

<sup>23</sup> <http://www.thelatinlibrary.com/ter.heauton.html>

<sup>24</sup> <http://www.thelatinlibrary.com/ter.andria.html>

outras pessoas. E ao participar das experiências e sofrimentos o sentimento e o pensamento se alteram, por conta da mudança de lugar e posição. Aristóteles já assim designara esse predicado como a capacidade lógica de algo ser modificado. E isso será possível se cada pessoa for capaz de silenciar-se e acolher passivamente a outra dor em seu interior.

À época de Orígenes (185-253 d.C.), a palavra grega *pathé* – não só em sentido estrito de sofrimento, como também em sentido amplo de paixão e emoção – tinha, na linguagem filosófica, um significado negativo. Evocava freqüentemente deficiência física ou metafísica e degradação moral. Orígenes e Gregório apresentaram síntese distinta, que buscava superar a dicotomia e propor a compaixão como algo não degradante.

Tomás de Aquino, na Suma Teológica, ao se perguntar se o mal é o motivo próprio da misericórdia, assim responde:

*Deve-se dizer que, sendo a misericórdia compaixão pela miséria alheia, ela é propriamente relativa a outrem e não a si mesmo a não ser por uma certa comparação, como também a justiça, enquanto no homem se consideram diversas partes como diz o livro V da Ética. Assim como a misericórdia não é propriamente relativa a si mesmo, mas é uma dor, como quando alguma crueldade nos atinge. (Summa Theologiae, II-II, q. 30, a.1, ad 2).*

Retomo, por razões históricas e hermenêuticas, algumas interpretações de autores clássicos das ciências sociais de corte genético estrutural, particularmente na literatura marxista, quando tratam do povo da rua. Creio que é fundamental fazer esse percurso prévio, verificar sua evolução e tensões, para entender melhor o atual estado da questão. Faço breve caminho iniciando pelo Manifesto Comunista de 1848.

O Manifesto Comunista é 'cruel' na análise e diagnóstico do papel histórico desempenhado por desempregados, mendigos e marginalizados da sociedade industrial:

*O lumpemproletariado, essa putrefação passiva dos estratos mais baixos da velha sociedade pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação para servir às suas manobras (MARX-ENGELS, Manifesto Comunista, 2003, p.76).*

Marx e os intelectuais socialistas forjaram uma teoria na qual os operários fabris foram considerados os únicos capazes de fazer a revolução. E os miseráveis seriam o produto passivo da putrefação da velha sociedade. Os mendigos poderiam emancipar-se? Seria uma questão intransponível?

Martín-Barbero analisa a questão do ponto de vista latino-americano:

*... a negação do popular não é só temática, não se limita a desconhecer ou condenar um determinado tipo de temas ou problemas, mas revela a dificuldade profunda do marxismo para pensar a questão da pluralidade de matrizes culturais, a alteridade cultural (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 51).*

Antonio Gramsci, relendo a obra e o pensamento de Karl Marx, na comemoração de cem anos do pensador alemão, diz que é preciso perceber:

*Caem os ídolos de seus altares e as divindades vêem como se dissipam as nuvens de incenso doloroso. O homem adquire consciência da realidade objetiva, se apodera do segredo que impulsiona a sucessão real dos acontecimentos. O homem conhece-se a si mesmo, sabe quanto pode valer sua vontade individual e como pode chegar a ser potente se, obedecendo, disciplinando-se de acordo com a necessidade, acaba dominando a realidade mesma,*

*identificando-a com seus fins. Quem conhece a si mesmo? Não é o homem em geral, mas aquele que sofre o jugo da necessidade. A busca da substância histórica, o ato de fixá-la no sistema e nas relações de produção e de troca, permite descobrir que a sociedade dos homens está dividida em duas classes. A classe que possui o instrumento de produção necessariamente já conhece a si mesma, tem consciência, ainda que seja confusa e fragmentária, de sua potência e de sua missão. Tem fins individuais e os realiza através de sua organização, friamente, objetivamente, sem se preocupar se o seu caminho está calçado com corpos extenuados pela fome ou com os cadáveres dos campos de batalha (GRAMSCI, 1918).*

Marx usa a mendicância como metáfora para criticar os censores da imprensa, e compara os mendigos a seres vazios de qualquer genialidade ou de indignação criativa, retomando pequeno trecho do poema Fausto: “Só o mendigo é modesto, diz Goethe” (MARX, 1986, p. 32). É instigante constatar que Johann Wolfgang von Goethe, no clássico poema, quadro VII, cena 1, diz diferentemente: “Ser pobre é ser parvo”.

Engels afirma com otimismo, em carta escrita a Vera Iwanowna Zassulitsh:

*Uma vez posto o fogo na pólvora, uma vez liberadas as forças e transformada a energia nacional de potencial em cinética (ainda uma imagem favorita de Plekhanov, e muito boa), então os homens que puseram fogo à mina serão arrancados pela explosão, que será mil vezes mais forte que eles e há de procurar sua saída como puder como as forças econômicas e resistências decidirem (ENGELS, 1984, p. 474).*

E na mesma carta, poucas linhas abaixo, com realismo afirma:

*As pessoas que se vangloriaram de ter 'feito' uma revolução sempre ainda viram, no dia seguinte, que não sabiam o que faziam, que a revolução 'feita' não era nada parecida com aquela que queriam fazer. Hegel chama isso de ironia da História, uma ironia a que poucas personalidades escapam - no rascunho original, foi riscada a passagem: talvez isso venha a ocorrer com todos nos (ENGELS, 1984, p. 474).*

Oposta à crítica de Marx e Engels, é preciso, entretanto, evitar a postura de sublimação dos pobres elevados a um idealismo tentador: aquele que queira torná-los à força, revolucionários. Sabemos que o crescimento da pobreza não gera revolução nem consciência, automaticamente.

*Somente se pode esperar reação individual e coletiva diante da injustiça infligida a outrem – à feição de solidariedade ou ação política – se o sofrimento e o sentido desse sofrimento forem acessíveis às testemunhas. Em outras palavras, a mobilização depende principalmente da natureza e da inteligibilidade do drama vivido pela vítima da injustiça, da violência e do mal. Porém, o sentido do drama é ainda insuficiente para mobilizar uma ação coletiva contra o sofrimento, a injustiça e a violência. Para tanto é necessário não apenas que o drama e a intriga sejam compreensíveis, mas também que ocasionem o sofrimento da testemunha, que lhe despertem compaixão. Somente então o sofrimento acarreta sofrimento para o sujeito que percebe. Esse é o elemento essencial à formação de uma vontade: agir contra a injustiça e o sofrimento infligidos a outrem. A compaixão não depende apenas da natureza do drama, mas também dos meios empregados para comover a testemunha, para atingir-lhe a sensibilidade. Trata-se, pois, da dramaturgia ou da retórica de apresentação, ou ainda da 'encenação' – no sentido que Goffman (1973) confere ao termo – do drama a ser compreendido (DEJOURS, 2000, pp. 142-143).*

Ao assumir a realidade concreta da população de Rua em São Paulo, pretendo vislumbrar algum horizonte utópico, entendendo utopia como antecipação. Fazer alguma previsão quanto ao desenvolvimento do trabalho e suas potencialidades e limites no processo em curso. Procurando manter a fineza metodológica. Como fora indicado pelo mestre Florestan Fernandes:

*O grau de sensibilidade do investigador para os processos 'in flux' e, em especial, o alargamento do modelo de observação e de explicação – até ao ponto de compreender o objeto nos vários momentos de sua evolução histórica – é que decidem o que cai e o que não cai no âmbito da investigação científica (FERNANDES, F. 1984, p. 28).*

Ao percorrer o terceiro manuscrito de Paris, de 1844, sobre o dinheiro, leio esta expressiva reflexão sobre o amor, de Karl Marx:

*Suponha que o homem é homem e que se ache em uma relação humana com o mundo. Então o amor só se pode pagar com amor, a confiança com a confiança etc. Se queres desfrutar da arte, necessitas uma formação artística; se queres influir os outros, tens que ser realmente capaz de estimular e impulsionar como homem, aos outros homens. Todas e cada uma de tuas relações com o homem – e com a natureza – têm que ser uma expressão precisa de tua vida real, um acordo individual com o objeto de tua vontade. Enquanto ames sem conseguir correspondência; isto é, enquanto teu amor não suscite, como tal, uma resposta amorosa, enquanto não consigas que a expressão de tua vida amorosa te converta a ti mesmo em um homem amado, teu amor é um fracasso, uma desgraça (XLIII) (MARX, 1978, p. 409).*

Ser afetado pelos moradores de Rua, e poder exprimir-se como um homem que ama e é amado, é caminho para vencermos politicamente o

fracasso e a desgraça da vida pública, e uma pequena, mas substantiva, via de transformação e mudança sociais.

Otto Maduro fala da experiência como afetuosa aceitação:

*A maneira como nós, pessoas e comunidades humanas, sentimos e definimos o que é central para nossas vidas, o que é aquilo que mais ameaça nossa sobrevivência e nossa segurança, o que é que mais nos atrai e satisfaz etc., é algo afetivamente condicionado, emocionalmente marcado, sofrendo a profunda influência de nossas relações com os outros seres humanos desde a mais tenra infância. As experiências mais decisivas de felicidade ou de sofrimento são experiências em relação com outras pessoas e com uma profunda dimensão emocional e afetiva (MADURO, 1994, p. 33-34).*

Dussel afirma:

*O fato de que o rosto do miserável possa 'interpelar-me' é possível porque sou 'sensibilidade', corporalidade vulnerável a priori. Sua aparição não é uma mera manifestação, mas uma revelação; sua captação não é compreensão, mas hospitalidade; diante do outro a razão não é representativa, mas presta ouvido sincero à sua palavra (DUSSEL, 2000, p. 367).*

Esse ouvir patético e simbólico é uma mudança necessária no pensamento. Realiza a síntese, entre racionalidade e sensibilidade, entre ação e imaginação. Diz Gesché, teólogo belga: “*O poder da patética simbólica é ver em um só golpe de vista a totalidade do processo, enquanto a racionalidade decompõe demasiadamente seus elementos*” (GESCHÉ, *O mal*, 2003, p. 151).

O povo que mora nas Ruas assume a pergunta do personagem K, da obra *O castelo*, de Franz Kafka, pois é impedido de nele entrar, mas não sabe por quê. Essas pessoas estão sempre em busca de uma comunidade, de alguém que lhes ouça e possa ser compassivo. São pessoas extraterritoriais

que desejam encarnar-se e transfigurar-se de tal forma que no processo de identificação entre o Eu e o Tu, possam cair as barreiras do egoísmo e da insensibilidade. O processo, como já afirmara

*Schopenhauer, é um mistério, pois na medida em que eu sinto com o outro, em que percebo seu sofrimento como meu, são suspensas a minha identidade e a do outro. Portanto, a universalidade da compaixão não é quantitativa, mas qualitativa* (BOFF, Leonardo & MULLER, Werner, 2001, p. 37).

Kant funda a moral no imperativo categórico, em um princípio abstrato e racional.

Schopenhauer rejeita esse caminho filosófico e ensina que a vivência da compaixão deve ser a base da ética. Para ele o viver é sofrer. O pessimismo aponta em sua obra para momentos de suspensão da dor. Um primeiro caminho é a contemplação artística, e em particular a música, como caminho de libertação. O segundo nível é o da conduta ética, alçada ao seu patamar supremo pelo espírito de simpatia e comiseração. Eis o caminho da compaixão. Ainda haveria um terceiro momento, o da superação da vontade e da paz, advindo do conhecimento que supera o mundo de aspirações e desejos sem fim.

Quanto ao segundo nível, que é o da compaixão, podemos ler em sua obra *Parerga e Paralipomena*:

*Por isto desejo, em oposição à forma referida do princípio moral kantiano, estabelecer a seguinte regra: com cada pessoa com que tenhamos contato, não empreendamos uma valorização objetiva da mesma conforme valor e dignidade, não consideremos, portanto, a maldade da sua vontade, nem a limitação do seu entendimento, e a incorreção dos seus conceitos; porque o primeiro poderia facilmente*

*ocasionar ódio, e a última, desprezo; mas observemos somente seus sofrimentos, suas necessidades, seu medo, suas dores. Assim, sempre teremos com ela parentesco, simpatia, e, em lugar do ódio ou do desprezo, aquela compaixão que unicamente forma a ágape, pregada pelo evangelho. Para não permitir o ódio e o desprezo contra a pessoa, a única (moralidade) adequada não é a busca de sua pretensa 'dignidade', mas, ao contrário, a posição da compaixão* (SHOPENHAUER, 1974, p. 95).

O autor afirma que é preciso observar os sofrimentos, necessidades, medos e dores. E ao estabelecer parentesco e simpatia, irrompem a compaixão e a alegria da convivência.

Compaixão vinculada à realização da síntese entre o sofrer e a felicidade. Unir o sofrimento e a beatitude é um segredo que precisa ser desvelado. Saber distinguir as diferentes espécies de dor e alegria exige discernimento.

Simone Weil afirma: *“Não são a alegria e a dor que se opõem, mas espécies de uma e de outra. Há uma alegria e uma dor infernais, uma alegria e uma dor terapêuticas, e uma alegria e uma dor celestes”* (WEIL, 1993, p. 109).

Só quando as cordas de dois violões estiverem afinadas é que ao vibrar de uma delas teremos o reverberar da outra. E isto se dará a partir de gestos generosos e subterrâneos. Paradoxalmente, ouço Ivan Karamazovi: *“Para que se possa amá-lo (o purulento) é preciso que um homem esteja oculto; desde que ele mostra seu rosto, o amor desaparece”* (Dostoievski, 1973, livro V, cap. 4, p. 178). A réplica de Aliocha me conforta: *“Para almas inexperientes, o rosto de um homem é um obstáculo ao amor”* (Dostoievski, 1973, p. 178). A sintonia de almas experientes e o desafio por relações sociais sadias tornam-se um primeiro passo na busca constante por estabelecer parâmetros de convivência.

O conceito compaixão tem sua essência fundada no sofrer e na afetividade. Sofrimento que nos move à comiseração. Sofrer compreendido como capacidade de suportar experiências vitais e mesmo pessoas reais que devem ser apoiadas. Sofrimento não só como dor e padecimento, mas capacidade de alçar de baixo para cima, servir de apoio, enfim, arcar com determinado peso sem ser muleta ou falsificação da identidade pessoal. Sofrimento vivido como experiência humana de passividade. Passividade não mais entendida como negação ou aniquilamento do sujeito, mas quietude e silêncio para que seja visitado por outrem. O sofrimento do outro anuncia a impotência do sentimento e anuncia ainda a própria possibilidade do sujeito existir.

Autor de fundamental importância neste estudo é Michel Henry.

É figura de primeira grandeza na fenomenologia e na filosofia francesa contemporânea. Nascido em Haiphong, Vietnã, em 1922, morre em Albi, em 3 de julho de 2002. Seu primeiro trabalho acadêmico é sobre Spinoza, apresentado em 1943 e somente publicado em 1997, com o título '*Le bonheur de Spinoza*'.

Participa ativamente da resistência ao nazismo. No cotidiano dessa situação de dissimulação permanente, surge aquilo que podemos considerar o fio condutor de seu pensamento: a '*invisibilidade da vida*'. A formação kantiana e cartesiana, de sua juventude, expande-se no interesse pela fenomenologia de Husserl. Henry dará primazia à esfera emotiva e afetiva frente àquela cognoscitiva e intencional. Este grande esforço de uma década de síntese se expressou na obra magna: '*L'essence de la manifestation*', publicada em 1963 e reeditada em 1990. Nela temos o caminho teórico do autor em compreender

vida como *'absoluta imanência e absoluta manifestação'*. Para Henry a vida se manifesta e se colhe imediatamente no seu *'páthos'*, na sua afetividade, não havendo na vida uma quebra ou distinção entre o ser e o aparecer. Isto porque a vida não se põe a distância de si, para tornar-se visível.

*'A verdadeira vida é invisível'*.

Em 1965, ele publica um complemento da obra: *'Philosophie et phénoménologie du corps'*.

Michel Henry permanecerá toda a sua vida acadêmica em Montpellier e sua pesquisa fará publica em 1976, outra obra decisiva: *Marx*, pelas edições Gallimard, em dois volumes, republicados em 1991. Ele fará aqui uma leitura do pensamento de Marx, na contracorrente de seu tempo, valorizando a práxis como princípio de pensamento ao recolocar no centro da preocupação social, os indivíduos vivos e suas vidas concretas.

Publicara em 1985, a importante obra: *Généalogie de la psychanalyse: Le commencement perdu*, a partir de curso oferecido em Tóquio e Osaka.

Publica em 1990, o livro *Phénoménologie matérielle*, onde define sua perspectiva fenomenológica, distinta da husserliana. Destaca-se ainda como ensaísta de inúmeras obras literárias: *La barbarie* (Paris: Grasset, 1987); *Voir l'invisible: sur Kandinsky* (Paris: Bourin, 1988); *Du communisme au capitalisme: théorie d'une catastrophe* (Paris: O. Jacob, 1990). Foi romancista com as seguintes obras: *'Le jeune Officier'*, de 1954; *'L'Amour aux yeux fermés'*, de 1976; *'Le Fils du roi'*, de 1981, e finalmente, *'Le Cadavre indiscret'*, de 1996.

Henry publicou o que podemos chamar de tríptico cristão: *'C'est moi la vérité: pour une philosophie du christianisme'* (Paris: Seuil, 1996); *'Incarnation: une philosophie de la chair'* (Paris: Seuil, 2000); e sua obra derradeira, *'Paroles*

*du Christ'* (Paris: 2002). Nos três livros, a chave leitura é a interpretação filosófica do cristianismo, à luz da fenomenologia da vida. A palavra que é o Cristo, não fala da vida, mas fala a vida, na qual se revela a essência de nossa verdade. O dizer da vida é sempre interno à própria vida.

A trajetória humana de Michel Henry me cativou e seu pensamento complexo me entusiasmou. Era este o '*Lebenswelt*' que busquei e que fosse capaz de analisar a ação pastoral e política da Igreja em São Paulo, em seus múltiplos compromissos e desafios junto à população de rua. Assumi o seu pensamento como guia epistemológico na tarefa hermenêutica.

Particularmente a compreensão de Henry de que a vida fala no coração. E como o faz? "*Em sua autorevelação 'pática' imediata, pois o coração é a única definição adequada do homem*" (HENRY, 2003, p. 159).

Henry convida a ouvir a palavra para compreender o segredo do humano. E ao ouvi-la, posso ser capaz de penetrar a essência dos sujeitos, que se manifesta na afetividade e compaixão.

A essência da subjetividade é a afetividade (HENRY, 1990, p. 595). Todo ser humano é inseparável da afeição, e nela adquire sua própria possibilidade, radical e última, a sua essência. A afetividade, vivida como sofrimento, é sempre patética e vivida por nós de forma pessoal e única.

A afetividade é uma revelação original.

*A afetividade é o modo mesmo segundo o qual se cumpre a revelação original, ela é a efetividade desta revelação, sua fenomenalidade própria, sua substância enfim, o aparecimento que ele determina e no qual ela se realiza* (HENRY, 1990, p. 674).

E podemos afirmar que o conhecimento de uma dor é verdadeiro na medida em que for doloroso, *“pois a verdade da dor é a dor ela mesma enquanto tal”* (HENRY, 1990, p. 677).

Na angústia e no sofrer dos moradores de rua podem se revelar as condições de nascimento de uma vida afetiva em nossa cidade. Eles são os termômetros de uma relação humana muito mais complexa do que suas próprias vidas e corpos. O sofrimento é a revelação originária do absoluto, pois *“sua revelação pressupõe a revelação do absoluto, se funda nela e lhe é idêntica”* (HENRY, 1990, p. 840).

Há no sofrimento e na dor uma espécie de excesso que revela o absoluto. Há na dor um Logos que não é de morte, mas um Logos de vida (HENRY, 1990, p. 840). Ao mergulhar no sofrimento, nós o ultrapassamos.

Determinados autores vêem na compaixão a única instância contra a perversão e o mal extremo:

*Parece-nos que a compaixão é a única instância e força contra possíveis perversões, quando o mal se apresenta em suas formas extremas. Para nos lembrarmos mais uma vez do resultado encontrado acima: a compaixão pressupõe proximidade, isto é, a visibilidade do sofrimento de alguém. Em face deste sofrimento é despertada a vontade direta de ajudar, não importando de onde venha o sofrimento, se por circunstâncias onde não existe culpa ou se por crueldade dos homens. Esta vontade direta de ajudar é a característica essencial da compaixão. A partir daqui pode-se dizer: a compaixão é a extrema e última possibilidade de salvar a pessoa em sua ‘existência nua’ em face da negação direta desta existência* (SCHULZ, 2001, p. 36).

A aplicação do conceito de compaixão contribui para manifestar a invisível marca da solidariedade, plasmada em gestos concretos e práticas políticas vividas e confrontadas, neste fenômeno social e religioso típico da cidade de São Paulo, que é a pastoral do povo da rua. Pois o solidário é alguém que está ligado, que tem responsabilidades, ou que aderiu a uma causa ao partilhar o sofrimento alheio, ou se propondo a mitigá-lo. A solidariedade se torna exigência política. Já sabemos que do ponto de vista físico e biológico, o ser humano não pode existir se não em estreita dependência de seu entorno vivo e material (meio ambiente), a partir do qual ele se constrói e de onde emerge. Há sempre polaridade entre o sujeito e a experiência da solidariedade na comunidade ambiental de sustentação.

A estrutura (ou dimensão) espiritual da solidariedade a orienta sempre mais para uma existência e destinação autônoma, e a pessoa tem necessidade de circunstâncias adequadas para se realizar intelectual e afetivamente. A necessidade imperiosa de comunicar-se com outros, amar e ser amado, reconhecer e ser reconhecido em sua dignidade e liberdade pessoais se faz cultura, e possibilidade de vida e subsistência como espécie. Realizando a árdua ação histórica chega-se à maturidade do viver.

Somos seres que vivemos de mediações e da alteridade. O adágio aristotélico do *'homem como animal social'* realça a identidade política. E a articulação do indivíduo à sociedade se articula pela solidariedade. Durkheim fala de uma solidariedade mecânica, em comunidades tradicionais, onde a ausência da divisão do trabalho faz dos indivíduos seres substituíveis,

enquanto a solidariedade orgânica, em sociedades industriais, com a presença da divisão do trabalho, baseia-se na complementaridade.

Solidariedade é uma exigência social, laço antropológico que conecta as pessoas e as vincula progressivamente aos outros seres, sincrônica e diacronicamente constituindo a beleza da vida.

A compaixão, vivida como solidariedade em relação à própria sobrevivência das pessoas e do planeta, expandiu o conceito e fez da prática da solidariedade uma categoria necessária, inclusive no mundo da pesquisa científica. *“Estamos no processo de negociar um novo contrato com a sociedade”*, diz Jane Lubchenco, presidente do ICSU (Conselho Internacional para a Ciência). E completa: *“Este novo contrato engaja os cientistas em prover o conhecimento necessário para a sociedade responder às questões mais críticas do momento”*. E ela finaliza: *“A ciência não tem todas as respostas, mas pode e deve ajudar mais do que tem feito (quanto à sustentabilidade do planeta)”* (Folha Ciência, página A10, 26 de setembro de 2002).

A compaixão vivida como solidariedade é atitude e valor, pelos quais as pessoas se sentem unidas por interesses e ideais comuns.

Em termos morais, falar de solidariedade é pôr em relevo a dimensão coletiva que existe na responsabilidade humana: cada membro de um grupo é co-participante da responsabilidade de todo o grupo e vice-versa: o grupo é, de alguma maneira, responsável por todos os membros. O senso moral é orientado sempre para a reciprocidade entre as pessoas e a entrega gratuita. Lembro do símbolo abnegado do pelicano que alimenta sua prole até, exangue,

perecer. Algo em nós deve morrer para que possa surgir vida no outro. Para tanto é preciso abrir o próprio peito e oferecer nossa '*preciosa seiva*' para ser sugada e alimentar os famintos.

Seguirei este método ao analisar as entrevistas dos construtores e construtoras da Pastoral do Povo de Rua a partir da categoria epistemológica da compaixão.

Na abordagem teórica aqui contemplada, a compaixão se liga a tópicos afins já salientados: solidariedade, exclusão e inclusão social, libertação e subjetividade. Para a sua compreensão mais ampla, tendo em vista a pesquisa realizada, julguei conveniente trazer à baila alguns outros temas relevante: a constituição dos personagens, a liberdade, a democracia e autonomia, a metodologia utilizada pelos agentes, a prática de resistência, a utopia como antecipação; que são analisados a seguir.



## **2. Análise das Entrevistas e da História do Vicariato**

O uso da categoria filosófica compaixão ou afetividade quer verificar nossa hipótese: a compaixão altera a forma institucional da presença da Igreja Católica próxima à população de Rua, e pode gerar novo vocabulário e metodologia de intervenção social capazes de contribuir na construção de políticas públicas?

Consta que os quatro personagens escolhidos para a pesquisa afirmam ter sido tocados pela situação de Rua na medida em que se aproximaram da população e de seu cotidiano.

A pesquisa qualitativa com os quatro entrevistados buscou atingir:

*Um nível da realidade que não pode ser quantificado, e trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21).*

Escolhi os quatro personagens, pois foram afrontados pelo povo da rua e assumiram as vidas concretas com empatia e comiseração. A compaixão pressupõe proximidade. Eles próprios perceberam que as pessoas das ruas, geravam incômodo para o conjunto da população.

Irmã Ivete fala do tema da proximidade e da rejeição:

*Dez mil pessoas nas Ruas paulistanas não é um número exagerado, mas é número que incomoda. Se ele estivesse na periferia (que tem três milhões de pessoas), ele não incomodaria. Porque estão escondidos. Mas estes incomodam. Essa pequena população incomoda porque ela se coloca à vista, ela não fala, ela não grita, mas ela se mostra, pois você vai passar no metrô e o cara está deitado ali, e você tem que passar por cima da perna dele. Ele não é um ativista europeu que pega um cartaz e que vai gritar na porta do metrô. Ele, na verdade, é um profeta mudo. Ele se coloca aqui e não imagina a repercussão que tem ele ali deitado na Rua. Ele não imagina o alcance que tem o fato de ele estar ali, com um pé calçado e outro descalço, seminu, sem meias, barbeado, sujo, cheirando mal. Ele não imagina o impacto que isso causa. Mesmo a Prefeitura faz as coisas para o pobre, mas ela não gosta do pobre. Ela faz por obrigação, e para mostrar que está fazendo um serviço, porque todo comerciante reclama. A classe média reclama, o rico reclama. Ela não está fazendo essa Boracéia porque gosta do pobre, o faz apenas por motivo político, para dar satisfação à sociedade de que está gastando dinheiro com a população, que apesar de pequena é tão intrigante. É uma população intrigante.*

O corpo do morador de rua questiona os modelos sociais e intriga o pensamento humano. A proximidade das pessoas revela muitas questões e é o primeiro estágio de confronto com sua realidade. Nenhuma mudança social ocorreu sem passar por uma efetiva proximidade.

O primeiro contato acaba gerando uma afetação nos atores sociais e em todos os que com eles trabalham. Compaixão se expressa no ser afetado e nas formas de viver a afetividade.

Padre Júlio relata as razões que o afetaram para que assumisse o compromisso em sua vida:

*Tudo começou com a irmã Nenuca, indo na missão do povo da Rua. Foi porque também iam as crianças de Rua, com as quais trabalhavam os grupos. E a missão do povo de Rua era uma paulada na cabeça da gente. Conviver com aquele povo. Trabalhar lá junto com eles, saía dos padrões. Era tão radical como são estes jovens hoje (da Toca de Assis). Era uma experiência de Igreja que atingia demais a gente, uma experiência de Deus muito forte. Muito forte. De muita radicalidade. Com muita alegria, uma convivência muito forte com o diferente. Era algo que me atingia muito, e porque me atingia eu acabava tendo uma presença e uma prática. Descobrimos esse povo. Ainda no tempo que eu ainda não era padre. A irmã Nenuca, por exemplo, estava na cadeira de rodas e ela pediu que empurrasse a cadeira de rodas. Ela me disse: 'Você vai empurrar esta cadeira porque você vai andar por este caminho. Pelo caminho do povo da Rua'. E depois, quando eu vim aqui para a Paróquia São Miguel, na Moóca, o primeiro grupo que eu fui tendo um contato muito grande foi o pessoal de rua, que era aqui do bairro e que estavam embaixo do viaduto Guadalajara, de onde surgiu a Comunidade São Martinho. Uma pessoa que me marcou foi a Vicentina, que lá vivia. Eu tinha muito contato com a irmã Ivete, com a irmã Regina, com a irmã Cristina, todas Oblatas, porque também lidavam com alguns jovens com quem eu lidava. Um deles era o Paulo da Silva, que era um menino que foi na Febem como Fulano de Tal, e depois Paulo de Tal, e depois Paulo da Silva. Pois no início ele não tinha mesmo um*

nome. A cédula de identidade dele era toda em branco. Só tinha nome e filiação desconhecida e ignorada. Ele morreu de aids e sofreu muito. Ele era muito amigo da irmã Cristina. Ele vivia em grupos muito perigosos, gente muito difícil. Mas tinha também sinais de muita generosidade. Em uma quinta-feira Santa eu lavei os pés dele, pouco antes dele morrer. São coisas na vida da gente que acontecem sem a gente procurar. São coisas que você tem que responder. Houve a influência de dom Luciano com o pessoal de rua. E quando os baixos do viaduto foram cedidos, durante o governo Jânio Quadros, ele havia cedido para fazer um grupo de Alcoólatras Anônimos, mas estes foram para outro lugar na Rua Cajuru. Dom Luciano me dissera que este lugar sob o Viaduto Guadalajara estava cedido para a Igreja, pela Prefeitura, para os AA, e eles não mais precisam. Então eu lhe disse: Vamos fazer aí uma comunidade para o povo da Rua. Já que estamos trabalhando com o pessoal. Aí ele falou, vamos fazer. E tivemos a ajuda do pessoal do Arsenal, Ernesto Olivero, que comprara a Casa Vida. E pedimos também para que as comunidades da periferia nos ajudassem, e várias 'Cebs' compraram tantos metros de tijolinho para fazer as paredes desta comunidade do povo da Rua. O dia da inauguração, o mesmo dia em que dom Luciano sofreu grave acidente em Minas, ao sair de lá. A Erundina estava lá. Estes são caminhos que a gente vai trilhando meio sem dizer eu vou fazer esse caminho. Acontece comigo muito isto: caminhos que eu vou seguindo e que eu não procurei. Hoje já ficou muito marcada esta minha presença entre eles. Não foram coisas que eu disse: vou fazer isto, porque ... São coisas em que a gente é levado. Eu sinto muito essa experiência de me sentir levado por algumas coisas. Levado por respostas, por exemplos, por apelos.

O segundo estágio do processo compassivo realiza-se por meio de pessoas que precederam os atores atuais, como profetas precursores do

caminho no qual testemunham por sua prática os valores em que acreditam e que realizam forte apelo ao engajamento. Padre Júlio chega a usar a bela imagem de que, ao empurrar a cadeira de rodas de Nenuca, ela vislumbrava seu futuro compromisso de engajamento na mesma estrada. A compaixão afetou de tal forma Ignácio, Nenuca, Alfredinho, Júlio, Ivete, Regina e dom Paulo Evaristo, que foram levados a assumir a causa e a vida dos moradores de Rua como questão pessoal. Tornaram-se partícipes da vida de pessoas sem nome e sem rosto, e que iam desvelando memórias e histórias de vida, na medida em que os afetados demonstravam afetividade, e essa afetividade se articulava em afetação de outros. Inicialmente, nas Missões, depois na Casa de Oração, e finalmente nas passeatas articuladas dos Dias de Luta, no mês de maio de cada ano.

Pude diagnosticar a partir das entrevistas colhidas e, pela leitura sistemática do jornal O Trecheiro, que houve momentos em que a compaixão atuou como fator decisivo de mudança do lugar social.

O relato da irmã Ivete mostra o percurso prático e teórico por ela percorrido, emblemático na interpretação dos percursos distintos dos outros três personagens.

Assim conta irmã Ivete:

*Quando eu cheguei às Cônegas vi que eram a primeira congregação a assumir as comunidades de base, e ali tivemos a grande semente da Teologia da Libertação, que foi a vida religiosa. Ali se discerniu, se bebeu, se praticou a Teologia da Libertação. E eu bebi desta água. Quando eu vim para as Oblatas, elas eram até mais atrasadas, pois ainda eram da instituição. Eu também tive um choque. Mas depois a Nenuca avançou muito mais que eu poderia ter imaginado. Eu acho que ao abandonar a TL, a Igreja perdeu a grande oportunidade de ser*

*a Igreja que segue Jesus Cristo. Não foi nem o Papa, nem o Vaticano que calaram a TL. Eu acho que as paróquias não deram conta das exigências da TL. Porque para a TL dar certo, as paróquias tinham que mudar. E as paróquias não tiveram coragem de mudar. E os padres, além de não querer mudar, começaram a criar um grupo de jovens acomodados. Muita gente vai para o seminário porque não quer trabalhar, não porque quer ser padre. Porque quer status. Quer comer sem trabalhar, quer ter carro sem trabalhar. E a paróquia e os conselhos paroquiais não tiveram a coragem necessária de mudar de lugar social. Essa é a grande exigência da TL, mudar de lugar social. Não você deixar de ser rico e ser pobre. Mas você ser solidário com o pobre. Ser irmão do pobre. Essa mudança de lugar, que não ocorreu é um atraso. O atraso é pior que nos anos 1970. Porque as pessoas estão extremamente acomodadas. E além de ter saudades do passado, elas fazem da prática do passado uma prática muito mais atrasada do que quando eu era criança. Apenas para satisfazer um modismo. Eles dizem: que tem que fazer alguma coisa, que tem que ser voluntária. Eu lamento, pois nós perdemos, e talvez ainda se volte a recuperar os paradigmas da TL. Eu também acho que há pessoas que vivem estes paradigmas em suas funções como padre, como bispo, como freira, frei, religiosos, leigos, mas os vivem quase individualmente. Não vivem mais como Igreja. A minha observação é essa. A Teologia da Libertação era o gancho para fazer uma grande revolução social. O padre não quis mudar.*

O vínculo existente entre a prática social e o pensamento crítico da ação cristã se fez pela Teologia da Libertação e realizou efetiva mudança de lugar social. E, conseqüentemente, mudança de posturas e atitudes pastorais. De receptores das ações filantrópicas, as pessoas de rua foram compreendidas como atores e participantes, com identidade e história próprias.

Algumas práticas cotidianas, desenvolvidas pela OAF, fizeram descobertas importantes quanto ao perfil da população. Uma das conclusões é a de que temos hoje gente que não tem lembranças. Era preciso que a mudança de lugar social viesse acompanhada de uma contínua capacidade de adaptação, com sensibilidade e ternura, como dimensões importantes da compaixão, para que se pudesse superar a indiferença à qual a população é submetida.

Irmã Ivete traça o percurso de sua vida na rua:

*Eu comecei na Rua, quando a Rua ainda eram umas poucas pessoas. Era 1974. Eram os restos da construção civil. Restos do Elevado Costa e Silva. Eram pessoas que tinham cultura rural. Eram pessoas que tinham lembranças do avô, da avó. Hoje nós temos uma população que não tem lembranças. Porque, ou ela é filha de um ex-presidiário, de Febem, ou filhos da própria rua. Nós temos hoje uma população que é diferente dos anos em que começamos a fazer e criar as comunidades. Hoje, esses que estão nas ruas são grande massa, onde há extrema dificuldade de relações. Por exemplo, se eu voltasse para o trabalho de rua, deveria viver pelo menos dois anos para poder perceber o que se passa nesses filhos da Febem, nesses ex-presidiários que perderam a memória. O que lhes interessa é o consumo. Se você dá um Conga, ele não o quer e joga fora. Ele quer um Nike, e vai tirar de alguém ou roubar na loja. Então, nós temos uma população pobre que não tem lembranças de relações afetivas. Isso é extremamente perigoso, pois são essas pessoas que poderão fazer coisas terríveis. Terríveis socialmente. O povo da rua é muito mais marcado pela indiferença do que pela violência. Quando você pergunta, quando você conversa. Mas, atenção, não é em uma conversa que você sabe o que a pessoa pensa. Para você dizer: eu acho que o Agnaldo pensa isso eu devo conviver dois anos com ele.*

*Porque a fala para o povo da rua não tem muito sentido. Ela é apenas uma fala imediata e apenas conveniente. Ele te elogia. Não é que isso seja verdadeiro. Ou ele te xinga. E isto também pode não ser verdadeiro. É uma forma de defesa pessoal. A fala não é verídica na população de Rua. Então, por exemplo, esse menino adoeceu, e estava no albergue, quando chega a TV Cultura, e ele disse para mim: eu tinha muita coisa para falar, mas eu não podia. Pois se eu falasse seria mandado embora. Então falei bem. Ele é conveniente.*

A valorização da sensibilidade como conhecimento é assumida pelos educadores Hugo Assmann e Jung Mo Sung como uma das condições epistemológicas que superam e transcendem nossa capacidade racional por realidades e experiências sensitivas.

Dizem os autores:

*Também é preciso valorizar a sensibilidade no sentido da 'sensibilidade humana', a capacidade de sentir empatia e a compaixão, de se deixar tocar pelas vidas, sofrimentos e alegrias, esperanças e desejos das outras pessoas (ASSMANN, SUNG, 2000, p. 98).*

O relato de irmã Ivete confirma que os discursos do povo da Rua são mascarados por formas de defesa pessoal e que, para decifrá-los, necessitamos de uma nova '*pedra da Rosetta*'. A descoberta instrumental passou pela compreensão de que o trabalho do Vicariato precisava ser marcado pela simpatia ou por uma '*sensibilidade solidária*', que se expressaria na vivência comunitária e não especialmente na caridade, tal como difundida nas tradições das Igrejas de cunho conservador. A compaixão que o Vicariato buscava manifestar era nova forma de comunidade de sentimentos. Condição '*a priori*' importante para a emergência do outro.

De alguma maneira, o Vicariato, e antes dele, a decisão da Nenuca, ao fechar os serviços assistenciais da OAF, em 1979, respondiam à questão de Hegel quanto à caridade individual e o papel do Estado:

*É um ponto de vista falso se a generosidade (caridade) quisesse reservar unicamente à particularidade e à contingência de sentimento próprio o socorro à necessidade e o sentir-se ofendida e mortificada pelas disposições e pelos preceitos universais obrigatórios. A situação pública, pelo contrário, se deve considerar tanto mais perfeita quanto menos reste por fazer ao indivíduo para si, segundo sua opinião particular, frente ao que se dispõe de um modo geral (HEGEL, 2003, parágrafo 242).*

Padre Julio afirma que a prática da caridade fez com que as relações se alterassem e sofressem qualificação que rompem o pietismo e o orgulho:

*A relação que o Severino tem com a Igreja é crítica, mas muitos o respeitam, porque o conheceram quando metalúrgico e quando tinha um bar. E continuam conhecendo agora quando ele está na rua. Pela compaixão você qualifica a relação. Alguma coisa fica. Há muitas pessoas da classe média que assumem compromissos com a comunidade do povo da Rua. Em posturas não pietistas nem altivas. Eles ajudam simplesmente nas tarefas da Comunidade. Há muitos voluntários, pois muitos querem dar comida ao povo da Rua. A proximidade e a convivência podem ajudar. A compaixão é uma aprendizagem. Há múltiplos caminhos. Dona Maria, que é a cozinheira da Comunidade São Martinho, é vista pelos moradores de Rua como a figura que alimenta. A grande mãe que alimenta. E que estabeleceu relações por ter trilhado caminhos sem volta. Dona Maria estabeleceu relações muito fortes. Todos sabem onde ela mora e nunca fizeram nada que a desrespeitasse.*

A criação do Vicariato, em 1993, acabou por consolidar, de forma sistemática e institucional, a reflexão vivida há décadas pelos educadores da OAF, de que a compaixão se expressa como dor e sofrimento. E assumida, não como resignação ou fatalismo, mas como condolência. Como ação em favor da vida e prova incontestante do nexos entre verdade e prática histórica (HENRY, 1976, p. 367).

A experiência de sofrimento e dor nas ruas é descrita por Rogério Guimarães, nascido em 21/08/1972, em São Paulo:

*Morar na Rua é doloroso. Sofrimento, dependência de comida, da sopa. Dormia na Rua, morava na marquise das Lojas Marisa, em casa de papelão. Ali era das 8 da noite até a madrugada, as entidades dando comida e roupa. A gente sabe que tem tudo lá e se acostuma. A pessoa vai ficando um tempo, se relacionando com pessoas que têm problemas com álcool, drogas, prostituição. A gente acabava pegando o papelão do outro, brigando, pois parece que só tem esse caminho. Pela experiência que tenho na rua a gente só se diminui: os pensamentos não são de ser humano. Acabei sendo preso. Quando saí de lá foi a conquista da vida (Pastoral da Povo da Rua, 2003, p. 73).*

A resposta do Vicariato, para a pergunta antropológica de um 'viver dolorido', acabou por se exprimir na compaixão vivida como passividade criativa. E realizada como despertar da vontade de mudança.

Relembra Ivete:

*Um dia o padre José Comblin falou alguma coisa na Casa de Oração que deu a entender que ele criticou Deus. Três se levantaram e disseram: Eu não vou ficar aqui! Se você está falando mal de Deus, você não é padre. Não entenderam que a fala dele era uma fala bem teórica. Bem de professor mesmo. Era lá na rua Riachuelo. Eles*

*saíram bravos. 'Onde já se viu falar mal de Deus'. Pois padre Comblin dissera que Deus era um sofredor e que Deus também andava nas ruas. E eles replicavam: Como? Nós é que andamos nas ruas. Nós é que não prestamos. Deus presta. Deus não é igual a nós. De jeito nenhum. Deus é todo-poderoso!*

A razão, encontramos na leitura de Dorothee Sölle, teóloga alemã:

*Está ao nosso alcance alterar as condições sociais determinantes do sofrimento humano. Possuímos o poder de mudar e de aprender do sofrimento, em vez de nos tornarmos piores. Podemos afastar gradativamente e suprimir o sofrimento que ainda hoje serve de proveito a uns poucos. Contudo, em todos estes avanços nos defrontamos com barreiras intransponíveis. A morte não é o único limite que barra o nosso agir. Existem o embrutecimento e a dessensibilização. Há mutilações e vulnerações que são irreversíveis. A única maneira de ultrapassar tais limites é compartilhar a dor dos que sofrem, não abandoná-los à própria sorte e fazer com que o seu clamor encontre eco (SÖLLE, 1996, p. 183).*

Se Marx dissera que abolir o sofrimento era um imperativo categórico para os comunistas, hoje poderíamos dizer que é preciso alterar as condições sociais que produzem sofrimentos inúteis, e aprender da dor dos que sofrem a potencialidade de uma *passibilidade fecunda*. O imperativo categórico se desloca da abolição para o aprendizado. Da exterioridade para o mergulho nas experiências de melancolia e ternura vividas com a população de Rua.

Nova etapa de ação do Vicariato do Povo da Rua aconteceu quando a solidariedade se fez um caminho necessário. E a solidariedade, fruto da compaixão, é prenúncio da cidadania. Podemos localizar tal momento quando da constituição das Cooperativas de Catadores de Papel e Material Reciclável. Era a superação das práticas obsoletas e da visão do catador como eterno

cliente da assistência social. Em lugar da piedade assistencial entrava em cena nova forma de organização e articulação. No lugar do drama solitário, irrompiam propostas coletivas.

A irmã Regina fala da compaixão vivida como solidariedade econômica, a partir de seu acompanhamento orgânico dos cooperados.

*Outros grupos e Igrejas assumiram esta proposta com a mesma perspectiva que nós temos. Criou-se o fórum das organizações que trabalham com a população de rua. Toda a montagem que a secretária Aldaíza fez com a população de Rua é embasada em nosso trabalho. Não é uma política pública que apareceu de não sei onde. Desde 1979, com a mudança, resultado do pedido de dom Paulo: 'Ponham Puebla nas ruas da cidade. Ponham Puebla no centro da cidade'. Isso foi um apelo para a gente. Pois a OAF trabalhava em um outro regime institucional de qualidade primorosa. Mas, apresentava-se outro desafio. A sociedade já se organizava, e aqueles serviços que nós fazíamos outros já faziam. Isto nos possibilita olhar a realidade de outra forma e passar para um outro aspecto que foi mais a criação do Movimento, algo mais a partir da Rua. No início desta mudança houve uma incompreensão por parte da população de Rua, já que neste tempo a OAF era a ponte entre pobres e ricos. A classe social mais elevada abominou as mudanças e as viu como absurdo. Os pobres também não entendiam, porque o único modelo que eles tinham era o institucional. E a gente chegava dizendo que queria fazer grupos, que a gente queria se conhecer, queríamos fazer a comunidade. Eram um outro discurso e uma outra exigência. Era hora do pobre ser o ator. Demorou. Hoje, alguns dos membros da Comunidade, individualmente, já conseguem compreender. Mas como grupo somente a Cooperativa dos Catadores conseguiu dar o salto. Talvez seja porque eles têm a*

*relação econômica em mãos. Pois é a relação econômica que nos dá autonomia. Não é a auto-estima. Esta pode te dar autonomia psicológica. Mas, para que ela possa ser completa, cidadã, como cidadão de direitos e deveres, de relação, eu acho que se você não tiver o aspecto econômico você não faz as pessoas crescerem. Mesmo se eu te der permanentemente um dinheirinho, se você não ganhar o seu próprio dinheiro, você não vai administrá-lo. Até hoje nós não tivemos outros grupos que chegassem a este nível de organização. O aspecto cultural não deve ser menosprezado, e desde o princípio nós guardamos a idéia de ter grupos de música com o povo da Rua. Mas insisto que o econômico é fundamental para a autonomia real. Porque a pessoa tem que decidir. E ela pode decidir. O desafio dos catadores não reside na ampliação, mas na concorrência. E esta tem vindo do empresariado. Porque nos últimos cinco anos ocorreu a descoberta da reciclagem, que saiu das mãos dos catadores. As empresas acabam tomando conta disto. E isto nos leva a propor esta campanha do Amigo do Catador. Se não houver uma intervenção social, esse segmento perde o espaço que ele próprio conquistou. Isto deve entrar nas políticas públicas, pois não é coisa ocasional. É uma saída de geração de renda. É a possibilidade de criar postos de trabalho. Muitas administrações públicas não crêem que os catadores sejam capazes. Pela falta de sua competência técnica, pois ela é muito primária. E também pelo lugar de onde eles saem. É preciso evitar o elitismo.*

Pude perceber que, nestes 12 anos do Vicariato, sua ação de compaixão assumiu a emergência dos sujeitos de Rua com a preocupação básica pelo trabalho e sua dignidade. Ao resgatar o depoimento do padre Júlio Lancellotti, compreendi as tensões latentes e as razões para o surgimento massivo da população urbana.

*A população de Rua começou a emergir na cidade, como sujeito. A partir das manifestações, das organizações, da Coopamare. E as universidades passaram a se interessar por isso. Houve uma emergência das pessoas. Os contatos passaram a ser muito fortes na articulação e preparação dos Dias de Luta, que fazemos todos os anos, e que já são mais de dez Dias de Luta da população de Rua. A aliança que nos fizemos com a Aldaíza Sposati como vereadora. Ela havia estudado esta questão como pesquisadora na universidade, como também Maria Cecília Loschiavo dos Santos, do Urbanismo da USP. Houve coisas que fizeram emergir esta situação, por exemplo, o Plano Collor. Ele trouxe muita gente para a Rua, de repente. Aqui na Comunidade São Martinho nós fechamos a porta uma noite, com 40 pessoas e no dia seguinte nós reabrimos com 300. Apareceram aqui em São Paulo os garimpeiros do Mato Grosso, surgiram vários casos de malária. Foi uma eclosão fruto do Plano Collor. Uma vez no Condepeh (Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana), sendo membro, nós fizemos uma caminhada pelas Ruas da cidade com o João Benedito de Azevedo Marques, quando nós vimos, só nas ruas São Bento e Boa Vista, centenas de pessoas dormindo nas calçadas. Depois do governo da Luiza houve muita tensão. Por quê? Não havia apoio da Secretaria Social em relação à população de Rua, nem sensibilidade e nem eles sabiam o que fazer. Foram muitas as tensões.*

As crises sociais e econômicas, as guerras ou revoluções, e a chegada de grandes grupos de migrantes e imigrantes são reconhecidos fatores sociais que alteram a mobilidade social, ascendente ou descendente. Ao quebrar os padrões vigentes, arruinando empregos e poupanças individuais, o Plano Collor realizou deliberada pauperização da população brasileira. Somado à desigualdade social criou fato social de especial gravidade nas grandes

metrópoles brasileiras. O agravamento das desigualdades na chamada década perdida é uma das conseqüências reconhecidas dos ajustes estruturais das políticas neoliberais.

*Menos notórias são as suas conseqüências sobre a capacidade de mobilização e organização políticas da sociedade civil, especialmente dos setores populares e das classes médias duramente afetadas pelo desemprego e, pela recessão econômica (DAGNINO, 2002, p. 11).*

O decreto que promulgou a lei da população de Rua mudou a relação de cidadania, até aquele momento inexistente. A ação compassiva do Vicariato agora se exprimia em categorias políticas e se plasmava em política pública, exeqüível e presente no orçamento da cidade. Assim se exprimiu padre Júlio, quanto à expressão política da compaixão:

*A compaixão o que é? É uma relação. Não é um sentimento unilateral. Ela pode ser uma categoria política na medida em que você considerar o outro mais importante que você, como diz o Dalai Lama. O fato de São Paulo ter uma lei para o povo da Rua é de certa forma uma compaixão política. Ter uma lei que garanta cidadania de um grupo tão excluído, de um grupo tão evitado, é compaixão. Eles vão construindo sua cidadania. É uma construção, pois cidadania são direitos e deveres. Ela é uma conjugação. Não podemos exacerbar demais os direitos sem os deveres. As categorias devem estar juntas para resgatar estes caminhos.*

A compaixão, tal como vivida pelo Vicariato do Povo da Rua, se expressa como uma destinação comum, ou ainda como o ferver de um caldeirão, seguindo a lógica de conhecido provérbio grego: “*Ferve o caldeirão, tem-se a amizade*”. As primeiras sopas servidas ao povo da Rua sob os

viadutos foram sendo cozidas nos anos todos de trabalho sistemático, até configurar um movimento frágil, mas permanente, de intervenção na cidade e de localização concreta entre os movimentos sociais.

Posso afirmar que a hipótese se confirma efetivamente, pois as ações articuladas do Vicariato, sua expressão pública, seu acompanhamento pastoral e a formação de pequenos grupos comunitários e algumas associações de catadores expressam que o uso operativo da categoria compaixão é pertinente e alterou processos sociais, abrindo caminho para novas formas institucionais. Dito de outra forma, a compaixão tornou delgado o muro entre o “Tu e o Eu”.

Padre Júlio Lancellotti declara: *“Nossa comunidade aprendeu a conviver com o povo da Rua. Em algumas Igrejas eles já são abraçados como irmãos”*.

O estreitamento de muros consolidou um caminho de articulação comunitário, o Movimento de Catadores, hoje articulado em nível nacional.

O *Movimento dos Catadores de Papel e Material Reciclável*, nascido da prática compassiva, gerou novos relacionamentos, fortaleceu outros, e foi reconhecido publicamente pelo próprio Presidente da República Federativa do Brasil, em encontro pessoal com os catadores na Baixada do Glicério, no dia 23 de dezembro de 2003. Esse encontro se repetirá em 2004 e 2005.

Acontecem a diário novidades e sofrimentos. No movimento organizado dos catadores e nos baixos de viadutos, pessoas, situações, lugares e momentos fortes valorizam, geram conflitos, potencializam e fazem pessoas recuperarem a auto-imagem e um sadio narcisismo.

Para que aconteça dialeticamente, é preciso que cada um rompa com a roda cíclica da resignação. Com freqüência, cada articulador da Pastoral do Povo da Rua revê as pessoas, em conversas gratuitas e passivas. Ampliam-se

os horizontes dos interlocutores tornando-os alcançáveis. Situar-se e compreender o momento. Colocar-se no lugar dos outros. Saber nomes, discernir histórias e aguardar tempos oportunos para mudanças existenciais.

A palavra sobre a liberdade, no século XXI, não virá de soberanos e superiores argumentos de autoridade, mas da sapiencial e profunda experiência do próprio serviço em favor dos direitos e dignidade das pessoas.

A difícil aventura da busca da justiça nos indica alguns princípios concretos, para a ação dos centros de acolhida da população de Rua.

*“O compromisso com a libertação integral traz na sua esteira, o dever da não acomodação permanente, ‘não estou dormindo, não estou contente’, de modo que se perde o sono para que alguém tenha sono”* (CLARKE, 1992, p. 99).

Recria-se gente nova, e a cada dia gera-se vida nova, na conquista de direitos, em atitude cidadã, como nos diz o dístico latino: *Incipit vita nova (Aqui começa a vida nova)*.

Há sempre a presença hegemônica dos novos fenômenos produzidos pelo neoliberalismo, descritos por Leonardo Boff:

*No neoliberalismo, por causa da modernização e da competitividade, está presente uma lógica da exclusão. Os países do Sul, tecnologicamente atrasados, sem suficiente competitividade, com crises políticas internas devido à pobreza e à miséria, não são mais interessantes. Por isso, há neles pouquíssimos investimentos estrangeiros. Nós não valemos, porque estamos fora do mercado. Quem está fora, não existe* (BOFF, 1993, p. 3).

Entrementes, o próprio Boff apresenta esperança palpável:

*Acreditamos nas revoluções moleculares. Como as moléculas, a menor porção de matéria viva, garantem a sua vida pela relação e*

*articulação com outras moléculas e com o meio ambiente, as revoluções devem começar nos grupos e comunidades interessadas em transformações. Nos grupos transformam-se as pessoas, suas práticas e suas relações com a sociedade circundante. E a partir daí, podemos começar a inundar espaços mais amplos da sociedade (BOFF, 1993, p. 4).*

Mas os desafios para realizar uma revolução molecular são enormes, como afirma Michel Henry:

*Quando, portanto, o trabalho se encontra progressivamente excluído de uma dada sociedade, como é o caso da nossa, não é somente a forma desta sociedade que é subvertida, mas a própria existência do homem. Como e por que se produz esta exclusão progressiva do trabalho? É o que aparece atualmente evidente: é a substituição da atividade humana por um dispositivo instrumental objetivo cada vez mais complexo, que reduz sem cessar a parte do trabalho vivo, no seio do processo de produção de bens úteis à vida (HENRY, 1993, p. 3-4).*

E Henry insiste:

*Necessitamos hoje uma nova cultura para um mundo novo. Por que não? Mas uma cultura não se fabrica, não se constrói como um computador. Ela vem de longe, ela está lá desde sempre, incluída na vida como o logos que ela porta em si desde o princípio, como a vontade de viver, de se revelar e de realizar a si mesma – como esta atividade primordial de autotransformação e de autocrescimento, que não é senão um com ela e que se denomina ‘trabalho’. Mas quando a essência da vida é excluída e seu poder é usurpado pelo reino cego do que nada sente nem a si mesmo, é a cultura que desaparece. E a tarefa não é nada fácil atualmente se trata-se da humanidade doar-se novamente uma cultura, num mundo onde o princípio consiste em sua eliminação (HENRY, 1993, p. 4).*

Dom Paulo oferece depoimento de suas memórias sobre os anos de chumbo na ditadura militar e o papel político desempenhado pela Comissão Justiça e Paz e Centro Santo Dias de Direitos Humanos:

*No momento em que Jesus Cristo disse esta palavra: 'pobres vocês vão ter sempre consigo', eu penso que esses pobres nas Ruas são os que ele imaginou em seu tempo. Chocam os ricos ou ao menos comovem alguns ricos para viverem com mais humanidade o relacionamento com a gente pobre. Eu penso que com estes que estão nas Ruas nós devíamos ter grupos como tínhamos a organização Santo Dias, com seus advogados prontos para ajudá-los. Houve tempo em que podíamos socorrer as pessoas com maior facilidade e apoio. Uma vez, entre tantas, liguei para um membro da Comissão Justiça e Paz, dizendo: 'lá tem um pobre jogado na Vila Clementino'. Será que o senhor não pode dar um pulo até lá? Na hora, na hora mesmo, eles foram até lá e arrumaram um lugar para o homem e as condições para ele naquele momento. Para isto existiam as cinco organizações de direitos humanos criadas na Arquidiocese. Direitos Humanos não são apenas não apanhar e não ser torturado. Direito humano é ser respeitado como homem ou mulher em qualquer situação da existência. É colocar o pobre sob abrigo! Como arcebispo, não passava uma noite sequer sem que a irmã Lourdes não recebesse cinco ou seis telefonemas de pessoas dizendo direitinho o endereço de pessoas caídas pelas Ruas. Quantas vezes eu recorri ao Santo Dias, à Justiça e Paz, ao Clamor, organizações feitas por inspiração de Adolfo Perez Esquivel, Prêmio Nobel, para que em cada rua tivéssemos uma pessoa que se não fosse advogado ao menos fosse entendido de leis para não demorar o auxílio.*

Irmã Regina Maria Manoel, ao fazer a trajetória de sua vida religiosa, a insere na história da OAF, e relata como os moradores de Rua teceram a rede

nacional de catadores. Conta como foi realizado a partir da OAF e as várias etapas desta nova organização social e econômica.

*Neste tempo a gente foi descobrindo os catadores, e eu me dediquei especialmente a esta questão. Hoje estou com os catadores e com a Casa de Oração. Descobri a possibilidade de melhorar a vida por estes caminhos. Com a mudança de rumo da OAF buscamos uma experiência concreta de pessoas que se organizam para viver melhor. No primeiro momento, a questão da comunidade. E depois a organização dos catadores. Por que os catadores? Porque nós os encontramos nas ruas. A partir de um grupo que vivia na Rua, no começo. Na perspectiva de que é possível alguma saída. E a saída com os catadores foi a mais concreta e a talvez a única até hoje. Como coisa mais coletiva, como grupo. Algumas coisas começam e outras mudam. Mas o trabalho da OAF tem mantido esta perenidade. A OAF é de 1955. Em 1953, chegam as Oblatas. Em setembro de 1955, ela é oficialmente fundada. Antes talvez só o trabalho eventual do Exército da Salvação. Era uma ação única. As únicas instituições que abordavam o povo da Rua ou era a OAF ou era a Polícia. As pessoas da Rua já sabiam: se não era da polícia era da OAF. A OAF cumpriu e cumpre um papel de responder ao seu tempo. Durante os anos 1950, ela foi de um jeito. E outro nos 1960. E outro nos 1980. E ainda outro nos 1990. Ela, a OAF, é mutante. Mas ela permanece dentro desse compromisso. Hoje nós temos uma outra ação. Durante anos, ela ficou no anonimato. Tanto que muitos perguntavam se a OAF tinha acabado. Isto foi uma estratégia que a gente teve para que desse espaço para a organização a partir da Rua. Foi aí que nasceu a Comunidade dos Sofredores de Rua. Foi aí que surge a Coopamare, a Casa de Oração. Que foi primeiro nos beneditinos, depois nos franciscanos. Hoje é na Luz. Mas fomos sempre nós que*

*fizemos este caminho. Nós mudamos quando a Casa precisou mudar. A gente também se fez itinerante junto com o povo itinerante.*

Esta reflexão de irmã Regina, em seu trabalho desenvolvido junto à organização dos catadores de papelão em cooperativas, confirma a análise de CASTEL:

*É no coração da condição salarial que aparecem as fissuras que são responsáveis pela 'exclusão'; é, sobretudo sobre as regulações do trabalho, e dos sistemas de proteção ligadas ao trabalho que seria preciso intervir para 'lutar contra a exclusão' (CASTEL, 2000, p. 36).*

Confirma também que a expressão econômica da compaixão pode ser marcada por um outro modelo que não o da exploração capitalista. E respostas concretas eficazes para a população de rua devem sempre adquirir perspectivas mais amplas e mecanismos universais que superem as desigualdades, segundo palavras do professor Luiz Eduardo W. Wanderley.



### 3. Os protagonistas

Vivemos crise de culturas e de civilização, o que exige análise dos fundamentos antropológicos do moderno. É preciso penetrar a modernidade e a pós-modernidade para que não sejamos corroídos pela indiferença ou omissão. Apesar da negatividade histórica atribuída à população de Rua, pois ela seria, segundo muitos dirigentes, a responsável pelo atraso nas tendências de progresso da cidade. São vistos e considerados desvio ou patologia a ser extirpada. Apesar deste desprezo e segregação, o povo da rua emerge no cenário metropolitano. A marca fundamental é uma prática específica sendo estruturada na linha da inclusão social, como forma de resposta à segregação (STOFFLES, 1977, p. 283).

O processo iniciado pela Organização do Auxílio Fraternal (OAF) em 1979 e consolidado pelo Vicariato em 1993, considerou as pessoas de rua cidadãos e foi o motor de um novo protagonismo. A cidadania construída na

expressão burguesa se fez a partir da noção de liberdade individual. Creio ser possível pensar em consciência política desta população de rua, mesmo que classicamente ela tenha sido chamada de peso morto da sociedade e identificada às imagens negativas da mendicância e da vadiagem.

A liberdade vista fundamentalmente como tomada de decisões, pessoal e intransferível, tem sustentação na compreensão da racionalidade de corte cartesiano e científico. Não se admitem a compaixão ou as expressões estéticas como constitutivas do 'ethos' livre e solidário de homens e mulheres modernos. Afirma-se o 'Logos' do indivíduo pensante e racional, negando-se o seu corpo. Aprofundam-se a cisão antropológica e o fosso entre as classes sociais. E com o recurso feito à burocracia chegaremos ao mal-estar da civilização e ao vazio de pensamento. A liberdade tornar-se-á discurso ideológico de determinadas classes e não o patrimônio comum de qualquer indivíduo que vive nas cidades. A liberdade dos cidadãos proprietários se vê ameaçada pela liberdade dos que vivem nas ruas. Sua própria existência é fator de temor a exigir, inclusive, políticas e práticas higienistas, de diferentes matizes e intensidade.

A palavra liberdade perde a beleza da parábola e fica nua. Nega-se o corpo negando-se certas pessoas reais em nome de uma falsa liberdade de grupos ou territórios. Liberdade torna-se privilégio de poucos na cidade privatizada, e a negação de muitos, que apesar de nele viverem são sistematicamente excluídos, escondidos, e até sofrem o que o psicólogo Fernando Braga da Costa denomina '*invisibilidade pública*' (COSTA, 2004). Ao viver o processo de negação as pessoas têm sua humanidade ignorada. São vistos e tratados como coisas. E o processo lento e contínuo da negação e

invisibilização. fez com que muitos abdicassem de sua própria subjetividade. Deixam de ser sujeitos, até porque nem chegam a ser cidadãos. Submetem-se ao totalitarismo, evitam o contato, e são rebaixados da condição humana.

O massacre (*Shoah*) de milhões de judeus, dos intelectuais de esquerda, milhares de ciganos, centenas de testemunhas de Jeová, e tantos deficientes físicos e mentais do próprio povo alemão, em ações realizadas pelo nazismo, hoje ainda continua desdobrando-se nas ações de homens e mulheres obedientes cegos das leis e da *'normalidade'*. Alguns homens, triviais e banais, tornam-se indispensáveis na manutenção de uma ideologia da *'humilhação social'* (COSTA, 2004).

Assim dom Paulo Evaristo descreve o processo de humilhação, e como a realidade é difícil de mudar, pois a inércia paralisa:

*Eu trago um exemplo para dizer que é possível influenciar até a vontade e um costume dos pobres de simplesmente seguir os outros e andar um caminho mais fácil. Anos atrás, dois jornalistas passaram a semana toda aqui em São Paulo como mendigos, e nunca, em nenhuma ocasião, deixaram de comer à vontade, de manhã, ao meio-dia e à noite. De maneira que a fome em São Paulo não existe, pois me diziam: se é para comer pode! Dinheiro não. Porque dinheiro seria para a cachaça. Davam comida, mas não queriam que entrassem nas casas. E elas dormiram, portanto, embaixo das pontes, em qualquer lugar onde era possível. A jornalista não desistiu, e ficou sete dias inteiros, enquanto o homem ficou só cinco dias. Ela fez uma reportagem impressionante. E que deveria ser estudada por aqueles que não acreditam na liberdade daqueles que uma vez estiveram dentro de uma vida sem lei, sem orientações para a existência. Eles simplesmente vivem até morrer.*

Dom Paulo rememora as ações concretas para desvelar a ideologia da humilhação como expressas na prática social de Nenuca com o povo de Rua:

*A Nenuca era quem tinha a maior experiência em São Paulo com este povo. Eu estive com ela até o final, quando estava no hospital com câncer, e fui visitá-la muitas vezes, e fiquei uma hora e até duas, contra a vontade do próprio médico, pois ela era uma psicóloga formada ou forjada pelo povo da Rua. Era uma pessoa totalmente dedicada ao povo pobre, sem nenhuma restrição. Eu fiquei admirado quando ela disse que o sinal é o nascimento de uma criança, pois a criança certamente segura a mãe. Isto nós temos feito sempre no Amparo Maternal. Ficar com a mãe ao menos dois ou três meses junto. Para a mãe querer bem a criança. E só depois deixar que ela volte para a Rua ou para o lugar onde ela se prostituiu ou perdeu-se. Em todo caso, o pessoal da rua é um pessoal muito respeitável, porque eles nos respeitam muito. Eles podiam roubar, não roubam. Eles podiam matar, não matam. Eles podiam brigar entre si, e o fazem, sobretudo com palavras. Menos com violência ativa. Eu acho que o povo da rua para nós ainda é um exemplo daquela pobreza que Cristo encontrou quando ele multiplicava os pães para os pobres, e que foi recontado por todos os evangelistas e até sete vezes aparece na Bíblia, a multiplicação dos pães, e que acabou sendo, também para nós, um exemplo para a Eucaristia.*

O sofrer individual, sentido em corpo e alma pessoais, torna-se 'sofrimento político' (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 11-67). Muitas pessoas do poder público e da elite econômica encarnaram a superficialidade e a normalidade do empreendimento excludente. Funcionários cegos de uma cegueira que não vê e que não quer ver outras gentes. Não são dementes, monstros ou cães raivosos. Agem de maneira humilhante contra as pessoas

que vivem nas ruas por participar de uma cegueira pública que nega a subjetividade do interlocutor, e assim, de certa forma, negam a sua própria subjetividade. Tanto o cego social que não vive ou trabalha nas ruas, e aquele que dela sobrevive e nela mora, ignorado pelo não morador, participam da mesma realidade. Mas a ideologia da invisibilidade o nega e o desconhecimento mútuo é enorme por conta da situação de classe e de expressões vitais. É necessário refazer a palavra e a identidade daquele que a profere. Como afirma o franco-lituano Emmanuel Lévinas, o dizer deve prevalecer sobre o dito, pois o dito é sempre superado pela experiência de alguém a me dizer algo, de um outro que nos preocupa, antes que qualquer ato. É este alguém me dirigindo a palavra, na hora de voltar a ser sensível ao rosto de outrem, pois *'o rosto é por si mesmo, não mediante a referência a um sistema'* (LEVINAS, 1961, p. 47).

Há lugares reservados e lugares vetados para o povo da Rua. Sofrem discriminação e muitos preconceitos são introjetados por eles mesmos. Não há amizade e tampouco reconhecimento dos sujeitos como seres outros, como alteridades. Em muitos casos, os moradores de rua sequer são vistos como indivíduos. Há inúmeras circunstâncias em que são queimados ou até mortos deliberadamente, por grupos de extermínio, ou mesmo como atividade de recreação mórbida entre adolescentes que vagueiam pela noite paulistana (Trecheiro, agosto de 2004, n. 123, p. 1).

São jovens de classes médias e altas, policiais e agentes políticos que se tornam obedientes acríticos e negam seus interlocutores. Excluem alguns

grupos humanos, de forma violenta e ideológica e colocam os moradores de rua à margem da vida e das finalidades éticas de projeto político solidário.

O verdadeiro horror do totalitarismo está na banalidade e no absoluto servilismo de seus agentes. Aqui reside o fundamento real do seu caráter abjeto. Homens e mulheres desaparecem ou são invisibilizados em meio aos outros seres humanos. E ao ser invisibilizado, parece encarnar o sentimento de não existir. *'Faleceu'* em uma espécie de morte simbólica (COSTA, 2004, p. 154).

A partir do século XVIII, diferentemente dos prenúncios da Revolução Francesa de 1789, a liberdade se tornará um direito a ser vivenciado só por alguns homens e não por todos. A liberdade irá expressar-se como identidade específica e não categoria universal. A constituição da cidadania burguesa, baseada no tripé: liberdade, igualdade e fraternidade, constrói a modernidade ocidental, que cria expectativas de desejos insaciáveis e uma sociedade voltada ao bem supremo de uns poucos, em conflito permanente com a exploração de imensas massas humanas. Os antagonismos de classe sustentam invisibilidades políticas, e determinam olhares coisificados e humilhantes. A invisibilidade pública, mecanismo não natural que submete quer os cegos, quer os subalternos, torna-se um eficaz mecanismo psicossocial de exclusão. A pessoa na rua é negada, contestada em seu viver. Impede-se a possibilidade de vivências genuínas, como expresso por Martin Buber em seus escritos do início do século XX (BUBER, 1982, p. 153s). O atual processo neoliberal e a negação de uma ética solidária demonstram paradoxalmente, que *“toda vida verdadeira é encontro” (All real living is meeting):*

*Uma época de genuínos colóquios religiosos está-se iniciando – não dos que assim se denominavam e eram fictícios, nos quais ninguém*

*realmente olhava para seu parceiro e nem a ele se dirigia, mas uma época de diálogos genuínos, de certeza para certeza, e também de uma pessoa receptiva para outra pessoa receptiva. Somente então aparecerá a comunidade autêntica, não aquela de um conteúdo de fé sempre autêntico, supostamente encontrado em todas as religiões, mas a comunidade da situação, da angústia e da expectativa* (BUBER, 1982, p. 40).

A liberdade proposta na Revolução Francesa não será capaz de cumprir seu potencial universalista, ao privilegiar determinados grupos de pessoas em detrimento de outros.

Afirma Hanna Arendt: *“Riqueza e penúria são apenas as duas faces de uma mesma moeda; os grilhões da necessidade não precisam ser de ferro, podem ser feitos de seda”* (ARENDR, 1988, p. 111).

A expressão da liberdade burguesa foi questionada pelo modelo socialista no Leste Europeu, em Cuba e em alguns poucos países asiáticos e também em sociedades milenares, africanas e asiáticas, de corte islâmico ou budista. A crise do modelo socialista, com a queda do Muro de Berlim e o colapso do totalitarismo stalinista, e a hegemonia do Império americano abriram caminho novamente ao totalitarismo. Paradoxalmente, a hora atual traz nova pauta política ligada aos Fóruns Sociais Mundiais, nos quais a liberdade e a responsabilidade pessoais articulam-se em construções e utopias históricas.

O filósofo belga afirma:

*Não podemos desesperar. A razão deve ser suficientemente forte para pensar ela mesma sua superação e se recolocar a serviço da vida. E a vida deve ser suficientemente sábia para aceitar a lei da realidade e não querer senão o que é racionalmente possível. Mas existe na vida um princípio que vai mais longe que ela mesma; ele*

*pode se voltar contra ela para destruí-la, ele pode também acolhê-la e transfigurá-la. Mas o segredo desta transfiguração não é nem da razão, nem da vida. O que advém da liberdade, somente a liberdade pode dizer. Pois a linguagem da liberdade é uma linguagem escondida* (LADRIERE, 1973, p. 225).

A liberdade adquire caráter essencial em cada pessoa e se constitui em elemento-chave do sujeito democrático. É verdade que a liberdade cristalizada no neoliberalismo escraviza centenas de culturas e classes subalternas, diante da hegemonia global do Mercado Total, livre e absoluto. A globalização tornou-se nova religião. E gerou vazio preocupante de utopias realistas, substituídas por messianismos violentos.

*... nesta época desprovida de 'grandes narrativas', como a sentiu Lyotard, mas repleta de metadiscursos messiânicos violentos, misticismos e credências compensatórias da desesperança do mundo. Por isso, sem esquecer crueldades e abusos perpetrados em outras áreas, os direitos humanos precisam ser resgatados em primeiro lugar no Ocidente. O abandono dos direitos humanos em nome de uma segurança que todos sabemos ilusória tem sido a maior vitória do terror ensandecido* (LINDGREN ALVES, 2005, p.218).

Verifico que as mulheres, as crianças e os negros que vivem nas Ruas ainda não sabem, no cotidiano de sua existência, o que liberdade significa em termos de dignidade e respeito de sua identidade e cidadania. Relembro a fala do Papa João XXIII, expressa na Encíclica *Pacem in Terris*, parágrafo 80, de 11 de abril de 1963, ao afirmar que as bases inseparáveis de uma nova civilização, são quatro: verdade, justiça, solidariedade operante e liberdade.

*Queremos confirmar com a nossa autoridade os reiterados ensinamentos dos nossos predecessores sobre a existência de direitos e deveres internacionais, sobre o dever de regular as mútuas*

*relações das comunidades políticas entre si, segundo as normas da verdade, da justiça, da solidariedade operante e da liberdade (JOÃO XXIII, 1998, p. 346).*

As quatro bases precisam estar interpenetradas e não isoladas. Só então poderão garantir uma sociedade democrática, cidadania ativa e solidariedade operante.

É necessária outra base para a liberdade, e creio poder ser fundada em uma ética pessoal, gravada nas memórias dos pobres e carregando os sonhos das gerações na rejeição do fatalismo e da discriminação. Os moradores de rua foram submetidos a mecanismos de esfacelamento e não identificação coletiva que precisam ser superados (STOFFLES, 1977, p. 284).

Uma ética que rompa os estreitos muros da dissociação e do preconceito. Ética transcendental próxima da arte, que: *“obriga a história a sair de seus esquemas. Aqui, não é o caminho o impossível, mas o impossível é o caminho, e os carismas o realizam”* (EVDOKIMOV, 1991, p. 72-73).

O processo de transformação pode criar condições históricas para superar os mecanismos de rejeição e dominação.

Uma liberdade histórica que respeite alteridades e escolhas díspares. Valorize as pessoas e suas histórias de vida. Liberdade criativa e fecunda. Liberdade que rompa com os muros do sofrimento e da separação das pessoas. Liberdade que permita a interpelação dos humilhados. Assumida como caráter e tratamento político mais que um modo técnico de superar disfunções. Liberdade que rompa o isolamento e a invisibilidade daqueles considerados mendigos, mas de fato são *‘o ponto extremo de uma vulnerabilidade de massa que afeta grandes camadas populares’* (CASTEL, 2000, p. 33).

Os bispos católicos afirmam em documento oficial:

*A recriação da ética pelos novos movimentos sociais está apontando para novos estilos de vida. Há, hoje, a emergência de um anseio profundo de liberdade na esfera da realização das pessoas, a partir do mundo das aspirações e dos desejos; um senso muito profundo do direito à diferença, à alteridade; um sentido novo das experiências comunitárias em tensão entre o planetário (procura de universalização) e o pequeno (emergência e reconhecimento do pluralismo social e cultural); a redescoberta do sentido do prazer, da gratuidade, da celebração e da fantasia, que inclusive questiona a ética moderna do trabalho e a relação do homem com a natureza; a abertura de novos espaços para a experiência do sagrado na vida humana (CNBB, doc. 50, 1998, p. 27-28).*

As recorrentes noções da *'liberdade de'* (assumida como livre-arbítrio) e da *'liberdade para'* (assumida como o conjunto das leis morais e da convivência ética) transformaram-se, após a dura experiência das duas Grandes Guerras Mundiais, numa exigência global de plena liberdade social, chamada cidadania: a *Politéia* dos gregos (como descrita na obra de Platão).

*“Quando ela se exerce pela força, poderemos chamá-la tirânica, e quando seus préstimos, livremente oferecidos, são livremente aceitos pelo rebanho dos bípedes, poderemos chamá-la política” (PLATÃO, 1972, p. 231).*

A expressão teórica da liberdade ganharia carnalidade e uma exigência ética concreta, particularmente na América Latina, em tantas metrópoles com milhares de moradores de Rua, como também em metrópoles mundiais a partir das lutas memoráveis na África do Sul ou na cidade de Toronto (*The Homeless people*), na ação corajosa na França (*Abbé Pierre* e os *SDF - Sans Domicile Fixe*) e até mesmo no Cairo, Egito (*Soeur Emmanuelle*). O Vicariato em São

Paulo se insere na grande rede de articulação do povo de Rua. Inova com sua metodologia participativa, rompendo com o assistencialismo e defendendo políticas públicas, transformação social e construção autônoma de cidadania (Pastoral do Povo da Rua, 2003, p. 56).

Hoje, a liberdade coliga-se à defesa da vida dos pobres e dos excluídos, enfrentando a ideologia hegemônica difundida pela mídia eletrônica. As lutas e organizações das Ruas metropolitanas trazem novas possibilidades para a presença e emancipação das pessoas excluídas, na verdade os mais vulneráveis entre os vulneráveis. Há uma rede de comunicação de jornais de Rua, que atualmente inclui: *das Megaphon*, na Áustria; *La Rue*, na França; *Biss-TagesSatz-Asphalt-Motz & Co.*, na Alemanha; *Terre di Mezzo*, na Itália; *La Farola*, *La Calle e Vias Alternativas*, em Barcelona; *Cais*, em Portugal; *The Big Issue*, em Londres e na Irlanda; *Straatnieuws*, em Roterdã; *Situation Sthium*, na Suécia; e *Na Dnye*, na Rússia.

Os grupos de moradores de rua, excluídos em quase todas as metrópoles mundiais, o são não por um déficit pessoal, nem inaptidão para seguir o regime comum, mas razões econômicas e opções políticas concretas.

Segundo a leitura de Castel:

*De fato, elas se tornaram inválidas pela conjuntura: é a transformação recente das regras do jogo social e econômico que as marginalizou. Não é o caso de tratá-las com uma intervenção especializada para 'reparar' ou 'cuidar' de uma incapacidade pessoal – a não ser que se pretenda que o conjunto dos jovens com dificuldade de integração sejam delinqüentes ou doentes, ou que todos os desempregados se tornaram desempregados em razão de uma tara individual, tese raramente defendida hoje sob esta forma extrema, mesmo pelas ideologias mais conservadoras. São sobretudo aqueles que Jacques*

*Donzelot chama de 'normais inúteis' (1994) e que eu qualifico de 'sobrantes' (1995). Esse drama decorre de novas exigências da competitividade e da concorrência, da redução das oportunidades de emprego, fazendo com que não haja mais lugar para todo mundo na sociedade onde nós nos resignamos viver. Enfrentar esta conjuntura para mudá-la exigiria medidas de uma outra ordem, que inspirem o tratamento social do desemprego ou a inserção de populações já invalidadas pela situação econômica e social (CASTEL, 2000, p. 31-32).*

Quando os sujeitos se assumem em comunidades, há possibilidades reais de concretizar planos de intervenção na vida urbana. Disse o arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm, quando do Terceiro Fórum Urbano Mundial, em Vancouver:

*Os protagonistas das transformações urbanas têm sido as empresas imobiliárias. É o dinheiro que manda. Com o plano diretor, as prefeituras voltam a tomar as rédeas do desenvolvimento urbano. Ele dá diretrizes para o uso do solo. É o momento em que o setor público decide, com a sociedade civil, que cidades queremos para o futuro. Alguns municípios estão acordando tarde para isso, e a sanção para quem não tiver documento pronto até outubro (2006) é grande. As prefeituras não poderão, por exemplo, receber financiamento do governo federal<sup>25</sup>.*

Quanto à localização do sujeito revolucionário, Marcuse responde:

*Para mim este é um problema sem sentido, pois o sujeito revolucionário pode se desenvolver apenas no próprio processo de transformação. Não é algo preexistente e que se deva apenas rastrear neste e naquele lugar (MARCUSE, 2006, p. 488).*

---

25 Jorge Wilhelm, jornal O Estado de S. Paulo, 20.06.2006, página C7.

E sobre a relação entre protagonistas e massas o professor Luiz Eduardo Wanderley sinaliza: *“Há maior facilidade para uma ação coletiva junto a minorias e grupos organizados, e abismal dificuldade para agir com as massas”* (WANDERLEY, 1994, p. 39).



#### 4. Conceitos ambivalentes

A vida emancipada continua sendo um grande paradigma, e lembro de um lema de Hipócrates: *'Que o teu alimento seja o teu remédio, e que o teu remédio seja o teu alimento'*. Ou ainda de outra chave para defender e servir à vida: *a qualidade é dada pela variedade*. Na expressão de Vassili Grossman, em seu livro *La Madone sixtine*: *'Só a vida é o milagre da liberdade'*.

Relembro o tema da variedade (que rejeite a dispersão, a confusão e o centralismo) como essencial para a sanidade de uma prática de sujeitos libertários. Algumas questões são profiláticas quando falamos de população em situação de Rua. Os próprios conceitos que usamos para identificá-los são ambivalentes, pois a realidade é mutante e complexa.

Ao estudar o povo da rua verifico a multiplicidade de instituições presentes. São organizações da sociedade civil, organismos de assistência social do Estado, movimentos sociais articulados, associações profissionais,

membros de partidos políticos, entidades culturais e filantrópicas, grupos religiosos de diversas confissões. Todos se defrontam com a *memória do mal e a tentação do bem*, presentes nas ruas e em seus projetos institucionais. Às vezes estas duas questões: mal e bem, são bem diagnosticadas, às vezes estão ocultas e dissimuladas. Tarefa árdua e permanente é não combater o mal, pretendendo ser o dono das virtudes. Sempre devemos ter o direito de optar e de não submetermo-nos às utopias sonhadas por outros. Afirma Todorov: *“Devemos optar pelo direito contra a força, mas, entre duas forças, podemos preferir aquela que diz seu nome àquela que se dissimula atrás de uma máscara de virtude”* (TODOROV, 2000, p. 309).

É necessário que os sujeitos possam ter o direito social de seu próprio julgamento, aceitar ou negar o moralmente correto. Assumir ou contestar o *‘politicamente correto’*. Não ser estigmatizado ou culpabilizado como bode expiatório de política econômica ou social da qual não tem conhecimento ou atuação. Sujeitos pessoais e coletivos sem soberania e identidade tornam-se massa de manobra de grupos de extermínio, mas podem também tornar-se presa fácil de grupos de assistência social.

A tentação do bem é tão perigosa quanto o mal a ser superado.

*“Nem o Estado democrático nem a ordem mundial não têm por vocação encarnar o bem; é preferível que a aspiração à santidade continue sendo um assunto privado”* (TODOROV, 2000, p. 336).

É fácil perceber o quanto as instituições religiosas e filantrópicas são prisioneiras das estruturas. E três desvios acontecem em inúmeros casos: desvio de identidade, desvio moralizador e, sobretudo, o desvio instrumental.

Caminham para o centralismo, em nome da liberdade. Realizam gestos ditos filantrópicos, mas instrumentalizam as pessoas assistidas em suas obras sociais. Muitas vezes, privilegiam números e quantidade de valor econômico na ação com a população empobrecida. Reduzem os moradores de rua à categoria de assistidos, esquecendo-se de que são indivíduos concretos, pessoas nominais, cidadãos de direitos e deveres. Sujeitos em construção. Frágeis, mas infinitamente preciosos (TODOROV, 2000, p. 338).

Pergunta semelhante fez José de Souza Martins a frei Betto, quando da criação da Central de Movimentos Populares (CMP):

*A constituição de uma central de movimentos populares retira deles a vitalidade que lhes é própria, a criatividade e a imaginação tão necessárias à renovação social e política de uma sociedade como a nossa. Penso que um caminho poderia ser o da criação de um grupo de avaliação e acompanhamento das organizações populares, que pudesse reconhecer as peculiaridades dessa forma de expressão das demandas sociais (MARTINS, 1993, p. 18).*

Os dirigentes das instituições filantrópicas colocam-se as perguntas: como saber o que essa população quer? Como conciliar o serviço voluntário a uma decidida, inteligente e articulada ação transformadora eficaz? Como trabalhar com as pessoas de forma humana e personalizada?

Não muitos se perguntam sobre as implicações pessoais da democracia. Sobre os perigos da própria democracia deixada presa a mecanismos instrumentais. Poucos assumem a questão da identidade dos sujeitos e não só o resultado eficaz de planos estratégicos da administração política. Pouquíssimos vão às causas da indiferença e de omissões. Muitos se preocupam com as formas da ordem e resultados estatísticos.

Por que consentimos com tantas coisas intoleráveis? Sabe-se que a sociedade totalitária não pode portar salvação. Seus messianismos são ineficazes e destrutivos. Os populismos atrasam e aniquilam a participação coletiva.

Os grupos e atores sociais são desafiados por sua própria prática a repensar-se, a viver sempre em movimento, e a melhor compreender seu papel na humanização de categorias sociais em sociedades complexas e assimétricas. Se querem mudar as cidades, necessitam de um *planejamento urbano crítico* (SOUZA, 2002) que supere enrijecidas posturas tecnocráticas e racionalistas. E que o desenvolvimento urbano seja assumido em sentido autêntico como concreta e efetiva prática de justiça social. Assumido como *utopia experimental*, nos termos formais citados na obra de Henri Lefébvre (LEFEBVRE, 1991, p. 108). E o horizonte do largo e penoso processo será sempre a *autonomia em sentido forte* (SOUZA, 1998, p. 5-29).

Sobre o tema da autonomia, padre Júlio afirma:

*A autonomia não é um fato que se dá. Ela é um processo. Estamos todos mergulhados em processos de autonomia. Na rua, na Igreja, na universidade. Sua autonomia vai até aonde? Como pai você tem limitações muito grandes do que se não fora? A autonomia é relativa. Eu acho que nós vamos viver com essa tensão sempre: entre ajuda e autonomia. Você pode ser mais ou menos paternalista e mais ou menos autônomo. Porque autonomia mais do que dada, ela é uma conquista. O Evandro, por princípio, não vai a albergue. Ele me disse: eu durmo embaixo da minha carroça. É uma opção dele. Há, entretanto, albergues, na política pública, que são mais ou menos facilitadores da autonomia. Esse é um critério que você tem que ter. Quais são os critérios? Na cartilha Vida e Missão, há critérios de uma*

*ação pastoral. E um dos primeiros critérios é a organização do povo e a construção de autonomia. E você vai medindo mais e menos, pois é uma organização que você conduz ou você facilita? Não é possível resgatar identidades com trabalho de massa. Por isso a questão tão crucial do formar comunidades. Do trabalho em pequenos grupos. De trabalhar a convivência. De fazer uma celebração mais inculturada. Na estrutura eclesial, o Vicariato poderia ser visto como algo extravagante, mas o dever ético, a prática com a população de Rua, sua não exclusão, são o ponto essencial. Os moradores de rua são muito incômodos para a Igreja. Você sabe quanta encrenca eu arranjei com os próprios padres por conta do povo da rua. Todo mundo quer colocá-los bem longe. Sempre me incomodou as pessoas dizerem: você trabalha com o povo da rua porque você gosta. Não é possível idealizar o povo da rua, como santo, coitadinho, bandido etc. Você precisa treinar, parar, refletir para entender essa questão. Não podemos dizer que só podemos fazer aquilo que se gosta. A Igreja tem que dar uma resposta. E são muitas respostas. Uma resposta para um grupo específico tão depauperado, qualifica a resposta e qualifica a vida. Você responde para pessoas que estão no limite é uma forma de tornar a Igreja mais fiel. Mais humana. E mais sensível. Pois se ela não responder e não se envolver com essa população ela vai ser infiel, insensível e desumana.*

Impacta qualquer recente visita a um hospital público, ou mesmo a uma escola. O encontro com os moradores de rua desnuda. É possível vislumbrar o apocalipse. É como estar diante do fim de um modelo que nunca morre. Estou diante da *banalização da injustiça social*, na expressão de Christophe Dejours. Estou diante da agonia estendida, daqueles resultados concretos da precarização social que deveria ser excluída da vida e do pensamento.

*“Precarização que não concerne apenas ao emprego, mas também a toda a condição social e existencial”* (DEJOURS, 2000, p. 124).

Face aos atuais milenarismos e fundamentalismos emergentes, muitos pensam que já chegamos ao fim do mundo. Ou, pelo menos, ao fim do Brasil como projeto de nação. Querem excluir-se do País ou temem lutar por uma resposta coletiva. Assim multiplicam-se os guetos, e tornam-se impassíveis cidadãos e instituições jurídicas. Exemplo é que passados dois anos do assassinato de sete pessoas que dormiam nas ruas de São Paulo (18.08.2004), por um grupo de extermínio, que se utilizou de marretas para o crime, nada foi solucionado. Inércia total. Silêncio enervante do poder judiciário. Somado a esse massacre houve a recente campanha difamatória organizada pela revista *Veja* (São Paulo)<sup>26</sup> e por *Primeira Leitura*, contra o padre Julio Lancellotti e as associações de Rua, assumia claramente a ideologia do higienismo.

Podemos interpretar os fatos dessa exclusão expiatória sob chave psicológica:

*Não somente há pouca mobilização coletiva contra a injustiça cometida em nome da racionalidade estratégica, como também as pessoas de bem aceitam colaborar em práticas que, no entanto, elas reprovam e que consistem principalmente, por um lado, em selecionar pessoas para condená-las à exclusão – social e política – e à miséria; e, por outro, em usar ameaças contra os que continuam a trabalhar, valendo-se do poder de incluí-los nas listas de demissões e*

---

26 Revista semanal *Veja*, 11 de janeiro de 2006, página 92, repórter Camila Antunes, matéria: *O pecado da demagogia*.

*de cometer contra eles injustiças em menoscabo da lei social*  
(DEJOURS, 2000, p.139).

Ecoa em nossos ouvidos a voz límpida de Simone de Beauvoir:  
“*Palavras; é tudo o que eles tinham a me oferecer: a liberdade, a felicidade, o progresso; é desta carne oca que se alimentam hoje em dia*” (BEAUVOIR, 1946, p. 369).

Mas, felizmente, existem outros atores que se atrevem a falar.

Em visita feita a uma oficina de artesanato na Baixada do Glicério, encontrei obra denominada *Casa Cor da Rua*<sup>27</sup> e presenciei como a vida se bate cotidianamente com a discriminação e a indiferença. Lá, dentro de um imenso galpão, jovens, homens e mulheres se organizam, trabalham, e fazem surgir pequenas sementes de comunhão, sensibilização e organização popular. Lidam com fragmentos construindo belos mosaicos. As palavras sensibilização e arte são chaves do trabalho comunitário. O talento vem das mãos do povo da rua, e de jovens em situação de risco social. São prova de que a arte e o design não são patrimônios exclusivos de uma única classe social. A matéria prima vem da rua, do descarte urbano. Ao refazer alguns móveis e utensílios descartados, os próprios trabalhadores refazem o mosaico de suas vidas. Ali existem quatro oficinas: a *Escola da OAF: A arte que vem da Rua*; a *Escola da Coopamare: Coop’Arte*; a *Escola da Cada de Oração do povo da Rua: Arte da Rua*; e a *Escola da Associação Minha Rua, Minha casa*. Os produtos são mosaicos, luminárias com bagaço de cana e papel reciclado, e móveis restaurados.

---

27 Localizada na rua dos Estudantes 483, Glicério. Horário de segunda a sexta-feira das 8 às 16 horas; aos sábados das 9 às 15 horas. Telefone: 11-32729724.

A chave política é esta: vir de baixo, vir da Rua e construir a partir das pessoas e de suas potencialidades. Espécie de luta intermediária, que não se volte diretamente contra a injustiça e o mal, mas contra o processo de banalização do mal e da negação das pessoas.

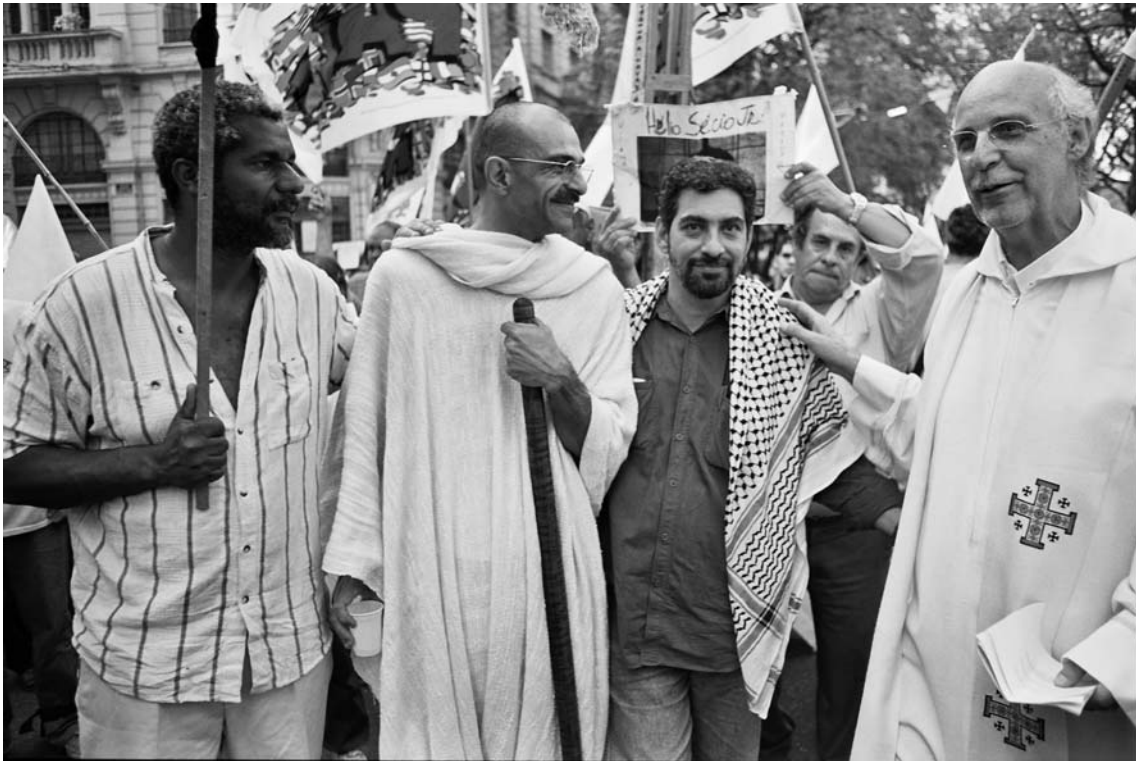
*A justiça e, por conseguinte a paz conquista-se por uma ação dinâmica de conscientização e organização dos setores populares, capaz de urgir os poderes públicos, muitas vezes impotentes em seus projetos sociais, sem o apoio popular (CELAM, Conclusões de Medellín, cap. 2, n. 18, 1985, p. 62).*

Tempos de auscultação e silêncio interrompem o cotidiano violento e alienado. Superar a cegueira pelo olhar perspicaz é tarefa de cada um. Superar a intolerância infligida aos moradores de rua. Superar a normalidade da exclusão pela palavra profética e pela perseverança.

Aqui reside a síntese de uma nova gramática do humanismo. Que integre o eu autônomo ao tu reconhecido como outro, em sintonia com o nós, vivido na tensão entre o agente social e o participante da organização. Assumindo o *princípio dialógico* como categoria de reconhecimento, na feliz expressão de Tzvetán Todorov, *apud* Bakhtine. Só em um diálogo verdadeiro, no qual a voz do outro seja audível sem prejuízo da própria voz nem anulação da voz oposta, é possível uma autêntica igualdade (TODOROV, 1983).

Superar a *normopatía*, tal como diagnosticada por Hanna Arendt, e superá-la ultrapassando a distorção da comunicação, para afinal superar o próprio sistema que gera a exclusão, tornando a participação política algo criativo e não um simples meio (ARENDR, 2000). Essa é a perspectiva de um intérprete de Arendt, Christophe Dejours, ao afirmar:

*Sistema que gera adversidade, miséria e pobreza para uma parcela crescente da população, enquanto o país não pára de crescer. Sistema que tem, portanto, papel importante nas formas concretas que assume o desenvolvimento da sociedade neoliberal (DEJOURS, 2000, p. 139).*



## 5. Meta e método

Algumas marcas profundamente inovadoras, neste jeito alternativo de concretizar as revoluções moleculares e estar atentos à reinvenção da cultura, se fazem na luta pela liberdade dos excluídos.

Irmã Ivete de Jesus refaz o caminho do lento aprendizado na construção da metodologia de trabalho com a população de rua:

*A metodologia, que nós acabamos criando, é que todo mundo tem não só o direito, mas a obrigação de ganhar o próprio pão. Isto é fundamental. Porque quem come e dorme de graça não precisa trabalhar, porque o pobre faz isso trabalhando e não sobra um tostão para ir ao cinema no domingo com a família. Essa dignidade tem que ser resgatada. Isso começou com os catadores do Glicério, depois São Paulo, e hoje já está em nível latino-americano. O presidente (Lula) veio até aqui assinar um selo, meio que na obrigação, não muito convencido, mas assinou um selo em favor dos catadores, pois*

*lá em Brasília corre uma lei para privatizar os resíduos sólidos, que seria tirar do pobre ainda o que ele faz para ganhar o seu próprio pão. Porque depois ele vai ser assistido do governo. O método é este: lutar contra a assistência. E lutar em favor de cooperativas, de autonomia, de associações, mas principalmente em favor da dignidade, aquela que Jesus trouxe para o pobre. Ele repartiu o pão em um momento de crise evidente. Mas ele também denunciou o templo, denunciou os corruptos. Tenho como exemplo o Evandro, que não aceita ir para o albergue. Ele acha que ele ir ao albergue, por exemplo, é uma humilhação. Ele não vai para o albergue, por melhor que este seja. É uma postura. Na verdade, é uma postura profética. Há até um novo grupo humano que se organiza, que é a associação dos ex-albergados. Eles vão e voltam dos albergues. Em Recife existe uma ocupação chamada Brasília Teimosa, e a prefeitura vai e tira o pessoal da maré, e daí três ou quatro meses a maré está cheia novamente. Brasília Teimosa é seu nome.*

A Pastoral do Povo de Rua consolidou em texto algumas tarefas de base com objetivos específicos para garantir a meta de ser presença com o povo de rua, desenvolvendo ações que transformem a situação de exclusão em projetos de vida.

Apresento os oito objetivos assumidos nacionalmente por todos os que trabalham com população de rua hoje no Brasil, estão vinculados à Igreja Católica e publicados em livro (Pastoral do Povo da Rua, 2003, pp. 56-60).

- a. Estabelecer vínculos com o povo da Rua que permitam criar relações de confiança e autonomia,*
- b. Incentivar a sua organização social, reconhecendo o seu protagonismo,*
- c. Promover ações que constRuem alternativas de produção de bens e cidadania,*

- d. Denunciar os mecanismos de exclusão,*
- e. Sensibilizar os diversos segmentos da sociedade para desenvolver ações efetivas contra o preconceito e a exclusão social,*
- f. Suscitar e articular a Pastoral do Povo da Rua nas dioceses,*
- g. Capacitar os agentes da pastoral para assumir a missão nas dimensões sócio-política-econômica-ambiental-ecclesial a partir de uma metodologia participativa,*
- h. Possibilitar a experiência pessoal e comunitária da fé.*

Alguns sinais comprovam o cumprimento deste plano de trabalho:

A. Multiplicação de novos grupos de apoio aos catadores de papelão em todo o país, constituindo movimento social autônomo.

B. Releitura da realidade brasileira a partir da emergência de novos sujeitos coletivos, e, em S. Paulo, a imensa e árdua tarefa desempenhada por associações de moradores, por muitos atores da sociedade civil articulados pela pesquisadora social e, à época, vereadora pelo PT de São Paulo, Aldaíza Sposati, na longa batalha pela promulgação da Lei Municipal número 12.316/97, que cumpre tarefa importante no resgate político-jurídico da cidadania dessa população.

C. O engajamento diante dos clamores populares, sobretudo nas graves e permanentes questões da moradia, da saúde e desemprego, através de gestos concretos de misericórdia e compaixão com as dores reais das pessoas, foram sendo assumidos por numerosas Igrejas e associações articuladas no Vicariato Episcopal em seus programas de formação (metodologia da práxis), de comunicação, e pelo programa de enfrentamento da violência em prol de uma cidadania ativa. Algumas iniciativas municipais estão em curso como demonstra o estudo de João Trajano Sento-Sé (SENTO-SÉ, 2005).

As ações concretas procuram responder de forma disciplinada às necessidades existentes. E buscam ser fiéis a uma disciplina necessária: “A ação, como disciplina da compaixão, requer a disposição em responder às concretas necessidades do momento” (McNEIL, 1982, p. 118).

D. A vivência e a proclamação de uma ética existencial, pessoal e comunitária, traduzida em atitudes de respeito ao pluralismo. Ética revestida das profundas convicções do valor da vida humana, anúncio corajoso dos direitos dos moradores de rua, apesar da perseguição ideológica contra seus defensores. Esta sórdida campanha é patrocinada em alguns programas radiofônicos, protagonizados por radialistas e deputados estaduais de São Paulo.

O Vicariato Episcopal do Povo da Rua bebe em outras fontes. Crê em outros sujeitos e outras ações solidárias.

*A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça e a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática. Os pobres são os juízes da vida democrática de um país (CNBB, 1989, parágrafo 72).*

A cada dia novos desafios são lançados. Recentemente, com o crescimento da miséria e a presença da aids, surgiram necessidades urgentes frente a estes novos pobres.

A questão do corpo e de suas necessidades imediatas ganhou relevância. Esses novos grupos humanos buscam respostas concretas e afluem às portas dos vários centros de acolhida e de atendimento em busca de unguento para dores reais. Precisam de esperança a cada dia em corpos machucados e mentes desesperadas. Como afirma Walter Benjamim, citado

por Marcuse: “É só por causa dos desesperados que a esperança nos foi dada”<sup>28</sup> (MARCUSE, 1967, p. 235).

Marcuse irá afirmar em sua obra que uma sociedade unidimensional como a industrial em que vivemos, só poderá ser criticada a partir do exterior, pela grande massa de rejeitados, estrangeiros, explorados e os que a mesma sociedade considera como desocupados e inaptos. Estes chamados *outsiders* indicariam a existência de uma frágil alternativa frente a este verdadeiro universo totalitário da sociedade tecnológica avançada, mas sem garantia real de mudanças.

Diz Marcuse:

*Quando eles se reúnem e andam pelos caminhos, sem armas e sem proteção, para reivindicar os mais elementares direitos civis, sabem que têm que enfrentar cães, pedras e bombas, prisão, campos de concentração e até a morte. O fato de que eles começam a se recusar a tomar parte no jogo pode ser o fato que marca o início do fim de um período* (MARCUSE, 1967, p. 235).

O literato russo Dostoievski afirma:

*Sabeis que a humanidade pode viver sem a Inglaterra, que pode viver sem a Alemanha; que ela pode, mui facilmente, infelizmente!, viver sem a Rússia; que a rigor ela não necessita nem da ciência nem de pão; porém, somente a beleza lhe é indispensável, porque sem a beleza já não haveria nada que fazer no mundo! Todo o segredo, toda a história reside aí. A ciência mesma não subsistirá um minuto sem a beleza, - vós sabeis isto, vós que ris? - ela se transformará numa rotina servil, ela se torna-ia incapaz de inventar um prego!* (DOSTOIEVSKY, 1886, p. 150).

---

<sup>28</sup> ‘Nur um der Hoffnungslosen willen ist uns die Hoffnung gegeben’.

As práticas das Igrejas e seus discursos são confrontados diariamente pelo povo. Os moradores de Rua procuram solidariedade efetiva.

*É por isso que, diante da sociedade e da Igreja, antes dos gestos de caridade, esperam e lutam por justiça; mais do que assistencialismo, exigem e procuram solidariedade (Pastoral do Povo da Rua, 2003, p. 10).*

O crescimento de tantos grupos pentecostais que preferencialmente atinge a população das periferias urbanas das grandes metrópoles brasileiras também dá novos contornos à questão social vivida nas Ruas da cidade:

*Não está na pauta dos cultos dessas Igrejas o papel de 'salvar as almas', mas de libertar o corpo. Entende que é necessário libertar o homem dos males que estão alojados no seu corpo. Não que o corpo seja ruim, mas algo que está nele. Com esta preocupação, leva-os para um outro ponto. O seu culto é um lugar onde o corpo está presente, com seu cansaço ou com sua alegria (JARDILINO, 1993, p. 32).*

Não se pode continuar o trabalho das Igrejas com uma linguagem hermética. O povo da Rua exige que falemos de corpo humano. De um corpo machucado e dilapidado. Falar do corpo com eles e por meio deles. De seu próprio testemunho pessoal. Mudando atitudes e estratégias, quando queremos que nos escutem e nos sigam. Acompanhando-os e escutando-os quando ninguém quer ouvi-los. Até mesmo porque a realidade da Rua é complexa e mutável.

*A realidade em que se encontra o povo da Rua e dos lixões é extremamente complexa. Ter atitudes ingênuas e localizadas pode resultar em trabalhos que visem à promoção pessoal do agente ou da instituição, e não projetos transformadores da realidade em que o povo se encontra (Pastoral do Povo da Rua, 2003, p. 60).*

E. Houve uma significativa produção literária e bibliográfica, hoje expressa no Boletim OCAS, e no jornal mensal *O Trecheiro*, que constituem a pequena e frágil memória escrita do povo de rua. Uso na tese como fonte o *Trecheiro* por existir há 15 anos, enquanto o boletim OCAS foi lançado só em 2002. O período da pesquisa exigiu dados da década de 1990, o que me fez optar pelo *Trecheiro*. O material alternativo começa na escuta da população, na expressão de seu vocabulário próprio, e corporifica-se em palavras e textos, forjados no cotidiano dos empobrecidos, e que contribuem na elaboração de uma efetiva comunicação e um registro fidedigno da experiência solidária. O pioneiro do jornalismo de rua foi o jornal União, publicado pela OAF, surgido em 14 de setembro de 1980 (ROSA, 1999).

Os '*sinais dos tempos*' apontam para o papel de sujeito histórico que os pobres desempenham na construção de uma nova sociedade, baseada na justiça, na liberdade e na esperança. Anunciam que o Movimento dos moradores de Rua, e em particular, dos catadores de papel, é de fato, inspirado no reconhecimento teórico-prático da irrupção dos pobres na história, em atitude de profundo diálogo.

Maria Vany de OLIVEIRA elabora um itinerário do Movimento, em sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais, publicada em 2001 pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (OLIVEIRA, 2001).

Os mesmos catadores realizaram, de 20 a 23 de janeiro de 2003, em Caxias do Sul - RS, o 1º Congresso Latino-americano de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, com a presença de 800 participantes do Brasil, Uruguai e Argentina (*Trecheiro*, fevereiro de 2003, n. 105, p. 2)

A tarefa óbvia à primeira vista, dos moradores das Ruas, custa muito tempo para realizar-se. Todo pequeno passo é fundamental, pois cada descoberta pessoal e coletiva confirma o sujeito que descobre a participação e a própria identidade.

*O capitalismo criou uma cultura do eu sem o nós. O socialismo criou uma cultura do nós sem o eu. Agora precisamos da síntese que permita a convivência do eu com o nós. Nem individualismo nem coletivismo, mas democracia social e participativa (BOFF, L. 1993, p. 3).*

Uma das formas concretas da organização autônoma dos moradores de Rua é a Cooperativa, conhecida como *Coopamare (Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis)*, criada em 1989. Paulo Lourenço Domingues Junior estudou suas características em dissertação de mestrado em Administração pela PUC-SP. A sede da Coopamare é na Rua Galeno de Almeida 659, no bairro de Pinheiros.

Há ainda a *Coorpel, a Associação Nioac de Catadores de Papéis e Materiais Reaproveitáveis*, com sede na rua 25 de Janeiro 170, na Luz, e a *Associação Reciclázaro*, situada na Rua Mariana Belizaria da Conceição, 93, no bairro do Butantã.

Tarefa incessante, pessoal e estrutural, alimenta-se e se enraíza nas outras pessoas que com eles caminham, particularmente nos que assumem parcerias concretas.

Entre os cidadãos conscientes de outras classes sociais e esta categoria humana empobrecida existem laços indestrutíveis e invioláveis.

Sentem-se parte de um processo mais amplo. Não são salvadores da pátria, mas sentem-se tocados e feridos, quando qualquer morador de Rua é

ferido ou tem seu direito vilipendiado. É como se fossem todos artérias fundamentais de um mesmo sistema sangüíneo. Interligados e complementares. Interdependentes. Não querem ser porta-vozes do bem ou do mal. Apenas buscam a convivência e o reconhecimento.

*Aliar-se a esse povo de Deus é deixar que esse grito penetre em nossas vidas e nos contagie na luta por mais vida. Aliar-se significa penetrar em todas as dimensões: na luta política, social, econômica e eclesial, para que o Deus da Aliança continue vivo entre nós e revigore, fortaleça e renove nossas relações, na cidade, no país, no mundo (Pastoral do Povo da Rua, 2003, p. 82).*



## 6. Entre a vida e a morte

A palavra de esperança que nasce do trabalho interativo sempre culmina em festa. O próprio povo oferece o alimento na Rua coletado, a vida em seu peregrinar e os seus sonhos ainda alvissareiros. Muitos na festa afirmam a própria vida e sua luta de resistência. No coração da dor, a esperança ainda é rebelde e subversiva. Esperança que quer ser reconhecida e dialogada. Festa que se fará a partir de um olhar distinto.

Paulo, ex-morador das Ruas de Belo Horizonte, classifica os olhares:

*Eu, pra mim, umas olham bem. Outras olham com aquele olhar de piedade; outras já olham e chegam na gente pra cumprimentar. Eu gostava mais dessas, sabe, que olhava e chegava pra conversar, porque pelo menos a gente num ficava com aquela dúvida assim: é piedade ou o quê? Então, pra mim, tinha três tipo de olhar né? Olhar assim por olhar, olhar de piedade e esse que chegava e que mostrava que num era piedade. Assim, muitos desses que chegavam*

*e perguntavam: pôxa! Oê é uma pessoa de boa aparência, por que oê num arrumou um emprego? Aí, eu explicava. Aliás, quase sempre eu explicava: por isso... só isso... por conta disso... Então, essas eram umas pessoas que eu achava que tavam seno legais, bacanas (Pastoral do Povo da Rua, 2003, p. 18).*

Celebrar com o povo é, portanto, tarefa e momento solene dos Centros de Acolhida com o povo de Rua, particularmente na Catedral do Povo de Rua. Na partilha de uma Tubaína ou até de uma cachaça, no abraço e no aperto de mão forte, na prosa trocada sem pressa nem obrigação, emergem sujeitos com biografias. A festa é como a beleza: só contemplando se pode entender.

Obriga a sair de caducos esquemas pré-fixados que substituem, por preconceitos, a vida em sua complexidade. Realiza na história sua perspectiva teleológica essencial.

*"A dinâmica da existência histórica é de essência escatológica. Mas, se é assim, é porque pertence à essência do ser humano determinar-se teleologicamente" (LADRIERE, 1973, p. 135).*

Significa assumir a concretude social e não idealizar sociedades perfeitas ou absolutas sem perder a perspectiva transcendental e escatológica. A missão principal reside em ser presença no meio do povo e desenvolver ações que transformem a situação de exclusão em projetos palpáveis e realizáveis na vida de cada pessoa envolvida no processo. A atitude fundamental é a de interromper o que se está fazendo, para que o pobre fale e conviva conosco. Permitir-se ser interrompido pelo pobre, eis a essência da compaixão humana.



### 7. Resistência e utopia solidária

No peregrinar em defesa da vida, os projetos diários são feitos e refeitos. Não é permitido cair na tentação do bem e tampouco manter-se na banalidade do mal. Não se pode abandonar as vítimas. E tampouco vitimizá-las. É preciso ver com um olhar descentrado.

*Guardemos o sonho inicial, alimentemos a mística da solidariedade e da comunhão, com os oprimidos e marginalizados, saibamos defender a iminente dignidade do ponto de vista das vítimas. É o ponto de vista da vida e das transformações necessárias (BOFF, L. 1992, p. 35).*

Enquanto muitos se perdem na busca de soluções idealistas, quase uma panacéia, os membros do Vicariato, inspirados na prática cotidiana e na memória da Nenuca da OAF, buscam afinar mundo e pessoa para que não se perca a comunidade concreta, elemento essencial de garantia de direitos humanos específicos.

Afirma Arendt: *“Não a perda de direitos específicos, mas a perda de uma comunidade disposta e capaz de garantir qualquer direito, esta tem sido a calamidade que tem afetado um número cada vez maior de pessoas”* (ARENDDT, 1951, p. 294).

Sem a viva e necessária comunhão, vivida como compaixão e solidariedade operante, inspirada em utopia realista<sup>29</sup>, os pobres retornam à submissão. Perde-se o arranjo sinfônico. Mas a compaixão, vivida em comunidade de direitos, sem a prática libertadora, torna o participante da Pastoral de Rua pessoa estéril e burocratizada, como constatei em algumas associações e grupos cooptados por projetos e convênios estatais.

O nome concreto da compaixão vivida como revolta dos pobres é comunidade ou solidariedade. A compaixão revela-se como concreta utopia histórica, como descreve Pablo Richard:

*A utopia orienta a história e a utopia pode ser adiantada e celebrada em experiências parciais no interior de nossa história. A utopia não é uma ilusão, mas um projeto orientador da humanidade e do cosmo. Esse caráter histórico da utopia não está em contradição com o caráter escatológico e transcendental de toda utopia* (RICHARD, 2006, p. 106-107).

No mesmo sentido de utopia o morador de Rua, Paulo César dos Santos ratifica:

*A Comunidade dos Sofredores de Rua tem uma importância muito grande na minha vida, desde que cheguei a São Paulo, vindo do Rio de Janeiro. Eu, através da comunidade, não só saí da Rua, como*

---

<sup>29</sup> Utopia aqui entendida como *‘tentativas intelectuais de controle sobre situações de crise, tentativas de superação de divisões penosas experimentadas por indivíduos quando a situação social lhes parece absurda, tentativas de reconstrução da comunidade humana que no momento somente é possível no sonho’* (SZACHI, 1972, p. 129).

*lutei para ter um trabalho e uma casa. Hoje tenho uma família, um casal de filhos, Paula e Paulinho, que é muito importante para mim (Pastoral do Povo da Rua, 2003, p. 67).*

Camus se exprimia:

*Essa louca generosidade é a da revolta, que oferta sem hesitação sua força de amor, e recusa peremptoriamente a injustiça. Sua honra é de não calcular nada, distribuir tudo na vida presente, e aos seus irmãos vivos. Desta forma, ela é pródiga para os homens vindouros. A verdadeira generosidade em relação ao futuro consiste em dar tudo no presente (CAMUS, 1996, p. 348).*

Não se trata de retroceder a uma concepção estática do indivíduo como identidade anterior às relações sociais, mas visão que nos recorde a necessidade de garantir que as necessárias transformações do simbólico não implicam em sua destruição, como o afirma em suas obras, Julia Kristeva.

Na defesa da vida dos pobres, superam-se rivalidades secundárias diante de outros atores históricos, forjando redes e vibrando interiormente com a causa dos pequenos, especialmente das mulheres, dos negros e crianças.

Redes de movimentos sociais articulados.

*Ainda que de forma hipotética, pode-se sugerir que as redes de movimentos que vêm se formando no Brasil apresentam algumas características em comum: busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político (SCHERER-WARREN, 1993, p. 119).*

O ser humano pode surpreender:

*Que quimera, portanto, é o homem? Que novidade, que monstro, que caos, que sujeito de contradição, que prodígio! Juiz diante de todas as coisas, imbecil verme da terra; depositário do verdadeiro, cloaca*

*de incertezas e de erros; glória e refugio do universo* (PASCAL, 1976, p. 173).

Contradição entre vida e morte. Contradições nas lutas contra a morte diária e na resistência teimosa e por vezes, solitária.

*A síntese do pão e da poesia passa pela integração da imaginação com seu mundo material. É uma obra de arte, um poeiein permanente, uma tarefa histórica* (CLARKE, 1992, p. 94).

A sede de infinito vivida pelas pessoas que têm fé no povo de Rua é tesouro que nos permitirá o inclinar-se diante do transcendente:

*Toda a lei da existência humana consiste em poder sempre se inclinar diante do infinitamente grande. Tire dos homens a grandeza infinita, e eles cessarão de viver e morrerão no desespero. O imenso, o infinito é tão necessário ao homem, quanto o pequeno planeta sobre o qual ele habita* (DOSTOIEVSKY, 1886, p. 347).

E projetar sonhos dentro de dilema fecundo que impede de cair no imobilismo conformista:

*Os homens sonham com 'asas', os homens sonharam com 'raízes', às vezes os mesmos homens tiveram os dois sonhos, embora em situações e períodos diversos de sua vida. Deixando-nos levar pelo primeiro desses sonhos, cremos que nada nos prende ao mundo existente, ou ainda melhor, que não há laços que não possamos, que não devamos ou que não precisemos romper, já que diante de nós se abre a vasta extensão do ideal. Escolhendo o segundo sonho, voltamo-nos para a terra de que nascemos, nela buscamos a fonte de força, de certeza, de segurança e – se preciso for - de esperança. Mesmo duvidando de que o mundo dado sirva de modelo, é justamente nele que nos esforçamos por encontrar o prenúncio do futuro melhor* (SZACHI, 1972, p. xxxvi, prefácio do autor à edição brasileira).

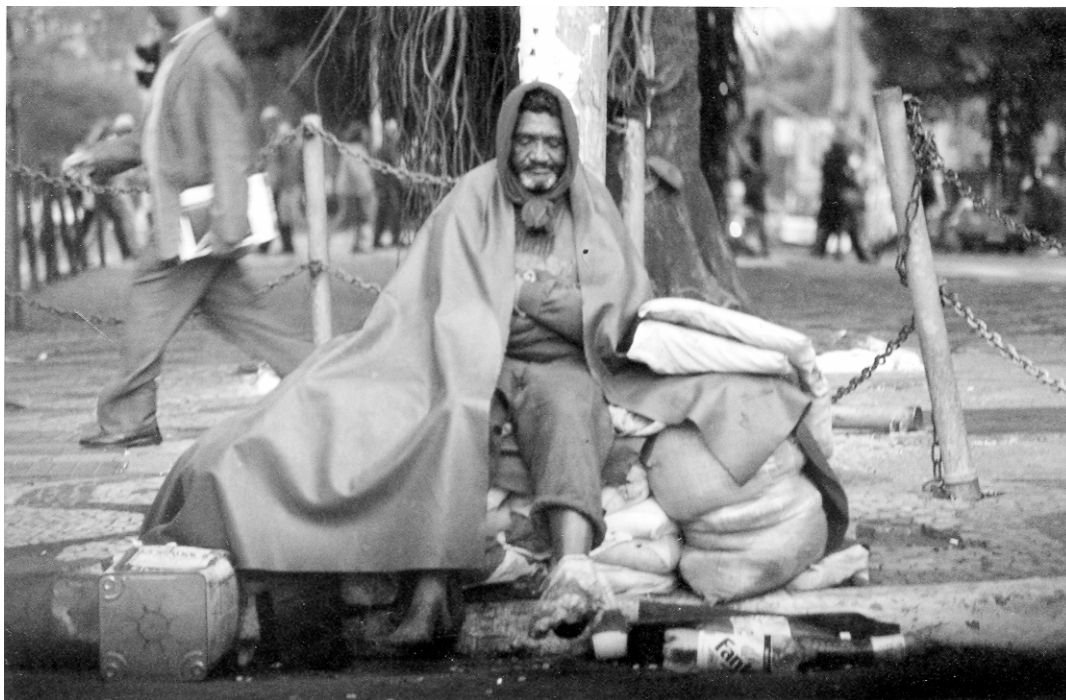
# TERCEIRA PARTE

## PARADOXOS

### AMOR FEINHO

Adélia Prado

*Eu quero amor feinho.  
Amor feinho não olha um pro outro.  
Uma vez encontrado, é igual fé,  
não teologa mais.  
Duro de forte, o amor feinho é magro, doido por sexo  
e filhos tem os quantos haja.  
Tudo que não fala, faz.  
Planta beijo de três cores ao redor da casa  
e saudade roxa e branca,  
da comum e da dobrada.  
Amor feinho é bom porque não fica velho.  
Cuida do essencial; o que brilha nos olhos é o que é:  
eu sou homem você é mulher.  
Amor feinho não tem ilusão,  
o que ele tem é esperança:  
eu quero amor feinho.*



### **1. Paradoxos e impasses em política pública**

Enfrentam alguns impasses os trabalhos realizados pelas religiosas da Fraternidade das Oblatas de São Bento, por educadores da Organização do Auxílio Fraternal, em 50 anos de história paulistana, somados às ações dos novos agentes sociais do Vicariato do Povo da Rua, e à organização das várias cooperativas e comunidades do povo da rua:

- falta reconhecimento mais efetivo por parte das comunidades eclesiais de seu trabalho com a população de rua.

- a evangelização das camadas populares precisa conhecer as culturas regionais, de onde provém a maior parte desse grupo social. O conhecimento das raízes étnicas e culturais demanda tempo e qualificação antropológica, o que nem sempre é oferecido, pois o trabalho cotidiano em torno de urgências médicas e de subsistência exige muito dos educadores sociais. A revisão de práticas assistenciais é sempre necessária, mas o processo é lento. Assumir a

cidadania e ações estruturais na ação religiosa é desafio permanente. Considerar alguém sujeito, não o torna automaticamente sujeito. Na cidade de São Paulo, as memórias do passado se desvanecem por conta da violência e da solidão.

- As situações de dependência alcoólica ou de drogas, pedem a presença de profissionais da saúde e de serviços organizados de terapia, e que não estão treinados para tal empreitada. Em geral, as instituições médicas são passivas e possuem poucos programas de prevenção e acompanhamento de rua e na rua.
- A qualificação profissional dos agentes sociais, que deveria suscitar engajamentos e parcerias, por vezes impede o contato direto com os moradores de rua, por preconceitos de classe e ações de gabinete.
- A falta de continuidade de programas governamentais, quando há mudanças eleitorais, cria *'esqueletos'* burocráticos e generalizada apatia da população de rua, que não sabe quanto tempo tal proposta ou ação governamental ainda existirão. Há inclusive conflitos em gestões sucessivas, gerando temor e medo em todos os que estão nas ruas. Ações efêmeras e contraditórias geram desconfiança e distância da ação política. A fragilidade da consciência pública prejudica a organização.
- A cidadania se exerce em espaços públicos reduzidos, faltando projetos políticos mais amplos inseridos em planos estratégicos de inclusão e autonomia econômica.

- Há ainda muita humilhação nas filas dos serviços públicos contra essa população. O acesso a mercados, bares e hipermercados ou shoppings é completamente vetado. Vive-se *apartheid* real na cidade de São Paulo. Há exportação de moradores de rua para outras cidades. Recente matéria no jornal O Estado de S. Paulo revela que, pelo fato de serem sem-teto, são expulsos de shoppings, bancos, bares e até de locais públicos (16.08.2006, p. C7).

Há, entretanto, alguns trabalhos e ações políticas expressivas que indicam novas e promissoras posturas políticas:

- A promulgação da lei da população de rua e a sua atual regulamentação permitiram efetivo controle e ampliação das vagas dos albergues, o que evitou dezenas de mortes inúteis dos meses de maio a setembro de cada ano.
- Muitas Igrejas cristãs se congregaram nessa caminhada, particularmente a metodista e a presbiteriana, o que criou espaço ecumênico e maior número de aliados em favor da causa social desse segmento.
- Alguns parlamentares, particularmente da Câmara Municipal de São Paulo têm estado sempre em contato direto com o Vicariato, favorecendo a presença do povo da Rua em momentos decisivos do plano orçamentário da cidade.
- Desde 1993, com o surgimento do Vicariato, os sucessivos prefeitos da cidade ouvem falar sobre essa população a partir da perspectiva deles próprios, e não mais por meio de representantes ou até por

aqueles que sempre os atacaram. Houve momentos em que o contato e diálogo pessoal aconteceram no gabinete do prefeito municipal, conquista simbólica de grande valor.

- A celebração das grandes festas litúrgicas, nas Ruas da cidade, a cada ano, têm envolvido mais de 500 moradores, nos tempos de Natal e Páscoa, e merecido destaque nos principais periódicos da cidade. Os jornais começaram lentamente a mudar o seu linguajar elitista e discricionário, e chamar as pessoas de rua de *'moradores, sem-teto, sofredores'*, e não mais de *'mendigos ou indigentes'*.
- Os dias de luta, celebrados em cada mês de maio, ampliaram a pauta política dos moradores e catadores de papelão, possibilitando tomada de consciência e capacidade de enfrentamento;

Todas essas considerações acima, tratam da relação entre o poder público e a população de rua e seus parceiros institucionais.

É preciso lembrar que longo trabalho precisa ser feito com a sociedade civil, para alterar a visão que subsiste nela, quanto ao perfil, papel e futuro da população de rua. Será preciso ver o mundo pelo reverso e assumir novas chaves interpretativas, como ensina a irmã Dalva Ivete de Jesus, depois de muitas temporadas vivendo nas ruas da cidade:

*Ver o mundo pelo olhar dos de baixo é muito diferente, é até engraçado: Você goza da própria pobreza e goza da riqueza ao mesmo tempo. É muito interessante. Por exemplo: quando a gente está deitada, como eu mesma, dormi muitas vezes, na XV de Novembro, e às dez da noite passam os estudantes, passam os bancários, e te olham, te gozam, uns têm pena, outros te xingam, é muito interessante, porque você tem um olhar de que, na verdade, você não é tão coitadinho, mas você é um grande questionador da*

*sociedade. Quando você se vê deitado olhando-a de baixo. Enquanto alguns olham para o coitadinho, o pobre também começa a criar uma cultura de pobreza crítica, não que ele não peça, não que ele não ache - que é pedir contando uma história de desgraça que comova a pessoa – mas ao mesmo tempo – como a gente fazia muito teatro com eles também – o teatro aparecia – essa questão gozadora, anárquica. Eu, por exemplo, me surpreendi de encontrar esse anarquismo, enquanto você olhando a rua, pensa que estão todos inclinados, que não pensam ou não refletem. E, isto não é verdade!*

O riso do viver nas Ruas é uma das grandes lições da população de rua, forma ativa de resistência dos de baixo. Maneira de sair dos impasses impostos pela desigualdade e exclusão. O que a irmã Ivete chama de anarquismo face à ordem constituída, é questionamento radical da própria existência e do ‘*modus vivendi*’ dos demais. O anarquismo das ruas gera incômodo e indignação permanentes.

Dom Paulo nos fala dos conflitos com a máquina estatal. Relata como a luta em favor de serviços sociais eficazes só acontece pela pressão contínua e permanente do povo:

*Há aqueles que saem e entram nas ruas. Circulam e estão aí. Incomodam, mas sofrem muito na cidade. Houve ano em que muitos morreram de frio. Padre Júlio me disse: ‘o Maluf não quer abrir os abrigos, pois diz não ter água quente’. Fui ao telefone na hora e liguei para o Maluf: ‘Se o senhor não abrir os abrigos hoje até as cinco horas, Deus vai castigá-lo como nunca castigou. Os pobres não podem morrer de frio. Isto não pode ser!’ Ele disse: ‘Eu não tenho água quente!’ Respondi: ‘O senhor a tem, pois há possibilidade para tudo, e é favor fazer isso porque eu mesmo vou controlar’. Ele o fez, e foram salvas muitas vidas, pois era um gelo. Os pobres tiveram acesso a seis abrigos pela pressão direta do Vicariato.*



## 2. Promessas e horizonte

As promessas assumidas pelo Vicariato ganharam possibilidade concreta, pois as pessoas deixaram de ser consideradas apêndice social descartável e assumidas como sujeitos.

A convivência, nos centros comunitários e as atividades em oficinas e grupos de trabalho, fizeram os educadores perceber o que é urgente e necessário para o momento presente.

Padre Júlio Lancellotti comenta:

*Somos tentados, muitas vezes, a fazer pelo povo da rua o que é urgente; vivemos de urgências, sem perceber que o povo da Rua é formado de pessoas, com totalidade de ser. O urgente deve ser feito não coisificando o povo da Rua e atendendo-o de tal forma para que fique a distância, longe de nós, e assim a convivência se torna inviável. O necessário parece filho do urgente; vivemos para satisfazer nossas necessidades, que quando providenciadas por*

*outros, quase sempre coisificam, sem perceber a pessoa que necessita. Podem criar relações de poder e dependência, mas não oferecem condições de solidariedade e fraternidade transformadoras.*

Superar por relações humanas as relações ‘coisificadas’ tornou-se o horizonte do educador nas ruas. Isto não é compreendido por quem vive sob a égide do paternalismo. Muitos se sentem ofendidos quando questionados sobre a emancipação de seus ‘eternos clientes’.

Nenuca apresentou uma profecia que permanece em suspenso. Seu pensamento reverbera pela voz de irmã Ivete:

*Nenuca tinha mais uma coisa, que eu acho que a Igreja que trabalha com os pobres e as paróquias, não entenderam, e que ela até tentou divulgar muito e que é o seguinte: ‘trabalhar com a pobreza você tem que ir à Universidade’, pois o saber é que vai ajudar você a ter uma consciência crítica, pois se não você tem que virar assistencialista. Ou você trabalha com o saber universitário, ou você vira um assistencialista ou aproveitador. Isto significa um contato com as Ciências Sociais. Você precisa saber da conjuntura, pois de nada adianta eu ficar falando mal do Maluf, ficar falando mal do PT. Eu tenho que saber de uma conjuntura social para entender. Como exemplo, conto que fui uma vez com uma religiosa organizar um cortiço que estava em despejo na Caetano Pinto, no Brás. Em todas as reuniões ela falava mal do Jânio Quadros e eu dizia para ela: ‘Eles já sabem quem é o Jânio Quadros, você não precisa mais falar’. Vamos tratar dos assuntos deles, pois são 100 famílias – e era um estábulo aquele cortiço – que estão sem banheiro. Fechamos a Rua, conseguimos melhorias, criou-se um fundo, pois pagar água e luz sempre é um problema. A religiosa ficou na comissão com quatro moradores e abriu uma conta conjunta do Banco. Eu disse que ela não deveria ficar na comissão. Ela viajou, e quando voltou não mais*

*quiseram recebê-la no cortiço, pois disseram: 'Você viajou com o nosso dinheiro'. Não era verdade, mas as pessoas misturaram as relações. Precisamos ajudar as pessoas a criar coisas reais, não utópicas, pois ricas não vão ficar. No Brasil, nós não temos essa previsão. Pode ser até que os sem-terra tenham o poder um dia, a gente não sabe! Mas o que nós temos é que organizar aquilo que está ao nosso redor com o conhecimento universal.*

O vínculo orgânico com as universidades e os saberes organizados ainda são caminho a ser percorrido pelas instituições e moradores das ruas. Exige despojamento e generosidade pessoal e intelectual.

Dom Paulo Evaristo apresenta sua utopia:

*Eu creio que nunca deveríamos eleger ninguém, que não ajudasse a organizar o povo e que não tivesse essa capacidade de abraçar as pessoas pobres ou aquelas que não estão totalmente limpas, ou mesmo preparadas para um passeio dominical. Nós devemos ter uma amizade muito grande com as pessoas, pois buscamos coisas agradáveis. O que de fato atrai a alma e o coração do povo é que é preciso amar esse povo a ponto de a gente dizer, eu ficaria com vocês.*

E ele confirma a necessidade da parceria com a Academia:

*A ciência e a pobreza não são opostas. A ciência deve ajudar a pobreza a descobrir-se a si mesma e depois a levar os outros a se interessar por aqueles que não são capazes de ajudar a si mesmos em certas circunstâncias.*

A principal utopia é resistir à visão ideológica dominante o que pode parecer quixotesco. Uma sociedade marcada pela lógica dos mercados, e esvaziada de toda visão histórica e dialética, convenceu muita gente de que esse trabalho é inútil ou ao menos ineficaz. Ao afirmar, contra a corrente, que há valor no modo de estar com o povo de rua, e que essas pessoas têm muito

a dizer e fazer na e pela cidade, os agentes e grupos ecumênicos oferecem horizonte contestatório válido e lúcido. Válido, pois incorpora os imprevistos da situação histórica como elemento de mudança, e ao mesmo tempo lúcido, pois sabemos que a situação só mudará *“com a emergência de formas alternativas de organização social capazes de ativar os segmentos de população politicamente inertes”* (FURTADO, 1992, p. 56).



### 3. A transição e novos caminhos

A chegada do novo cardeal arcebispo, dom Cláudio Hummes, gerou forte apreensão quanto ao futuro do trabalho.

Padre Júlio rememora acontecimentos, expectativas e conflitos, durante a transição na arquidiocese paulistana, e sua convicção originária:

*Dom Cláudio afirma que o povo da Rua fora o primeiro que o acolhera na cidade e isto seria para ele um sinal e um compromisso. O encontro reafirmou o trabalho da Igreja com a população de rua em momentos críticos. Sempre dissemos para dom Cláudio que a Igreja faz um sinal. A política pública é o poder público que deve fazer. Nós,*

*enquanto Igreja, não vamos resolver o problema do povo da Rua. Nós vamos ajudar a organizar o povo da Rua, pois o poder público deve dar respostas de política pública. Dom Cláudio pegou e fisgou isto: a saída é política pública. O Vicariato quer formar comunidades, na convivência e na relação pessoal. Deixamos claro que não iríamos fazer contabilidade pastoral. Quantos vocês tiraram da rua? Quantos saem das Ruas ou mesmo se saem das ruas? Este é o empenho da pessoa, não é um empenho nosso. Nós não tiramos ninguém da rua. As pessoas é que saem das ruas.*

A manutenção formal e institucional do vigário episcopal e o apoio explícito do novo cardeal abriram caminhos para a esperança na continuidade da profecia, que é certamente frágil e incômoda.

Dom Cláudio assumiu pessoalmente a questão em seu ministério episcopal ao afirmar que “*devemos também, nós todos, refletir e tomar decisões, ao mesmo tempo em que nos solidarizamos mais com os moradores de rua de nossas cidades*” (jornal O São Paulo, 06.10.2004, p. 3).

Ele reconhece que há mais vagas em albergues; mais restaurantes *Bom Prato*, disponibilizando boa e farta alimentação a baixo custo para o povo de Rua; mais organizações civis dedicadas à grave questão política. Entretanto diz o atual arcebispo:

*Mas tudo isso junto não consegue tirar da Rua esses excluídos e reincluí-los na sociedade. Para esses é necessário que as políticas públicas dêem oportunidade de trabalho, por exemplo, com frentes emergenciais de trabalho a serem abertas seja pela Prefeitura seja pelo Governo do Estado, ou melhor ainda, por ambos* (jornal O São Paulo, 06.10.2004, p. 3).



#### 4. Entre a utopia e a realidade

As opções das Oblatas lançaram-nas, diretamente ao centro do cadinho fervente da realidade paulistana, desde os anos 1950. Alguns caminhos metodológicos emergiram para responder as perguntas sobre o porquê e como trabalhar com a população de rua. Vê-se claramente a necessidade da revisão constante e da adequação da prática às novas condições da conjuntura social. Assim pensa irmã Ivete:

*Um dia voltei para a casa de meu pai e lhe disse: o senhor me falou uma coisa: 'melhor só que mal acompanhado'. Ele sempre falava isto. E eu lhe disse: 'Pai, eu descobri que é melhor mal acompanhado do que só'. A grande honra que carrego comigo é a de ter permanecido, mesmo nas maiores dificuldades. A fidelidade e a teimosia de ter ficado. É verdade que agora faz seis anos mudei minha vida. Eu não estou mais na rua e nem pretendo mais voltar para a rua, a não ser que aconteça algum fato, um sinal muito grande. Fiz 35 anos de rua e*

*estava ficando meio caótica. Desatualizada, fazendo as mesmas coisas. Como gosto muito da arte, e na Rua aprendi a gostar dos objetos jogados na rua, pensei em criar um artesanato enquanto descanso. Nasceu a Escola e da Escola nasceu a Casa Cor da Rua. Este é o momento de estar disponível, para que todos que chegam da rua sentem e tomem um cafezinho. Contam coisas. Trazem presentes. Fazem confidências. É um momento para mim de graça, maravilhoso. A vida na rua é muito rica, cheia de acontecimentos e de amizades. Na rua há coisas profundas que precisam ser conhecidas.*

Dom Paulo, pés fincados no chão franciscano, proclama a urgência de novas posturas para enfrentar o higienismo presente na cidade e até mesmo nas Igrejas:

*Acho que São Francisco rompeu com isto, e é uma pena que estejamos voltando atrás. Mas os franciscanos nesta última reunião da congregação, decidiram que eles vão morar onde estão os pobres. E morar entre os pobres. Quanto nós podemos fazer educando-nos a nós mesmos! E convivendo com os pobres como o padre Júlio vive. Quando a gente constrói uma Catedral, que embaixo tenha o suficiente para que o corpo seja limpo e atraente. A pessoa humana é a mais atraente do mundo. É o próprio Deus quem veio e se fez homem. Devemos fazer o mesmo: abrir todas as portas para que os pobres possam ser acolhidos e receber a comida, o agasalho e a possibilidade de moradia. A moradia é, para mim, a condição número um para qualquer reforma social autêntica. É o pobre poder morar tendo água suficiente para cuidar de si e tendo as coisas importantes para viver normalmente.*

Uma boa dose de realismo marca os passos do Vicariato. As relações com o poder público exigem coragem utópica. Padre Júlio rememora grave

conflito durante a administração Paulo Salim Maluf, quando da aplicação da Operação Antimendigo:

*No governo do Maluf (1993-1996) foi muito complicado. Durante seu governo muitos prédios instalaram os chuveirinhos antimendigos. E ainda tivemos o problema da limpeza da cidade quando o menino Ricardo foi morto no Largo do Arouche, pois o caminhão de lixo passou sobre a cabeça dele e o matou. Fora confundido com um saco de lixo. E nós fizemos aquela manifestação ecumênica de muitas Igrejas. Nós participamos e conseguimos fazer promulgar a lei 12.316 de 1997, fruto da pressão dos Dias de Luta e de determinadas parcerias com os parlamentares da Câmara Municipal. Isto ficou parado até que no governo da Marta Suplicy fosse assinada a regulamentação da Lei 12.316, pelo decreto 40.232, de 2001. Como você pode ver, é uma história que tem muitos meandros.*

Nelson Antonio da Silva, morador de Rua, ao carregar a cruz em uma das procissões da Semana Santa de 1998, afirmava que *“assim como Jesus ressuscitou, eu também vou ressuscitar. Agora eu ainda estou morto, mas chegará o momento em que vou renascer”* (jornal O São Paulo, 15.04.1998, p. 7).

Entre a perseguição do povo de Rua pelo poder público e seu engajamento em lutas concretas de emancipação, há largo caminho a ser percorrido. Há sempre possibilidade de ressurreição. Há sempre expectativa por renascimentos.

Contundente, José Maria de Oliveira Ferreira, há cinco anos vivendo nas Ruas do centro de São Paulo, protesta: *“Dar um prato de comida, uma roupa, uma coisa, isso não resolve, tem que dar trabalho!”* (jornal O São Paulo, 07.02.2001, p. 5).

Uma expressão do renascimento do povo da rua se faz quando é superada a discriminação em favor de uma ética universal, que assuma a filantropia como critério.

Assim escreve Scheler:

*O verdadeiro amor humano não faz qualquer distinção entre em compatriota e um estrangeiro, entre um criminoso e um justo, entre valor racial e inferioridade racial, entre instrução e falta de instrução, entre bons e maus etc. Como a simpatia, o amor se refere à todos os homens, unicamente porque são homens, em sua distinção dos animais de um lado, e de Deus, de outro. Mas, o que distingue o amor humano da simpatia propriamente dita, é que todo amor implica valores positivos, enquanto o amor humano em particular concebe seu objeto, isto é a humanidade, com um páthos específico (SCHELER, 1928, p. 152).*



### 5. Três testemunhas ‘basilianas’

Para completar o quadro dos personagens, cuja presença foi aqui destacada, quero insistir na memória dos três missionários já falecidos, e rochas basilares do trabalho pastoral nas ruas: dom Ignácio Lezama; Griselda Marina Castelvechi, a conhecida irmã Nenuca; e Fredy Joseph Kunz, o padre Alfredinho. Esta lembrança é imprescindível, por seu valor pessoal e pelos efeitos fecundos em todo esse processo. Ainda mais, pois cada um deles tornou-se para a Igreja de São Paulo, verdadeiro ‘defensor pauperum’, seguindo os passos de milenar tradição nascida com Basílio de Cesaréia (329-378 d.C.). São os herdeiros da tradição patrística da defesa intransigente dos pobres, pois as lágrimas dos pobres lhes causaram misericórdia, os gemidos das ruas enterneceram seus corações e eles nunca se submeteram à inutilidade das riquezas. Mantiveram-se austeros e coerentes. Compassivos e

solidários encontraram na dor um 'Lógos' de vida e ao penetrar no sofrimento do povo da rua o ultrapassaram.

Dom Ignácio Lezama, nascido no Uruguai (em 10 de outubro de 1918) como Carlos Francisco, irá consagrar-se monge beneditino olivetano. Enviado ao Brasil, assume a capelania do Hospital do Brás, e começa sua missão e compromisso com os pobres da cidade de São Paulo. A mensagem fundamental era o respeito absoluto pelo pobre, *"filho de Deus e irmão nosso, tem direito à nossa solicitude e caridade"* (CASTELVECCHI, 1985, p. 33). Ele nunca teve medo de falar do amor e parecer sentimentalista. Era decisão convicta de tratar como próprios os problemas dos necessitados. Essa a intuição original da OAF e do trabalho posterior do Vicariato. Assumir as causas da população de rua de forma coerente. Ele gostava da palavra *'urgente'*. Sempre o incomodava o modo como os pobres eram tratados nas repartições públicas, nas Igrejas e na sociedade. Tema central de sua vida era a preocupação com o pecado da omissão. Outro tema o de propor ações abrangentes para enfrentar as causas da marginalização. Trabalhou em São Paulo e Recife. Ao final de sua vida, em Recife, foi vítima de câncer e, pela experiência que viveu nos últimos meses da vida, passará a autodenominar-se 'dom Bagaço'. Após grande agonia, morre em 19 de janeiro de 1964, aos 46 anos de idade.

Nenuca, uruguaia, chega ao Brasil em 15 de setembro de 1953, integrou um grupo de missionárias que se engajou firmemente na vida dos operários da cidade e, em seguida, de forma exemplar com a população de rua. Torna-se operária e, depois de algum tempo, religiosa mergulhada nas ruas e sofrimentos do povo. Depois da morte do padre Ignácio, assumiu os rumos do

trabalho e um novo horizonte de ação. As Oblatas deixaram Recife e alteraram profundamente a Organização do Auxílio Fraternal. Nenuca manteve seu compromisso de vida religiosa fundado em dois pólos fundamentais: Deus e os pobres. E o manteve de forma radical e livre. Buscou que os pobres tivessem seu lugar garantido na Igreja. Dizia que a identidade do seu grupo religioso beneditino devia ser encontrada nas Ruas. Pretendeu viver como monja no meio da rua. E fez da rua um mosteiro. Sua morte, em 18 de dezembro de 1984 deixou marcas profundas em todos aqueles que com ela conviveram. De modo particular, as próprias companheiras de vida religiosa. Eis o depoimento da irmã Ivete sobre Nenuca:

*Eu encontrei uma mulher debaixo do viaduto na avenida 23 de Maio, em um lugar chamado OAF. Era uma mulher extremamente fascinante. Fazia as coisas com fundamento bíblico. Não havia ruindade, mas um acompanhamento afetivo fundado no Evangelho. E a pedagogia da regra de São Bento. Nenuca era uma mulher de consciência feroz e de uma amabilidade, impressionante. De afago e de liberdade. Esta compaixão, esta afetividade, esta amabilidade eu acho que é a única entrada para trabalhar com o povo da Rua. Não existe outra entrada. A única entrada é a amizade. Não tem outra entrada.*

Enfim, é preciso rememorar a terceira testemunha exemplar para todos aqueles que atualmente trabalham com a população de Rua: o padre Fredy Joseph Kunz, Alfredinho. Nascido em 9 de fevereiro de 1920, chega ao Brasil em 1968. Veio como missionário católico da Suíça, depois de viver anos no campo de concentração de Kaisersteinbruck, na Áustria, onde quase foi enforcado por sua postura solidária para com os demais prisioneiros. Veio trabalhar no sertão do Ceará, em Tauá, e depois passará a viver em favela de

Santo André, no bairro Lamartine, até sua morte em 12 de agosto de 2000. Assumiu desde cedo a firme convicção de que havia “*entrado na fileira dos excluídos, dos publicanos, das vítimas da prostituição, para nunca mais sair desta fila*”. Funda em Tauá - CE, a Irmandade do Servo Sofredor (ISSO), inspirado na vida e entrega de Maximiliano Maria Kolbe. Enfrenta coronéis nordestinos e a violência na cidade, sempre com serenidade e consciência fraterna universal. Estar em sua presença era certeza de ouvir palavras vindas ‘*ab imo pectore*’ (do fundo do coração). Torna-se referência espiritual e profética, pelo seguimento estrito de uma ética solidária, e espiritualidade marcada pelo pensamento de Charles de Foucault expressa em gestos de coragem frente aos detentores do poder civil e militar, quer no nazismo quer na ditadura militar brasileira.



### **Considerações finais**

Pude confirmar a hipótese original deste trabalho, de que a compaixão foi a guia metodológica e operativa do trabalho social com o povo da rua. Ao visitar a situação de rua com outros olhos, terminamos por reconhecer novas categorias de interpretação. Foi possível diagnosticar alguns limites e contradições no trabalho social desenvolvido. Os discursos dos quatro personagens escolhidos e seu confronto com o aparato teórico demonstraram que a vida de dezenas de pessoas nas Ruas da metrópole pode ser compreendida de outra forma.

O Vicariato Episcopal do Povo de Rua mudou valores e costumes paternalistas, que se reproduziam inercialmente nas Igrejas e grupos de ação religiosa. A própria instituição eclesial alterou seu formato e seus cânones para poder receber em seu seio esta população.

Nota-se um processo de amadurecimento da presença nas Ruas, que se inicia com um *'estar-com-o-outro'* e passa por várias etapas. No princípio da ação do OAF, as missões populares e as sopas comunitárias. Na segunda fase, a constituição da Casa de Oração e os espaços de reflexão e articulação. Desses espaços, passa-se para a expressão pública nos Dias de Luta e de manifestação política pelas Ruas do centro velho da cidade. Em etapa mais recente, chega-se a constituição de abrigos provisórios, de projetos alternativos de renda e, sobretudo, se constituem as cooperativas de papel e material reciclável, organizadas e geridas pelos próprios catadores. Da individualidade solitária, passa-se para um esforço permanente de reconhecimento da cidadania e da participação ativa das pessoas de Rua, almejando sempre, como horizonte ético e utópico, que cada um destes moradores se assuma como sujeito de mudança. Não somente em termos de mudanças coletivas, como também em intervenções moleculares permanentes. Digno de nota é a existência das comunidades do Glicério e de São Martinho. Destaca-se o convênio, firmado recentemente, pelo Centro social Nossa Senhora do Bom Parto e Prefeitura Municipal de São Paulo, para manter 35 agentes de saúde nas ruas, a partir de educadores vindos da rua, em favor de seus companheiros de *'trecho'*.

Tudo isto se resume na assunção clara de políticas públicas e em sua efetiva aplicação, a partir dos planos de gestão urbana e de seu plano diretor.

À pergunta feita no início desta tese (podem os moradores de rua assumir como seu direito inalienável, a identidade de sujeitos autônomos?) a resposta comporta um sim e um não.

**Sim**, na medida em que muitas das atividades profissionais e terapêuticas desenvolvidas pelo Vicariato constituíram-se em espaços próprios de significação e referência clara na vida das pessoas. Exemplo disto pode ser a Coopamare e o trabalho da Casa Cor da Rua. São muitíssimas as histórias de vida resgatada, e as de moradores que assumiram novas opções de vida social: atividades de lazer, como passeios comunitários a parques; comemorações do calendário religioso; ida a Aparecida no Grito dos Excluídos todo dia 7 de Setembro; atividades artísticas, desenvolvidas em especial na Casa de Oração e nas Oficinas do Glicério; além das atividades ocupacionais (cooperativas, almoço comunitário, sala de leitura, bazar de roupas, agentes sociais de saúde). Esses são exemplos concretos e positivos que incentivam a autonomia e a participação.

Mas, a resposta é também um **não**, pois as relações são muito fragmentadas e a mobilidade extrema impede a continuidade de obras maiores e permanentes. A fugacidade gera superficialidade e mentira. Apresentam-se como simulacros de autonomia, mas são de fato, respostas prontas e clichês. A desconfiança dos moradores de rua é muito grande, o que exige trato refinado na ação social. Isto nem sempre acontece, pois é um processo educativo feito nas fronteiras da vida civilizatória. Percurso de vida longa nas ruas não se reverte em pouco tempo. Muitas feridas e ações destrutivas praticadas contra eles e até por eles próprios exigem novo processo e o refazer de alicerces distintos, sem olvidar a identidade e o percurso de vida. Faz-se mister superar

introejeções discriminatórias ('sou mesmo um vagabundo') e submissões voluntárias à messianismos fáceis.

Daí porque uma grande tarefa do Vicariato foi a de estabelecer novas relações com esta população. Relações primárias de convivência e aprendizado e relações coletivas de transformação social. O respeito mútuo, a confiança recíproca e a convivência são desafios concretos de uma caridade política. Esta expressão da caridade, com feições libertadoras, se faz plausível com o fortalecimento das liberdades políticas e em favor da justiça social. Ampliando grupos de base, favorecendo a participação democrática e, sobretudo, ampliando os canais de cidadania, ela se torna eficaz. Ao conquistar um lugar na cidade, o Vicariato fortaleceu o movimento popular e ampliou a consciência social. Estas mudanças efetivas na própria expressão da caridade cristã permitiram construir redes alternativas de ação política e de mudança das condições de vida. E elas se expressaram nacionalmente em marchas à Brasília e em Congressos Nacionais de Catadores. Não mais se *'clama aos céus'*, mas inspirados na vida real de labuta e de conflitos, se projetam algumas possibilidades de mudança. Ao preencher os espaços existentes, a ação eclesial estabelece metas históricas atingíveis e evita burocracias. O trabalho diário e os momentos fortes de manifestações nas Ruas acabam consolidando alternativas concretas, que identificam urgências e estabelecem prioridades.

O desafio, desde o início, foi o de estabelecer uma estratégia educativa e política que supere preconceitos e assuma propostas de cidadania.

O uso da compaixão, como categoria analítica e hermenêutica desta ação eclesial e política, se mostrou adequado para explicar o processo em

curso. É verdade que não nos restringimos ao conceito compaixão, que é o centro da tese. Foi preciso construir um mapa semântico mais amplo, que incluía conceitos operativos afins tais como: subjetividade, autonomia, inclusão e exclusão, solidariedade e libertação. Assumi também, dentro do contexto analítico, a presença de temas como a liberdade, a democracia, a resistência, a passividade ativa e, sobretudo, a fala de personagens estratégicos em seu testemunho paradigmático.

Realizei a pesquisa metodológica '*in flux*', assumindo os riscos concretos desta proximidade, mas mantendo determinada distância crítica pelo recurso às fontes da memória falada e escrita desta trajetória. De certa forma, procurei apreender a curvatura do movimento mais que o movimento em si. Aquilo para o qual ele tende. Ao localizar as datas principais de estudo entre os anos 1993 e 2005, procurei contextualizar o Vicariato no governo do Cardeal Arns e na transição deste para o cardeal Hummes. Um ciclo de fato se encerrava, marcado pela força da teologia da libertação e pelo carisma de dom Paulo Evaristo Arns. O eventual retrocesso ou interrupção destes trabalhos não aconteceu, como se temia. Havia o precedente da ação desmobilizadora de toda a práxis realizada por dom Hélder Pessoa Câmara, em Olinda e Recife, por seu sucessor em verdadeira operação desmonte. Em São Paulo, o que se viu foi o contrário: o novo cardeal assumiu a questão dos moradores de Rua como sua. E com seu apoio explícito contínuo, a ação do padre Júlio Lancellotti, confirmado como Vigário episcopal, ratificou o lugar do serviço aos moradores de rua, no universo da ação católica na cidade. Pôde-se criar e ampliar a rede concreta de organizações que lidam com o povo da Rua. As pastorais sociais revelaram-se espaço apropriado de ação política, constituindo

o Seminário da Caridade, que fez diagnósticos amplos da ação da Igreja junto aos pobres sob o crivo de intelectuais e estudiosos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, particularmente através do Instituto de Estudos Especiais – IEE.

Os vinte e oito anos do governo colegiado de dom Paulo favoreceram de maneira efetiva a mudança social em nossa cidade, garantindo voz às periferias geográficas e as ambientais. Ao aproveitar o sério labor da Teologia da Libertação (TdL), e suas expressões históricas de Medellín (1968) e Puebla (1979) criou-se ponte real e sólida entre os movimentos sociais e a reflexão teológica, o que foi mutuamente fecundo. O apoio teórico às causas populares permitiu abrir brechas na instituição religiosa e mudar o ponto de vista da ação evangelizadora. E a presença prática dos pobres e excluídos nas Igrejas trouxe à tona um ator e interlocutor que passou a dizer o que pensava e queria. A emergência desses pobres retirados das ruas e trazidos aos púlpitos fez encarnar-se a mensagem evangélica. Trouxe obviamente muitos conflitos e incompreensões. Muitas delas vindas do próprio Vaticano e que feriram profundamente a Arquidiocese de São Paulo quando da divisão realizada em 1989, por ordem direta da Cúria Romana.

Internamente o cenário da nomeação do padre Júlio para o Vicariato demonstrou, em escala reduzida, as dificuldades com o tema e com essa categoria social excluída da sociedade.

Apesar disto, e na esteira de propostas alternativas e vivências concretas de pessoas como Alfredinho, Nenuca e dom Ignácio, o problema relativo à chamada mudança das estruturas sociais deslocou-se das explicações funcionalistas e conservadoras, vindas do período colonial para um

assumir das próprias contradições sociais geradas pela formação social capitalista.

O caminho para a mudança social inclui o conflito, assumido de forma clara e serena. Vale lembrar a necessidade e premência da atitude tão querida por Martin Heidegger (*'gelassenheit'*). Entretanto, o trabalho do Vicariato pensa também a mudança das condições de vida dos moradores de Rua como resultado de processos criativos. Indivíduos autônomos, questionando a sociedade, suas representações e leis, constroem em sua própria prática uma sociedade auto-instituída por eles e não fora deles e sem eles. É o exercício democrático em sua expansão, mesmo feito de pequenos passos e projetos. Ao transformar caixote de madeira em berços; garrafas *PET* em tigelas e funis; latas de óleo em fogão; descarte urbano em arte, os moradores de Rua demonstram o alto grau de criatividade nas condições adversas em que vivem. Resistem ao extermínio, inventando coisas, modos de vida e grupos de resistência. É o que constatou Christian Kasper, da Unicamp, em recente tese doutoral (jornal Folha de S. Paulo, 13.08.2006, p. C9).

Os moradores de Rua foram envolvidos gradualmente na tarefa fundamental de produção de sua própria história. Assumiram o desafio de fazer história social, registrada nas páginas do jornal O Trecheiro, como marca indelével de lento processo social.

A aprovação da lei do povo de Rua e a publicação do decreto que a regulamentou foram marcos efetivos de que a compaixão se fez política e articulada.

Os seres afetados pela população de Rua, representados pelos quatro personagens escolhidos na tese, assumiram sua sensibilidade e ternura,

transfigurando-as em simpatia e comunidade de sentimentos. O atendimento ao povo de rua de forma pessoal e respeitosa nos vários equipamentos sociais das Igrejas, ao superar discriminações e impessoalidades ajudou a distinguir dores e sofrimentos. As dores tornaram-se solidárias e compartilhadas, e permitiram descortinar novo lugar eclesial. A Casa de Oração (Catedral do Povo da Rua) e os muitos centros comunitários de acolhida possibilitaram alternativas humanistas na perdida década de 1990, como um oásis no deserto neoliberal. Ao secar as lágrimas desse povo, o Vicariato assumiu tarefa de primeira grandeza em termos simbólicos.

Ouçó o padre Antonio Vieira, para compreender a ação evangélica da Igreja de São Paulo:

*“A dor moderada solta as lágrimas, a grande as enxuga, as congela e as seca. Dor que pode sair pelos olhos, não é grande dor... Heráclito chorava com os olhos; Demócrito chorava com a boca. O pranto dos olhos é mais fino; o da boca, mais mordaz.”* (VIEIRA, padre Antonio, 2001, p. 115 e 119).

Esta tese pôde comprovar que os órgãos e serviços do poder público de fato alteraram, sob pressão, as políticas públicas destinadas a atender a essa população. E em muitos casos, incluíram as políticas públicas no orçamento municipal, que até então não os considerava gasto essencial de política social. Particularmente significativos foram os embates nos governos Paulo Salim Maluf e Celso Pitta, dada as opções ideológicas de ambos e as alianças de governabilidade de suas respectivas administrações.

Na tese fiz o seguinte percurso:

Em primeiro lugar, reconstruí a memória da criação do Vicariato Episcopal, a partir dos depoimentos estratégicos de quatro personagens da

Igreja católica paulistana. O percurso histórico permitiu verificar que, já na origem da OAF, havia sensibilidade inata em favor do povo que mora nas ruas. As convicções do padre beneditino, Ignácio Lezama, permaneceram incólumes mesmo depois de seu falecimento. A transmissão da herança compassiva de modo criativo e conflitivo, será verdadeira pedra de toque dos trabalhos desenvolvidos pela OAF e pelo Vicariato, e fator determinante no novo rosto institucional que se desenhou a muitas mãos. Rosto hoje consolidado no cenário civil e eclesiástico da cidade.

Em segundo lugar, busquei, com as pesquisas sociais e demográficas disponíveis, sistematizar os dados da metrópole paulistana, do povo de rua nela inserido e as interfaces dessa parcela da população no cenário geográfico e político. Percebi que a chamada '*cidade global*', '*conurbada*' e marcada pela desigualdade econômica e social, está em mutação contínua. A *urbanização corporativa* delinea traços distintos na recente urbanização capitalista, com o surgimento de outras centralidades e novas periferias. A população de rua, fortemente concentrada no centro urbano, permanece invisível às estatísticas e pesquisas acuradas. Se foi um problema concreto da tese, pude superá-lo em parte com o uso da pesquisa do Vicariato do Povo da Rua, realizada durante dez anos (1995-2005) pela Comunidade São Martinho de Lima, no bairro do Belém. O que fundamentalmente faz esta cidade não são os números oficiais das estatísticas de produção ou fluxo financeiro em 'nossa' Bolsa de Valores, mas sermos modelados por nossas heranças culturais e idiomas locais.

São Paulo impõe medo e insegurança, como diz Roberto da Silva, de 32 anos e morador na Praça da Sé: "*Tem que dormir com um olho fechado e um olho aberto, ficar esperto, se vacilar, morre!*" (Trecheiro, agosto 2004, p. 2).

O terceiro momento, o da abordagem teórica, é a finalidade do trabalho. Estudei e acompanhei a evolução e tensão em torno do conceito *compaixão*, procurando retomar a força semântica de interpretação e movimento. Até porque comover, inclui o sentido mesmo do sair de si. Procurei situar o dilema da cultura, neste início de século XXI, não como dilema teórico, mas algo eminentemente prático, pois ele se manifesta na arena das práticas sociais, políticas e religiosas como novo modo de viver nas cidades. Ao assumir a *compaixão* como uma categoria de relações com a realidade objetiva do mundo e das pessoas, procurei destacar sua objetividade, e aquilo que se pode chamar de *estar-no-mundo*.

Em nossa cultura moderna, o reduzir o conhecimento ao campo da técnica materializada nos objetos fez perder a objetividade dada ao ser humano em sua experiência original. Ao que tudo indica, apesar da abundância de objetos técnicos, “*mais aguda se fará no ser inteligente e livre a fome de um alimento mais substancial para o espírito*” (VAZ, 2002, p. 267).

Uma verdadeira ‘*epistemologia da compaixão*’ se elabora no caminho transitado por agentes pastorais de nossa cidade, e cria novos modos pedagógicos de ser e ‘*estar-no-mundo*’. A emergência política do povo de rua com suas dores e sofrimentos, limites e utopias, pode ser compreendida apenas na medida em que o conhecimento se fez também doloroso.

O uso da *compaixão* contribuiu para superar a invisibilidade, a que tinham sido relegados e para propor novos modelos de solidariedade, no plano pessoal ou coletivo e inclusive em forma de redes nacionais de articulação (exemplo: a rede nacional de catadores de papel e recicláveis).

A ênfase dada aos quatro personagens centrais da pesquisa se demonstrou adequada. Sua inserção, no corpo do trabalho serviu para averiguar, de forma permanente a pertinência do uso da categoria compaixão e suas contradições na vida dos moradores de rua e na organização do Vicariato.

Algumas respostas concretas, como agentes de saúde, celebrações nas Igrejas e ruas, cooperativas de catadores, permitem que se descortine o horizonte de perspectivas mais amplas. Frente aos grandes protagonistas de transformações nas cidades que têm sido as empresas imobiliárias, a ação da pastoral social focaliza um novo sujeito, de identidade migratória com múltiplos problemas de afirmação social, mas que é capaz de gerar alternativas se for apoiado.

Revisei - ainda que de modo limitado - alguns conceitos ambivalentes, como autonomia e democracia participativa e confirmei que só articulando-os à sensibilização e à arte haverá resultados significativos. Ao enfrentar a banalidade do mal e a negação das pessoas garante-se não só a justiça, mas nova gramática do humano. O trabalho desenvolvido desde os primórdios pela Organização do Auxílio Fraternal se mostrou metodologicamente seguro para superar a *'normopatia'* por uma necessária rebeldia de formas e de expressões. O que a irmã Ivete definiu como anarquia das ruas e que Marcuse analisara como recusa em tomar parte no jogo, pode caracterizar o início do fim de um período. E, espero eu, que seja o princípio de outra era.

A nova era exige que o *'princípio-compaixão'* seja assumido como princípio configurador do exercício de nova inteligência social e religiosa. Um princípio capaz de descentralizar a Igreja institucional e torná-la crível, apesar de perseguida e mal compreendida e, apto para historicizar os clamores dos

moradores de rua, retirando-os da surdina, dando visibilidade aos rostos e à situação social. Assim, questionam-se as relações internas da própria Igreja Católica paulistana, tornando-se certamente *'puctum dolens'*. Como afirma Jon Sobrino na obra *Princípio-misericórdia: "O cristianismo misericordioso pode ser progressista, mas este às vezes não é misericordioso"* (SOBRINO, 1994).

Apresentar os limites da tese e suas potencialidades como *'best practices'* talvez se torne um subsídio para os que trabalham no cotidiano do Vicariato e na Organização do Auxílio Fraternal. Podem ser aprofundados temas como: relação Igreja e Estado; o Vicariato e os diferentes governos democráticos; a terapia, a saúde na rua e o papel de agentes sanitários populares; os novos rumos da Teologia da Libertação; o novo perfil dos moradores de Rua; a dependência excessiva da verba governamental na manutenção de projetos sociais das Ongs.

Apresento em forma de tópicos possibilidades pesquisas futuras:

- As relações entre Igreja paulistana e o Estado a partir da noção de política pública e do princípio da subsidiaridade;
- A “deportação ou exportação” de moradores de rua para outras cidades da região metropolitana;
- O surgimento e expansão dos moradores de rua nas cidades satélites das grandes metrópoles;
- A ação do Vicariato e as diferentes administrações municipais;
- O crescimento e perfil das famílias-de-rua;
- A questão da saúde na rua e o papel de agentes sanitários populares;
- Os novos rumos da Teologia da Libertação no mundo urbano;

- O atual perfil dos moradores de rua e o tráfico de drogas;
- O alarmante número de mortes de pessoas da rua por grupos organizados de extermínio;
- A autonomia e a excessiva dependência das verbas governamentais na manutenção dos projetos sociais de ONGs e entidades filantrópicas.
- A nova geração dos agentes de pastoral e a crise dos modelos eclesiais.
- A nova geração de universitários nas ruas (cerca de 400 em albergues e muitos nas ruas);
- A presença de imigrantes da Bolívia nas ruas da cidade;

O embate entre a vida e a morte do povo da rua, obteve algumas respostas concretas e mensuráveis para a difícil questão: *'teria mudado a vida do povo da Rua a chegada do Vicariato?'*.

Pergunta nevrálgica tem resposta complexa.

Existem exemplos daqueles que eram da rua, e que hoje trabalham em muitas casas de acolhida, como a Comunidade São Martinho. Há os que estão nas repúblicas ou em casas-moradia. Os que estão nos projetos, como o Sítio das Alamedas, e os membros de cooperativas. Muitos adquirem consciência de fazer parte de um povo. Os Dias de Luta projetaram isso. As ações projetam mudanças difíceis de serem medidas. Os depoimentos sobre mudanças na vida do povo da rua são belos e comoventes. Até porque as conquistas, são resultado de árdua labuta, confirmado o adágio: *'ad augusta per angusta'*.

Pode-se analisar também a formação de política pública, questionada em termos de qualidade, mas que trouxe mudanças. Algo muito simples, que vi e testemunhei na Comunidade São Martinho, é o povo ajudando a fazer as suas coisas. O povo participando da elaboração da comida, seu próprio alimento. Vê-se uma pessoa que está na rua e se alimenta com dignidade. Fazer a comida, servi-la e dela desfrutar. Tomar um banho. Fazer um curativo e ser acolhido com respeito. Coisas pequenas e simples, mas preches de força simbólica. Há mudanças, sem dúvida, nos órgãos do poder público. Houve alteração de postura. Em termos concretos existe a peça orçamentária da Prefeitura e mais recursos para trabalhar com a população de Rua. Elaborada e aprovada uma lei que baliza o direito do cidadão. Surgem tensões, certamente virão mais. E contradições internas e externas.

O Censo mostra que hoje existem 6 mil pessoas albergadas. Quando se sabe quem são estes albergados e há quanto tempo estão no albergue, ampliam-se as questões, com o surgimento de nova categoria. Existe uma população em situação de rua e, agora a população em situação de albergue. Muitas pessoas saíram das pensões e foram morar nos albergues. A população de rua, mais caída e sofrida, continua vagando. Pelas ruas, evidentemente. São cerca de 4 mil pelas ruas. Ainda.

O Vicariato faz parte de um conjunto de forças sociais e políticas. Forças que compõem a sociedade civil, ligadas à Igreja Católica. Há o fórum das entidades, pluralista, com a participação da Igreja Metodista, da AEB e de outros grupos e ONGs. Não resolve os conflitos, tensões e dificuldades, mas são verbalizadas. Constatam-se diferenças na questão metodológica do trabalho, mas há empenho em trabalhar a solidariedade. E solidariedade vivida

em múltiplos níveis: pessoal, coletiva e em rede. Solidariedade que considere e que assuma o morador de Rua como *'um dos nossos'*. Que possa expandir o conceito de prática política para o complexo universo do bem comum, e afirmar a ação transformadora como *'caridade política'*, tida como uma das mais altas expressões do amor, na bela expressão do Papa Pio XI, em alocução pronunciada aos Dirigentes da Federação Universitária Católica, em 18 de dezembro de 1927 (Osservatore Romano, 23.12.1927, n. 296, p. 3).

A guisa de conclusão, inspiro-me nas palavras de Hermilo Pretto. Afirmava que a missão da Igreja reside no *'testemunho significativo'* diante de pobres reais e não de gente abstrata, sempre aquém de nosso modelo idealista.

Assumindo os pobres reais, suas vidas reais, suas existências concretas podemos exigir mudança de atitudes e de categorias interpretativas de nós mesmos e dos outros (PRETTO, 1984, p. 37). A transparência nos fará críveis.

Manuel Castells dizia que o poder urbano também está na rua (CASTELLS, 1976, p. 125). Afirma que esse poder, elenca problemas e lança desafios, como grito pujante de vida e luta.

Apreendi no caminho dos trecheiros, a ouvir o grito dos pobres, pelos gestos compassivos de dom Luciano Pedro Mendes de Almeida; pelas mãos e palavras maternais do padre Júlio e irmã Ivete, dom Paulo Evaristo Arns e irmã Regina. E eles o ouviram de Nenuca, Alfredinho e *'dom Bagaço'*. Por sua vez, talvez o tenham ouvido do padre Antonio Vieira, que certamente o reconheceu nas lágrimas de Heráclito: *"Quem conhece verdadeiramente o mundo, precisamente há de chorar; e quem ri, ou não chora, não o conhece"* (VIEIRA, padre Antonio, 2001, p. 109).

### Bibliografia

ABDALLA, Maurício. *O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade*. São Paulo: Paulus, 2002.

AB'SÁBER, Aziz Nacib, *São Paulo: Ensaios entreveros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ALVES, José Augusto Lindgren. *Os direitos humanos na pós-modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ALVES, Rubem A. *A theology of human hope*. Washington: Corpus Books, 1969. Em espanhol: *Cristianismo: ópio o liberación?* Salamanca: Ediciones Sígueme, 1973.

ANA, Julio de Santa. *A Igreja e o desafio dos pobres*. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1980.

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. *Fé e eficácia: O uso da sociologia na Teologia da Libertação*. São Paulo: Loyola, 1991.

ANTONIAZZI, Alberto et alli. *Nem anjos, nem demônios*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ANTONIAZZI, Alberto; CALIMAN, Cleto (orgs.). *A presença da Igreja na cidade*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica, vol. 5, II seção da II parte – questões 1-56*. São Paulo: Loyola, 2004.

ARENDT, Hannah. *The origins of Totalitarianism*. New York: Harcourt Brace and World, 1951.

\_\_\_\_\_. *A Condição humana*. Rio de Janeiro: Forense 1981.

\_\_\_\_\_. *Da revolução*. São Paulo: Ed. Ática, UNB, 1988.

\_\_\_\_\_. *De la historia a la acción*. Barcelona: Paidós, 1995.

\_\_\_\_\_. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Missão na cidade: Plano de Pastoral: 1991-1994*. São Paulo: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1991, mimeo.

ASSMANN, Hugo. *Teología desde la práxis de la liberación: ensayo teológico desde la América dependiente*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1976.

\_\_\_\_\_. *Crítica à Lógica da Exclusão: ensaios sobre economia e teologia*. São Paulo: Paulus, 1994.

ASSMAN, Hugo; SUNG, Jung Mo. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

AZEVEDO, Thales. *A religião civil brasileira: um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *Modernidade e ambivalência*. São Paulo: Jorge Zahar, 1999.

BADIOU, Alain. *L'éthique – essai sur la conscience du Mal*. Paris: Hatier, 1993.

BEAUVOIR, Simone de. *Tous les hommes sont mortels*. Paris: Gallimard, 1946.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado*. São Paulo: Paulus, 1985.

\_\_\_\_\_. *Rumor de anjos*. Petrópolis: Vozes, 1991.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOBSIN, Oneide (Org.). *Desafios Urbanos à Igreja: Estudos de casos*. São Leopoldo: Sinodal, 1995.

BOFF, Clodovis. *Teologia e prática, Teologia do político e suas mediações*. Petrópolis: Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. *Como trabalhar com os excluídos?* São Paulo: Paulinas, 1996.

BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. Petrópolis: Vozes, 1972.

\_\_\_\_\_. *A fé na periferia do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. *O caminhar da Igreja com os oprimidos: Do vale das lágrimas à terra prometida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

\_\_\_\_\_. *Nova Evangelização: perspectiva dos oprimidos*. Petrópolis: Vozes, 1990.

\_\_\_\_\_. *Relatório do VII Encontro Nacional dos Direitos Humanos*. Brasília: MNDH, 1992.

\_\_\_\_\_. *O Cristianismo e a nova ordem mundial*. in: O Estado de S. Paulo, São Paulo, 15.08.1993, p. 3.

\_\_\_\_\_. *Saber cuidar, ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOFF, Leonardo; MÜLLER, Werner. *Princípio de compaixão e cuidado*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BÓGUS, Lúcia M. M; WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (orgs.). *A luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez, 1992.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; PASTERNAK, Suzana. *Cadernos metrópole: desigualdade e governança*, número especial, 2ª edição, São Paulo: EDUC, 2006.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; RIBEIRO, L. César. *Cadernos metrópole: desigualdade e governança*. vol. I e II. São Paulo: EDUC, 1999.

BONHOEFFER, Dietrich. *Resistência e submissão*. Rio de Janeiro, São Leopoldo: Paz e Terra, Sinodal, 1980.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. 3ª ed., São Paulo: Ed. Schwarcz, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os Deuses do Povo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRANT, Vinícius Caldeira (org.). *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo: Brasiliense, Comissão Justiça e Paz, 1989.

BUARQUE, Cristovam. *Admirável Mundo Atual: Dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

BUBER, Martin, *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

CAILLÉ, Alain. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. in: Martins, Paulo Henrique (org.), *A dádiva entre os modernos: Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CALDEIRA BRANDT, Vinícius (Org.). *São Paulo: Trabalhar e Viver*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 1997.

CARDONNEL, Jean. *Deus é pobre*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1967.

CARIDADE, Comissão Central do seminário da. *Presença da Igreja na cidade de São Paulo: ação social e testemunho de caridade e solidariedade*. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. *Propostas para uma ação conjunta da Igreja, do Poder Público e da Sociedade na cidade*. São Paulo: Loyola, 2003.

CARITAS BRASILEIRA. *Mística e metodologia da caridade libertadora*. São Paulo: Loyola, 1991.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTEL, Robert. *As armadilhas da exclusão*. in: BOGUS, Lucia; YASBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. *Desigualdade e a questão social*. 2ª ed., São Paulo: EDUC, 2000, p. 17-50.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. *Lutas urbanas e poder político*. Porto: Edições Afrontamento, 1976.

CASTELVECCHI, Griselda Marina (Nenuca). *Somos um povo que quer viver*. São Paulo: Paulinas, 1982.

\_\_\_\_\_. *Quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria!* São Paulo: Paulinas, 1985.

CASTRO, Clovis Pinto de. *Por uma Fé Cidadã: A Dimensão Pública de Igreja: Fundamentos para uma Pastoral da Cidadania*. São Paulo: Loyola, 2000.

CELAM. *Conclusões de Medellín: A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. *Cultura Urbana, Reto a la Evangelización*. Bogotá: SEPAC, 1998.

CEM, Centro de Estudos da Metrópole. *Mapa da vulnerabilidade social da população da cidade de São Paulo*. São Paulo: CEBRAP, SESC, SAS-PMSP, 2004.

CEPAM. *O Município no Século XXI: Cenários e Perspectivas*. São Paulo: CEPAM, 1999.

CERIS, Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, *Desafios do catolicismo na cidade: pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, volume I (a arte de fazer) e volume II (Morar e cozinhar)*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CESAR, Waldo; SCHAULL, Richard. *Pentecostalismo e futuro das Igrejas cristãs*. Petrópolis, São Leopoldo: Vozes, Sinodal, 2000.

CESAR, Waldo. *Urbanização e religiosidade popular: um estudo da função da doutrina pentecostal na sociedade urbana*. In: Revista de Cultura Vozes, n.7. Petrópolis: Vozes, 1973.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CÍCERO, Maço Túlio. *Saber envelhecer e A amizade*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

CLARKE, Patrick Joseph. *Pão e Poesia*. São Paulo: Ave-Maria, 1992.

CNBB, Regional Sul I. *O fenômeno urbano: desafio para a pastoral*. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. *A coordenação pastoral nos centros urbanos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CNBB, Setor de Pastoral Social. *O Grito dos Excluídos*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CNBB. *Exigências Éticas da Ordem Democrática*. doc. 42, São Paulo: Paulinas, 1989.

\_\_\_\_\_. *Ética: Pessoa e Sociedade*, doc. 50. São Paulo: Paulinas, 1998.

COMBLIN, José. *Viver na Cidade*. in: Curso de Verão (8/94). São Paulo: Paulus, 1994, pp. 57 – 97.

\_\_\_\_\_. *Teologia da Cidade*. São Paulo: Paulus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Pastoral urbana: o dinamismo na evangelização*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. in: site da Ordem Franciscana, 05.07.2006, p. 1.  
<http://www.franciscanos.org.br/carisma/artigos/oscristaos11.php>

COSTA, Fernando Braga da. *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

COX, Harvey. *A cidade do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DA MATTA, Roberto. *A casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. 3ª. Ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DE MASI, Domenico. *A Emoção e a Regra: Os Grupos Criativos da Europa de 1850 – 1950*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

DOMEZI, Maria Cecília. *Do corpo cintilante ao corpo torturado: uma Igreja em operação periferia*. São Paulo: Paulus, 1995.

DOMINGUES JR, Paulo Lourenço. *Cooperativa e a Construção da cidadania da população de Rua*. São Paulo: Loyola, 2003.

DOSTOIEVSKY, Fiodor Mikhailovitch. *Les possédés*. tomo II, traduzido do russo por Victor Derély, Paris: Librairie Plon, 1886.

\_\_\_\_\_. *Os irmãos Karamazovi*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DURHAN RIBEIRO, Eunice. *A Caminho da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

DUSSEL, Enrique. *Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes. 1999.

\_\_\_\_\_. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ECKHART, Mestre. *O livro da divina consolação e outros textos seletos*, Petrópolis: Vozes, 1994.

ENGELS, F. *Um punhado de gente pode fazer a revolução?* In: FERNANDES, Florestan (org.), *K. MARX - F. ENGELS: História*. São Paulo: Ática, 1984.

ESPÍN, Orlando O. *A fé do povo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

ESPINAL, Luis. *El grito de um pueblo*. Lima, Ediciones CEP, 1980.

EVDOKIMOV, Paul. *El arte del ícono: teología de la belleza*. Madrid: Publicaciones Claretianas, 1991.

FARIA, Eduardo Galasso. *Fé e compromisso: Richard Shaull e a teologia no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2002.

FENELON RIBEIRO, Déa. (Org.) *Cidades, Pesquisa em História*. São Paulo: Olho D'Água, 1999.

FERNANDES, Florestan (org). *Marx-Engels: História*. São Paulo: Ática, 1984.

FERREIRA, Cláudia Falluh Balduino. *A essência do cuidado: como cuidar de enfermos de AVC*. Aparecida: Santuário, 2005.

FIORI, José Luís. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORONI, Renata Nogueira; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; PINTO, José Marcelino de Rezende. *A vida na Rua sob o olhar de seus moradores*. in: Revista Travessia, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, ano XVII, n. 50, set./dez. 2004, p. 35-42.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.

FRANCO, Augusto de. *Ação local: a nova política da contemporaneidade*. Brasília: Ágora, Instituto de Política, FASE, 1995.

FREHSE, Fraya. *O tempo das Ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

FREI BETTO. *Das catacumbas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *Conscientização*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. 13ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. São Paulo: Global, 2003.
- FURTADO, Celso. *Brasil: A construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FRUGOLI JUNIOR, Heitor. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- GANDHI, Mahatma Mohandas. *Autobiografia: minha vida e minhas experiências com a verdade*. São Paulo: Palas Athena, 1999.
- GESCHÉ, Adolphé; SCOLAS, P. *La sagesse, une chance pour l'esperance?* Paris, Louvain: Cerf, UCL, 1998.
- GESCHÉ, Adolphé. *Le mal: Dieu pour penser I*. Paris: Cerf, 2003. Em português: *O mal, vol. 1*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- \_\_\_\_\_. *L'Homme: Dieu pour penser l'homme II*. Paris: Cerf, 1993. Em português: *O ser humano, vol. 2*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- GIORGETTI, Camila. *Moradores de Rua, uma questão social?* São Paulo: Editora da PUC-SP, 2006.
- GIRARDI, Renée. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Editora Unesp, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- GODBOUT, Jacques T.; CAILLÉ, Alain. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana, ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES FILHO, J. M. *Humilhação Social: um problema político em Psicologia*. In: Revista Psicologia USP, São Paulo: IPUSP, v. 9, n. 2, 1998, p. 11-67.

GONZALES, et alli. *Catolicismo Popular: história, cultura e teologia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. *A questão metropolitana no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

GRACIANI, Maria Stella S. *Pedagogia Social de Rua*. São Paulo: Cortez, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Marx e o Reino da Consciência*. in: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1918/marx-reino-consc.htm>

GRIMBERG, Elisabeth; BLAUTH, Patrícia (orgs.). *Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores*. São Paulo: Pólis, 1998.

GUTIERREZ, Gustavo. *Teología de la Liberación, Perspectivas*. CEP: Lima, 1971. No Brasil: *Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. *A força histórica dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1981.

HARVEY, David. *A justiça social na cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HELLER, Agnes. *A herança da ética marxiana*. In: HOBBSAWN, Eric. *História do marxismo, volume XII, O marxismo hoje (Segunda parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 103-130.

HEMINGWAY, Ernest. *Por quem os sinos dobram?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HENRY, Michel. *Marx: Une philosophie de la réalité (vol. I)*. Paris: Gallimard, 1976.

\_\_\_\_\_. *Marx II, Une philosophie de l'économie (vol. 2)*. Paris: Gallimard, 1976

\_\_\_\_\_. *Voir l'invisible: Sur Kandinsky*. Paris: François Bourin, 1988.

\_\_\_\_\_. *Philosophie et phénoménologie du corps*. 2<sup>ème</sup>. Edition. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

\_\_\_\_\_. *L'essence de la manifestation*, 2eme. Édition. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

\_\_\_\_\_. *Réinventer la culture*. In: *Le Monde des Débats*, n. 11. Paris: Le Monde, Setembro, 1993, p. 3-4.

\_\_\_\_\_. *Parole de Cristo*. Brescia: Queriniana, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOUTART, François. *Religião e modos de produção pré-capitalistas*. São Paulo: Paulinas, 1982.

IANNI, Octávio. *A cidade global*. In: *Revista de Cultura Vozes* 2. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JARDILINO, José Rubens L. *Sindicato dos Mágicos*. São Paulo: CEPE, 1993.

JESUS, Teresa de. *Livro da vida capítulo XXII*. in: *Obras completas*, Lisboa: Ed. Carmelo, 1978.

JOÃO XXIII, Papa. *Encíclica Pacem in Terris*. In: *Documentos de João XIII*. São Paulo: Paulus, 1998.

JOÃO PAULO II, Papa. *Código de Direito Canônico*. São Paulo: Loyola, 1983.

JUSTIÇA E PAZ, Pontifícia Comissão de. *São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.

KOHARA, Luiz Tokuzi. *Rendimentos Obtidos na Locação e Sublocação de Cortiços*. São Paulo: USP, 1998.

KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (orgs.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM e CEDEC, 1986.

KRISTEVA, Julia. *Histoires d'amour*. Paris: Ed. Denoël, 1983.

KUHN, Thomas S. *Qué son las revoluciones científicas? y otros ensayos*. Barcelona: Paidós, 1989.

KUNG, Hans. *Teología para la postmodernidad*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

KUNZ, Frédy (Alfredinho). *A burrinha de Balaão: numa favela brasileira*. São Paulo: Loyola, 1977.

\_\_\_\_\_. *A ovelha de Urias: O grito do justo oprimido*. São Paulo: Loyola, 1978.

\_\_\_\_\_. *À sombra de Nabuco*. São Paulo: Loyola, 1997.

LADRIERE, Jean. *Vie sociale et destinée*. Gembloux: J. Duculot, 1973.

LANTERNARI, V. *As religiões dos oprimidos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEBRET, Louis-Joseph. *Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1951, 52 p. fonte: <http://www.lebret-irfed.org/fr/qui/lebret.html>

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991 (1968).

LELOUP, Jean-Yves. *A Arte da atenção para viver cada instante em sua plenitude*. Verus: Campinas, 2002.

LESBAUPIN, Ivo. *Poder local X Exclusão Social: A experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEVINAS, E. *Totalité et infini: essai sur l' extériorité*. La Haya: Martinus Nijhoff, 1961.

\_\_\_\_\_. *Autrement qu' être ou au-delà de l' essence*. Paris: Livre de Poche, 1990.

LIBANIO, João Batista. *O que é pastoral*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *As lógicas da cidade: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*. São Paulo: Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. *Crer num mundo de muitas crenças e pouca libertação*. São Paulo: Paulinas; Valência: Siquém, 2003.

LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MADURO, Otto. *Mapas para a Festa. Reflexões Latino-Americanas sobre a Crise e o Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MAGNANI, J. Guilherme Cantor; TORRES, L. de Lucca. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp, 1996.

MAGNANI, J. Guilherme Cantor. *Festa no pedaço*. São Paulo: Hucitec, UNESP, 1998.

MARCILIO, Maria Luiza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Instituto Braudel, Imprensa Oficial, 2005.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_. *Revolução ou reformas*, in: REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. vol. 6. São Paulo: Paulus, 2006.

MARICATO, Ermínia et alii. *A Cidade do Pensamento Único*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MARTELLI, Stefano. *A religião na pós-modernidade*. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Carta ao Frei Betto*. In: Boletim Quinzena 168, policopiado. São Paulo: CPV, 31.08.1993.

\_\_\_\_\_. *Para compreender e temer a exclusão social*. In: Revista Vida Pastoral, ano XLV, fascículo 239. São Paulo: Paulus, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Manifesto Comunista*. Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, 2003.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. In: Os Pensadores, vol. XXXV, São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A Ideologia alemã*. São Paulo, Grijalbo, 1977.

MARX, Karl. *Manuscritos de Paris, 3º manuscrito: Dinheiro*. In: Obras, vol. 5, Barcelona: Grijalbo, 1978.

MARX, Karl. *Notas sobre as recentes instruções prussianas relativas à censura*. In: MARX, Karl; ENGELS, F. *Sobre literatura e arte*. 3ª edição. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1986.

MEEKS, Wayne A. *Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1992.

MEYER, Regina Maria Prosperi; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro (orgs.). *São Paulo Metrópole*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19. ed. Petrópolis : Vozes, 1994.

MOISÉS, José Álvaro. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro; Cedec, Paz e Terra, 1985.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas do século XX: o espírito do tempo. Vol I: Neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cultura de massas do século XX: o espírito do tempo. Vol. II: Necrose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- MUÑOZ, Jorge Vicente. *População adulta de Rua, uma proposta de metodologia socioeducativa*, In: Textos em Debate 2, Rio de Janeiro: Nova - Pesquisa e Assessoria em Educação, 1997.
- NAME RIBEIRO, Roberto; BUGARIN, Mirta Noemi Sataka. *Fatores Determinantes e Evolução da Economia Submersa no Brasil*. In: Revista Estudos Econômicos, São Paulo, FIEPE, vol. 33 n. 3, São Paulo, 2003, JEL 017.
- NOUWEN, H. J. M.; MCNEILL, D. P.; MORRISON, D. A. *Compassion, a reflection on the Christian Life*, New York: Image Books Doubleday, 1982. Em português: *Compaixão: reflexões sobre a vida cristã*. São Paulo: Paulus, 1998.
- OGDEN, S. M. *The Reality of God and other essays*. Texas: Southern Methodist University Press, 1992.
- OLIVEIRA, Luciano. *Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, 1997.
- OLIVEIRA, Maria Vany de. *Entre Ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2001.
- PARKER, Christian. *A religiosidade urbana: impacto da urbanização da religião numa sociedade subdesenvolvida*. In: REB março/abril 1993. Petrópolis: Vozes, pp. 283-300.
- PASCAL, Blaise. *Pensées*. Paris: GF-Flamarion, 1976.
- PASTORAL DO POVO DA RUA. *Pastoral do povo da Rua: Vida e Missão*. São Paulo: Loyola, 2003.

- PAULY, Evaldo Luis. *Cidadania e pastoral urbana*. São Leopoldo: Sinodal, 1995.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M. Isaura. *Cultura, sociedade rural e sociedade urbana*. São Paulo: Edusp, 1978.
- PEREIRA, P. *Sobre Dinâmica imobiliária e Metropolização: a nova lógica do crescimento urbano em São Paulo*. In: *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, n. 194 (10). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-10.htm>> [ISSN: 1138-9788].
- PERGOLA, Giuliano Della. *Viver a cidade: orientações sobre problemas urbanos*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PIERUCCI, Flávio H. *Reencantamento e dessecularização*. In: *Novos Estudos CEBRAP* 49, São Paulo: CEBRAP, nov. 1997.
- PIXLEY, Jorge; BOFF, Clodovis. *Opção pelos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- PLATÃO. *Político*. In: *Pensadores*, vol. III. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Brasil, *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília, 2003, in: <http://www.pnud.org.br/atlas>.
- PONTUAL, Pedro. *O papel estratégico do movimento popular*. in: *Revista de Cultura Vozes*, ano 85, vol. 85, novembro/dezembro, n. 6, Petrópolis: Vozes, 1991.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. *Os socialismos no discurso social católico*. São Paulo, Edições Paulinas, 1990.

PRANDI, Reginaldo; PIERUCCI, Antônio Flávio. *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. *Um Sopro do Espírito*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1997.

PRETTO, Hermilo E. *Violência e projetos de sociedade*. In: Revista Vida Pastoral, ano XXIV, fascículo 109, março-abril, pp. 2-6, São Paulo: Paulus, 1983.

\_\_\_\_\_. *A força histórica dos pobres: profecia ou demagogia?* In: Revista Vida Pastoral, ano XXV, fascículo 117, julho-agosto, pp. 31-37, São Paulo: Paulus, 1984.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: Tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

\_\_\_\_\_. *Ciência, razão e paixão*. Belém: EDUEPA, 2001.

QUEIROZ, José J. (org). *A Igreja dos pobres na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

REBAQUE, Fernando Rivas. *Defensor Pauperum: Los pobres em Basílio de Cesárea (homilias VI, VII, VIII y XIVB)*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos. 2005.

RIBEIRO, Darci. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICHARD, Pablo. *Força ética e espiritual da Teologia da Libertação no contexto atual da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2006.

- RICHIR, Marc. *Le corps: essai sur l'interiorité*. Paris: Hatier, 1993.
- RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris, Seuil: Paris, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- ROCHA, Regina (org.). *Participação social: desafios para a democracia contemporânea*. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ROLNIK, Raquel. *São Paulo: Coleção Folha Explica*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *Vidas de Rua*. São Paulo: Editora Hucitec, Rede Rua, 2005.
- ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *Vidas de Rua: destino de muitos*. CD-ROM, Pesquisa documental: reportagens jornalísticas publicadas sobre população de Rua na cidade de São Paulo, de 1970 a 1998. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP (IEE), 1999.
- ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- ROSENDAHL, Zeny. *Hierópolis: o sagrado e o urbano*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.
- SANTIGO, Silvano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 1993.
- SANTOS JR, Orlando Alves dos. *Democracia e governo local: dilemas da reforma municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- SAWAIA, Bader Burihan. *Por que investigo afetividade?* São Paulo: PUC-SP, março de 2000. Concurso para Professor Titular do Departamento de Sociologia da PUC-SP. (Mimeo).
- SHELLER, Max. *Nature et formes de la sympathie: contribution a l'étude des lois de la vie émotionnelle*, Paris: Payot, 1928.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCHILLEBEECHX, Edward. *Por uma Igreja mais humana*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Parerga e Paralipomena*. In: Os Pensadores, vol. XXXI, São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- SCHULZ, Walter. *Filosofia num mundo modificado*. In: BOFF, Leonardo; MULLER, Werner. *Princípio de compaixão e cuidado*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SCHÜNEMANN, Rolf. *Em Busca de Dinamicidade*. (Tese de doutorado) Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1997.
- SCHWANTES, Milton. *Proyectos de Esperanza*. Quito: CLAI Ediciones, 1990.
- SEGUNDO, Juan Luís. *Massas e minorias na dialética divina da libertação*. São Paulo: Loyola, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Libertação da teologia*. São Paulo: Loyola, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Da sociedade à teologia*. São Paulo: Loyola, 1983.
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Prevenção da violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense-Cebrap, 1975.

SINGER, Paul; BRANDT, Vinicius Caldeira (orgs.). *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, São Paulo: CEBRAP, 1980.

SOBRINO, Jon. *O Princípio misericórdia, descer da cruz os povos crucificados*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SOBRINO, Jon; ELLACURRIA, Ignácio. *Mysterium Liberationis, Conceptos fundamentales de la Teología de la liberación*. Vol. I e II, Madrid: Editorial Trotta, 1990.

SOBRINO, Jon; LOIS, Julio; SÁNCHEZ-RIVERA, Juan. *La Teología de la Liberación em América Latina, África y Ásia*. Madrid: PPC, 1998.

SOCIAL, Setor Pastoral – CNBB, *As pastorais sociais na virada do milênio: Análise da conjuntura (1992-1999)*. São Paulo: Loyola, 1999.

SÖLLE, Dorothee. *Sofrimento*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda S. (Orgs.). *A Cidade em Debate*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

SONG, Choan-Seng. *The compassionate God, an exercise in the Theology of Transposition*. London: SCM Press, 1982.

SOUZA, Dominic. *Cultura popular: uma introdução*. São Paulo: Hedra, 1999.

SOUZA, Herbert José. *Construir a utopia: proposta de democracia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *Do Vaticano II a um novo concílio? O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja*. São Paulo: Loyola, 2004.

SOUZA, M. Adélia, et alli. *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Desenvolvimento Urbano: a Problemática Renovação de um 'Conceito-Problema'*. In: Revista Território, ano III, nº 5, jul./dez., Rio de Janeiro: Laboratório de Gestão do Território da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 5-29, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. (Coord.) *Mapa da Exclusão/Inclusão da Cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1996.

SPOSATI, Aldaíza; KAYA, Dirce. (Coords.) *Cartografia Exclusão / Inclusão das Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1996.

SPRANDEL, Márcia Anita, *A pobreza no paraíso tropical, interpretações e discursos sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SÜSS, Günther Paulo. *O catolicismo popular no Brasil: tipologia de uma religiosidade vivida*. São Paulo: Loyola, 1979.

SZACHI, Jerzy. *As utopias ou a felicidade imaginada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

SZMRECSÁNYI, T, QUEDA, O. (orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1976.

TEIXEIRA, Paulo Henrique. *Terceirização*.

<http://www.guiatrabalhista.com.br/obras/terceirizacao.htm>. Acesso: 7.8.2006.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. *Em face do extremo*. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. *Mémoire du mal, tentation du bien: Enquête sur le siècle*. Paris: Robert Laffont, 2000.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRECHEIRO, O. *Notícias do povo da Rua*. São Paulo: Associação Rede Rua, edições de 1991 a 2006.

VARILLON, François. *La souffrance de Dieu*. Paris: Centurion, 1975.

\_\_\_\_\_. *L'humilité de Dieu*. Paris: Centurion, 1974.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Raízes da modernidade: escritos de filosofia VII*. São Paulo: Loyola, 2002.

VELHO, Otávio G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

VIEIRA, Maria Antonieta C.; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *População de Rua: quem é, como vive e como é vista*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

VIEIRA, Padre Antônio. *As lágrimas de Heráclito*. São Paulo: Editora 34, 2001.

VILLAÇA, F. *O espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VV.AA. *Pastoral urbana*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

VV.AA. *Cidade, povo e poder*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1985.

VV.AA. *Cristãos: Como fazer política*. Petrópolis: Vozes, 1987.

VV.AA. *Deus na Cidade: A Pastoral Urbana*. Revista Estudos Bíblicos, fascículo 36. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1992.

VV.AA. *Os ricos no Brasil, Atlas da Exclusão Social*. vol. 3. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Para abrir as Ciências Sociais: Comissão Gulbenkian para reestruturação das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Massas e sociedade civil, notas para um estudo*. In: São Paulo em Perspectiva, vol. 8, n.2, abril-junho, São Paulo: Fundação SEADE, 1994.

WANDERLEY, Luis Eduardo W. *Enigmas do social*, in: BOGUS, Lucia; YASBEK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela (orgs.), *Desigualdade e a questão social*. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Uma proposta inovadora: o público não-estatal*. in: Revista Serviço Social e Sociedade, ano XXVII, fascículo 86, julho, São Paulo: Cortez Editora, 2006, pp. 78-89.

WEIL, Simone. *Attente de Dieu*. Paris: La Colombe, 1950.

\_\_\_\_\_. *La pesanteur et la grace*. Paris: Pocket France, 1993.

WILHEIM, Jorge. *O Substantivo e o Adjetivo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

## ANEXOS

Anexo 1 - Dados estatísticos da Comunidade São Martinho, divididos em 23 questões, com o mapa de tabulação e tabelas de totalização, em 14 páginas.

Anexo 2 - Plano de trabalho da Organização do Auxílio Fraternal para 2006, descrito em 10 páginas.

Anexo 3 - Lista da Rede de proteção à população adulta de rua com os equipamentos sociais da cidade de São Paulo e as ações da SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, órgão da Prefeitura paulistana.

**Q1 Sexo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Masculino"	1179	83,7	87,7	87,7
	2 "Feminino"	166	11,8	12,3	100,0
	Total	1345	95,5	100,0	
Missing	System	63	4,5		
Total		1408	100,0		

Q2 Ano de Nascimento

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1919	1	,1	,1	,1
	1928	1	,1	,1	,1
	1929	1	,1	,1	,2
	1931	2	,1	,1	,4
	1932	1	,1	,1	,4
	1933	1	,1	,1	,5
	1934	1	,1	,1	,6
	1936	4	,3	,3	,9
	1937	3	,2	,2	1,1
	1938	3	,2	,2	1,3
	1939	7	,5	,5	1,9
	1940	3	,2	,2	2,1
	1941	9	,6	,7	2,8
	1942	9	,6	,7	3,4
	1943	15	1,1	1,1	4,6
	1944	8	,6	,6	5,2
	1945	11	,8	,8	6,0
	1946	16	1,1	1,2	7,2
	1947	19	1,3	1,4	8,6
	1948	25	1,8	1,9	10,5
	1949	16	1,1	1,2	11,7
	1950	23	1,6	1,7	13,4
	1951	19	1,3	1,4	14,8
	1952	40	2,8	3,0	17,8
	1953	27	1,9	2,0	19,9
	1954	34	2,4	2,5	22,4
	1955	38	2,7	2,8	25,3
	1956	44	3,1	3,3	28,6
	1957	33	2,3	2,5	31,0
	1958	34	2,4	2,5	33,6
	1959	33	2,3	2,5	36,1
	1960	43	3,1	3,2	39,3
	1961	46	3,3	3,4	42,7
	1962	45	3,2	3,4	46,1
	1963	58	4,1	4,3	50,4
	1964	40	2,8	3,0	53,4
	1965	41	2,9	3,1	56,5
	1966	56	4,0	4,2	60,7
	1967	48	3,4	3,6	64,3
	1968	45	3,2	3,4	67,7
	1969	37	2,6	2,8	70,5
	1970	43	3,1	3,2	73,7
	1971	35	2,5	2,6	76,3
	1972	40	2,8	3,0	79,3
	1973	42	3,0	3,1	82,5
	1974	31	2,2	2,3	84,8
	1975	35	2,5	2,6	87,4
	1976	42	3,0	3,1	90,6
	1977	30	2,1	2,2	92,8
	1978	17	1,2	1,3	94,1
	1979	23	1,6	1,7	95,8
	1980	21	1,5	1,6	97,4
	1981	16	1,1	1,2	98,6
	1982	8	,6	,6	99,2
	1983	3	,2	,2	99,4
	1984	4	,3	,3	99,7
	1985	2	,1	,1	99,9
	1987	2	,1	,1	100,0
	Total	1334	94,7	100,0	
Missing	9999	74	5,3		
Total		1408	100,0		

**Q3 Naturalidade**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "AC"	4	,3	,3	,3
	2 "AL"	45	3,2	3,4	3,7
	3 "AM"	4	,3	,3	4,0
	5 "BA"	139	9,9	10,5	14,5
	6 "CE"	56	4,0	4,2	18,7
	7 "DF"	7	,5	,5	19,2
	8 "ES"	8	,6	,6	19,8
	9 "GO"	8	,6	,6	20,4
	10 "MA"	20	1,4	1,5	21,9
	11 "MG"	141	10,0	10,6	32,6
	12 "MS"	8	,6	,6	33,2
	13 "MT"	3	,2	,2	33,4
	14 "PA"	12	,9	,9	34,3
	15 "PB"	40	2,8	3,0	37,3
	16 "PE"	108	7,7	8,1	45,4
	17 "PI"	29	2,1	2,2	47,6
	18 "PR"	63	4,5	4,7	52,4
	19 "RJ"	48	3,4	3,6	56,0
	20 "RN"	14	1,0	1,1	57,0
	21 "RO"	1	,1	,1	57,1
	22 "RR"	4	,3	,3	57,4
	23 "RS"	21	1,5	1,6	59,0
	24 "SC"	6	,4	,5	59,5
	25 "SE"	15	1,1	1,1	60,6
	26 "SP"	513	36,4	38,7	99,2
	27 "TO"	1	,1	,1	99,3
	28 "Outro país"	9	,6	,7	100,0
		Total	1327	94,2	100,0
Missing	System	81	5,8		
Total		1408	100,0		

**Q4 Mãe**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Conhecida"	1320	93,8	99,1	99,1
	2 "Ignorada"	12	,9	,9	100,0
	Total	1332	94,6	100,0	
Missing	System	76	5,4		
Total		1408	100,0		

**Q5 Pai**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Conhecido"	1156	82,1	87,0	87,0
	2 "Ignorado"	173	12,3	13,0	100,0
	Total	1329	94,4	100,0	
Missing	System	79	5,6		
Total		1408	100,0		

**Q6 Estado Civil**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Solteiro"	847	60,2	64,5	64,5
	2 "Casado"	97	6,9	7,4	71,8
	3 "Viúvo"	29	2,1	2,2	74,0
	4 "Amaziado"	112	8,0	8,5	82,6
	5 "Separado, desquitado, divorciado"	229	16,3	17,4	100,0
	Total	1314	93,3	100,0	
Missing	System	94	6,7		
Total		1408	100,0		

**Q7 Escolaridade**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Analfabeto"	47	3,3	3,6	3,6
	2 "Alfabetizado"	4	,3	,3	4,0
	3 "Ensino fundamental completo"	254	18,0	19,7	23,7
	4 "Ensino fundamental incompleto"	792	56,3	61,4	85,1
	5 "Ensino médio completo"	83	5,9	6,4	91,5
	6 "Ensino médio incompleto"	92	6,5	7,1	98,7
	7 "Universitário completo"	3	,2	,2	98,9
	8 "Universitário incompleto"	14	1,0	1,1	100,0
	Total	1289	91,5	100,0	
Missing	System	119	8,5		
Total		1408	100,0		

**Q7\_1**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1034	73,4	73,4	73,4
1	6	,4	,4	73,9
10	6	,4	,4	74,3
11	54	3,8	3,8	78,1
12	1	,1	,1	78,2
15	1	,1	,1	78,3
2	15	1,1	1,1	79,3
3	20	1,4	1,4	80,8
4	34	2,4	2,4	83,2
5	22	1,6	1,6	84,7
6	7	,5	,5	85,2
7	11	,8	,8	86,0
8	192	13,6	13,6	99,6
9	3	,2	,2	99,9
x	2	,1	,1	100,0
Total	1408	100,0	100,0	

**Q8\_1 Certidao de Nascimento**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1 Sim	404	28,7	28,7	28,7
2 Não	1003	71,2	71,3	100,0
Total	1407	99,9	100,0	
Missing System	1	,1		
Total	1408	100,0		

**Q8\_2 RG**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid 1 Sim	1006	71,4	71,5	71,5
2 Não	401	28,5	28,5	100,0
Total	1407	99,9	100,0	
Missing System	1	,1		
Total	1408	100,0		

**Q8\_3 CIC**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Sim	254	18,0	18,1	18,1
	2 Não	1153	81,9	81,9	100,0
	Total	1407	99,9	100,0	
Missing	System	1	,1		
Total		1408	100,0		

**Q8\_4 Carteira de trabalho**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Sim	157	11,2	11,2	11,2
	2 Não	1250	88,8	88,8	100,0
	Total	1407	99,9	100,0	
Missing	System	1	,1		
Total		1408	100,0		

**Q8\_5 Certidão de casamento**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Sim	38	2,7	2,7	2,7
	2 Não	1368	97,2	97,3	100,0
	Total	1406	99,9	100,0	
Missing	System	2	,1		
Total		1408	100,0		

**Q8\_6 Título de eleitor**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Sim	165	11,7	11,7	11,7
	2 Não	1241	88,1	88,3	100,0
	Total	1406	99,9	100,0	
Missing	System	2	,1		
Total		1408	100,0		

**Q8\_7 Certidão de resevista**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 Sim	65	4,6	4,6	4,6
	2 Não	1342	95,3	95,4	100,0
	Total	1407	99,9	100,0	
Missing	System	1	,1		
Total		1408	100,0		

**Q9 Saúde**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Boa"	721	51,2	58,9	58,9
	2 "Alguns problemas"	275	19,5	22,4	81,3
	3 "Muitos problemas"	132	9,4	10,8	92,1
	4 "Grave"	97	6,9	7,9	100,0
	Total	1225	87,0	100,0	
Missing	System	183	13,0		
Total		1408	100,0		

**Q10 Antes de estar em situação de rua exerceu profissão(ões) em**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0 "Nunca trabalhou"	14	1,0	1,1	1,1
	1 "Ajudante, catador, agricultor, doméstica"	489	34,7	38,4	39,5
	2 "Função não-especializada, motorista, carpinteiro, pintor, s	579	41,1	45,4	84,9
	3 "Função especializada, oficial, serviços escritório"	133	9,4	10,4	95,4
	4 "Funcionário público"	3	,2	,2	95,6
	5 "Vendas, autônomo, camelô"	47	3,3	3,7	99,3
	6 "Profissional liberal"	9	,6	,7	100,0
	Total	1274	90,5	100,0	
Missing	System	134	9,5		
Total		1408	100,0		

**Q11 Atualmente exerce atividade em**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Catador"	89	6,3	7,7	7,7
	2 "Indústria"	6	,4	,5	8,2
	3 "Comércio"	21	1,5	1,8	10,1
	4 "Doméstica em casa alheia"	17	1,2	1,5	11,5
	5 "No próprio lar"	4	,3	,3	11,9
	6 "Profissional liberal"	11	,8	1,0	12,8
	7 "Funcionário Público"	1	,1	,1	12,9
	8 "Agricultura"	2	,1	,2	13,1
	9 "Guardador de carros"	21	1,5	1,8	14,9
	10 "Serviços"	115	8,2	10,0	24,9
	11 "Nenhuma"	867	61,6	75,1	100,0
	Total	1154	82,0	100,0	
Missing	System	254	18,0		
Total		1408	100,0		

**Q12 Último estado onde morou antes de São Paulo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "AC"	1	,1	,1	,1
	2 "AL"	29	2,1	2,4	2,5
	3 "AM"	3	,2	,2	2,7
	5 "BA"	122	8,7	10,1	12,8
	6 "CE"	36	2,6	3,0	15,8
	7 "DF"	16	1,1	1,3	17,1
	8 "ES"	8	,6	,7	17,8
	9 "GO"	16	1,1	1,3	19,1
	10 "MA"	9	,6	,7	19,8
	11 "MG"	132	9,4	10,9	30,7
	12 "MS"	10	,7	,8	31,5
	13 "MT"	13	,9	1,1	32,6
	14 "PA"	16	1,1	1,3	33,9
	15 "PB"	30	2,1	2,5	36,4
	16 "PE"	94	6,7	7,8	44,2
	17 "PI"	22	1,6	1,8	46,0
	18 "PR"	75	5,3	6,2	52,2
	19 "RJ"	82	5,8	6,8	59,0
	20 "RN"	11	,8	,9	59,9
	21 "RO"	2	,1	,2	60,0
	22 "RR"	2	,1	,2	60,2
	23 "RS"	16	1,1	1,3	61,5
	24 "SC"	9	,6	,7	62,3
	25 "SE"	14	1,0	1,2	63,4
	26 "SP"	435	30,9	35,9	99,3
	27 "TO"	2	,1	,2	99,5
	28 "Outro país"	6	,4	,5	100,0
		Total	1211	86,0	100,0
Missing	System	197	14,0		
Total		1408	100,0		

**Q13 Há quantos anos está em situação de rua**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0 "Menos de um ano"	612	43,5	55,0	55,0
	1 "1"	115	8,2	10,3	65,4
	2 "2"	123	8,7	11,1	76,4
	3 "3"	54	3,8	4,9	81,3
	4 "4"	52	3,7	4,7	86,0
	5 "5"	40	2,8	3,6	89,6
	6 "6"	32	2,3	2,9	92,4
	7 "7"	11	,8	1,0	93,4
	8 "8"	12	,9	1,1	94,5
	9 "9"	9	,6	,8	95,3
	10 "10"	23	1,6	2,1	97,4
	11 "mais de 10"	12	,9	1,1	98,5
	12 "mais de 15"	16	1,1	1,4	99,9
	14	1	,1	,1	100,0
	Total	1112	79,0	100,0	
Missing	System	296	21,0		
Total		1408	100,0		

**Q14 Por que está em situação de rua**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Desemprego"	355	25,2	53,1	53,1
	2 "Drogas, álcool"	52	3,7	7,8	60,9
	3 "Ruptura com a família de origem"	81	5,8	12,1	73,1
	4 "Ruptura com mulher e filhos"	58	4,1	8,7	81,7
	5 "Problemas mentais"	20	1,4	3,0	84,7
	6 "Outro"	98	7,0	14,7	99,4
	8	1	,1	,1	99,6
	11	3	,2	,4	100,0
	Total	668	47,4	100,0	
Missing	System	740	52,6		
Total		1408	100,0		

**Q15 Local de residência atual**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Rua"	252	17,9	20,5	20,5
	2 "Albergue"	883	62,7	72,0	92,5
	3 "Quarto alugado"	18	1,3	1,5	94,0
	4 "Casa de parentes"	13	,9	1,1	95,0
	5 "Casa de amigos"	13	,9	1,1	96,1
	6 "Outra"	47	3,3	3,8	99,9
	8	1	,1	,1	100,0
	Total	1227	87,1	100,0	
Missing	System	181	12,9		
Total		1408	100,0		

**Q16 Por que procurou o Serviço Social**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Saúde"	510	36,2	39,6	39,6
	2 "Documentos"	302	21,4	23,4	63,0
	3 "Emprego"	61	4,3	4,7	67,8
	4 "Moradia"	32	2,3	2,5	70,3
	5 "Clínica de recuperação"	21	1,5	1,6	71,9
	6 "Apoio psicológico"	8	,6	,6	72,5
	7 "Indicação"	128	9,1	9,9	82,5
	8 "Outro"	226	16,1	17,5	100,0
Total	1288	91,5	100,0		
Missing	System	120	8,5		
Total		1408	100,0		

**Q17 Tem contato com a família**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	1	,1	,1	,1
	1 "Sim"	534	37,9	48,1	48,2
	2 "Não"	574	40,8	51,7	99,9
	7	1	,1	,1	100,0
	Total	1110	78,8	100,0	
Missing	System	298	21,2		
Total		1408	100,0		

**Q18 Se perdeu o contato com a família, isso foi há quantos anos?**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0 "Menos de um ano"	158	11,2	34,0	34,0
	1 "1"	70	5,0	15,1	49,0
	2 "2"	54	3,8	11,6	60,6
	3 "3"	28	2,0	6,0	66,7
	4 "4"	25	1,8	5,4	72,0
	5 "5"	27	1,9	5,8	77,8
	6 "6"	13	,9	2,8	80,6
	7 "7"	8	,6	1,7	82,4
	8 "8"	12	,9	2,6	84,9
	9 "9"	7	,5	1,5	86,5
	10 "10"	15	1,1	3,2	89,7
	11 "mais de 10"	9	,6	1,9	91,6
	12 "mais de 15"	36	2,6	7,7	99,4
	15	1	,1	,2	99,6
	17	1	,1	,2	99,8
	19	1	,1	,2	100,0
	Total	465	33,0	100,0	
Missing	System	943	67,0		
Total		1408	100,0		

**Q19 Número de filhos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	0	295	21,0	36,8	36,8
	1 "1"	179	12,7	22,3	59,1
	2 "2"	160	11,4	20,0	79,1
	3 "3"	87	6,2	10,8	89,9
	4 "4"	48	3,4	6,0	95,9
	5 "5"	16	1,1	2,0	97,9
	6 "mais de 5"	16	1,1	2,0	99,9
	9	1	,1	,1	100,0
	Total	802	57,0	100,0	
Missing	System	606	43,0		
Total		1408	100,0		

**Q20 Religião**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Evangélica pentecostal"	1	,1	20,0	20,0
	4 "Oriental"	1	,1	20,0	40,0
	6 "Católica"	2	,1	40,0	80,0
	9 "Outra religião"	1	,1	20,0	100,0
	Total	5	,4	100,0	
Missing	System	1403	99,6		
Total		1408	100,0		

**Q21 Cor**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Branca"	171	12,1	37,1	37,1
	2 "Parda"	99	7,0	21,5	58,6
	3 "Preta"	188	13,4	40,8	99,3
	5 "Outra"	3	,2	,7	100,0
	Total	461	32,7	100,0	
Missing	System	947	67,3		
Total		1408	100,0		

**Q22 "Bebida, droga"**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "Sim"	163	11,6	65,2	65,2
	2 "Não"	87	6,2	34,8	100,0
	Total	250	17,8	100,0	
Missing	System	1158	82,2		
Total		1408	100,0		

**Q23 "Ajuda"**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 "bolsa-auxílio do governo"	9	,6	12,3	12,3
	2 "aposentadoria"	17	1,2	23,3	35,6
	3 "particular"	47	3,3	64,4	100,0
	Total	73	5,2	100,0	
Missing	System	1335	94,8		
Total		1408	100,0		

IDADE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	18	2	,1	,1	,1
	20	2	,1	,1	,3
	21	4	,3	,3	,6
	22	3	,2	,2	,8
	23	8	,6	,6	1,4
	24	16	1,1	1,2	2,6
	25	21	1,5	1,6	4,2
	26	23	1,6	1,7	5,9
	27	17	1,2	1,3	7,2
	28	30	2,1	2,2	9,4
	29	42	3,0	3,1	12,6
	30	35	2,5	2,6	15,2
	31	31	2,2	2,3	17,5
	32	42	3,0	3,1	20,7
	33	40	2,8	3,0	23,7
	34	35	2,5	2,6	26,3
	35	43	3,1	3,2	29,5
	36	37	2,6	2,8	32,3
	37	45	3,2	3,4	35,7
	38	48	3,4	3,6	39,3
	39	56	4,0	4,2	43,5
	40	41	2,9	3,1	46,6
	41	40	2,8	3,0	49,6
	42	58	4,1	4,3	53,9
	43	45	3,2	3,4	57,3
	44	46	3,3	3,4	60,7
	45	43	3,1	3,2	63,9
	46	33	2,3	2,5	66,4
	47	34	2,4	2,5	69,0
	48	33	2,3	2,5	71,4
	49	44	3,1	3,3	74,7
	50	38	2,7	2,8	77,6
	51	34	2,4	2,5	80,1
	52	27	1,9	2,0	82,2
	53	40	2,8	3,0	85,2
	54	19	1,3	1,4	86,6
	55	23	1,6	1,7	88,3
	56	16	1,1	1,2	89,5
	57	25	1,8	1,9	91,4
	58	19	1,3	1,4	92,8
	59	16	1,1	1,2	94,0
	60	11	,8	,8	94,8
	61	8	,6	,6	95,4
	62	15	1,1	1,1	96,6
	63	9	,6	,7	97,2
	64	9	,6	,7	97,9
	65	3	,2	,2	98,1
	66	7	,5	,5	98,7
	67	3	,2	,2	98,9
	68	3	,2	,2	99,1
	69	4	,3	,3	99,4
	71	1	,1	,1	99,5
	72	1	,1	,1	99,6
	73	1	,1	,1	99,6
	74	2	,1	,1	99,8
	76	1	,1	,1	99,9
	77	1	,1	,1	99,9
	86	1	,1	,1	100,0
	Total	1334	94,7	100,0	
Missing	System	74	5,3		
Total		1408	100,0		



## MAPA DE TABULAÇÃO - Comunidade São Martinho

### q1- Sexo

- 1 "Masculino"
- 2 "Feminino"/

### q2- Ano de nascimento (digitar)

### q3- Naturalidade

- 1 "AC"
- 2 "AL"
- 3 "AM"
- 4 "AP"
- 5 "BA"
- 6 "CE"
- 7 "DF"
- 8 "ES"
- 9 "GO"
- 10 "MA"
- 11 "MG"
- 12 "MS"
- 13 "MT"
- 14 "PA"
- 15 "PB"
- 16 "PE"
- 17 "PI"
- 18 "PR"
- 19 "RJ"
- 20 "RN"
- 21 "RO"
- 22 "RR"
- 23 "RS"
- 24 "SC"
- 25 "SE"
- 26 "SP"
- 27 "TO"
- 28 "Outro país"/

### q4 - Mãe

- 1 "Conhecida"
- 2 "Ignorada"/

### q5- Pai

- 1 "Conhecido"
- 2 "Ignorado"/

### q6- Est. Civil

- 1 "Solteiro"
- 2 "Casado"
- 3 "Viúvo"
- 4 "Amasiado"
- 5 "Separado, desquitado, divorciado"/

### q7- Escolaridade

- 1 "Analfabeto"
- 2 "Alfabetizado"
- 3 "Ensino fundamental completo"
- 4 "Ensino fundamental incompleto"
- 5 "Ensino médio completo"
- 6 "Ensino médio incompleto"
- 7 "Universitário completo"
- 8 "Universitário incompleto"/

### q8- Documentos (PODE MARCAR VÁRIOS)

- 1 "Certidão de nascimento"
- 2 "RG"
- 3 "CPF"
- 4 "Carteira de Trabalho"
- 5 "Certidão de casamento"
- 6 "Título de Eleitor"
- 7 "Certificado de Reservista"/

### q9- Saúde

- 1 "Boa"
- 2 "Alguns problemas"
- 3 "Muitos problemas"
- 4 "Grave"/

### q10- Antes de estar em situação de rua exerceu profissão(ões) em

- 0 "Nunca trabalhou"

- 1 "Ajudante, catador, agricultor, doméstica"
- 2 "Função não-especializada, motorista, carpinteiro, pintor, sapateiro"
- 3 "Função especializada, oficial, serviços escritório"
- 4 "Funcionário público"
- 5 "Vendas, autônomo, camelô"
- 6 "Profissional liberal"

**q11- Atualmente exerce atividade em**

- 1 "Catador"
- 2 "Indústria"
- 3 "Comércio"
- 4 "Doméstica em casa alheia"
- 5 "No próprio lar"
- 6 "Profissional liberal"
- 7 "Funcionário Público"
- 8 "Agricultura"
- 9 "Guardador de carros"
- 10 "Serviços"
- 11 "Nenhuma"/

**q12- Último estado onde morou antes de São Paulo**

- 1 "AC"
- 2 "AL"
- 3 "AM"
- 4 "AP"
- 5 "BA"
- 6 "CE"
- 7 "DF"
- 8 "ES"
- 9 "GO"
- 10 "MA"
- 11 "MG"
- 12 "MS"
- 13 "MT"
- 14 "PA"
- 15 "PB"
- 16 "PE"
- 17 "PI"

- 18 "PR"
- 19 "RJ"
- 20 "RN"
- 21 "RO"
- 22 "RR"
- 23 "RS"
- 24 "SC"
- 25 "SE"
- 26 "SP"
- 27 "TO"
- 28 "Outro país"/

**q13- Há quantos anos está em situação de rua**

- 0 "Menos de um ano"
- 1 "1"
- 2 "2"
- 3 "3"
- 4 "4"
- 5 "5"
- 6 "6"
- 7 "7"
- 8 "8"
- 9 "9"
- 10 "10"
- 11 "mais de 10"
- 12 "mais de 15"/

**q14- Por que está em situação de rua**

- 1 "Desemprego"
- 2 "Drogas, álcool"
- 3 "Ruptura com a família de origem"
- 4 "Ruptura com mulher e filhos"
- 5 "Problemas mentais"
- 6 "Outro"/

**q15- Reside atualmente em**

- 1 "Rua"
- 2 "Albergue"
- 3 "Quarto alugado"
- 4 "Casa de parentes"

5 "Casa de amigos"

6 "Outra"/

**q16- Por que procurou o Serviço Social**

1 "Saúde"

2 "Documentos"

3 "Emprego"

4 "Moradia"

5 "Clínica de recuperação"

6 "Apoio psicológico"

7 "Indicação"

8 "Outro"/

**q17- Tem contato com a família?**

1 "Sim"

2 "Não"

**q18- Se perdeu o contato com a família, isso foi há quantos anos?**

0 "Menos de um ano"

1 "1"

2 "2"

3 "3"

4 "4"

5 "5"

6 "6"

7 "7"

8 "8"

9 "9"

10 "10"

11 "mais de 10"

12 "mais de 15"/

**q19- Filhos**

0 nenhum

1 "1"

2 "2"

3 "3"

4 "4"

5 "5"

6 "mais de 5"

**q20- Religião**

1 "Evangélica pentecostal"

2 "Protestante tradicional"

3 "Afro-brasileira"

4 "Oriental"

5 "Espírita"

6 "Católica"

7 "Islâmica"

8 "Religião própria"

9 "Outra religião"

10 "Não tenho religião"

**q21- Cor**

1 "Branca"

2 "Parda"

3 "Preta"

4 "Amarela"

5 "Outra"/

**q22- Contato atual com bebida/droga**

1 "Sim"

2 "Não"

**q23- Recebe ajuda de terceiros**

1 "bolsa-auxílio do governo"

2 "aposentadoria"

3 "particular"

## Plano de Trabalho para OAF - 2006

**MISSÃO – desenvolver e implantar projetos e ações sócio-educativas que promovam reconhecimento dos direitos fundamentais, a organização e a emancipação da população de rua, jovens em situação de riscos e catadores de materiais recicláveis.**

O ano de 2005 trouxe muitos avanços nas ações da OAF. Muitas dos projetos iniciados terão continuidade, outros serão concluídos e ainda outros se iniciarão.

O convênio firmado com Ministério do Desenvolvimento Social –MDS - terá a prestação de contas finalizada no mês de abril.

Outro projeto de porte firmado com a Petrobrás será implantado, para a criação de uma Rede de Comercialização entre os catadores das regiões do centro de São Paulo, Alto Tietê e Baixada Santista, denominada Cata-Sampa.

Com um convênio firmado com Ministério do Meio Ambiente, intensificaremos o processo de Capacitação e Formação de catadores e catadoras da Região Metropolitana de São Paulo.

Para a execução e monitoramento dos Projetos, se formarão equipes próprias.

Neste ano daremos uma atenção especial aos projetos de inclusão produtiva para a população de rua e a articulação da População de Rua em um Movimento Nacional.

Os Caminhos Produtivos se estruturarão como fonte de trabalho e renda, e se ampliarão para outros núcleos de produção.

Para a ampliação das ações com a população de rua teremos recursos vindos da Fundação Luterana para o projeto Saindo das Ruas.

A Diretoria seguirá na consolidação de uma administração pró-ativa e de resultados, dando continuidade ao programa iniciado para o sistema de gestão contábil e da promoção institucional da OAF.

Neste ano contaremos com três estagiários: contabilidade, administração e serviço social.

Através de um contrato de parceria com a Délégation Catholique pour la Coopération - França, teremos até novembro a participação de um voluntário.

### **Atuação junto ao Fórum Nacional de Estudos da População de Rua**

Incentivo e apoio às metas do Fórum neste ano:

- Assessorar a Comissão Nacional dos Catadores;
- Acompanhamento do Programa de Coleta Seletiva Solidária na cidade de São Paulo e colaborar com outros municípios do Estado.
- Articulação da Pastoral Nacional do Povo da Rua;
- Apóio ao Movimento Nacional de Luta e Defesa da População de Rua.

### **Ações**

1 – Participar na articulação nacional que visa a organização dos comitês regionais e realização de eventos com envolvimento de secretarias do estado e município, parlamentares, entidades parceiras, agentes sociais, representantes regionais, estaduais e da sociedade civil.

2 – Realização de encontros Catadores com objetivo de mobilização e organização da categoria

- Ampliação do Comitê Metropolitano com a participação das cidades do ABC, Alto Tietê, Guarulhos, Embú e Osasco (em formação).
- Coordenação da capacitação dos/as catadores/as da zona central da cidade e da região do Alto Tietê (Poá, Suzano, Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquetuba) através do Projeto com o Fundo Nacional do Meio Ambiente.
- Encontros de Capacitação para a População de Rua.
- Encontros Regionais da Pastoral do Povo da Rua.

### **Destaque:**

- Criação da ESCOLA VIVA - através do Núcleo OAF Geração Educação-Meio Ambiente e Planejamento .

### **Atuação junto aos Fóruns Locais**

Incentivo e apoio às atividades por ele desenvolvidas e fortalecimento das ações com a população de rua que estejam alinhadas com metodologias educativas, participativas e emancipatórias.

### **Atuação junto ao Fórum de Entidades que Trabalham com a População de Rua**

- Propor e apoiar ações de caráter político no Fórum, participando dos diálogos intersetoriais junto ao poder público estadual e municipal.
- Propor, apoiar e participar da formulação de programas educativos mais eficientes e efetivos com objetivo de promover reconhecimento à população de rua e seus direitos.
- Acompanhar, propor e apoiar iniciativas que visem o cumprimento da lei de atenção à população de rua e a criação de programas alternativos, principalmente na área de moradia provisória como alternativa aos albergues públicos e geração de renda com atividades variadas além do catador.

### **Atuação junto ao Fórum Lixo e Cidadania do Estado e da Cidade de São Paulo**

- Acompanhamento em parceria com a Secretaria de Obras Públicas da Cooperecentro (Central de Reciclagem e Coleta Seletiva para a área central da cidade), junto com Coopamare, Coopel, Recifran, Centro Gaspar Garcia e Província Franciscana.

### **Ações específicas de apoio e disseminação da Metodologia**

- Participar de reuniões, assembleias e seminários de estudos para formação de técnicos que trabalham com a população de rua, promovidas pelo poder público, universidade ou grupos de trabalho.
- Discussão de programas específicos, como rede de serviços informatizada, num esforço de ação conjunta do estado e município.
- Discussão de alternativas de moradia provisória
- Consolidação de metodologia desenvolvida pela OAF através de ações previstas na Lei de Atenção à População de Rua.

### **Plano para as diversas áreas de atuação dos programas**

#### **1. CONVIVÊNCIA**

##### **1. Projeto “A casa acolhe a rua”**

###### **1.1 Centro Comunitário**

**Objetivo:** Proporcionar local de encontro para as pessoas em situação de rua, visando a mútua ajuda e a formação de grupos permanentes para reflexão da vida. Suporte na busca de solução dos problemas pessoais, principalmente trabalho e moradia, desenvolvendo a solidariedade entre as pessoas.

**Local:** Rua dos Estudantes, 549.

**Ações:** Reuniões para refletir a situação das pessoas que se encontram em situação de rua.

- Organizações de atividades que facilitem a humanização e socialização.
- Organização de atividades de lazer: música, celebração de aniversários, jogos, passeios.
- Promover encontros dos grupos, a fim de discutir problemas comuns, através de filmes, vídeos, e programas de TV.
- Criação de grupo de discussão de propostas de saída da moradia provisória para uma moradia permanente.
- Encontro com participantes do mocó vizinho. (bate-papo, higiene pessoal, música e lazer).

### **1.2 Programa Moradia Provisória**

**Objetivo:** Instalar pequenos grupos de moradores de rua organizados em moradias com gestão comunitária e de forma auto sustentada.

**Local:** vários endereços na região da baixada do Glicério uma casa na região de Pinheiros.

Modalidades: República e moradia comunitária.

**Ações:** Reuniões de avaliação e planejamento reforma, conservação, mutirão e organização da auto-gestão.

- Coordenação do projeto de moradia provisória abrange a região do Glicério; com equipe técnica exclusiva e em parceria com a Associação Minha Rua Minha Casa.
- Apresentação junto à Secretaria da Habitação de proposta que amplie moradia para catadores(as) de materiais recicláveis, através do Programa Bolsa Aluguel e de unidades habitacionais na forma de locação social.

#### **Destaque:**

. Estudar junto a Secretaria da Assistência e Secretaria da Saúde a implantação de um Centro de Atendimento Psico-social para funcionar junto com o programa das moradias.

. Acompanhamento de um grupo de catadores que se inscreveram no Programa de Crédito Solidário, junto ao Ministério das Cidades para a construção de 162 moradias populares, para as famílias de catadores da Coopamare, Recifran, Coopel e Coopere-centro.

## **2. TRABALHO**

### **2.1 Oficina Escola “A arte que vem da rua “ - marcenaria e mosaico**

**Objetivo:** Desenvolver a oficina de arte e reciclagem, tendo em vista a educação para o trabalho de jovens, filhos de catadores ou ex-moradores de rua e jovens em situação de risco social e de adultos em situação de rua.

**Local:** Galpões situados à Rua dos Estudantes, 483 e 471 fundos.

**Ações:** Participação em eventos fora da marcenaria, manutenção da casa Cor da Rua, ampliação de artesanato em mosaico e madeira.

**Destaque:**

- . Estruturação do Projeto “A arte que vem da rua”, visando sua autonomia, tendo na casa Cor da Rua um espaço privilegiado de atendimento ao público e disseminação da metodologia de trabalho.
- . Criação de um Site e um Logo para a Cor da Rua.

**2.2 Oficina Escola de Reciclagem “COOP’ART’ e Centro de Educação Ambiental”.**

**Objetivo:** Desenvolver em parceria com profissionais especialistas e com a COOPAMARE, oficina e curso de capacitação para a confecção de papel artesanal e educação para o trabalho na reciclagem. Comercializar papel e objetos trazidos pelos catadores/as e gerar trabalho e renda para jovens, filhos de catadores ou de famílias de baixa renda.

**Local:** ao lado da sede da Coopamare à Rua Galeno de Almeida.

**Ações:** Planejamento e montagem do curso. Planejamento e montagem da oficina de produção. Comercialização de produtos reciclados e aqueles trazidos pelos catadores/as. Recepção de visitas agendadas de catadores de outras cooperativas, estudantes e sociedade em geral.

- **Destaque:** criação de programa de Inclusão Digital em parceria com a ANTEAG e o Consulado da Alemanha.
- Participação da RUARTE, grupo de comercialização de objetos produzidos nas oficinas escolas, formado pelas ONG’s que trabalham com a população de rua.
- Ampliação do espaço para outras oficinas (alfabetização e atualização escolar, reaproveitamento de materiais recicláveis) e recepção de grupos de visitas agendadas.
- Readequação do Espaço para funcionamento do sebo no espaço da Oficina Escola.

**2.3 Coopamare**

**Objetivo:** apoio à expansão e consolidação da Cooperativa dos Catadores de Papel, que presta serviços à categoria, seus sócios e à comunidade.

**Local:** Sede da Coopamare à Rua Galeno de Almeida, 659.

**Ações:** Colaboração no planejamento estratégico da Cooperativa e apoio pedagógico nas ações com os catadores externos e cooperados. Apoio nas ações operacionais e administrativas. Apoio na celebração de parcerias para o desenvolvimento dos programas da cooperativa. Apoio na articulação regional dos catadores e para a criação da central de reciclagem.

### **Destaque:**

- Buscar legalização da cessão de área.
- Disseminar a proposta de organização de cooperativas.
- Iniciar um processo de descentralização do trabalho com os cooperados e com os catadores avulsos, sendo eles maioria moradores de rua. Este programa será realizado no Galpão ao lado da Oficina Escola.

### **2.4 Caminhos Produtivos**

**Objetivo:** inclusão produtiva, cidadania e solidariedade de pessoas em situação de Rua da Várzea do Glicério.

Local: Rua Dr. Lund, 361

*Grupo Mutirão* – serviços de jardinagem e paisagismo.

*Grupo Nova Geração* – produção de doces e salgados.

*Grupo Limpa Bem* – produção artesanal de produtos de limpeza.

### **Metodologia:**

Caráter de processo, respeito às necessidades pessoais e a conquista de autonomia. Busca juntamente com os princípios da economia solidária e do cooperativismo fortalecer a autonomia dos empreendimentos e de redes de consumo solidário.

### **Ações:**

- . Formação e capacitação profissional para o trabalho em empreendimentos solidários.
- . Elaboração de plano de negócios solidários e estudo de viabilidade econômica.
- . Encontros com parceiros para estabelecer uma rede de consumo solidário.

## **DIREITO DE TER DIREITO**

### **Objetivo:**

Prestação de Assistência jurídica pro bono as pessoas que vivem nas ruas, que estejam saindo dela ou que não tem condição de pagar um advogado.

Local: Rua dos Estudantes, 549.

### **Ações:**

- . Consultas, orientações e encaminhamentos judiciais são realizadas quinzenalmente as quartas feiras no centro comunitário do projeto "A casa acolhe a rua".

### **3. MISSÃO COM O POVO DA RUA**

#### **3.1 Eventos**

**Objetivo:** afastamento do cotidiano para uma reflexão sobre a vida e para a busca de uma melhor significação para a mesma.

**Local:** Casa de Oração do Povo da Rua, rua e outros grupos.

**Ações:** ações de evangelização e reflexão em grupos. Encontros estudos da bíblia. Programação e celebração de festas em datas significativas para o grupo. Celebração do tempo da quaresma, páscoa, natal e outras festas religiosas. Atividades culturais como exibição de filmes, vídeos, teatro e encenação com o grupo.

**Destaque:** Missão na Rua feita com equipe missionária formada pelos participantes da Escola do Serviço do Senhor (povo da rua e agentes de pastoral)

#### **3.2 Pastoral do Povo da Rua**

**Objetivo:** Colaborar com o Vicariato do Povo da Rua e na articulação da pastoral na cidade e na articulação da Pastoral Nacional do Povo da Rua.

**Local:** Casa de Oração do Povo da Rua à Rua Djalma Dutra n. 03 – Bairro da Luz.

**Ações:** Participação nos programas da pastoral. Estar em contato com a população de rua em seu próprio ambiente, ruas, praças, feiras, etc. e travar conhecimento com pessoas que não chegam até o centro Comunitário, Casa de Oração e outros locais de encontro.

- Intensificar a formação dos participantes da Escola do Serviço do Senhor;
- Formação e aprofundamento da equipe missionária da Casa de Oração;

#### **Destaque:**

- Encontro Regional de Agentes de Pastoral e População de Rua.

### **VOLUNTÁRIOS**

#### **4.1 Socialização**

**Objetivo:** promover a integração e a formação dos voluntários que colaboram com as diversas ações da OAF para que alcancem maior satisfação e eficácia nos trabalhos que realizam.

**Local:** em todos os projetos da OAF.

**Ações:** Reuniões de integração e de planejamento dos trabalhos da OAF. Acolhimento a novos colaboradores e introdução dos mesmos em trabalhos específicos.

## **4.2 Formação**

**Objetivo:** Proporcionar trabalho e reflexão sobre o mesmo como pedagogia para sua formação, tornando-os educadores sociais efetivamente conscientes da realidade do povo da rua.

**Local:** locais de trabalho e sede da OAF

**Ações:** Cursos de capacitação, encontros de formação e supervisão, através da permanente reflexão sobre as ações em que estão engajadas, reuniões para estudos e ciclo de debates.

## **5. NÚCLEO DE ESTUDOS, COMUNICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO**

### **5.1 Estudos**

**Objetivo:** Desenvolver estudos e estimular a reflexão sobre a realidade do povo da rua e as causas condicionantes desta situação. Divulgar trabalhos e contribuir para a conscientização sobre a realidade da rua.

**Local:** sede da OAF e outros.

**Ações:** Elaborar textos de análise e de reflexão sobre a realidade e o trabalho com o povo da rua. Elaborar subsídios para a reflexão e para o trabalho com as pessoas em situação de rua. Estabelecer contatos e trabalhos com grupos de reflexão que atuam na mesma área. Promover a participação em seminários e outros encontros. Sistematizar a metodologia de trabalho e a experiência da OAF.

#### **Destaque:**

- Promover encontros mensais para aprofundamento da metodologia com técnicos e voluntários integrantes dos vários projetos.
- Supervisão quinzenal com os técnicos da Associação Minha Rua Minha Casa, da Casa acolhe a Rua.
- Criação de um programa de comunicação para OAF (assessoria de imprensa e boletim).
- Conclusão do Planejamento estratégico da OAF e de seus projetos.
- Grupo de Estudos com reuniões quinzenais para aprofundamento de temas que subsidiem a prática do cotidiano.

### **5.2 Comunicação e Documentação**

**Objetivos:** Manutenção e ampliação do acervo de publicações de estudos, reflexões e de documentos informativos sobre a realidade e sobre os trabalhos que são desenvolvidos com a população de rua.

**Local:** Sede da OAF

**Ações:** Coleta, obtenção e arquivamento de documentação e informes relevantes; matérias veiculadas por jornais, revistas e TV, relacionadas com o povo que vive nas ruas. Documentação de encontros promovidos pela OAF. Documentação da metodologia e experiências realizadas.

## **Destaque:**

## **6. AÇÃO POLÍTICA**

### **6.1 Poder Público**

**Objetivo:** Agir junto aos poderes executivo e legislativo visando a defesa dos direitos e necessidades da população em situação de rua.

**Local:** diversos órgãos públicos constituídos.

#### ***Ações:***

Celebrar convênios e programas de parceria com os poderes executivos em seus vários níveis para ações junto à população de rua e catadores de materiais recicláveis. Assessorar órgãos de governo na formulação de políticas e programas específicos. Colaborar com poderes legislativos para a elaboração de legislação que contribua para a superação dos problemas desta população. Manifestar junto aos poderes constituídos, posição em defesa dos interesses da população que vive nas ruas e dos catadores, sempre que as circunstâncias o exigirem.

### **6.2 Sociedade Civil**

**Objetivo:** Participar de ações com agentes da sociedade civil, procurando a formação de opiniões conseqüentes e socialmente responsáveis relativas à realidade da população em situação de rua.

**Local:** Vários

**Ações:** Participação do Fórum de Organizações que Trabalham com a população de Rua numa posição de defesa dos processos emancipatórios da população de rua. Contatos com órgãos de comunicação sempre que solicitado. Assessoria a entidades ou movimentos que se organizem para

atuar junto à população de rua nas áreas pedagógicas, educacionais, associativas e em projetos.

## **7. PARCERIAS**

**Objetivo:** Juntar esforços com entidades ou organismos de governo buscando a complementação de competências em ações conseqüentes em favor da população de rua.

**Local:** sede da OAF ou sede de parceiros.

**Ações:** Buscar ampliar o número de parceiros ampliando e diversificando as ações da OAF. Colaborar para o alcance da autonomia administrativa e financeira da AMRMC. Participar em ações da diretoria, trabalho voluntário e subprojetos da AMRMC.

**Destaques:**

- . Apoio e intercâmbio entrem a entidade italiana “Rete Radiee di Quarrata” na Oficina Escola Arte que vem da Rua e da casa Cor da Rua.
- . Intercâmbio entre La Cooperativa “Ravignala” de Reggio Emilia – Itália, Oficina Escola a Arte que vem da Rua e casa Cor da Rua.
- . Intercâmbio com a Délégation Catholique pour la Coopération – França.
- . Apoio e intercâmbio com PESC – Programa de Extensão da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.
- . Apoio do Escritório Medina e Garcia Advogados para assistência jurídica a população de rua e catadores.

São Paulo, 22 de março de 2006.

Arthur Wolkovier  
Diretor Presidente - OAF

## **REDE DE PROTEÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA DE RUA**

Dentro do programa São Paulo Protege População Adulta, a SMADS iniciou a reestruturação da rede de Albergues e Abrigos Especiais para proporcionar um acolhimento mais humano, ágil e transparente aos serviços, sem redução de vagas. Em 2005, três albergues foram reestruturados: Portal do Futuro, Espaço Luz e Nova Conquista.

Para 2006, está prevista a instalação de 6 novos albergues com núcleo de serviços em São Mateus, São Miguel, Mooca, Lapa, Santana e Aricanduva, consolidando a oferta de vagas para além da região central. O programa prevê também ampliação das Moradias Provisórias e intensificação de parcerias para a qualificação profissional e as frentes de trabalho.

A Proteção Social Especial da SMADS tem hoje capacidade para 9.900 atendimentos/dia. O aumento do número de vagas nos 35 Albergues e Abrigos Especiais (de 6.700 para 7.700) foi possível, graças à incorporação de mil vagas emergenciais da Operação Frentes Frias à rede. Em anos anteriores, as vagas emergenciais eram fechadas com o término da operação. Em 2005 foram incorporadas à rede da SMADS. Cerca de mil moradores de rua passaram a dormir nos albergues todos os dias.

## **REDE DE PROTEÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA DE RUA**

### **ALBERGUES E ABRIGOS**

**FUNCIONAMENTO:** 24 horas por dia, ininterruptamente.

**CONVENCIMENTO:** equipes técnicas e agentes de proteção fazem a abordagem ao morador em situação de rua para levá-lo a um dos equipamentos.

**PRINCIPAIS PONTOS DE CONCENTRAÇÃO:** as principais praças da região central (Sé, República, Patriarca, Anhangabaú e Largo de São Francisco) e adjacências do Mercado Municipal.

### **EQUIPES:**

- **31 CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) regionais:** fazem a abordagem dos moradores em situação de rua que vivem nos bairros dentro da alçada da própria subprefeitura a qual pertencem.

- **5 bases de agentes de proteção:** Sé, Pinheiros, Mooca, Santana e Lapa. TOTAL: 60 pessoas.

- **CAPE (Central de Atendimento Permanente e de Emergência):** funciona 24 horas por dia, ininterruptamente. São 4 equipes, com 8 pessoas cada, mais coordenação. TOTAL: 39 pessoas.

**NÚMERO (de acordo com pesquisa da Fipe/03):** 10.400 moradores em situação de rua. Está sendo planejado um novo censo.

**PERFIL DOS MORADORES:** muitos têm problemas mentais e necessitam, portanto, de um acompanhamento de agentes da saúde. Geralmente eles têm alto comprometimento com álcool, sofreram perdas recentes (emprego e/ou família) e os que não têm estrutura alguma na cidade (migrantes que não têm emprego nem dinheiro para voltar ao seu lugar de origem).

**EQUIPAMENTOS: 9 Albergues (noturnos):** oferecem banho, jantar, pernoite e café-da-manhã.

**LYGIA JARDIM**

Rua São Domingos, 3951  
Bela Vista  
lygiajardim@bol.com.br  
Subprefeitura: Sé

**ALBERGUE ESPAÇO LUZ**

Pça. Princesa Isabel, 7577  
Campos Elíseos  
Subprefeitura: Sé

**PROJETO OFICINA BORACEA**

Rua Norma Pieruccine Gianotti, 77  
Subprefeitura: Sé

**POUSADA NA ESPERANÇA**

Rua Isabel Schimidt, 489  
Santo Amaro  
pousadadaesperanca@terra.com.br  
Subprefeitura: Santo Amaro

**SANTO DIAS**

Rua Suzana Rodrigues, 135  
Santo Amaro  
nucleodevivencia@terra.com.br  
Subprefeitura: Santo Amaro

**CASA DE ABRIGO S. FCO. DE ASSIS**

Rua Antonio Santos Neto, 40  
Santana  
casafassis@terra.com.br  
Subprefeitura: Santana

**COR-AÇÃO**

Av. Alcântara Machado, 91  
Brás  
corfamilia@uol.com.br  
Subprefeitura: Mooca

**SÃO CAMILO I**

Av. Celso Garcia, 3316/2440  
Mooca  
sbscalbergue@terra.com.br  
Subprefeitura: Mooca

**ALBERGUE NOVA CONQUISTA**

Rua Guilherme Oliveira de Sá, 795  
Subprefeitura: Ermelino Matarazzo

- **17 Albergues com Núcleos de Serviços (24 horas):** com atividades sócio-educativas durante o dia.

**CIRINEU**

Rua Santo Amaro, 216  
Bela Vista  
institutocirineui@terra.com.br  
Subprefeitura: Sé

**COM. METODISTA**

Vd. Pedrosos, 111  
Bela Vista  
comunidadepovoderua@terra.com.br  
Subprefeitura: Sé

**PORTAL DO FUTURO**

Rua Deocleciano, 295  
Luz  
croph@uol.com.br  
Subprefeitura: Sé

**São Francisco**

Rua Teixeira Leite, 99  
Glicério  
albergue@franciscanos.org.br  
Subprefeitura: Sé

**SOLIDARIEDADE – ABECAL**

Av. Eng Armando A Pereira, 1392  
Jabaquara  
albergueabecal@globo.com  
Subprefeitura: Jabaquara

**ESTAÇÃO BEM ESTAR**

Av. Tancredo Neves, 270

Ipiranga

ihdi@uol.com.br

Subprefeitura: Ipiranga

**ESTAÇÃO VIVÊNCIA**

Rua Pedro Vicente, 421

Canindé

estacaovivencia@uol.com.br

Subprefeitura: Mooca

**UEZE ZAHRAN**

Rua Com. Nestor Pereira, 75

Canindé

marilisamrocha@hotmail.com

Subprefeitura: Mooca

**SÃO LAZARO**

Rua José de Alencar, 104/108

Brás

alberguesaolazaro@hotmail.com

Subprefeitura: Mooca

**CASA DE SIMEÃO**

Rua Assunção, 480

Brás

socialsimeao@terra.com.br

Subprefeitura: Mooca

**SÃO CAMILO II**

Rua Ivai, 187

Mooca

sbalbergue@terra.com.br

Subprefeitura: Mooca

**SEMEANDO CIDADANIA**

Rua Mateo Bei, 1409

São Mateus

Subprefeitura: São Mateus

**PORTO CIDADÃO**

Rua Embarié, 100

Vila Prudente

albergueportocidadao@terra.com.br

Subprefeitura: Vila Prudente

**VILA ESPERANÇA**

Rua Evans, 880

Penha

larditosos@ig.com.br

Subprefeitura: Penha

**ZANCONE**

Av. Imperatriz Leopoldina, 1335

Lapa

rogacionista@uol.com.br

Subprefeitura: Lapa

**LAR TRAVESSIA**

R: Cláudio Soares, 144

Pinheiros

lactraversia@ig.com.br

Subprefeitura: Pinheiros

**COR ALBERGUE ESPERANÇA**

Rua Cardeal Arco Verde, 3041

Pinheiros

coresperanca@terra.com.br

Subprefeitura: Pinheiros

- **9 Abrigos Especiais:** voltados para segmentos específicos (idosos, mulheres com ou sem filhos, migrantes) e para as pessoas que necessitam de cuidados especiais de saúde após alta hospitalar da rede pública.

**CASA DE CUIDADOS LAR TRANSITÓRIO BATUIRA**

Rua Maria José, 311

Subprefeitura: Sé

**ABRIGO DOM BOSCO – p/ catadores**

Alameda Dino Bueno, 735

Campos Elíseos

social@lcj.com.br

Subprefeitura: Sé

**CASA DO MIGRANTE**

Rua Almirante Maurity, 70

Liberdade

assocavim@terra.com.br

Subprefeitura: Sé

**PROJETO OFICINA BORACEA – IDOSOS**

Rua Norma Pieruccine Gianotti, 77

Subprefeitura: Sé

**PROJETO VIVA VERDE**

Estrada Benedito Schunk, 2300  
Parelheiros  
Subprefeituras: Parelheiros

**CASA DE APOIO MARIA MARIA**

Rua Com. Nestor Pereira, 65  
casadasmulheres@ig.com.br  
Subprefeitura: Mooca

**CASA DE CUIDADOS CAROLINA MARIA DE JESUS**

Rua Com. Nestor Pereira, 65  
Subprefeitura: Mooca

**SITIO DAS ALAMEDAS**

Rua Com. Nestor Pereira, 75  
Subprefeitura: Mooca

**CASA DE MARTA E MARIA**

Rua: Catumbi, 427  
mm@hotmail.com  
Subprefeitura: Mooca

- **12 Casas de Convivência (ou Núcleos de Serviços e Convivência):** espaços voltados para a convivência das pessoas, por meio de oficinas e atividades técnicas especializadas. Capacidade: 1897 vagas.
- **8 Núcleos de Qualificação e Capacitação Profissional:** oferecem cursos de capacitação para qualificar e reinserir essas pessoas no mercado de trabalho, desenvolvendo suas habilidades. Além dos cursos, estão nessas unidades os núcleos de catadores de materiais recicláveis. Capacidade: 1140 vagas.
- **12 Moradias Provisórias:** para os que já são independentes ou socialmente ativos, com alguma autonomia (já têm emprego ou atividade remunerada). São consideradas a "porta de saída" da rede de serviços. Capacidade: 352 vagas.
- **1 Bagageiro:** espaço para a guarda provisória de pertences. Capacidade: 228 boxes. Fica no Brás.

**OPERAÇÃO FRENTES FRIAS**

A Proteção Social Especial tem hoje capacidade para 9.900 atendimentos em toda a sua rede. Em 35 Albergues e Abrigos Especiais, houve em 2005 um aumento de mil vagas (passou de 6.700 para 7.700) referentes à Operação Frentes Frias. O aumento no número de vagas foi possível graças à incorporação de mil vagas emergenciais da Operação à rede. Em anos anteriores, essas vagas emergenciais eram fechadas com o término da operação. Pela primeira vez, a SMADS conseguiu incorporá-las à rede de Proteção Social Especial. São cerca de mil moradores de rua que passaram a dormir nos albergues todos os dias.

Em 2005, durante 107 dias de duração (de 15 de junho a 30 de setembro), a Operação Frentes Frias realizou mais de 89 mil atendimentos a pessoas em situação de rua na rede de Proteção Social Especial.

Durante o período da operação, o serviço de acolhimento da população de rua caracteriza Estado de Emergência sempre que a temperatura for igual ou menor do que 10 graus centígrados. Sob essas condições a estrutura da SMADS é reforçada com a ação de outros setores da administração da prefeitura, como Defesa Civil e Secretaria Municipal de Saúde, entre outros.

Quando a temperatura atinge 12 ou 11 graus, os 31 CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) da SMADS, que atuam nas regiões das 31 Subprefeituras, já fazem um trabalho preventivo de abordagem para a retirada de pessoas em situação de rua e seu encaminhamento para a rede de proteção social da secretaria.

A CAPE (Central de Atendimento Permanente e de Emergência), que é responsável por todo o trabalho de abordagem e encaminhamento aos moradores em situação de rua no município, encaminha essas pessoas, de acordo com as suas necessidades, para albergues, abrigos especiais e hospitais.

## **CATADORES**

O trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) com a população de catadores de materiais recicláveis tem o enfoque de capacitação, formação profissional e acolhida com possibilidade de guarda de carroças. A questão da Gestão dos Resíduos Sólidos não é objeto de nossos convênios.

Atualmente, a SMADS tem 5 convênios com organizações sociais que desenvolvem esse tipo de serviços, atendendo catadores que estão em situação de rua ou que tenham essa atividade como fonte de renda.

## **METODOLOGIA DE TRABALHO**

No desenvolvimento do trabalho, cada organização social tem seus próprios procedimentos. No entanto, existe similaridade referente ao incentivo à organização dos catadores em grupos associativos e cooperativos. Todos trabalham de forma cooperativa, sendo os catadores ativos participantes no desenvolvimento e evolução do trabalho.

Todos fazem parte do Movimento Nacional dos Catadores e do Comitê Metropolitano da cidade.

Historicamente, a proposta desse tipo de trabalho surgiu de uma demanda social, como início de todo o trabalho de atendimento para pessoas em situação de rua e neste segmento a catação aparece como fonte renda.

No que se refere ao atendimento social desses catadores e suas famílias, a avaliação é positiva, principalmente por apresentar fatores importantes de inclusão social, como encaminhamento para saúde, creches, núcleos sócio-educativos, retorno aos estudos e moradia. Esse trabalho vem sendo uma das alternativas de geração de renda para população em situação de rua.

Dentro da média de renda estabelecida pelos serviços, há catadores que a renda mensal é de R\$ 1.000 aproximadamente, bem como catadores que a renda é R\$ 50. Isso depende da própria produtividade da pessoa e de ela ter “pontos” de coleta já previamente estabelecidos.

Atualmente, a SMADS tem conversado com as secretarias municipais do Trabalho e de Serviços e Obras para discutir projetos para os catadores.

LEI N. 12.316 - DE 16 DE ABRIL DE 1997

Esta lei dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo. Leia na íntegra.

DECRETO Nº 40.232, DE 2 DE JANEIRO DE 2001

Regulamenta a Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Público Municipal a prestar atendimento à população de rua da Cidade de São Paulo, e dá outras providências. Leia na íntegra.

DECRETO Nº 43.277, DE 29 DE MAIO DE 2003

Institui o Conselho de Monitoramento da Política de Direitos das Pessoas em Situação de Rua na Cidade de São Paulo. Leia na íntegra.